



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades

Luciana Botelho Monteiro Mattos

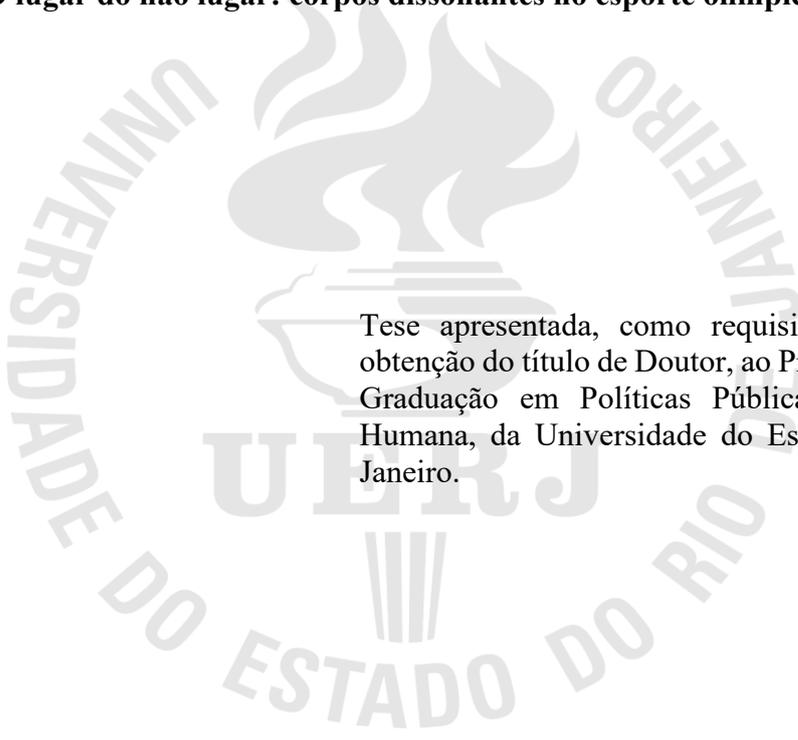
**O lugar do não lugar: corpos dissonantes no esporte olímpico**

Rio de Janeiro

2024

Luciana Botelho Monteiro Mattos

**O lugar do não lugar: corpos dissonantes no esporte olímpico**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Marques Villardi

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Mattos, Luciana Botelho Monteiro  
O lugar do não lugar: corpos dissonantes no esporte olímpico / Luciana Botelho  
Monteiro Mattos. – 2024.  
223 f.

Orientadora: Raquel Marques Villardi.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Centro de Educação e Humanidades.

1. Olimpíadas – Teses. 2. Esportes – Teses. 3. Atletas – Teses. 4.  
Diversidade de Gênero – Teses. I. Villardi, Raquel Marques. II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

br

CDU 796.032.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Luciana Botelho Monteiro Mattos

**O lugar do não lugar: corpos dissonantes no esporte olímpico**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 12 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Raquel Marques Villardi (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. Antônio Geraldo Magalhães Gomes Pires

Universidade Estadual de Londrina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Monique Ribeiro de Assis

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Wecisley Ribeiro do Espírito Santo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosana da Silva Berg

Centro Universitário Augusto Motta

Rio de Janeiro

2024

## DEDICATÓRIA

Dedico o meu trabalho as pessoas mais importantes de minha vida, meu marido Rodrigo e minha filha Clara, por sonharem juntos comigo, pois como já dizia Miguel de Cervantes: “Quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonha junto é o começo da realidade”.

E aos meus mais fiéis companheiros Max e Gaya, por ficarem deitados aos meus pés, enquanto eu passava tantas horas em frente ao computador, escrevendo o texto desta tese.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Raquel Villardi, pelo seu acolhimento e sua generosidade. Ao final desta jornada, quando olhamos para trás, é possível ver que esta conquista não é individual, ela é fruto de uma parceria importante e muito significativa em minha vida profissional. Sem sua ajuda, Raquel, nada disso seria possível!

Agradeço à banca examinadora: Antônio Geraldo Pires, Monique Assis, Wecisley Ribeiro e Rosana Berg, profissionais incríveis, que admiro tanto e que me honram, neste momento.

Agradeço também a convivência com este grupo de colegas maravilhosos, pessoas que foram selecionadas e unidas com maestria pela Raquel, e que, estiveram juntos comigo, neste processo.

Pertencer não vem apenas de ser fraca e precisar unir-se a algo ou a alguém mais forte. Muitas vezes a vontade intensa de pertencer vem em mim de minha própria força - eu quero pertencer para que minha força não seja inútil e fortifique uma pessoa ou uma coisa.

*Clarisce Linspector*

## RESUMO

MATTOS, Luciana Botelho Monteiro. *O lugar do não lugar: corpos dissonantes no esporte olímpico*. 2024. 233 f. (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta tese tem como objetivo verificar a consonância entre o ponto de vista de atletas afetadas por políticas de gênero e a argumentação que embasa as determinações que alicerçam a participação de atletas em dissonância de gênero em competições esportivas de alto rendimento e olímpicas, a partir das diretrizes propostas pelo COI em 2021 com o Quadro sobre Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo e as consequentes alterações de critérios e posturas das FIs. Através de um estudo exploratório sobre atletas afetadas com políticas de gênero no esporte com o propósito de ouvir suas vozes sobre um tema delicado e pouco estudado. Procurou-se adotar uma abordagem metodológica cuidadosa, devido à natureza sensível do tema, que priorizou o respeito à privacidade e à autonomia das participantes. Inicialmente, optou-se pela técnica de grupos focais, que permitiria ouvir diferentes pontos de vista de modo coletivo. Além disso, foram planejadas entrevistas em semi profundidade com atletas cuja trajetória envolvesse variação de sexo. Contudo, foi enfrentada resistência significativa das atletas em participar diretamente da pesquisa, o que levou a um ajuste na abordagem, passando-se a incluir fontes secundárias, como entrevistas e depoimentos veiculados na mídia, especificamente em plataformas como YouTube, Google e Globoplay, respeitando os termos de uso dessas fontes. A pesquisa foi estruturada em três fases: na primeira, foi realizada uma análise documental de informações disponíveis publicamente sobre atletas dissonantes de gênero; na segunda, entrevistas individuais com as atletas dissonantes que aceitaram participar; e, na terceira, foi realizada entrevista com grupos focais de atletas cujas identidades de gênero não foram questionadas, denominadas consonantes, segmentadas por esporte coletivo e individual. Conseguindo assim, reunir um conjunto diversificado de dados e vozes, que permitiu enriquecer a análise e responder ao objetivo do estudo, apesar das limitações impostas pela resistência ao contato direto com as atletas. Os resultados revelaram uma diversidade de posicionamentos entre as atletas, refletindo uma gama de experiências pessoais e contextos esportivos distintos.

Palavras-chave: atletas *dissonantes*; políticas de gênero; inclusão; esporte olímpico.

## ABSTRACT

MATTOS, Luciana Botelho Monteiro. *The place of non-place: dissonant bodies in Olympic sport 2024*. 233 f. (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis aims to verify the consonance between the point of view of athletes affected by gender policies and the arguments that underpin the determinations that support the participation of gender-discordant athletes in high-performance and Olympic sports competitions, based on the guidelines proposed by the IOC in 2021 with the Framework on Justice, Inclusion and Non-Discrimination on the Basis of Gender Identity and Sex Variance and the consequent changes in criteria and positions of the IFs. Through an exploratory study on athletes affected by gender policies in sport, with the purpose of hearing their voices on a delicate and little-studied topic. We sought to adopt a careful methodological approach, due to the sensitive nature of the topic, which prioritized respect for the privacy and autonomy of the participants. Initially, the focus group technique was chosen, which would allow listening to different points of view collectively. In addition, semi-in-depth interviews were planned with athletes whose trajectory involved gender variance. However, the athletes faced significant resistance to participating directly in the research, which led to an adjustment in the approach, which began to include secondary sources, such as interviews and testimonies published in the media, specifically on platforms such as YouTube, Google and Globoplay, respecting the terms of use of these sources. The research was structured in three phases: in the first, a documentary analysis of publicly available information on gender-dissonant athletes was carried out; in the second, individual interviews were conducted with the gender-dissonant athletes who agreed to participate; and, in the third, interviews were conducted with focus groups of athletes whose gender identities were not questioned, called consonant athletes, segmented by team and individual sport. This managed to gather a diverse set of data and voices, which allowed us to enrich the analysis and respond to the objective of the study, despite the limitations imposed by the resistance to direct contact with the athletes. The results revealed a diversity of positions among the athletes, reflecting a range of personal experiences and distinct sporting contexts.

Keywords: dissonant athletes; gender policies; inclusion; Olympic sport.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAS	Carol Shimo (Maria Caroline Manoel Shimoguri)
CBDG	Confederação Brasileira de Desportos no Gelo
CBHP	Confederação Brasileira de Hóquei e Patinação
CBJ	Confederação Brasileira de Judô
CBV	Confederação Brasileira de Voleibol
COB	Comitê Olímpico do Brasil
COI	Comitê Olímpico Internacional
CREF	Conselho Regional de Educação Física
CSP	Confederação Sul-Americana de Patinação
DEO	Denise Oliveira
DSD	Distúrbio de desenvolvimento sexual
EDS	Edinanci Silva
EFSMA	Federação Europeia de Associações de Medicina Esportiva
FEC	Fonte sobre Érika Coimbra (Érika Kelly Pereira Coimbra)
FEFI	Federação Esportiva Feminina Internacional
FINA	Federação Internacional de Natação
FPJ	Federação Paulista de Judô
FI	Federação Internacional
FIMS	Federação Internacional de Medicina Esportiva
FIVB	Federação Internacional de Voleibol
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FMJ	Fonte sobre Maria Joaquina Cavalcanti Reikdal

FNV	Fontes sobre as atletas <i>consonantes</i> do vôlei
FSFI	Fédération Sportive Féminine Internationale
FTH	Fontes sobre Tiffany Abreu
GCS	Gabriela Conceição de Souza
IAS	Síndrome da insensibilidade androgênica
IAAF	Associação Internacional das Federações de Atletismo
IRL	International Rugby League
IWF	Federação Internacional de Levantamento de Peso
JEB'S	Jogos Escolares Brasileiros
JUR	Ju Ramos (Juliana de Almeida Ramos)
MYL	Myla (Myla da Silva Moreira)
NCAA	National Collegiate Athletic Association
OING	Organização Internacional Não Governamental
RCC	Rosicleia Cardoso Campos
SHS	Sheilla Souza
SESC	Serviço Social do Comércio
UCB	Universidade Castelo Branco
UCI	União Ciclista Internacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WADA	Agência Mundial Antidopagem

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS</b> .....	17
1.1	<b>Sexo, gênero e sexualidade</b> .....	20
1.2	<b>Raça e classe: interseccionalidade</b> .....	29
1.3	<b>Matriz heteronormativa</b> .....	32
1.4	<b>Misoginia e dominação</b> .....	37
2	<b>NOVOS CORPOS, NOVAS DIRETRIZES</b> .....	41
2.1	<b>A inclusão feminina</b> .....	44
2.2	<b>A corporalidade desviada</b> .....	45
2.3	<b>Novas transgressoras</b> .....	50
2.4	<b>O COI e a inclusão de gênero</b> .....	58
2.5	<b>O COI em novas diretrizes</b> .....	68
3	<b>PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO</b> .....	79
3.1	<b>O corpo normativo</b> .....	79
3.2	<b>O não pertencimento</b> .....	84
3.3	<b>Outras inclusões</b> .....	88
3.3.1	<u>Esportes Paralímpicos</u> .....	88
3.3.2	<u>Gay Games</u> .....	92
3.4	<b>Novas Proposições</b> .....	93
3.4.1	<u>Esportes Mistos</u> .....	95
3.4.2	<u>Esportes Unissex ou Multigênero</u> .....	98
3.5	<b>Promoção da paz</b> .....	100
4	<b>CORPOS DISSONANTES EM RELATOS</b> .....	101

4.1	<b>A perspectiva das atletas <i>dissonantes</i></b> .....	102
4.1.1	<u>As atletas a partir da mídia</u> .....	102
4.1.1.1	Tiffany Abreu.....	102
4.1.1.2	Érika Coimbra.....	111
4.1.1.3	Maria Joaquina Cavalcanti Reikdal.....	121
4.2	<u>As atletas por elas mesmas</u> .....	129
4.2.1	Sheilla Souza.....	130
4.2.2	Edinanci Silva.....	136
4.2	<b>A perspectiva das atletas <i>consonantes</i></b> .....	151
4.2.1	Futebol.....	152
4.2.2	Judô.....	157
5	<b>CORPOS DISSONANTES EM PONTOS DE VISTA</b> .....	175
5.1	<b>Dimensão Pessoal</b> .....	175
5.2	<b>Dimensão Profissional</b> .....	186
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	194
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	202
	<b>ANEXO A - ROTEIROS DE ENTREVISTA</b> .....	221

## INTRODUÇÃO

A busca por inclusão, pela igualdade de gênero tendo como objetivo final o alcance da paz são questões fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Esses princípios, se alinham diretamente com os valores estabelecidos pela Carta Olímpica do Comitê Olímpico Internacional - COI, que, desde sua criação, almeja promover não apenas o esporte, mas também a harmonia entre os povos e o respeito às diversidades. A Carta Olímpica enfatiza a importância da fraternidade, da solidariedade e do respeito mútuo, estabelecendo o esporte como uma poderosa ferramenta para a superação de barreiras e a construção de um mundo melhor.

No entanto, quando se fala sobre a categoria feminina, é essencial não apenas refletir sobre a luta histórica das mulheres por reconhecimento e igualdade, mas também considerar as diversas identidades de gênero que, ainda hoje, enfrentam exclusões e obstáculos no universo esportivo. As mulheres, que por muito tempo foram marginalizadas e enfrentaram desafios estruturais e culturais, conquistaram, com muito esforço, espaços significativos nas mais variadas modalidades esportivas. Contudo, essa conquista não é um processo acabado, nem homogêneo. A inclusão de mulheres *dissonantes*, por exemplo, é um aspecto muito importante para entender a verdadeira abrangência do conceito de igualdade de gênero no esporte.

A presença dessas atletas nos mais variados níveis de competição representa não apenas um avanço na luta pela igualdade, mas também um convite à reflexão sobre como as categorias esportivas podem ser mais inclusivas e sensíveis às realidades e às diversidades de corpos e identidades. No entanto, o processo de inclusão de mulheres *dissonantes* no esporte ainda esbarra em um desafio significativo: a tendência de se basear exclusivamente em critérios biofisiológicos, para definir quem pode ou não participar da categoria feminina.

Embora esses critérios biofisiológicos sejam certamente relevantes em algumas modalidades esportivas, é cada vez mais evidente que restringir a discussão à biologia e à fisiologia tende a ser uma visão simplificadora e reducionista, que tende a silenciar a questão central. A ciência moderna, especialmente as ciências sociais, nos ensina que as questões de gênero, identidade e corporeidade são complexas e não podem ser reduzidas a uma questão de anatomofisiologia. Identidade de gênero, experiências sociais e culturais e as próprias trajetórias de vida das pessoas têm um impacto profundo na maneira como se relacionam com o mundo e com o esporte. Ignorar esses aspectos é desconsiderar a pluralidade humana e as múltiplas formas de viver e expressar o gênero.

Ao integrar as ciências sociais ao debate, é possível entender que a questão não se resume apenas a uma biologia que se encaixa ou não nos moldes tradicionais de “masculino” ou “feminino”. As ciências sociais podem contribuir para uma visão mais inclusiva e humanizada, levando em conta as dinâmicas culturais, as experiências de marginalização e resistência e a importância do respeito à autonomia de cada indivíduo.

Assim, ao pensar o naípe feminino no esporte, é fundamental garantir que todas as mulheres envolvidas nas políticas de gênero possam competir de maneira justa e igualitária. A busca pela inclusão no esporte e pela paz mundial são inseparáveis, pois o esporte tem o poder de unir pessoas de diferentes culturas, crenças e origens, proporcionando um campo de convivência pacífica e mútua compreensão. Neste contexto, pensar a categoria feminina à luz dos princípios da Carta Olímpica — incluindo as mulheres *consonantes* e *dissonantes* — é não apenas um passo necessário para a igualdade de gênero, mas também uma forma de contribuir para um futuro onde o respeito à dignidade humana e à liberdade de expressão das identidades de gênero sejam a base de todas as relações, no esporte e além dele.

A aproximação com a temática da inclusão no esporte e da igualdade de gênero, especialmente no contexto do esporte feminino, está, sem dúvida, profundamente ligada à minha própria história de vida. Como mulher e ex-atleta, experimentei o que significa ser mulher em um universo masculinista. Na época, talvez não tivesse uma compreensão plena desse papel marginalizado, até porque minha participação em competições foi limitada. No entanto, a convivência cotidiana com o esporte, os valores que ele transmite e as dinâmicas de exclusão e inclusão internas, me fizeram perceber com o tempo o quanto as questões de gênero, identidade e oportunidade são determinantes no campo esportivo.

A modalidade esportiva que pratiquei, o Judô, como muitos outros esportes, era inicialmente uma prática restrita aos homens. Mesmo com o passar do tempo e o crescente interesse das mulheres, o Judô permaneceu, por muitos anos, um território de predominância masculina. E embora o esporte tenha sido incluído nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 1964, o Judô feminino só foi incluído no programa olímpico em 1992, nos Jogos de Barcelona. Contudo, foi apenas em 2000 que o Judô feminino se tornou uma modalidade permanente e consolidada nas Olimpíadas. Esse percurso, com suas conquistas e obstáculos, reflete o processo histórico de afirmação das mulheres no esporte e, mais amplamente, a luta pela igualdade de gênero, especialmente em áreas como o Judô, tradicionalmente dominadas por homens.

Minha trajetória profissional também me proporcionou uma visão ampla e prática do esporte e das políticas voltadas para sua promoção. Trabalhei por muitos anos na Federação de

Futebol do Estado do Rio de Janeiro, onde passei por diversos departamentos até chegar à Chefia de Gabinete da Presidência. Nessa vivência, pude observar as complexas dinâmicas de gestão esportiva e como as questões de inclusão, diversidade e igualdade de gênero eram, muitas vezes, negligenciadas ou tratadas de forma superficial.

Em 2000, ingressei na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde pude unir minhas experiências práticas com o campo acadêmico. Como servidora do Instituto de Educação Física e Desportos, comecei a atuar nas áreas de História do Esporte, Organização e Administração Desportiva e Direito Desportivo. Essa experiência acadêmica me permitiu refletir de forma mais crítica e fundamentada sobre as questões que sempre me inquietaram ao longo da minha carreira.

Foi esse conjunto de vivências — minha experiência como atleta, minha trajetória profissional na gestão desportiva e minha formação acadêmica — que me levou ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH). Ao refletir sobre a promoção da igualdade de gênero, penso no esporte como uma poderosa ferramenta de transformação social, capaz de unir pessoas de diferentes origens e realidades, ao mesmo tempo em que respeita as suas diversidades e particularidades.

Diante deste cenário de vida, assumi ser relevante considerar o objetivo geral desta pesquisa da perspectiva de investigar a consonância entre o ponto de vista das atletas afetadas por políticas de gênero e os fundamentos que embasam as determinações sobre a participação de atletas em dissonância de gênero em competições esportivas de alto rendimento e olímpicas. Em particular, buscamos analisar as diretrizes propostas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) em 2021 com o "Quadro sobre Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo" e as consequentes mudanças nas normas e posturas das Federações Internacionais (FIs). Ao longo deste processo, procuramos compreender as tensões e as implicações de uma política de inclusão de gênero no esporte olímpico, abordando as evoluções históricas dessa política, que começou com a elegibilidade da categoria feminina em 2003 e foi consolidada em 2021.

Em nossa análise, foi necessário tratar de conceitos fundamentais como sexo, gênero e sexualidade, destacando sua importância e especificidade, à luz da matriz heteronormativa do esporte. Levamos em consideração as interseccionalidades, que amplificam as opressões, pois muitas vezes a exclusão de atletas *dissonantes* não se dá apenas pela questão de gênero, mas por fatores raciais, sociais e econômicos. A partir desse princípio metodológico, investigamos a tensão entre o controle de corpos no esporte, a identificação de atletas em dissonância de gênero e as políticas de inclusão em competição.

Ao longo da pesquisa, também discutimos a construção de um corpo normativo produzido historicamente no campo esportivo esporte, amplamente midiático e disseminado pela sociedade. Esse corpo, frequentemente associado à mulher *consonante* reflete padrões e expectativas sociais que podem gerar uma “censura invisível” imposta por meios de comunicação, reforçando uma visão binária e excludente de gênero. Nesse contexto, abordamos a presença de corpos femininos transgressores das práticas e valores masculinista instituídas nos imaginários do campo esportivo, potencializados com o aumento da presença de atletas dissonantes, com "corpos transgressores" que radicalizam os desafios às normas estabelecidas, fazendo emergir novos dispositivos de resistência às mudanças estruturais no mundo do esporte.

Para compreender melhor essa realidade, realizamos um estudo exploratório que envolveu tanto atletas *dissonantes* quanto *consonantes*, uma vez que. Todas são afetadas, direta ou indiretamente, pelas políticas de gênero no esporte. A metodologia adotada foi cuidadosa, respeitando a privacidade e a autonomia das participantes, dada a natureza sensível do tema. Inicialmente, optamos por utilizar grupos focais, permitindo a coleta de diferentes pontos de vista de maneira coletiva. Além disso, planejamos entrevistas em profundidade com atletas cuja trajetória envolvesse em dissonância de gênero. No entanto, enfrentamos uma resistência significativa por parte das atletas em participar diretamente da pesquisa, o que nos levou a ajustar nossa abordagem. Incorporamos, assim, fontes secundárias, como entrevistas e depoimentos veiculados na mídia, em plataformas como YouTube, Google e Globoplay, sempre respeitando os termos de uso dessas fontes.

A pesquisa foi estruturada em três fases: a primeira envolveu uma análise documental das informações publicamente disponíveis sobre atletas *dissonantes*; a segunda consistiu em entrevistas individuais com atletas *dissonantes* que aceitaram participar; e, finalmente, a terceira fase consistiu na realização de grupos focais com atletas *consonantes*, cujas identidades de gênero não foram questionadas, segmentadas por esporte coletivo e individual. Dessa forma, conseguimos reunir um conjunto diversificado de dados e perspectivas, enriquecendo nossa análise e respondendo aos objetivos do estudo, apesar das limitações impostas pela resistência ao contato direto com as atletas.

Algumas hipóteses foram formuladas, sendo apresentadas a seguir:

- 1) Atletas percebem as políticas de elegibilidade como não inclusivas.
- 2) Atletas *consonantes* demonstraram insegurança e resistência em relação à participação de atletas *dissonantes* nas competições.
- 3) Atletas não conhecem ou acham as políticas de elegibilidade confusas.
- 4) Atletas sentem falta de apoio por parte dos órgãos de gestão do esporte.

Esse estudo se justifica, uma vez que as informações disponíveis até o momento são limitadas e não capturam toda a diversidade de experiências vividas por atletas femininas, especialmente aquelas em situações de "dissonância de gênero". A pesquisa tem o potencial de lançar luz sobre a resistência estrutural à inclusão de atletas *dissonantes*, além de revelar possíveis desconformidades entre as políticas esportivas e as realidades vividas pelas atletas.

Dessa forma, a pesquisa visa contribuir com um olhar crítico sobre as políticas de inclusão de gênero no esporte, questionando se as preocupações com a "igualdade de condições", ou se, na prática, estão sendo usadas para justificar a manutenção de um sistema excludente e desigual, baseado em normas biológicas e culturais rígidas.

## 1 – CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS

Os Jogos Olímpicos da Antiguidade permitiam a participação apenas de homens livres, cidadãos gregos ou filho de gregos legítimos. Assim, mulheres e estrangeiros, não amparados pela legislação, tal qual devedores de impostos, escravos e assassinos, não podiam fazer parte destes Jogos.

Porém, embora escravos e bárbaros pudessem assistir os certames, tal atividade era proibida às mulheres, consideradas criaturas inferiores, e, caso desrespeitassem o código, seriam jogadas dos rochedos de Tupaion, no mar, sem qualquer julgamento.

Este impedimento prestava-se às mulheres casadas, pois havia uma flexibilização às solteiras, para que elas admirassem o sexo oposto, sendo solteiras e donzelas reverenciadas como mensageiras dos deuses, pois traziam boa sorte aos participantes, e por isto eram as responsáveis pela entrega da coroa de oliveiras aos vencedores.

Dentre os argumentos para a não participação das mulheres nas olimpíadas, ressaltamos a alegação de que em razão do *Stadium* (o local onde ocorriam as provas) estar situado em uma região montanhosa, o deslocamento das mulheres até ele poderia acarretar danos fisiológicos aos frágeis corpos femininos. (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008), soma-se a este o entendimento que apenas os homens poderiam se extenuar fisicamente.

O Barão de Coubertin, recriou o evento, tomando por base a estrutura e os valores da competição grega da Antiguidade, assim as mulheres deveriam ser somente expectadoras, e desta forma temos os primeiros Jogos Olímpicos da era Moderna em 1896, jogos exclusivamente masculinos.

Entretanto, nos Jogos seguintes (Paris 1900) as mulheres conseguem permissão para a participar de provas compatíveis com sua natureza<sup>1</sup>. Destacamos que ao mesmo tempo em que concessões são feitas no sentido de permitir a participação de mulheres nos programas esportivos, tanto o alto escalão do COI, como Coubertin se dedicaram a impedir que as mulheres continuassem avançando no cenário olímpico.

Coubertin publicamente afirmava que os Jogos Olímpicos deveriam ser reservados para os homens, mas, diante da possibilidade de uma “Olimpiada Feminina”, por conta do movimento ativista de Alice Milliat, se sentiu impelido a aceitar mulheres no tão protegido programa de atletismo, nos Jogos de Amsterdã 1928.

---

<sup>1</sup> As primeiras modalidades olímpicas permitidas para mulheres foram: tênis, vela, croquet, hipismo e golfe.

Este movimento marcou o início de um processo de testagem que ocorreu oficialmente em 1932, nos Jogos de Los Angeles, exclusivamente sob o argumento de que homens estariam se passando por mulheres para competir. Entretanto, nenhum dos testes que estiveram em vigor ao longo da história dos Jogos foi capaz de verificar a presença de homens se passando por mulheres, mas revelaram atletas mulheres que possuíam uma dissonância de gênero - as intersexuais.

A politização dos Jogos Olímpicos ao longo do século XX se configura como um marco significativo nesse processo de adaptação e resposta às questões de gênero, pois os Jogos tornaram-se um palco central para debates sociais e políticos em várias nações. A partir dos anos 1960, especialmente, as Olimpíadas passaram a ser influenciadas por contextos de movimentos feministas e de direitos civis, que pressionaram por maior visibilidade e inclusão das mulheres. Essa politização não se restringiu ao debate sobre as mulheres, mas se expandiu para outras questões de identidade de gênero, especialmente com o avanço dos movimentos das atletas em dissonância de gênero nas décadas seguintes. O surgimento de novas demandas, como o direito de participação de atletas trans, começou a desafiar as estruturas tradicionais do esporte olímpico, levando a um reconhecimento crescente da importância de um tratamento mais igualitário e inclusivo. Dessa forma, os Jogos tornaram-se um espaço intermediário, entre a definição biológica tradicional de sexo e as complexas discussões de gênero, que refletiam transformações mais amplas nas sociedades em que ocorriam.

Com a crise dos Jogos e a pressão dos patrocinadores houve a necessidade do Movimento Olímpico, no início dos anos 2000, de realizar mudanças e de se adaptar em relação às novas questões sociais, entrando em pauta a necessidade de inclusão das atletas trans que culminou com a Declaração de Estocolmo e o Consenso de Redesignação Sexual no Esporte de 2004. Logo, a discussão sobre gênero no esporte de rendimento se tornou uma questão.

Assim, iniciamos o primeiro capítulo desta tese, pela abordagem dos marcadores sociais de exclusão: sexo, gênero e sexualidade, devido a sua importância, seu sentido específico, dando destaque a sua perspectiva a partir das lutas feministas, que revelam as desigualdades da sociedade ocidental, hierarquizada de forma binária, considerando as características biológicas do ser humano e o que isto representa no esporte de rendimento.

Considerando ainda a figura das atletas *dissonantes*, aquelas cujas identidades de gênero ou expressões sexuais desafiam as normas tradicionais do esporte, confrontando a rígida dicotomia entre o masculino e o feminino, ampliando as possibilidades de reconhecimento e inclusão de identidades não binárias e diversas.

O termo sexo foi o primeiro a ser utilizado nos documentos das instituições de organização e administração esportivas, bem como nas legislações que tratam da participação de mulheres no esporte de alto rendimento, com base na estrutura do esporte, em outras palavras, na divisão binária de sexo.

A partir de 2003, com o Consenso de Estocolmo, os documentos passaram a utilizar o termo sexo (que se baseia em um determinismo biológico), e o termo gênero (entendido a partir de um sistema relacional entre masculino e feminino), muitas vezes, como sinônimos. Esta presença do termo gênero, confere aos documentos uma pretensa ampliação de conceito, embora ainda hoje se persiga a noção de sexo para a elegibilidade das atletas à categoria feminina.

A noção de sexualidade, ligada à expressão da própria identidade, institui no esporte um imperativo de ser mulher, não sendo legitimada a mulher que não tenha sua representatividade na delicadeza, na feminilidade e na maternidade, marcadores sociais subjetivos da condição de mulher. E a falta da feminilidade é capaz de levar a desconfiança e a obrigação de submissão a testes invasivos em mulheres.

A interseccionalidade, por sua vez, nos permite a compreensão de que marcadores sociais, como gênero, raça, classe e sexualidade, entre outros, quando entrecruzados, são capazes de ampliar o conceito de gênero, e também nos alertam para os impactos da vida em sociedade, vivenciados de formas diversas pelas mulheres, em razão de suas individualidades.

Este conceito proporciona a criação de novos paradigmas teóricos para uma revisão de gênero, como também de toda a nossa organização social e cultural, a partir da teoria feminista, no tocante às exclusões e aos privilégios no âmbito das práticas esportivas.

Assim, o sentido da representação instituída socio-historicamente sobre o campo esportivo, remete ser ele um lugar de predominância das visões binária e heteronormativa como diretrizes para o gerenciamento do esporte, exigindo que os esportistas se apresentem como homens ou mulheres. E é desta perspectiva que irá surgir a concepção de que atletas que não se enquadrem na categoria feminina, são indivíduos com uma espécie de defeito, carecendo de correção ou devendo ser afastadas do esporte.

A partir da política de controle de corpos, foi identificada a presença de atletas dissonantes - este conceito se relaciona com atletas com corpos que possuem alguma deficiência, assim como atletas com corpos em dissonância de sexo-gênero-sexualidade, se caracterizando como exemplos de elementos disruptivos. (CAMARGO, 2014) - ou ainda atletas que trazem alguma particularidade ou característica, seja em seu corpo, seja em seu

comportamento, que não parecem estar em harmonia com a feminilidade exigida, entendida como desviante. Estas atletas são tratadas como transgressoras da estrutura binária do esporte.

A misoginia, confere ao cenário dos Jogos, desde a Antiguidade, um sentimento de desprezo às mulheres que implicará em consequências que perduram até hoje no esporte, como o machismo e o sexismo, que nos dedicamos a discutir.

### **1.1 – Sexo, gênero e sexualidade**

As normatividades instituídas e cristalizadas no ambiente esportivo se dão a partir dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade, que constituem a base para a parametrização do desporto.

O conceito de sexo é baseado nas associações feitas do corpo físico do indivíduo a partir do nascimento, logo, conforme a genitália apresentada definimos quem é “homem” e quem é “mulher”. (LACQUER, 2001)

Conforme Weeks (2010) trata-se de termo para descrever as diferenças anatômicas básicas, internas e externas do corpo e elas são definidas no nascimento, ainda que significados a elas associados sejam históricos e sociais. Até o século XVIII, não existia um modelo de sexualidade humana da forma como entendemos nos dias atuais. A aceção dominante era a do one-sex-model ou monismo sexual, durando dois milênios, sendo a mulher entendida como um homem invertido (onde o útero, seria um escroto feminino; os ovários, os testículos; a vulva um prepúcio e a vagina, um pênis). (COSTA, 1995).

Assim, baseada nesta forma de compreender as diferenças sexuais, a ideia de perfeição estava associada à anatomia masculina, que seria uma referência, trazendo à noção de superioridade do homem.

E se para a medicina, inicialmente, só havia um sexo, o masculino, a mulher era, como consequência, representante inferior deste sexo, e isto era explicado a partir da incapacidade feminina de possuir calor vital suficiente para atingir a perfeição do macho.

A concepção de calor vital ou inato vem da medicina e Grécia Antiga, se referindo ao calor produzido no corpo, se reportando ao calor geralmente produzido pelo coração e pelo sistema circulatório. (LUTZ, 2002)

Na visão Aristotélica, esta noção de calor vital tinha um papel importante na reprodução, sendo o sêmen apenas produzido por quem tivesse calor vital suficiente para tal, os homens.

Desta forma, ficam as mulheres em posição de um ser menos desenvolvido e capaz. (LUTZ, 2002)

Nos fins do séc. XVIII, início do séc. XIX, cai o conceito de unicidade e perfeição do corpo masculino e passa a vigorar o modelo de dois sexos. (BIRMAN, 1997; COSTA, 1995; BADINTER, 1993; ALMEIDA, 1995)

E mesmo com a mudança na aceção de sexo para o two-sex-model, o sexo político-ideológico vai estabelecer as diferenças morais dos comportamentos determinados para homens e mulheres, de acordo com as exigências da sociedade (COSTA, 1995). Cabe-nos enfatizar que o modelo de sexualidade adotado hoje só passou a existir a partir do século XVIII, e a própria terminologia, segundo Foucault (1985), surgiu no século XIX, logo, é atinente às sociedades modernas e pós-modernas.

Entretanto, ainda assim a medicina e seus saberes continuou a demarcar novas hierarquizações dos seres humanos, através do esqueleto, sistema nervoso e muscular, ratificando a sua narrativa da existência de um corpo feminino inferior ao masculino. (ROHDEN, 2003)

Certamente esta é uma marca do discurso ocidental, que se inicia com a oposição binária entre corpo e mente, o dualismo cartesiano, em que o corpo representava um ardil que indivíduos racionais deveriam se distanciar.

As mulheres, os povos primitivos, os africanos, foram corporalizados, dominados, portanto, a centralidade do corpo passou a explicar as diferenças, ou seja, segundo parâmetros diversos à presença ou ausência de certos órgãos, passou a diferenciar os indivíduos: a posse de um pênis, o tamanho do cérebro, a forma do crânio ou a cor da pele.

Nesta perspectiva, podemos exemplificar afirmações como: a mulher, por possuir crânio menor do que o homem, teria, como consequência, menor capacidade intelectual, ou a massa magra maior do homem, o torna mais forte e apto para diversas atividades, incluindo as modalidades esportivas, enquanto mulheres, que possuem uma pelve maior, são destinadas, basicamente à maternidade.

Em relação a craniometria, esta foi respaldada na ciência positivista, numérica, legítima, encontrando amparo no conhecimento objetivo, que julgava ser livre de qualquer tipo de corrupção social e política. (GOLD, 2014)

Logo, por sua objetividade ela seria capaz de determinar a “verdade nua e crua”, afastando tudo o que é ideológico, sonhador ou sentimental, sendo apoiado em dados quantitativos, garantindo assim a concepção de absolutamente verdadeira.

Cabe considerar que o saber científico hegemônico tem como características o eurocentrismo, sendo conseqüentemente racista, além de classista e patriarcal. Nesta mesma panorâmica, a ciência positivista e hegemônica, que ocupa lugar de neutralidade, está, a serviço de uma ideologia dominante.

Assim a craniometria, tipo de pesquisa científica que no século XIX estudou o “homem” (europeu branco de sexo masculino), estabeleceu como padrão de medida, consagrando a inferioridade dos demais indivíduos, para tanto servindo a um propósito de hierarquizar de forma distorcida e preconceituosa os seres humanos.

Ainda sobre a ciência médica, por séculos escrita e dominada por homens, ela sempre procurou reforçar a perspectiva androgênica, muitas vezes através da representação dos corpos masculinos e femininos nas imagens dos esqueletos masculinos sempre apresentados com pernas mais longas que os esqueletos femininos, enquanto que os esqueletos femininos sempre foram representados com a pelve mais larga deixando óbvia a sua função reprodutiva.

Por sua vez, a função reprodutiva, foi sendo paulatinamente associada a questões patológicas, passando a mulher a ter inclinações a enfermidades corporais e mentais, logo suscetível a intervenções de ordem médica e científica (COLOM, 2013). Tudo isto faz concluir que, a mulher sempre foi representada de forma mais frágil e sensível, necessitando de uma espécie proteção, dada a sua biologia, cabendo ao homem, que era mais forte, o amparo da mulher.

Os argumentos aqui são de ordem médica, portanto baseados na positividade de uma ciência objetiva, logo, se consubstanciam em fatos, não cabendo argumentos contrários, esvaziando-se assim o contraditório, estes fatos são respaldados por uma pretensa autoridade, pertencente a um lugar respeitado por todos, as Ciências.

Em relação a ideia de diferença de sexo para o estabelecimento da diferença de gênero de homens e mulheres Costa (1995) ressalta que ela veio de encontro aos ideais da Revolução democrático-burguesa, que buscavam justificar as desigualdades entre homens e mulheres com base em uma desigualdade natural.

Calcado neste pensamento, o gênero como relação de poder é anterior à diferença biológica, pois ao ignorar o genital feminino, e tendo apenas o genital masculino como referência, já deixava clara a relação assimétrica e unilateral, de caráter biológico e egocêntrico do homem. (COSTA, 1995)

E foi em meio de tensões que se fez ainda mais importante o trabalho das feministas, vez que revelaram a localização do poder baseado nas relações de gênero. Esta relação entre as

questões de poder e as relações de gênero estruturam toda a sociedade, estabelecendo hierarquia e papéis baseados no conceito binário de homem e mulher.

Assim, na década de 1960, o conceito de gênero, criado pelas feministas anglo-saxãs, da segunda onda feminista, se contrapôs ao determinismo biológico do termo “sexo”, uma vez que as diferenças biológicas eram e permanecem sendo utilizadas para a compreensão e a justificativa das desigualdades sociais. (LOURO, 2010)

O termo gênero tem como premissa que o masculino e o feminino existem e podem ser entendidos somente em um sistema relacional (SCOTT, 1995), pois é no âmbito das relações sociais que se constrói o gênero. Em outras palavras, não se pode compreender um ou outro a partir de um estudo que os considerasse totalmente em separado.

Desta forma também, recolocamos o debate no campo social, uma vez que é neste ambiente que são construídas e reproduzidas as relações de desigualdade entre os sujeitos.

O gênero pode ser ainda entendido, para além de uma categoria analítica, como uma categoria política, atribuindo um novo significado às relações de poder. E a partir das lutas feministas as relações sociais baseadas sobre as diferenças entre os sexos, passa a ganhar novo significado, ultrapassando a oposição binária e estabelecendo um entendimento baseado na reciprocidade de um sistema de relações.

Assim, este conceito passa a exigir um olhar diverso, evidenciando que tanto os projetos, quanto as representações dos “sexos” são diferentes, e envolvem também os múltiplos grupos dentro da sociedade, seja de ordem étnica, de classe, religioso.

Connel (1990) entende gênero como uma construção histórica, envolvendo as relações de poder entre homens e mulheres, abrangendo definições plurais de masculinidade e feminilidade. Logo, a noção de gênero muda ao longo do tempo e de acordo com a cultura em que se encontra o indivíduo, pois se refere às relações sociais entre indivíduos e grupos.

Para Fasting (1992) não é tão clara a distinção entre sexo e gênero, em outras palavras, entre o domínio da biologia e a influência da cultura, sem contar que o significado da diferença sexual (biológica) também pode variar em razão da cultura.

Independente das diversas formas de compreender o conceito de gênero, importante destacar que a luta feminista, revelou o homem e suas ideias para que todos pudessem ver, além do poder de uma legitimidade do discurso das ciências, tornando perceptível a tendenciosidade e o preconceito nesta forma de dividir a sociedade.

E o fato de haver um processo de dominação de homens sobre mulheres, levou o movimento feminista não só lutar pela emancipação da mulher, ou seja, pela busca da equidade de direitos políticos, jurídicos e econômicos em relação ao homem, mas também a sua

libertação, o que significava evidenciar as condições de diversidade nas relações de gênero, para que a mulher passasse a ser vista como um ser humano independente e autônomo.

Enquanto os homens ocuparam sistematicamente posição de privilégio e superioridade social e política, mulheres foram por muito tempo totalmente silenciadas e invisibilizadas, apoiada por uma política que divide e hierarquiza corpos, definindo qual corpo é superior ou inferior (LACQUER, 2001)

Isto porque a cultura ocidental, parte do entendimento das ciências biológicas, para definição do mundo social, dividindo a sociedade em dois sexos e afastando a possibilidade de um terceiro sexo.

Vale destacar que as dualidades são, de fato, uma presença constante, em nossa sociedade, desde o dualismo corpo e mente, correlato da irracionalidade e racionalidade, até a divisão mulher e homem, e estes dualismos não são neutros, visto que implicam em um sistema hierárquico, em que um dos termos da oposição binária é desvalorizado em detrimento do outro.

Esta também é uma dualidade presente no ambiente esportivo, a divisão binária de sexo, o que o Comitê Olímpico Internacional denomina de estrutura do esporte, dificultando a discussão sobre gênero, e ainda que utilize em documentos o termo gênero, o esporte permanece baseado em um modelo em que categorizamos apenas homens e mulheres, ou seja, prisioneiro da perspectiva de sexo.

No tocante a discussão dos corpos, cabe ainda considerar, que confinada à corporeidade, a mulher tão pouco é dona do próprio corpo, uma vez que sempre coube ao homem, que seria dotado de alma superior e detentor da razão, decidir sobre a finalidade do corpo feminino. Sendo assim, a mulher encontra-se alienada de seu próprio corpo, que é objetificado e controlado pelas regras e leis impostas pelos homens.

Enquanto o corpo masculino tem uma universalidade abstrata, o corpo feminino é marcado pelas diferenças. Assim, podemos perceber a centralidade do corpo para os enfrentamentos das mulheres, que fica mais evidente na chamada quarta onda do feminismo, tendo como principais lutas as questões que envolvem: a violência doméstica, os imperativos opressores de feminilidade ou beleza feminina, um modelo de comportamento definido, em favor do livre exercício da sexualidade, de poder estar inserida em toda modalidade esportiva de alto rendimento, etc.

Somadas às teorias feministas a teoria pós-moderna de Gramsci e a teoria estruturalista de Foucault, foram de grande importância para o avanço dos estudos relacionados à gênero no esporte.

Gramsci (1982) relacionou a partir das noções de patriarcado, a compreensão do enfoque da masculinidade hegemônica existente no esporte, afirmando que homens manteriam a dominância com base na visão de masculinidade buscando obter vantagens materiais e psicológicas na ordem estrutural da hierarquia das relações de gênero, e isto se daria, em um primeiro momento, por consenso espontâneo, seja pela força (o que se define como domínio), seja pela direção, que se desenvolve pela organização desse consenso social, que também é ideológico.

Foucault (1975; 1979) contribuiu no sentido da análise da construção social do gênero e da sexualidade, além de seu trabalho em relação ao biopoder, e a noção de governamentalidade, nos oferecendo a visão de como hierarquicamente ordenado, e enredado em redes, as instituições modernas manipulam as pessoas através de controle de seus corpos. (BANDY, 2021)

A noção de sexualidade, aspecto central do ser humano desde o século XVIII, envolve uma gama ampla de conceitos, que envolve sexo, identidades e papéis de gênero, além da própria orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. (FOUCAULT, 1985; WHO, 2021)

Ela se expressa através de diversas dimensões como pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos, ainda que tenhamos claro que nem todas estas dimensões são sempre vivenciadas ou expressas. (WHO, 2021)

A sexualidade é influenciada por uma interação de diversos fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais. (WHO, 2021)

Segundo Butler (2013) espera-se que as pessoas, nos dias atuais, sigam uma ordem compulsória, predominantemente heterossexual, denominada pela autora de heterossexualidade compulsória, e esta tem como expectativa que uma pessoa que nasça com genitália associada ao feminino seja mulher, se relacione sexual e afetivamente apenas com homens, e vice-versa.

Até os anos de 1892, relações entre pessoas do mesmo sexo não eram classificadas como homossexuais, ainda que estas relações pudessem ser motivo de reprovação ou punição por transgressão sexual, não sendo esses atos capazes, entretanto, de determinar que tais pessoas seriam diferentes das outras. (VIEIRA, 2009)

Nos fins do século XIX, com a ascensão de um novo discurso médico-científico no tocante a classificação de estudo sobre patologias surge a homossexualidade, projeto do

movimento higienista, que buscava normalizar a vida sexual, ou seja, seriam afiançadas somente as relações heterossexuais conjugais vinculadas à reprodução. (VIEIRA, 2009)

Logo, o desejo sexual estava situado em um contexto maior de utilidade, o de procriação. Assim, o que fugisse à regra era visto como desvio, que, por sua vez, passava a ser tratado de diferentes formas, tais como sodomia, crime, doença, perversão. (FOUCAULT, 1985)

Estabelece-se, pois o controle da via social e política, o que, segundo Foucault (1985), só poderia ser alcançado através do controle do corpo e da sexualidade.

Percebemos que a identidade de gênero, ou seja, a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo natal, passa a ser controlado, disciplinado, discriminado.

Somam-se a aspectos corporais, outros sinais, como a cor da pele, a cor dos cabelos, o formato dos olhos, o formato do nariz, ou ainda o formato da boca, o volume dos lábios, a presença da vagina ou do pênis, o tamanho das mãos, que, principalmente quando escapam do padrão de referência, passam a se constituir também como marcas de poder, passando a serem parâmetros utilizados para a hierarquização, que irão definir os lugares sociais que cada sujeito pode ocupar. (LOURO, 2018)

Recentemente, a ex-atleta de vôlei e bicampeã olímpica, Fabi, em entrevista, considerou que muitos atletas só se sentem à vontade para falar de sua sexualidade quando estão próximos do final da carreira. Segundo ela, isto se dá por medo de perder os patrocinadores. Ela própria revelou ter sentido esta preocupação. Do fato de falar sobre sua sexualidade, ser capaz de trazer alguma consequência negativa como afastar patrocinadores ou tirá-la da equipe.

Assim, questões inerentes à identidade de uma atleta são capazes de gerar consequências que afetam desde sua vida pessoal, até questões econômicas, envolvendo contratos trabalhistas e relações com patrocinadores.

A mídia também faz julgamento sobre os corpos das mulheres, buscando destacar sua identidade, explorando sua sexualidade e criando suposições maldosas, para serem exibidas em manchetes. Podemos citar a entrevista realizada pela CCTV com a atleta Gong Lijiao, após ter conquistado a medalha de ouro no arremesso de peso, em Tóquio 2021, que se inicia com a repórter sugerindo ser a atleta viril (marcador heteronormativo de masculinidade), e segue-se a esta a pergunta: “Você tem um plano de vida como mulher?”, e não satisfeita com a atleta falando sobre suas possibilidades de vida no âmbito pessoal, prossegue questionando se a atleta teria um namorado, ou que tipo de homem ela estaria procurando, e ainda, se ela brigaria com seu parceiro...

Nesse caso concreto, milhares de pessoas reagiram, criticando as perguntas feitas à atleta, diante da postura preconceituosa, discriminatória e sexista, tendo a atleta recebido muitas mensagens de apoio, mas nem sempre é assim, muitas vezes a mídia cria uma imagem que sequer precisa ser verdadeira, mas que rende audiência e visualizações, sem se preocupar com as consequências para a vida social, esportiva e profissional daqueles que são explorados por este desserviço.

Desta forma, evidencia-se o controle de corpos de Foucault (1975; 1979), através de dinâmicas de poder que operam sobre os indivíduos e seus corpos nas sociedades modernas. A construção social do gênero e da sexualidade, revela como esses aspectos são profundamente moldados e regulados pelas instituições, que impõem normas e padrões que definem o que é considerado "normal" e "aceitável". A análise sobre o biopoder e a governamentalidade, do autor, nos mostra como, de maneira sutil e muitas vezes invisível, as instituições se apropriam do corpo humano, moldando comportamentos e identidades, seja por meio da medicina, da educação ou do esporte.

O biopoder, não se limita à repressão, mas também à administração da vida, onde o controle sobre o corpo se estende para as mais diversas esferas da existência humana, como a sexualidade, aqui abordada, e que deixa de ser apenas uma experiência pessoal e íntima para se tornar um campo de vigilância e regulação. A modernidade, ao institucionalizar esse controle, cria um sistema hierárquico que enreda os corpos em redes complexas de vigilância e disciplina. Este cenário é particularmente relevante para a análise da identidade de gênero e das sexualidades dissidentes, que são muitas vezes tratadas como corpos a serem corrigidos ou ajustados, seja pelo esporte, pela medicina ou pelas normas sociais.

No campo do esporte, as atletas *dissonantes* encarnam de maneira clara essa luta contra as estruturas de poder que buscam regulamentar seus corpos. Ao buscar seu espaço em um ambiente tradicionalmente dominado por um modelo de feminilidade ou masculinidade normativo, essas atletas não enfrentam apenas barreiras externas, como políticas discriminatórias ou expectativas sociais, mas também criam uma resistência interna. Este processo de resistência não se limita a uma confrontação com o sistema externo, mas se configura como um desafio às narrativas que, muitas vezes, tentam deslegitimar suas identidades como inadequadas ou "anomalias", como podemos observar nas experiências de atletas *dissonantes* no esporte. Para Foucault (1977), a resistência é sempre uma produção ativa, não apenas uma reação passiva, e implica a criação de novas formas de subjetividade que escapam ao controle tradicional.

Esse movimento de resistência está intrinsecamente ligado ao reconhecimento e à visibilidade das identidades dissidentes. Butler (2017) oferece uma contribuição fundamental ao enfatizar a política de visibilidade como um ponto chave para a transformação das normas sociais e políticas. Para ela, a existência visível e o reconhecimento de grupos marginalizados são imprescindíveis para a reconfiguração das estruturas de poder, pois permitem desafiar a hegemonia das normas dominantes de gênero e sexualidade. No caso das atletas *dissonantes*, a questão não se resume à simples presença delas no esporte, mas à validação legítima de suas identidades e de suas conquistas. A visibilidade dessas atletas não pode ser reduzida a um espetáculo sensacionalista ou a uma exceção à regra; ela precisa ser integrada como parte de uma narrativa maior de pluralidade e diversidade, que redefine os padrões estabelecidos.

Esse processo de reconhecimento e reconfiguração das normas sociais é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O que está em jogo é a transformação das narrativas que tradicionalmente marginalizam essas identidades. Como argumenta Hall (2016), a mudança começa com a produção de novas narrativas que desafiem as representações tradicionais.

Ao desafiar as estruturas opressivas que regulam suas identidades, as atletas *dissonantes* não apenas reivindicam um espaço no esporte, mas também contribuem para a transformação de um sistema de normas que busca silenciar e subordinar aqueles que não se encaixam no modelo hegemônico. A visibilidade, nesse contexto, torna-se uma ferramenta de empoderamento, uma forma de reconfigurar a sociedade, e não apenas um meio de adaptar-se a um padrão excludente.

## **1.2 — Raça e classe: interseccionalidade**

Buscando ampliar o conceito de gênero, apresentamos a categorização da interseccionalidade como um novo paradigma feminista que conjectura as identidades e as opressões visando o enfrentamento da hierarquia, da hegemonia e da exclusividade, mesmo dentro do próprio feminismo. (NASH, 2008)

Compreendendo raça e gênero como categorias muito simplistas, incapazes de capturar a complexidade das experiências da vida, a autora sugere que o gênero seja entendido como as variadas formas que as mulheres agem, pensam e sentem, sendo assim consideradas suas histórias, seus papéis, suas expectativas e limitações. (NASH, 2008)

A interseccionalidade é a uma ferramenta que permite aos estudiosos feministas uma melhor teorização da identidade e da opressão. Ela também representa uma forte crítica ao feminismo branco, classe média e heteronormativo.

E além de ampliar o conceito de gênero, com a análise dos eixos que nela incidem, corroboram com a visão teórica de que a categoria feminina possui muitas dimensões, além de alertar para o tamanho das diferenças contidas nela. Destacam-se, entretanto, alguns eixos como principais: a raça, o gênero, a classe, e ainda, a orientação sexual.

Este também é o entendimento de Crenshaw (2002) que conceitua a interseccionalidade como um processo de subordinação fundamentada em dois ou mais eixos, com consequências estruturais e dinâmicas.

A partir desta visão, fica mais fácil compreender também que o preconceito, a discriminação e a intolerância são bases em que se alicerçam a violência de gênero, seja na perspectiva simbólica, seja no aspecto material.

Neste sentido, podemos citar que estudos históricos e sociais ressaltam que a trajetória da mulher negra no Brasil é marcada pela luta e pela resistência, tendo como marcos a desvalorização do trabalho, a solidão, o preterimento, os estereótipos, a hipersexualização e a inferiorização das características fenotípicas, indicando que binômio racismo/machismo estão cristalizados nas nossas relações sociais. (CRELIER et al., 2016).

Um exemplo no esporte foram os ataques à judoca brasileira, Rafaela Santos, quando eliminada em uma fase prévia, nos Jogos Olímpicos de Londres (2012), sofrendo com insultos racistas, sendo chamada de “macaca”, o que expôs a vulnerabilidade de mulheres negras, diante de atitudes discriminatórias.

No tocante à associação de eixos, podemos afirmar que a mulher negra no Brasil, particularmente, encontra-se inserida em um ciclo de marginalização, além de envolvida em um universo de estereótipos. Conforme Carneiro (2011), este processo de preterimento, historicamente construído, pode ser percebido até mesmo no movimento feminista brasileiro, pois este não envolvia as reivindicações das mulheres negras, visto ser altamente eurocêntrico e ocidental.

Assim, estes processos de exclusão podem ser vistos em todas as esferas da sociedade, ainda que para nosso estudo a abordagem se situe no campo do esporte de alto rendimento, em particular nos Jogos Olímpicos. Nessa esfera, diversos casos de atletas negras, moradoras de comunidades, ou de atletas em dissonância de gênero, terão suas vidas esportivas atingidas, assim como ocorre com atletas de países mais pobres e do hemisfério sul.

Como exemplo destacamos o que ocorreu nos Jogos Olímpicos do Rio (2016), quando várias atletas negras como, Margaret Wambui, do Quênia; Francine Niyonsada, de Burundi; além de Caster Semenya, da África do Sul, respectivamente bronze, prata e ouro do atletismo, na prova dos 800 m, que foram obrigadas a realizar testes de feminilidade, que já não ocorriam desde 2000, dezesseis anos antes.

Observa Crenshaw (2002), que marcadores sociais, como gênero, raça, classe e sexualidade, entre outros, relacionam-se entre si, influenciando a forma como experimentamos a vida em sociedade, e, embora considere esses eixos distintos e excludentes, verificamos ser frequente que eles se interliguem, criando intersecções complexas com dois, três ou quatro eixos.

Crenshaw (1993) cria um alerta em relação ao problema da política de identidade que advém da confusão ou ignorância das diferenças intragrupo. Neste sentido, a violência experimentada por várias mulheres de mesmo grupo será diferente, em razão dos demais eixos ou marcadores sociais de raça e classe que incidirem individualmente, as diferenciando.

Logo, é importante considerar a diferença dentro dos grupos, pois cada qual, ainda que pertencente a um mesmo grupo aparentemente homogêneo, poderá sofrer a incidência de outros marcadores, capazes de gerar implicações diversas, por conta de suas individualidades.

Este conceito remete a uma teoria transdisciplinar que procura incorporar a ideia de que as identidades são complexas, devendo se analisar a questão das desigualdades sociais através de um enfoque integrado. (BILGE, 2009, p. 70). A compreensão dele, então, nos permite entender as diferentes opressões e suas formas de articulação, podendo, inclusive, estarem unidas.

Segundo Akotirene (2019), o conceito sociológico de interseccionalidade é um relevante instrumento de luta política, inclusão de minorias, afirmação de Direitos Humanos e, por conseguinte, de justiça social. Mesmo entendimento é encontrado nas palavras de Collins (2014), que considera que a interseccionalidade não só possibilita condições que favoreça o conhecimento dos fatores que implicam nas questões de gênero, mas ainda nos permite atuar em detrimento de justiça social.

Como consequência da união desses fatores, que se sobrepõem em momentos diferentes e de maneiras diversas, deu-se um processo de demarcação de lugares e não lugares para a mulher negra, também no âmbito esportivo. Um lugar de negação, chamado por Davis (2008) de invisibilidade.

Logo, concluímos se tratar de um processo que nos adverte para o fato de que vivemos em uma sociedade complexa, contraditória, que faz jus que nos preparemos estrategicamente

para o enfrentamento de um paradigma que consolida as múltiplas exclusões existentes. (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2008).

Entretanto, a interseccionalidade permite novos paradigmas teóricos para uma revisão de gênero, como também de toda a nossa organização social e cultural, a partir da teoria feminista, no tocante as exclusões e os privilégios no âmbito das práticas esportivas, tornando-se muito importante, a medida que fomenta a crítica dos esportes do ponto de vista interseccional.

### **1.3 - Matriz heteronormativa**

No percurso de toda a história das atividades físicas, incluindo o esporte, objetivos e padrões específicos são absorvidos de valores de um grupo social em particular, refletindo estruturas e ideologias de diferentes culturas. (PFISTER; BANDY, 2016)

Assim, tal qual na sociedade, também os esportistas precisam se apresentar como homens ou mulheres, em uma perseguida coerência de sexo, gênero e desejo. Aqueles que falham com essa perspectiva, acabam causando conflitos, ou, “problemas de gênero”. (BUTLER, 2013)

E embora as discussões de gênero e sexualidade no esporte não sejam recentes, seu enfrentamento ainda precisa ser cauteloso, visto que se trata de assunto que provoca preconceito, intolerância e perseguição.

Ao longo da história do esporte e dos Jogos Olímpicos, várias atletas tiveram suas vidas pessoais invadidas, foram e ainda são alvo de testes que violam seus corpos, tendo como finalidade verificar sua identidade feminina. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020)

Além de representar uma violação à intimidade das atletas, esse tipo de violação revela um tratamento desigual, uma vez que somente mulheres passam por exames tão invasivos e humilhantes.

A consequência disto ainda é mais negativa, pois a partir destes exames, atletas passam a estar em julgamento de suas vidas pessoais e profissionais pelos demais atletas, pela mídia, pelos torcedores, pelos dirigentes esportivos.

A lógica heteronormativa no esporte moderno, afirma Pfister (2003), criadas por e para homens, excluíram as mulheres até o final do século XIX, muitas vezes, conforme Heggie (2010) utilizando-se do argumento de que a aparência física, a massa muscular e a competição

seriam um sério risco a fertilidade, assim, a perspectiva da saúde, foi, e muitas vezes ainda é utilizada como desculpa para afastar as mulheres de diversas atividades esportivas.

A partir daí as atletas precisam passar pelo crivo de autoridades médicas, que procuram vasculhar e expor seus corpos para descobrir a existência ou não de uma “suposta vantagem injusta”, que ocorreria apenas na categoria feminina.

A implementação desta política fez com que mulheres que não tivessem dentro de um padrão de referência determinado ao sexo feminino, não só passassem a temer por suas carreiras esportivas, mas também por uma exposição pessoal, como alvos de comentários debochados, de julgamentos da sociedade, de preconceitos.

Para compreendermos a lógica do mundo do esporte de rendimento<sup>s</sup>, nos valeremos da análise de Bourdieu (1996) que considera a existência de uma dominação masculina sobre a mulher vivenciada não de maneira direta e simples através da ação de dominantes sobre dominados, mas sim de uma forma indireta, através de um conjunto de ações que são complexas e forjam a estrutura do campo através do exercício da dominação. Isto ocorre de uma forma perversa, não evidente, muitas vezes imperceptível aos que a sofrem, levando muitas mulheres a se sentirem culpadas, sendo ainda cobradas, por uma sociedade que avança com dificuldades.

Tudo isto está presente na discussão sobre o conceito de legitimidade, onde as diferenças biológicas são chamadas e mobilizadas em busca de fundamentar as diferenças sociais e, assim sendo, estes elementos projetam a diferenciação do ser masculino e do ser feminino, onde os primeiros são enaltecidos, enquanto as semelhanças entre ambos são ignoradas. (BOURDIEU, 1996)

A legitimidade feminina está interligada ainda, as noções de delicadeza do seu corpo, de seu gestual e da submissão de seus atos, enquanto, a masculinidade é legitimada pela força, virilidade, seja na vida, ou na prática esportiva.

Esta perspectiva heteronormativa exige da atleta uma série de adequações envolvendo, desde a sua imagem corporal, até seus movimentos e suas expressões, para que fiquem em conformidade com o seu sexo. (SILVA; BOTELHO-GOMES; QUEIRÓZ, 2017, p. 55)

Logo, ao longo da história do esporte de alto rendimento, as diferenças biológicas são sempre trazidas à discussão no sentido de fundamentar as diferenças dos papéis sociais e do lugar que a mulher deveria ocupar ou se afastar, estabelecendo ainda uma hierarquia entre as características masculinas (como força, potência) em detrimento das femininas (como flexibilidade, delicadeza) e o que elas correspondem em termos de funções, sendo as características masculinas consideradas mais importantes, enquanto as femininas menos,

assuntos estes que, salvo melhor juízo, nada tem a ver com o esporte, que apenas se refere a performances e resultados, não cabendo a discussão de identidades.

As semelhanças também tendem a ser obscurecidas, ou alvo de críticas. Em outras palavras, uma mulher passa a ser mal vista, mesmo no ambiente esportivo, quando apresenta uma musculatura hipertrofiada, compondo uma imagem de corpo que transgride o que está associado à imagem de um corpo feminino, afetando sua configuração perceptível, ou mesmo a sua atitude.

Entretanto, a imagem do corpo do atleta é resultado das qualidades físicas necessárias para a destreza do esporte que pratica, ou seja, em esportes que requisitam a força e a potência, levarão a constituição de um corpo com a musculatura mais desenvolvida do que em esportes que necessitam de maior leveza, sendo estas qualidades que irão determinar a imagem de seus corpos, e não a categoria de sexo, e neste sentido, seu corpo, é o reflexo de seu trabalho.

O esporte, desde sua origem, tende a forjar não apenas corpos, mas também padrões de movimentos e comportamentos, através de expressões e gestos formalizados, e assim, deveríamos nos questionar o quanto isto pode ser positivo e o quanto isto nos assujeita.

A Ginástica Rítmica, por exemplo, é uma prática que incorpora os traços convencionais do feminino, forjados a cada treino. Ela exagera e acentua marcas corporais, comportamentos, atitudes, vestimentas culturalmente identificadas como femininas, rejeitando inclusive os gestos muito expansivos, a alimentação além do necessário, para que a “leveza” e a beleza, sejam cuidadosamente mantidas, além da sensibilidade, representados pelo gestual da ginasta, sempre muito delicado.

Também são impostas normas em busca de uma maior harmonia dos corpos. Enfim, muitos são os cuidados com a aparência, que são apresentados como imprescindíveis para certa simetria corporal, requisito indispensável desta ginástica.

Toda a representatividade da Ginástica Rítmica reside na feminilidade, e isto fica notório com a própria resistência de existir uma categoria masculina olímpica. Também no ambiente desta prática, procura-se uma distinção com a própria Ginástica Artística, como fosse este um esporte mais embrutecido.

E através destes modos e técnicas de se cuidar do corpo vão sendo produzidos corpos “adequadamente femininos”, e afastando quaisquer comportamentos e traços masculinizados, neste ambiente que não permite espaço para identidades diversas e plurais de mulheres.

E se o esporte, em geral, é marcado como prática social especialmente masculina, apresentando elementos tais como a dominação, o controle, a virilidade; existem algumas

modalidades, que funcionam como um gueto, e que apesar de aparecerem como expressão contrária a esta lógica, na verdade compartilham dessas características.

Quanto à expectativa de atributos que caberiam à mulher, ainda existe a questão da maternidade, que, segundo imposto por homens, daria sentido à sua vida (BOURDIEU, 2007). Este atributo muitas vezes colide com a conduta que se espera da mulher enquanto atleta, no tocante ao seu planejamento de vida desportiva.

Devemos considerar que muitos clubes têm o costume de incluir cláusulas em contratos de trabalho que impedem a atleta de engravidar durante sua vigência, prevendo a rescisão imediata e a aplicação de uma multa no montante dos salários que já recebeu.

E apesar de algumas instituições discutirem a licença-maternidade, esta questão permanece sem solução. A exemplo disto citamos o caso da jogadora da seleção brasileira de voleibol, Tandara Caixeta, primeira atleta brasileira a propor uma ação na Justiça Trabalhista para reconhecer seu direito à licença maternidade, uma vez que em 2015, quando estava grávida, passou a receber apenas o valor previsto em carteira pelo seu empregador, o Praia Clube, não percebendo o "direito de imagem", que correspondia a 99% dos rendimentos, renovado.

Também pesa sobre as atletas que desejam ser mães o risco de perda de verbas de patrocínio, como os casos das atletas que, nos últimos anos, ou por estarem grávidas, ou por manifestarem o desejo de engravidar, tiveram problemas com seus patrocinadores, como: a espanhola Blanca Manchón, da Vela, a francesa Mélina Robert-Michon, do lançamento de disco, e as americanas, Alysia Montañó e Kara Goucher, ambas do atletismo.

Logo, trata-se de um atributo que pode ter consequências muito duras nas carreiras das atletas, impactando negativamente, e levando a um sério conflito, até para atletas que desejam ser mães, já que os riscos de engravidar são tão altos que muitas vezes este sonho é adiado.

Também devemos considerar que muitas atletas estão tão focadas em suas profissões que sequer desejam interromper um momento promissor para serem mães, e ainda, algumas podem nunca desejar a maternidade.

Uma outra questão é apresentada por Dunning e Maguire (1997, p. 340) quando afirmam que, “[...] o esporte tende a representar uma importante fonte de experiência da validação da masculinidade a ser percebida como uma barreira contra a feminilização e a emasculação”, logo cabe aos homens a manutenção de sua posição de dominância neste ambiente.

Então, além de reforçar comportamentos das atletas dentro do que seria adequadamente feminino, também, impõe e reforça a lógica da dominância masculina, que pode ser bastante cruel para atletas homens, podendo levar, inclusive a uma masculinidade tóxica, quando

imprime padrões de comportamento a indivíduos do sexo masculino, geralmente ligados a comportamentos agressivos e mesmo violentos, valorizando a força física e entendendo as emoções como um sinal de fraqueza. Nesse cenário, atletas homens homossexuais também podem se sentir sufocados, por precisarem se apresentar como heterossexuais.

Assim, trata-se de um espaço onde não só ficam definidos lugares e papéis a serem repetidos, como diante de uma tentativa de mudar o *status quo*, logo surgem pressões, preconceitos, além de consequências econômicas, no que diz respeito a patrocinadores, como ainda, ao afastamento de atletas de seus clubes.

Desta forma, as mulheres acabam por definir seus corpos e suas atitudes pelas normas a elas impostas pela sociedade (BOURDIEU, 1983), reforçando o imperativo de ser mulher, que como todo imperativo, permite pouca ou nenhuma contestação; sendo, pois, “quase uma norma que desenha um jeito natural de ser e de comportar” (GOELLNER, 2000, p. 40), algo que existe há muito e que ainda nos impregna, não nos permitindo uma total libertação, o que, muitas vezes se antagoniza com a própria prática esportiva, e o receio da “masculinização” dos corpos.

A matriz heteronormativa que permeia o esporte não se limita apenas a uma exigência de conformidade com os papéis de gênero tradicionalmente atribuídos, mas também a uma construção da "normalidade" baseada na lógica binária e na heterossexualidade. Isso cria uma estrutura rígida que exclui ou marginaliza aqueles que não se alinham a essas normas. No caso da atleta *dissonante* o seu corpo, suas performances e suas identidades se tornam alvo de um processo contínuo de regulamentação e vigilância.

A presença da atleta dissonante questiona a naturalização dos corpos “adequados” ao esporte, levando a um confronto direto com as expectativas de feminilidade ou masculinidade normativas. Como argumentam Butler (2013) e Foucault (1975), a construção social de gênero no esporte reflete um campo de poder onde a normalização e a exclusão operam em conjunto. Assim, a atleta dissonante não só desafia as regras explícitas sobre o que é considerado um corpo feminino ou masculino, mas também expõe a violência implícita nas normas esportivas que, ao invés de promoverem a diversidade e a inclusão, reforçam estigmas e margens de aceitação limitadas.

Este fenômeno não ocorre sem resistências, e, à medida que atletas *dissonantes* se apresentam ao público, elas colocam em questionamento a ideia de que o esporte deve ser, em sua essência, uma prática exclusivamente binária e heteronormativa. O confronto entre as atletas dissonantes e a lógica hegemônica do esporte revela não só as tensões com a cultura esportiva tradicional, mas também a possibilidade de ressignificar as próprias práticas, criando

novos espaços de resistência e representatividade para identidades que historicamente foram marginalizadas.

#### 1.4 – Misoginia e dominação

Os Jogos Olímpicos da Modernidade são baseados nos Jogos da Antiguidade, que homenageavam o deus supremo e maior divindade do Olimpo, Zeus (BARROS, 1996) e tinha como regra, tão somente, a participação de homens livres, cidadãos gregos ou filhos legítimos de gregos. (GARCIA, 2012)

Mulheres e estrangeiros não eram amparados pela legislação, tal como devedores de impostos, escravos e assassinos. Logo, os Jogos eram destinados exclusivamente à aristocracia masculina grega. (GARCIA, 2012)

Lemos e Pereira (2019), quando tratam da cultura grega, afirmam que a misoginia, como um valor cultural, influenciou toda a história cristã ocidental, causando um grande mal às mulheres até os dias atuais.

Os autores afirmam ainda que, como consequência, encontra-se, ainda hoje, “entranhado no inconsciente coletivo, em pleno século XXI, uma forma de desprezo pelo sexo feminino.” (p. 98)

Inclusive no mito grego da criação da mulher (Pandora), pode-se destacar que além de sua ingenuidade, é percebido um menosprezo que possuíam pelo sexo feminino, visto que a razão de sua criação fora a vingança, ainda que possamos notar certa ambiguidade, uma vez que Zeus, ao mesmo tempo que prepara uma praga, oferece-a ao homem como uma oferta agradável. (LOPES, 2012)

A mulher grega não possuía voz, nem cultura, nem tinha acesso ao poder da escrita.

Silenciada pelos costumes e destinada somente à procriação, a esposa amargava uma existência humilhante na qual a válvula de escape não eram as grandes e graves questões de Estado. [Não lhe era dada oportunidade] para desenvolver aptidões, via instrução formal, condenada à ignorância, inconscientemente alimentou o mito de inferioridade, de alguém que só se preocupa com coisas frívolas e efêmeras. (LEMOS; PEREIRA, 2019, p. 103)

Se por um lado o homem grego alimentava um desprezo pelo sexo feminino, sendo o casamento entendido, inclusive, como uma obrigação civil e política sem que o amor estivesse

envolvido, por outro deslocou sua admiração para outro padrão de beleza - do feminino para o masculino, elegendo o efebo (adolescente masculino) como “o ideal de beleza”. (LEMOS; PEREIRA, 2019, p. 104)

Então o que poderia nos parecer uma consequência natural de uma sociedade patriarcal, ou seja, apreciar a beleza do corpo feminino, perde o sentido, diante do fascínio ao corpo masculino, como o protótipo perfeito da beleza. (LEMOS; PEREIRA, 2019)

Bem verdade que o conceito de beleza dos gregos era também um conceito associado a um conceito de bom, do útil (Sócrates) e do homem abençoado pelos deuses, enquanto para as mulheres a beleza estava associada a uma ideia de perversão, como a história de Pandora.

Assim, a filosofia do século V, pautada na lógica da beleza masculina como padrão da perfeição, subjugou ainda mais a mulher. (LOPES, 2012) Logo, a imagem idealizada pelos gregos, que se liga ao valor de perfeição, mantinha correspondência com o conceito do masculino, não incluindo as mulheres na sua concepção de corpo perfeito, que era pensado e produzido no masculino. (ROSÁRIO, 2004)

Trazendo para as discussões do esporte atuais, podemos perceber a questão da masculinidade abertamente misógina de um estudo bastante recente entre os torcedores de futebol do sexo masculino, que, nos dias de hoje, ainda se manifestam com atitudes hostis e sexistas em relação ao esporte feminino.

Este estudo foi realizado entre setembro de 2015 a janeiro de 2016, com fãs de futebol do Reino Unido, através de 150 fóruns online de fãs de futebol do Reino Unido voltados para o jogo masculino, obtendo respostas de 1950 homens. (POPE; WILLIAMS; CLELAND, 2022)

O estudo demonstrou uma misoginia significativa, sendo inúmeros os exemplos de homens, de todas as faixas etárias, que marcaram o estudo com atitudes altamente sexistas e machistas, entendo que este ambiente não seria um espaço para as mulheres, representados por 68% das respostas. (POPE; WILLIAMS; CLELAND, 2022)

É possível perceber, ainda hoje, a existência de um sentimento que resiste em aceitar o feminino, se traduzindo em uma prática comportamental machista, onde opiniões e atitudes procuram as desigualdades e a hierarquia entre os gêneros, consolidando a crença de uma superioridade masculina.

Vale concluir acenando para a existência de relações de poder e dominação que tendem a negar as diferenças identitárias, ao mesmo tempo que em sua tentativa de normalizar as relações entre os gêneros vai relegando à margem alguns sujeitos, como mulheres *consonantes*

e pessoas com dissonância de gênero, que, no entanto, sofrem de forma habitual como alvo de práticas de dominação e violência.

As práticas de dominação em relação às mulheres geralmente se dão a partir do sexismo e acontecem baseadas principalmente na falácia da supremacia biológica masculina, podendo, entretanto, chegar ao extremo com uma postura de ódio (misógina).

Os discursos eugenistas e clássicos filosóficos preconizaram durante séculos o homem heterossexual e branco como ideal biológico e social, provendo-o de representações universais, que o destacou como modelo de perfeição, enquanto o feminino fora entendido como incompleto, imperfeito e disposto à suposta serventia ao corpo masculino dominante.

O entendimento do conceito de dominação masculina remete à noção de que o masculino e o feminino se diferenciam na forma de uma oposição e de uma assimetria, sendo o masculino hierarquicamente superior ao feminino. Concebida como neutra, a lógica androcêntrica passa a dispensar justificção e, por sua vez, cria uma imensa máquina de reprodução, operando em diversas dimensões, em um sistema de estruturas duradouras que são reproduzidas tanto objetivamente como subjetivamente, uma vez que estão inscritas nas coisas, nos corpos, nas mentes, nas atividades. (BOURDIEU, 2002)

A reprodução destas estruturas se dá especialmente por meio de vias simbólicas, assim compreendido como coerção simbólica ou violência simbólica. (BOURDIEU, 2002)

Logo, em seus mecanismos estruturais mais profundos, comportamentos e configurações historicamente obscurecidas, existem elementos de dominação que se instituem nas relações sociais, reproduzindo as desigualdades.

Um “homem viril” e uma “mulher feminina” seriam artefatos sociais criados a partir de um complexo processo de construção simbólica que atua por meio de diferentes formas legitimadas de se servir do corpo. (BOURDIEU, 2002)

Assim, a análise que permeia todo o primeiro capítulo, está centrada na noção de corpos: masculinos, femininos, suficientemente femininos ou não, etc. E isto pode ser verificado, desde a simples observação da presença da palavra corpo no texto, que se repete inúmeras vezes, até o desenvolvimento dos conceitos assinalados, que se fundam nas noções do corpo em si.

À medida que dividimos a sociedade nesta forma dual, sem permitir que existam outras possibilidades, além de excluirmos os que não se enquadram, ainda classificamos aqueles que se encontram em posição de superioridade e os que se encontram em inferioridade, sequer considerando a complementaridade como opção.

Entendemos que se trata, portanto, de uma discussão particularmente ocidental, androcêntrica e sobretudo visual, uma vez que remete sempre à nossa visão dos corpos e a suas

expressões: “o corpo está sempre em vista e à vista (...) [sob] um olhar de diferença, um olhar de diferenciação – o mais historicamente constante é o olhar generificado”. (OUEWÙMÍ, 2021, p. 45)

## 2 – NOVOS CORPOS, NOVAS DIRETRIZES

O segundo capítulo se dedica as questões da categoria feminina, desde a inclusão das mulheres nos Jogos Olímpicos, a luta por permissões a modalidades do evento, conquistas através de ativismo e enfrentamento e a introdução de testes de feminilidade - que apesar de ter o caráter de proteger as mulheres da possibilidade de homens estarem se passando por elas para competir, apenas foi capaz de identificar a participação de atletas intersexuais. Segue-se a isto, toda uma política esportiva de controle de corpos.

Os testes de verificação de sexo, implementados com o argumento de evitar fraudes na categoria feminina, constituem, de fato em um “enquadramento classificatório de pessoas” que não se ajustavam no padrão binário heterossexual homem/mulher. (OLIVEIRA, 2016, p. 34)

Esta política se inicia com os testes de sexo, começando com testes visuais e táteis e indo até a análise cromossômica e hormonal, em busca de definir os limites de uma feminilidade aceitável, com isto excluindo atletas, mesmo sem a comprovação da existência de vantagem indevida em relação às demais. E apesar do abandono por parte do COI da obrigatoriedade da realização dos testes de sexo a partir do ano 2000, algumas modalidades ainda fazem uso dos deles.

Diante de nova demanda, em 2003 surge uma política de inclusão de atletas transgênero, com o Consenso de Estocolmo<sup>2</sup>, e a partir de então se dá início ao processo de regulação para a categoria feminina, em relação às atletas dissonantes, passando por legislações e diretivas do Comitê Olímpico Internacional (COI) e Federações Internacionais (FIs).

Seguem-se ao Consenso de 2003, estudos no campo da biologia, uma Agenda propositiva em 2014 (Agenda 20+20), novo Consenso em 2015<sup>3</sup> e o atual Quadro de Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo, todos documentos declarativos que buscam orientar as Federações Internacionais em relação a uma política inclusiva. Entretanto, a realidade aparece em casos como o de Caster Semenya que em decisão final do Tribunal Arbitral do Esporte justifica sua decisão em uma **ciência injusta**. Assim, por força de políticas esportivas que validam critérios biológicos como determinação de vantagem atlética, atletas dissonantes não são incorporadas aos Jogos Olímpicos.

---

<sup>2</sup> Em outubro de 2003, um comitê ad hoc convocado pela Comissão Médica do COI se reuniu em Estocolmo para discutir e emitir recomendações sobre a participação de indivíduos que sofreram redesignação sexual no esporte. (IOC, 2003)

<sup>3</sup> Em novembro de 2015, um comitê ad hoc convocado pela Comissão Médica do COI se reuniu para discutir e emitir recomendações sobre redesignação sexual e hiperandrogenismo.

Neste processo muitas mulheres foram mutiladas, obrigadas a fazerem uso de hormônios, expostas e julgadas por suas condições, sendo criada uma categoria de não mulheres, que deveriam ser consertadas.

E mesmo diante do Quadro de Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo, de 2021, que apresenta sugestões para as Federações Internacionais, substituindo as declarações propositivas anteriores, mas não avançando em relação a discussão quanto a estrutura binária do esporte, sua consequência tem correspondido a implementação de uma série de regulamentações por parte de Federações Internacionais mais restritivas e excludentes em relação às atletas dissonantes.

## **2.1 – A inclusão feminina**

Segundo Chiés (2006), a proibição da participação feminina pelo idealizador das Olimpíadas, o Barão Pierre de Frédy, se deu de forma ativa, por ter entendido que a presença da mulher poderia vulgarizar um ambiente cheio de honras e conquistas, e seria, como Coubertin afirmava, uma traição aos ideais olímpicos, pois corpos imperfeitos não deveriam participar do evento, numa clara postura machista e sexista, alicerçada em um sentimento misógino.

Conforme Camargo (2020) o nascimento do movimento olímpico moderno é *masculinista*. E isto não é apenas uma afirmação feminista, se fundando na própria história, visto que os esforços classistas da aristocracia francesa e europeia, conceberam os Jogos sobre valores vigentes da “sociedade europeia de fins do século XIX, que trazia subentendida a proeminência do lugar do homem sobre o da mulher.” (CAMARGO, 2020, p. 3)

No entendimento de Goellner (2006), a presença feminina no mundo do esporte representava uma ameaça, pois a sociedade moderna era construída e dominada por valores masculinos, logo as características, a partir da presença da mulher mais ativa, traria para o contexto social qualidades entendidas como constitutivas de sua feminilidade e complementaridade, pois, havendo uma parceria da mulher com o homem em atitudes e hábitos sociais, a mesma poderia simbolizar um modo moderno e civilizado de ser.

Devide afirma que as arenas e os anfiteatros eram espaços que imperavam os atributos inerentes à competição, tais como a força, a potência, e onde a virilidade e a coragem seriam

essenciais na construção de corpos de homens que forjassem o ideal de masculinidade, mantendo “o poder dos significados dos Jogos e a celebração pública da força masculina”, além da “ordem de gênero dominante” (DEVIDE, 2005, p. 90)

A participação da mulher nos Jogos se inicia na II Olimpíada, em Paris (1900): eram 22 mulheres e 975 homens, competindo nas modalidades tênis e golfe (COB, 2015) e arco e flecha, apenas modalidades consideradas graciosas e apropriadas para o desempenho de seus corpos. (GOELLNER, 2016). E ainda assim isso se dá em meio a muita contestação.

Nas Olimpíadas de Londres (1908), tiveram exposições de patinação, ginástica e iatismo feminino e em Estocolmo (1912) na 13ª sessão do COI, pela primeira vez, ocorreu uma discussão pontual sobre a inclusão de um programa oficial e específico feminino, sendo a natação e o tênis oficialmente integrados à programação das mulheres nos Jogos. (COLLI, 2004).

Entretanto, a primeira referência à participação feminina só é encontrada na Carta Olímpica de 1924. O texto admitia a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos. O conteúdo se mantém inalterado até 1949, quando foram definidas as modalidades.

A partir de 1918, após a Primeira Grande Guerra Mundial, parecia que este processo de inserção das mulheres no programa olímpico seria mais favorável, entretanto, existia uma resistência do Comitê em relação ao atletismo, elaborado tal qual o mais viril dos esportes olímpicos. (RIAL; GROSSI, 2016).

Como forma de resistência a restrição existente, destacamos a história da ativista Alice Milliat, nadadora, jogadora de hóquei e remadora, além de professora, intérprete de inglês e francês, taquígrafa e escritora: era membro do *Fémina Sport*, um dos primeiros clubes esportivos femininos do mundo, fundado em 1912, do qual se tornou presidente em 1915. Escreveu artigos sobre a temática do esporte feminino para a “Auto”, uma publicação francesa. (HERRERA, 2020)

Entrou para a Federação do Esporte Feminino e logo assumiu sua liderança (1919), tornando-a uma entidade internacional, passando a se chamar *Fédération Sportive Féminine Internationale* (FSFI) ou Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI) em 1921, instituição voltada unicamente à disseminação do esporte feminino. Esta entidade foi responsável por organizar competições femininas de futebol, como o primeiro campeonato francês, de 1920, além de competições de atletismo, basquete e hóquei, e, em 1922, a primeira edição dos Jogos Olímpicos Femininos, em Paris. (RIAL; GROSSI, 2016; HERRERA, 2020)

Em 1919, a ativista solicitou ao COI que as mulheres passassem a integrar o programa de atletismo nos Jogos Olímpicos, mas teve seu pedido negado, o que estimulou a criação dos

Jogos Olímpicos Femininos em 1922. Estiveram nestes Jogos 77 mulheres de cinco países: Suíça, Inglaterra, Tchecoslováquia, Estados Unidos e França. As mulheres participaram de provas de atletismo e durante o evento foi decidido que os Jogos Femininos ocorreriam a cada quatro anos. (HERRERA, 2020)

Os primeiros Jogos Olímpicos Femininos tiveram tanto sucesso que foram ainda realizadas edições em 1926, 1930 e 1934, mas já sob nova nomenclatura, os Jogos Femininos Mundiais, pois o sucesso alcançado abriu espaço para uma nova negociação com o Barão de Coubertin, que reconsiderou seu posicionamento, até então contrário a participação das mulheres no programa de atletismo olímpico, para isto o evento que se destacava, deveria mudar de nome, não podendo mais usar o nome “Jogos Olímpicos”. (RIAL; GROSSI, 2016).

De toda a forma, 112 anos depois da primeira participação dos Jogos, na XXX Olimpíada em Londres (2012), a participação feminina representou cerca de 44% do total de atletas, ressaltando que, pela primeira vez, a mulher competiu em todas as modalidades esportivas e todos os 204 países participantes contaram com a presença feminina em suas delegações (COB, 2015). Em Tóquio 2020, não houve a participação de 50/50, entre homens e mulheres, mas Paris 2024, constitui um marco histórico, com 5250 vagas para cada sexo. Além disso, a delegação brasileira teve maioria de atletas mulheres, 153 (55% da delegação). (REDAÇÃO DO GE, 2024)

Soma-se a esta marca, a de 20 medalhas nos Jogos de Paris, sendo que as atletas mulheres conquistaram 12 (60%) - 03 de Ouro, as únicas da delegação, (100%); de Prata 04 (20%) e de Bronze 05 (25%)<sup>4</sup>. (REDAÇÃO DO GE, 2024)

Esta inclusão, a contragosto, das mulheres no atletismo, teve um preço a pagar, pois, ao ocupar um lugar que deveria estar reservado aos homens e seu poder físico, ao assumirem um lugar dedicado à adoração e à supremacia masculina, um clima de desconforto e desconfiança se concretizou em ações em busca da verificação de sexo.

Até porque, muito rapidamente as frágeis mulheres começam a se transformar em mulheres fortes e hipertrofiadas, com desempenho mais elevado do que se esperava, fazendo surgir suspeitas de que homens poderiam estar se passando por mulheres nas competições. E para proteger as senhoras que avançavam nos programas dos Jogos, deveriam ser adotadas medidas que resguardassem seus direitos.

---

<sup>4</sup> As medalhas conquistadas pelas atletas mulheres do Brasil, foram: de Rebeca Andrade (Ginástica artística – ouro, prata e bronze - além do bronze por equipes); Beatriz Souza (Judô), ouro; Duda e Ana Patrícia - Vôlei de praia – ouro; Futebol feminino – prata; Tatiana Weston-Webb - Surfe – prata; Rayssa Leal - Skate street – bronze; Larissa Pimenta - Judô – bronze; Bia Ferreira - Boxe – bronze; Ginástica por equipes bronze; Vôlei feminino – bronze. (REDAÇÃO DO GE, 2024)

O jogo justo ou fair play, legitimou a introdução de testes de verificação de gênero no Movimento Olímpico, respaldado na argumentação de que sua participação estava, de alguma forma, ameaçada, isto porque a superioridade de força física dos homens, que estariam se passando por mulheres, levaria a uma desigualdade de condições (OLIVEIRA, 2016). Os testes afastariam, pois, o homem que tentasse se disfarçar de mulher, para competir na categoria feminina.

Mas, o que de fato aconteceu a partir dos testes “foi o enquadramento classificatório de pessoas” que não se ajustavam no “padrão binário heterossexual homem/mulher”. (OLIVEIRA, 2016, p. 34)

## **2.2 – A corporalidade desviada**

Os testes de feminilidade, não encontraram homens competindo na categoria feminina, mas visibilizaram atletas femininas que se encontravam fora do padrão binário heterossexual, as mulheres intersexuais, estas por sua vez encontram-se no que aqui consideramos pessoas com corpos dissonantes, disruptivos, não normativos, estando ainda dentro do que é considerado corporalidade desviada.

Pessoas com corpos dissonantes se encontram nos limites fronteiros dos corpos normativos, e por este motivo são segregadas, visto serem consideradas transgressoras, seja por romperem com um padrão de beleza, uma estética estabelecida, seja por terem corpos com alguma deficiência. (CAMARGO, 2014)

Mas ainda que estas pessoas sejam segregadas e invisibilizadas, de alguma forma, fato é que, ao contrário, elas existem, e por mais que os espaços esportivos muitas vezes tentem afastá-las, sua persistência e luta farão com que ingressem neste lugar, subvertendo a lógica das pessoas com corpos normativos, fazendo surgir novas lógicas simbólicas nos ambientes esportivos.

O conceito de corpos dissonantes se relaciona tanto com corpos com alguma deficiência, como também com corpos em dissonância de sexo-gênero-sexualidade, se caracterizando como exemplos de elementos disruptivos. (CAMARGO, 2014)

Podemos exemplificar tais afirmativas com o aparecimento do atleta sul-africano paralímpico, congenitamente biamputado, Oscar Leonard Carl Pistorius, que teve a sua

primeira tentativa de participação, na Olimpíada de Pequim, 2008, rejeitada pela Associação Internacional de Federações de Atletismo, por considerar que as suas próteses lhe conferiam vantagem sobre os demais atletas.

Posteriormente, em grau recursal, a decisão foi revisada pelo Tribunal Arbitral do Esporte. Neste evento, entretanto, Pistorius não obteve a marca mínima para correr na prova de 400 metros.

Mas ele retornou nos Jogos de Londres, em 2012, sagrando-se o primeiro atleta paralímpico em igualdade de condições com atletas considerados normais. Infelizmente, neste retorno, Pistorius também não ultrapassou as semi-finais dos 400 metros rasos.

Destaca-se aqui o poder que o esporte possui de se apresentar como um organizador da “corporalidade difusa, atípica, por vezes entendida como anormal”. Logo, “se a deficiência perde a centralidade”, ela poderá não só ser aceita como também ser consumida, e neste caso, o corpo pode, inclusive, ser “permitido”. (TORRI, 2019, p. 130)

Muito importante ainda compreender que, quando uma pessoa com corporalidade disruptiva “entra na arena” e comporta-se como uma pessoa com corporalidade normativa, ela supera sua dita deficiência e “o esporte funciona como um ‘normalizador’ para sua presença”. (TORRI, 2019, p. 130)

Então, aquele estigma que o atleta trazia consigo passa a ser minimizado durante o período da ocorrência do fenômeno esportivo “e pode ajudar a consentir a presença deste, até mesmo, fora do momento de jogo”. (TORRI, 2019, p. 130)

Isso ocorre porque a performance esportiva “instaura algum tipo de dilema ou conflito, seja com o próprio corpo e seus limites tangíveis, seja com outros corpos”. (TOLEDO, 2012, p. 2)

Assim, as transgressões, materializadas pela presença de pessoas com corpos dissonantes se colocam no sentido do respeito ao jogo, “não como antítese ou simetria, mas instabilidade necessária para se ater aos processos em curso” e neste sentido, as práticas esportivas dissonantes estariam nele inseridas, ao mesmo tempo em que vão provocando dentro dela pequenas fissuras. (TOLEDO, 2012, p. 2)

A presença destas pessoas no ambiente esportivo rompe com a normatividade instituída, uma vez que interrompe a linearidade sexo-gênero-sexualidade, abalando a matriz heteronormativa - lógica estabelecida no esporte. Portanto, o que deriva de suas presenças são práticas esportivas dissonantes, pois, apesar de serem manifestações atléticas que performam, não se enquadram nos moldes do universo esportivo convencional. (CAMARGO, 2016)

Neste caso, podemos exemplificar tal demanda, pela participação da atleta neozelandesa Laurel Hubbard nas Olimpíadas de Tóquio, 2020, se tornando a primeira esportista declaradamente mulher transgênero a participar dos Jogos, ainda que não tenha se classificado para a final da categoria +87kg, após falhar nas suas três tentativas.

Laurel iniciou sua carreira, na década de 1990, competindo no levantamento de peso na categoria masculina, mas em 2001, aos 23 anos, se afastou do esporte.

Em 2012 deu início a seu processo de transição de gênero, através de terapias hormonais, e no ano seguinte, se declarou uma mulher transgênero, e após mais de uma década afastada do esporte, voltou a competir no levantamento de peso, agora na categoria feminina, chegando à Tóquio 2020.

Tudo isto só foi possível por conta da mudança, em 2015, dos requisitos de elegibilidade do COI para mulheres trans competirem no esporte, ou seja, de que elas tivessem menos de 10 nanomols livre por litro de sangue (nmol/L) de testosterona, por pelo menos 12 meses, regra esta também utilizada pela Federação Internacional de Levantamento de Peso (International Weightlifting Federation - IWF) nesta época.

Ao final desta competição que levantou calorosa discussão sobre a participação de mulheres trans no esporte olímpico, o COI se posicionou através de seu diretor médico, Richard Budgett, afirmando ser a atleta uma mulher, que compete em conformidade com as regras de sua federação, destacando sua coragem e perseverança, como atributos que deveriam ser homenageados. (FRANCE PRESSE, 2021)

A lógica da inclusão no esporte, mais uma vez, pareceu ter a capacidade de normalizar a presença da atleta nos Jogos, a despeito de tamanha polêmica envolvida com sua participação, além de até certo ponto, ter parecido derrubar os argumentos de que ela estaria em alguma situação de vantagem, visto que seu resultado foi abaixo do esperado.

Cabe ainda tratarmos a corporalidade desviada. Assim partimos da corporalidade, que possui entendimento de uma particularidade ou característica do corpóreo, para chegarmos a corporalidade desviada que se relaciona com a identidade social e diz respeito aos corpos não normativos que atuam como arquétipos socioculturais, entrecruzados por diversos marcadores históricos e culturais, atribuindo a eles significados simbólicos, normas e valores em detrimento do espaço em que atua. (GOELLNER, 2007; 2010)

Como, em nosso estudo abordamos o esporte, entendido como fenômeno social moderno, mas, sobretudo, um campo ainda bastante normatizado(r), sua manifestação e reprodução difundem normas e valores, que tendem a naturalizar processos, formas e regularidades na atuação, e isto tudo de forma muito bem demarcada e sistematizada. A partir

da lógica binária e heteronormativa, este espaço de reserva masculina, tende a (re)produzir desigualdades, definir de papéis, isto repetitivamente, em sua prática cotidiana. (GRESPLAN; GOELLNER, 2014). Assim, são entendidas como desviantes aquelas que trazem alguma particularidade ou característica, seja em seu corpo, seja em seu comportamento, que não pareçam estar em harmonia com o que o ambiente apregoa.

Existem modalidades que, por sua história, ou talvez por sua dinâmica, acabam se constituindo espaços onde facilitam o surgimento e o desenvolvimento de atletas com corporalidade desviada, tal qual podemos citar o voleibol, que revelou Tiffany Abreu, uma atleta que não se encontra dentro dos modelos previamente estabelecidos, atleta de alto rendimento do vôlei feminino, que “transita entre as polaridades esportivas e se insere no esporte moderno de ordem tradicional, possibilita a amplificação dos horizontes que versam sobre os limites de corpo, sua pluralidade e ambivalência.” (GARCIA; PEREIRA, 2018, p. 26).

No início da sua carreira profissional, a atleta, no voleibol masculino, no Juiz de Fora e no Foz do Iguaçu na Superliga masculina B. No final do ano de 2012, decidiu iniciar uma transição de gênero fora do país. Passou por duas cirurgias e um tratamento hormonal para a diminuição dos níveis de testosterona no sangue. Em 2017 recebeu da Federação Internacional de Vôlei (FIVB), autorização formal para se inscrever em ligas femininas, se tornando a primeira atleta transexual a atuar na Superliga feminina, na época, jogando no Bauru.

Entretanto, apesar da posição atual da Federação Internacional de Vôlei (FIVB) que permite a participação de uma atleta trans em cada seleção, ela não foi convocada para a seleção brasileira.

O que provavelmente se deva ao seu desempenho, uma vez que nas temporadas de 2017 e 2018 a atleta obteve bons números, mas a partir de 2019, ela não foi tão bem. Antes com a média de 22 pontos por jogo, que a destacaram como uma das melhores da liga, em 2019 baixou dez pontos. Quanto aos ataques efetuados por Tiffany, este número também sofreu, caindo de 43,5 para 25, além do percentual de efetividade, que caiu para 3 pontos. (LISBOA, 2019)

Neste sentido, comparada a outras jogadoras de destaque nos últimos anos, os números de Tiffany são inferiores, tendo números apresentados pela Confederação Brasileira de Vôlei – CBV, em relação à temporada 2024/2025 em 17/12/2024, como saque ace 5 pts (32º lugar entre as jogadoras brasileiras); pontos de bloqueio: 10 pts (43º lugar); eficácia em relação ao número total de ataques: 12º lugar (47% - 138/291); eficiência de saques em relação ao total de saques: 51º lugar (25,6%); pontuação em número absoluto de pontos: 7º lugar (153) e pontos de bloqueios em relação ao número de sets jogados: 0.31 pts, colocando-a em 42º lugar. (CBV, 2024)

Assim, oscilando bastante e sendo inferior em números em relação a diversas outras jogadoras, Tiffany foi deixando de ser uma opção importante para a seleção brasileira, o que parece, mais uma vez, contrariar o ponto de vista de que uma atleta transgênero gozaria de algum tipo de vantagem indevida em relação às demais jogadoras mulheres *consonantes*.

Pelo exposto, podemos concluir que, os testes de feminilidade, foram uma oportunidade de traçar várias facetas das relações de gênero do esporte moderno, incluindo a construção e o controle social da sexualidade, o controle social e político através do corpo no esporte, a hegemonia das disciplinas do controle científico e médico e sua habilidade em definir o que é natural e toda uma relação flutuante de gêneros manifestada através do esporte. (RICHIE, 2003)

Logo, a questão era como definir os “*corpos masculinos e femininos*”, ou talvez e melhor dizendo, “o que pode ser considerado ‘feminino’ – ou ‘feminino o suficiente’ – para não se aproximar demais do ideal masculino vigente no ‘esporte-padrão’ e tomado como regulador de ações, isto é, aquele praticado por machos da espécie?” (BATISTA; CAMARGO, 2020, p. 2)

E esta postura vai além, vez que pessoas com corpos que não se encontravam dentro dos modelos estéticos e de rendimento previamente estabelecido como o feminino ideal passaram a ser alvos de testagens pelas instituições esportivas, como também, mulheres homossexuais, com a aparência entendida como mais masculina ou de performance esportiva **fora do padrão heteronormativo** passaram a ser alvo de desconfiança, denúncias e conseqüentemente, verificação de sexo.

Assim, o que estava em xeque eram não só as supostas fraudes, mas entravam em discussão os comportamentos que se desviavam do que era determinado à uma mulher, seus gostos, sua forma de vestir e se apresentar, seu comportamento social e afetivo, somados ou não a uma performance que se destacava.

### 2.3 – Novas transgressoras

A política de controle de corpos se iniciou com os testes visuais e táteis e chegando até a análise cromossômica e hormonal, em busca de definir os limites de uma feminilidade aceitável, como parte de um projeto que atravessou grande parte do século XX, e que até os dias de hoje não parece ter sido resolvido (BATISTA; CAMARGO, 2020) vez que ainda hoje, atletas são submetidas a testagem.

A ineficácia dos testes que apresentaremos a seguir na persecução de designar o padrão sexual apenas traz luz aos corpos dissonantes em termos de gênero e sexualidade que se relacionam com as categorias binárias determinadas pelo esporte e a muitas discussões calorosas sobre o assunto. (BATISTA; CAMARGO, 2020)

Pois bem, a década de 1930 é marcada pelas aparições de pessoas com corpos transgressores, e escândalos relacionados a atletas femininas, em competições mundiais, mas também precisamos sublinhar que é um momento emblemático envolvendo os Jogos de Berlim de 1936, cenário de disputas políticas e ideológicas, pela questão da estratégia de Adolph Hitler e sua propaganda nazista, utilizando estes Jogos para demonstrar ao mundo a superioridade da raça ariana.

Conforme Hitler, homens e mulheres “brancas” tinham maior competência física e intelectual que pessoas de outras raças/etnias, e isto seria apresentado nos Jogos de Berlim pela televisão, já que estes foram os primeiros Jogos televisionados. (PASSOS, 2017)

Podemos destacar, portanto que a televisão ao mesmo tempo que mostrou mulheres, que realmente poderiam competir e performar tão bem quanto os homens, também apresentou um cenário de fortes questionamentos sobre seus sexos, lançando dúvidas, mais uma vez, às atletas que se destacavam em demasia, atletas que visualmente tinham corpos mais masculinos.

Talvez por todos este contexto pré-jogos de Berlim, que pesquisadoras/es como Katrina Karkazis et al (2012), Vanessa Heggie (2010), Robert Ritchie, John Reynard e Tom Lewis (2008) e Louis J. Elsas et al (2000), Anaïs Bohuon (2008), afirmam que os testes para verificação do sexo em mulheres atletas começaram a ser arquitetados na década de 1930.

Neste sentido, estes Jogos contaram com as participações que merecem destaque, tais como: a alemã Dora Ratjen (muitas vezes chamada de Hermann Ratjen), Helen Stephens, Zdenka Koubkova, a britânica Mary Louise Weston e o técnico da seleção norte americana de atletismo, Avery Brundage.

Zdenka Koukova, por ter sido exposta como intersexual, teve que encerrar a carreira mais cedo. Logo, a partir do vazamento de informação e consequente exposição, considerando ainda, ser uma época conservadora, a atleta optou por assumir a identidade masculina e passou a viver como Zdenek. (HEGGIE, 2010)

Já a britânica Mary Louise Weston, que ganhou diversos campeonatos mundiais nos anos 1920, mas que também foi alvo da imprensa, assumiu o sexo masculino em 1936 e mudou seu nome para Mark. (HEGGIE, 2010)

A alemã Dora Ratjen, que durante muitas décadas foi acusada de ter sido o primeiro caso de um homem a competir como mulher nos Jogos, mas que segundo pesquisas, teria sido

o primeiro caso de uma pessoa intersexual a ser acusada de fraude nos Jogos Olímpicos. (HEGGIE, 2010)

A corredora Helen Stephens, atleta dos 100 metros rasos e treinada por Avery Brundage após vencer a prova, foi acusada de ser um caso de fraude por outra atleta, a polonesa Stanisława Walasiewicz, vencedora da mesma prova nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1932. Helen, porém, “passou” nos testes de feminilidade, mantendo sua vitória.

Nestes mesmos Jogos, Avery Brundage, levantou suspeitas de outras duas atletas, a corredora tcheca Zdenka Koubkova e da arremessadora de peso e dardo britânica Mary Weston, que já haviam passado por cirurgias de redesignação de sexo e, mesmo não tendo competido nestes Jogos, tiveram seus sexos “questionados” (HEGGIE, 2010).

Brundage, neste momento era técnico da seleção norte americana, mas a intenção de destacá-lo se baseia em sua atitude de denunciar diversas atletas, exigindo testes de verificação de sexo, fazendo surgir em um ambiente nada fácil para as mulheres, uma desconfiança dentro do próprio grupo de mulheres.

Sua postura parece exalar ódio, o que vai de encontro aos atributos destacados por muitos autores sobre Avery Brundage: de uma pessoa racista, xenófoba e admiradora de Hitler, mas sobretudo, controversa, principalmente quando presidiu o Comitê Olímpico Internacional de 1952 a 1972. (BRÖMDAL, 2013; HEGGIE 2010).

A polonesa Stanisława Walasiewicz, que denunciou a norte americana Helen Stephens, questionando se ela seria mulher, foi morar nos Estados Unidos da América e mudou seu nome para Stella Walsh. Em 1980, aos 69 anos, Walsh foi vítima de latrocínio, sendo necropsiada, o que revelou uma genitália ambígua, tendo sido considerada à época como uma “hermafrodita”, logo, uma intersexual. (HEGGIE, 2010).

Passando a próxima década, a antiga Federação Internacional de Atletismo Amador, atual World Athletics, em 1946, e o Comitê Olímpico Internacional, consecutivamente, no ano de 1948, passaram a exigir que atletas que tivessem a intenção de competir como mulheres, apresentassem, no ato de suas inscrições, certificado médico comprovando que reuniam condições para competir na categoria feminina. (HEGGIE, 2010) assim, a implementação prévia da verificação do sexo das mulheres, não se deu antes de 1946 no Campeonato Europeu de Atletismo, sendo a Federação Internacional de Atletismo a primeira entidade de direção de desporto em nível internacional vinculada ao COI a “implantar” os testes de verificação do sexo e exigir um “certificado de elegibilidade” das mulheres.

Como ainda não existia uma definição do que seria feminilidade, partia-se da definição sociocultural de cada país para se categorizar as pessoas, o que poderia se dar a partir do corte

de cabelo e das vestimentas que a mesma utilizasse, em outras palavras, as características externas, definiriam a biologia (o sexo) da atleta. (KARKAZIS et al., 2012).

E apesar de a ciência não conseguir definir quem seriam as mulheres através da sua expertise, as mulheres precisavam de um certificado médico que assim determinasse, ainda que respaldados em critérios não científicos. O mesmo tratamento não era dado aos homens, que não eram submetidos a tais “exames”.

Para mulheres sabidamente lésbicas, ou com aparência mais masculina e com performance acima do esperado, elas deveriam esperar resistir a uma série de constrangimentos, pois isto bastaria para disparar um clima denunciante, como uma consequente perseguição, se criando um ambiente tenso em que até particularidades da vida estariam sendo pesquisadas e reveladas.

Destacamos que as provas de feminilidade, realizadas desde 1948 através de fotografia e verificação das genitálias, foram, muitas vezes, vazadas para a imprensa internacional, resultando muito constrangimento às atletas.

Somando-se a tudo isto, ainda é preciso dizer que os conflitos ideológicos entre os Estados Unidos e União Soviética, na chamada Guerra Fria, os anos de 1950 e 1960, décadas marcadas pela preocupação com o doping, pelas disputas entre os blocos capitalistas e socialista e pelos possíveis casos de fraudes de homens competindo como mulheres, acabaram por contribuir de forma mais negativa com este processo delicado. (PASSOS, 2017)

Assim, tanto as mulheres norte-americanas quanto as soviéticas serviram aos enfrentamentos esportivos engendrados pelos dois regimes. E mesmo que as noções de feminilidades fossem diferentes, todas foram *usadas* para as mesmas finalidades. Desta forma, ambos os países auferiram proveito do poderio feminino para fazer propaganda das suas ideologias. (WARREN, 2007).

E, sobretudo, o resultado das competições femininas foram muito importantes para a classificação destes países, que disputavam suas posições nos quadros de medalhas, como se estes fossem capazes de apontar também ideologias vencedoras.

Dentro da mesma perspectiva, destacamos as irmãs Tamara e Irina Press, atletas da URSS do atletismo, as quais, durante boa parte da década de 1960, venceram quase todas as provas de que participaram, quebrando muitos recordes e também ajudando a levar seu país ao topo do quadro de medalhas, o que, por sua vez, também reforçou os questionamentos sobre o fato de serem ou não mulheres.

Tais questionamentos - que se deviam à hipertrofia de seus corpos, a suas performances acima do esperado para mulheres e até mesmo a seus comportamentos, considerados arduos demais - pressionavam o COI a propor parâmetros mais científicos e padronizados para os exames de verificação do sexo das mulheres. (WARREN, 2007)

Isto porque ao longo dos anos de 1960 a 1967, tanto o COI como a World Athletics realizavam testes aleatórios para a verificação do sexo das mulheres, mas estes exames não possuíam uma normatização prévia, eram feitos com base em características fenotípicas, tais como: presença da genitália feminina, caracteres secundários como pelos, presença e tamanho dos seios, massa muscular. (HEGGIE, 2010)

Nos testes de verificação de sexo realizados pela primeira vez no Campeonato Europeu de Atletismo, em Budapeste, Hungria, em 1966, as atletas mulheres deveriam se apresentar nuas diante de um grupo de médicos especialistas sendo submetidas a uma inspeção genital visual. (RITCHIE, 2003)

As irmãs soviéticas Tamara e Irina Press, entretanto, já desgastadas por conta de tanta pressão, se afastaram das competições oficiais depois dos Jogos Olímpicos de Tóquio 1964 (WARREN, 2007), ou seja, antes da padronização e da obrigatoriedade dos exames de verificação do sexo.

Seguem-se os Jogos Pan-Americanos de Winnipeg 1967, evento em que as sportistas tiveram que passar por uma constrangedora “naked parade” (HEGGIE, 2010, p. 159), desfilando nuas na frente de uma comissão de especialistas, expondo as atletas a uma enorme humilhação.

Já no ano seguinte, o teste cromossômico denominado “teste do corpúsculo de Barr” (Barr Body Test) - que consistia na retirada de células do interior da bochecha das atletas, para que, em posterior exame microscópio, se pudesse verificar os seus cromossomos sexuais, determinando assim seu sexo, uma vez que os cromossomos de ordem XX, definiria o sexo biológico de mulheres, enquanto os cromossomos XY, o sexo biológico dos homens - é então utilizado. (KAUR et al., 2017). Tal método também era denominado de teste de cromatina sexual.

Ele foi aplicado tanto nos Jogos Olímpicos de Inverno de 1968, em Grenoble, quando passava por um período de avaliação, quanto nos Jogos Olímpicos de Verão do México, de mesmo ano. Entretanto, parte da comunidade médica também reagiu contrariamente à adoção do teste, por ser inapropriado e discriminatório.

Ainda no tocante aos Jogos da Cidade do México, em 1968, outra inovação seria a “carteira rosa”, uma espécie de passaporte de feminilidade, requisito de elegibilidade das atletas

na categoria feminina auferindo comprovação científica de que elas seriam efetivamente mulheres. A “carteira rosa” foi utilizada até as Olimpíadas de Seul 1988. (LESSA; VOTRE, 2013). Logo, 781 mulheres que estiveram no evento da Cidade do México tiveram que realizar o teste adotado para receber seu passaporte de feminilidade, para poder competir na categoria feminina.

Portanto, os Jogos Olímpicos da Cidade do México 1968, marcam o início dos processos “científicos”, realizados de forma sistemática e padronizada, visando monitorar as mulheres atletas. (LESSA; VOTRE, 2013). Estes exames foram apresentados à e pela mídia como “infalíveis”, capazes de não mais expor as mulheres às humilhações das “naked parades” (ELSAS et al, 2000; FAUSTO-STERLING, 2001)

A corredora polonesa Ewa Kłobukowska, que passou no teste visual em um primeiro teste, em 1966, na capital húngara, foi posteriormente reprovada no exame para a Copa Europa de 1967, em Kiev. A atleta, que teria um bebê em 1968, tinha um mosaico cromossômico que lhe classificava como homem. (RITCHIE; REYNAR, 2008)

A imposição dos testes de feminilidade como condição da participação feminina nos Jogos é expressa na Carta Olímpica de 1971. O teste se legitimava no discurso da garantia de igualdade de oportunidade nas competições entre atletas do sexo feminino, se mantendo até a Carta Olímpica de 1995, um ano antes da promoção da igualdade entre gêneros se tornar um imperativo naquele documento.

Os exames de verificação do sexo foram “aperfeiçoados”, não mais utilizando o critério baseado no fenótipo, mas passando para a confirmação do sexo através de exames citológicos e de genotipagem. Isto representa afirmar que as mulheres atletas passaram então a precisar comprovar serem fêmeas. (PASSOS, 2017)

Mais adiante, a atleta espanhola Maria José Martínez Patiño, que já havia passado em um teste de sexo tendo recebido seu "certificado de feminilidade", por ter esquecido seu documento comprobatório, precisou passar por nova testagem, e desta vez realizou o teste de cromatina sexual, nos Jogos Universitários Mundiais de 1985 em Kobe, no Japão, falhando no teste cromossômico, porque sofria da síndrome da insensibilidade androgênica (IAS, que ficou conhecida como "feminilização testicular", é uma doença genética recessiva rara, ligada ao cromossomo X). (PIRES, 2015)

Depois de muitos exames médicos e forte pressão sofrida pela mídia, foi determinado que a condição da atleta não seria capaz de beneficiá-la (presença do cromossomo Y), sendo, portanto, reintegrada no atletismo.

Isso leva à conclusão de que este teste cromossômico não seria capaz de comprovar a existência de vantagem indevida de atletas, tornando-o ineficaz no que se refere a proposta do COI, entretanto, era capaz de lançar dúvidas sobre a identidade de atletas.

O teste de Barr foi abandonado em 1991, fazendo com que a Federação Internacional de Atletismo retornasse aos testes visuais e manuais, com auxílio dos procedimentos antidopagem. O COI foi resistente ao retorno, sem deixar de buscar, entretanto, outros testes que pudessem confirmar o sexo das atletas mulheres, iniciando o teste de “SRY” (sex-determining region Y), que também fracassou em seu intento, tendo julgamentos equivocados. (PIRES, 2015)

No ano seguinte, o COI e a IAAF passaram ambos a utilizar a “Análise do *locus* SRY”. Esse teste consiste em procurar o marcador do cromossomo Y (SRY), a partir da coleta de células da parede bucal. Este marcador SRY, foi considerado essencial na diferenciação gonadal e fenotípica, pois ele acarretaria na formação dos testículos e, portanto, produção de testosterona, entretanto, o entendimento de hoje é que este marcador não é o único responsável para o desenvolvimento normal dos testículos e das partes internas e externas do macho da espécie humana. (PASSOS, 2017)

E foi neste novo tipo de testagem que a ex-judoca brasileira Edinanci Silva não passou, e viu sua vida revirada pelo Comitê e pela mídia. Ainda assim, a atleta voltou a competir, após cirurgia de redesignação de sexo e tratamento, nos Jogos de Atlanta (1996), participando de mais três Olimpíadas e conquistando o ouro na categoria meio-pesado nos Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro. (PIRES, 2015)

Destaca-se no caso da atleta Edinanci Fernandes da Silva, que por apresentar órgão sexual feminino externo e escrotos internos, ou seja, condição de atleta intersexual, causou desconforto sociocultural, e a divergência fisiológica apresentada levou a uma transformação de sua vida pessoal, para que permanecesse como atleta olímpica.

Sob argumentos de saúde, a judoca se viu obrigada a realizar cirurgia de adequação sexual, tendo sua vida e intimidade invadidas, além dos requintes de crueldade revelados por uma mídia que teceu diversos tipos de comentários maldosos, chegando a realizar comparações de sua aparência com jogador de futebol.

Posteriormente, em 1996, oito atletas mulheres “falharam” neste mesmo teste, tratando-se de “falsos positivos”, sendo liberadas para competir nos Jogos Olímpicos de Atlanta, depois de passarem por mais alguns outros exames. (PIRES, 2015)

A World Athletics, no ano de 1999, recomendou a retirada da testagem cromossômica e genética para a regulação da elegibilidade esportiva, sendo acatada pelo Comitê Olímpico,

entretanto, em alguns casos tal testagem ainda ocorreu, como exemplo, podemos citar a corredora sul-africana Caster Semenya. (PIRES, 2015)

Nos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000, o teste de feminilidade deixou de ser uma condição para a participação das olimpíadas, entretanto, várias FIs (Federações Internacionais) continuam obrigando mulheres a realizarem testes de feminilidade, de forma implícita, nos testes antidoping promovidos pela World Anti-Doping Agency (WADA).

Esta política tende a explicitar tratamento diferenciado entre atletas, pois os testes de feminilidade, que em tese teriam deixado de ser utilizados, na prática continuam sendo aplicados, nos dias de hoje, em atletas mulheres de países do hemisfério sul, geralmente em mulheres negras. Assim, a discussão sobre a interseccionalidade e os eixos que se cruzando levam a um processo de maior discriminação e preconceito no esporte, tornam a serem centrais na análise da categoria feminina.

Apesar de a existência de tais testes se justificarem na lógica do fair play, evitando fraudes, na prática se transformaram em um mecanismo desajeitado para detectar distúrbios do desenvolvimento sexual (DSDs), tendo como consequência a estigmatização de atletas intersexuais, levando à perda do direito de competir de algumas delas, embora muitas vezes sua condição não proporcionasse vantagem competitiva, além de criarem um clima bastante tenso entre as atletas. Assim, a dúvida de vantagem ilegítima parece só ter efetivamente recaído sobre atletas mulheres, visto que todo o esforço no desporto de rendimento parece se dar a partir da lógica sexual.

Além disso, no esporte de alto rendimento, as vantagens genéticas são a norma e não a exceção, o próprio atletismo de alto nível está repleto de indivíduos que são atípicos genéticos, podendo aqui destacar o jamaicano multicampeão olímpico e mundial Usain Bolt, além dele, chamamos atenção ao caso do atleta Michael Phelps na natação, possuidor de quatorze medalhas olímpicas e que tem um corpo longilíneo e esguio e uma envergadura ainda maior, características consistentes com a doença do tecido conjuntivo, a Síndrome de Marfan, sendo seu corpo atípico capaz de impulsioná-lo na água de forma superior aos demais atletas, entretanto, apesar de muita discussão, o tratamento dado a estes atletas difere e muito do tratamento atribuído as mulheres.

#### **2.4 – O COI e a inclusão de gênero**

No esporte de alto rendimento, dificilmente homens e mulheres competem juntos ou entre si, salvo esportes mistos, que aliás tem sido uma tendência na estratégia de alcançar a isonomia de gêneros assegurada pelo COI. A justificativa para uma disputa esportiva separada por sexo, encontra respaldo no fair play (ELSAS et al., 2000).

Devemos considerar que, de fato, o sexo biológico consiste em um dos maiores determinantes de performance esportiva, isto porque ele influencia em fatores como altura, peso, gordura corporal, massa muscular, capacidade aeróbica e anaeróbica. (THIBAUT et al., 2010, p. 214).

E talvez por isto, a questão tenha se arrastado até o dia de hoje, visto se apoiar em uma verdade científica, que, no entanto, não é absoluta, pois existem esportes em que necessitam de atletas que se destaquem por outras valências, sem contar com as possibilidades de adaptação dos esportes.

De toda a forma, os homens tendem a ser maiores e mais pesados que as mulheres, em parte por conta da produção do hormônio testosterona em maior quantidade, que confere a eles uma maior densidade óssea (que suporta 80% mais massa muscular na parte superior do corpo, tendo ainda uma vantagem em termos de uma maior síntese proteica nos músculos), uma maior produção de glóbulos vermelhos (responsáveis pelo transporte de oxigênio) e menor percentual de gordura corporal, sem contar com sua maior capacidade cardiovascular (EPSTEIN, 2014).

Neste sentido, eles possuem uma vantagem na prática de atividades que exigem força, potência e maior eficiência na perspectiva da velocidade (THIBAUT et al., 2010), o que os deixa em superioridade para várias práticas esportivas.

Outro ponto a ser considerado é a existência de uma lacuna de performance entre os sexos, representada pelo histórico de recordes olímpicos (THIBAUT et al., 2010), o que, por sua vez, também aponta para a participação tardia das mulheres nas competições esportivas.

Assim, não é possível afirmar, com total certeza que os homens possuem uma superioridade na prática desportiva em relação a mulheres, mas sim, que hoje, eles encontram-se em uma posição mais confortável.

O argumento do *fair play* parece ter servido para justificar a utilização de testes de sexo nos Jogos Olímpicos, embora sua capacidade se restringisse a identificar a presença de atletas intersexuais competindo em alto rendimento, sem necessariamente apontar para uma condição que proporcionasse qualquer tipo de vantagem competitiva.

Uma nova questão, entretanto, parece se apresentar: a ampliação da categoria feminina e a partir dela, a necessidade de se pensar de forma a incluir atletas dissonantes.

As atletas intersexuais desfazem a ideia de dimorfismo criada para uma divisão baseada no sexo biológico, uma vez que extrapolam a imagem do sexo entendido pela sociedade ocidental, apresentando diversas outras formas com o que era conhecido como normal (SILVA; SILVA, 2017).

Elas possuem características biológicas estruturais e sexuais ambíguas ou diversas em relação as “mulheres consonantes”, seja por conta dos cromossomos, órgãos sexuais e características sexuais secundárias com combinações extremamente variadas, inaugurando a lógica da dissonância, da disruptividade nos Jogos.

E, apesar de representar uma parcela bastante pequena da população de atletas - estima-se que apenas 7 em cada 1000 atletas sejam intersexuais (BERMON et al., 2015) -, sua presença abalou a estrutura do esporte, fazendo surgir a necessidade de uma discussão maior, que o COI evitava com a imposição de uma adequação das atletas as exigências da categoria feminina ou o impedimento de participação.

Mas muito antes de uma solução menos dramática desta questão, uma nova demanda surgia, as atletas transgênero, pois diante do avanço das lutas pelo reconhecimento da autonomia da identidade de gênero na sociedade, que afetou a legislação de muitos países no mundo, foi necessário que o COI enfrentasse também a discussão da inclusão das atletas transgênero no esporte.

Em 2003, se inicia, diante de forte pressão social, este processo, e em 2004, o COI apresentou, pela primeira vez, um documento visando a inclusão de atletas transgênero nas competições esportivas. (WOLFF, 2020)

A Declaração de Estocolmo sobre o Consenso de Redesignação Sexual no Esporte foi criada em 2003 por uma Comissão de especialistas da área médica esportiva do COI, trazendo as seguintes recomendações:

- Todas as alterações anatômicas cirúrgicas devem estar conclusas, incluindo alterações da genitália externa e gonadectomia.
- O reconhecimento legal ao sexo atribuído deve ter sido conferido pelas autoridades oficiais competentes.
- A terapia hormonal apropriada para o sexo designado foi administrada de maneira verificável e por um período de tempo suficiente para minimizar as vantagens relacionadas ao gênero em competições esportivas. (IOC, 2003, tradução nossa)

As atletas que tivessem passado pelo processo de redesignação de sexo antes da puberdade seriam aceitas sem restrições. (IOC, 2003)

Ressaltamos aqui que na época do Consenso havia apenas informações que teriam sido passadas pelo especialista em pesquisa com transgêneros, o médico Louis Gooren, para o COI,

ainda assim o comitê médico do COI daquele período entendeu que poderia seguir no sentido de incluir atletas dissonantes no esporte olímpico.

O Consenso decidiu então, que deveria haver um tempo razoável, não inferior a dois anos, para que a atleta se tornasse elegível para competir na categoria feminina, após a redesignação sexual e que o processo deveria ser confidencial. (IOC, 2003)

No ano seguinte, Louis Gooren em coautoria com Mathijs Bunck, publicaram um estudo sobre transexuais e esportes competitivos, que concluía que, a partir da cirurgia de redesignação sexual, dependendo dos níveis de testosterona a serem definidos, através de tratamentos de reposição hormonal e procedimentos médicos, seria possível que as atletas trans competissem entre outras mulheres (GOOREN; BUNCK, 2004).

E, apesar de o documento ter sido considerado um avanço ao prever parâmetros para permitir que pessoas trans competissem nas Olimpíadas pela primeira vez (WOLFF, 2020), sofreu muitas críticas, pela falta de embasamento teórico.

Outra crítica foi a falta de rigor terminológico, visto que os termos sexo e gênero são utilizados, alternadamente, como sinônimos (RODRIGUES, 2017, p. 17), além da exigência da cirurgia de redesignação sexual completa, uma vez que não havia comprovação científica de que esta intervenção influenciasse diretamente na performance dos atletas trans, o que, inclusive, acabou sendo reconhecido, posteriormente, pelo próprio COI.

Cabe ainda ressaltar alguns pontos sobre o documento implementado: em primeiro lugar, seria essa medida “mais um vestígio de que a ciência foi obrigada a reconhecer que o gênero não é absoluto?” E: “Essa não seria uma forma de assumir o *doping* como uma prática do esporte de rendimento? ”, uma vez que a utilização de hormônio sintético como uma das recomendações médicas para um controle da testosterona livre no sangue destas atletas disruptivas se constituiria, pois em um procedimento análogo ao doping? (LESSA; VOTRE, 2013, p. 270)

Quanto ao primeiro questionamento sobre o reconhecimento de não ser possível considerar gênero como absoluto, esta constatação já parece fazer parte do conhecimento do mundo da ciência e dos esportes, ao menos, foi o que se pode verificar quanto ao resultado da política de verificação de sexo adotada.

A nova demanda do esporte das atletas transgênero, com a busca de seu reconhecimento, apenas ratifica o conhecimento de uma sociedade que não é binária. E a afirmação mais recente do diretor médico e científico do COI, Richard Budgett, parece apenas reforçar este entendimento: "Estamos muito cientes de que sexo, é claro, não é binário. E, portanto, as

soluções [para o desporto de alto rendimento] não serão essencialmente binárias. ” (UOL, 2021).

Entretanto, ainda aguardamos uma política que realmente se coadune com estes conhecimentos, visto que o COI, apesar de aceitar a não existência de uma divisão entre apenas dois sexos, por sua vez procura sempre defender a manutenção da estrutura em que se baseia o esporte, a saber a divisão binária das categorias feminino e masculino, obrigando todos os atletas a se enquadrarem em alguma das duas categorias, o que representa dizer que insiste a instituição, com tal postura, em tentar reproduzir um binarismo fictício no esporte.

Em relação à questão do doping, devemos primeiro destacar que esta discussão certamente se inicia da escolha de se utilizar como parâmetro para distinguir homens e mulheres, o hormônio testosterona, produzido em maior escala por machos da espécie.

Neste sentido, a solução para manter este enquadramento seria, via de consequência a terapia hormonal, que tem como objetivo diminuir o alto nível de testosterona em atletas, a partir da suplementação utilizando o estrogênio, levando a uma diminuição na massa muscular, densidade óssea e na proporção de células vermelhas que carregam o oxigênio no corpo, como também alterações na sensibilidade mamária e alterações císticas, retenção de líquidos/inchaço, náusea, mudanças nos níveis de colesterol, aumento do risco de doença cardiovascular, aumento do risco de coágulo sanguíneo, ligeiro aumento do risco de câncer de mama, entre outros.

De forma geral, expor uma atleta a uma terapia que coloca sua saúde em risco, para que seja possível um enquadramento na categoria feminina é algo bastante discutível e deveria ser configurado como doping.

Importante esclarecer que os níveis de testosterona para mulheres variam entre 0,12 e 1,79 nmol/L de sangue, enquanto os homens possuem um nível entre 7,7 e 29,4 nmol/L de testosterona no sangue (INGLE, 2019).

Logo, existe um intervalo muito grande entre ambos os sexos, o que nos alerta, o longo caminho a percorrer para as atletas trans conseguirem atingir os níveis de testosterona aceitos para o enquadramento na categoria feminina.

Por outro lado, era exigido das atletas trans um nível de hormônio masculino na casa de 10 nmol/L, o que também levou a muitas críticas, visto que este nível está dentro da faixa hormonal de homens, valendo considerar que mesmo muitos homens não chegam sequer a estes 10 nanomols.

Enquanto isto, atletas intersexuais não se veem prestigiadas com legislações inclusivas, o que faz surgir casos como o da atleta indiana Shanti Soundarajan, medalha de prata, nos 800m nos Jogos Asiáticos de 2005 na Coreia do Sul, que perdeu sua medalha, depois de falhar em um

teste de verificação de sexo, sendo alegado que a atleta não possuía as características sexuais de uma mulher.

Sabendo de sua perda de medalha e de que não poderia mais correr, a atleta retornou para sua aldeia entrando em depressão, o que a levou, meses depois, a tentar o suicídio por ingestão de veneno, sendo salva por um amigo.

Os casos de atletas intersexuais que se destacavam, somados a mudança na postura do COI, fez com que a questão fosse discutida em diversas esferas, e em 2006, uma Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos se reuniram visando ampliar as normas de direitos humanos previstas na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, no tocante a questões de orientação sexual e identidade de gênero.

Esta atitude representou a primeira tentativa de criação de normas internacionais relacionadas à defesa da liberdade de identidade de gênero e de orientação sexual, resultando nos 29 “Princípios de Yogyakarta”, que, ainda que não constituíssem uma norma vinculante, expressavam uma ética no sentido de expandir o conceito dos chamados corpos dissonantes.

A dificuldade de determinar empiricamente quem é mulher, ou quem é homem, já criava um grande desconforto ao Comitê Olímpico, que em 2012, realizou a 5ª. Conferência Internacional sobre Mulher e Esporte, tendo como objeto de discussão “Questões Médicas”, em que mais uma vez se destaca um enfoque cientificista.

Seus painelistas ratificavam a necessidade de manutenção da estrutura binária do esporte e as categorias masculino e feminino, baseados na fisiologia diferente entre os sexos, ainda que reconhecida por muitos dos especialistas a existência das variações de gênero, que, por sua vez, não se enquadrariam na classificação binária homem/mulher, e a dificuldade do esporte em lidar com pessoas intersexuais, tendo sido questionado, inclusive, o conceito de justiça nas competições esportivas, além do aspecto social do modo como percebemos a feminilidade.

Nos anos de 2011 a IAAF/ World Athletics e 2012 o COI estabeleceram regulamentação de verificação de aptidão para atletas com hiperandrogenismo. O novo procedimento, à época, buscava investigar, principalmente, a concentração de testosterona produzida naturalmente no sangue das atletas. (PIRES, 2015, IAAF, 2011).

Conforme a regulamentação da FI, a atleta diagnosticada ou em caráter preliminar, ou depois de avaliação confidencial, com hiperandrogenismo, poderia ser submetida a exame clínico; exame endócrino (níveis hormonais na urina e no sangue); e/ou exame completo, que poderia incluir testagem genética, psicológica e de imagem (KARKAZIS et al., 2012).

A atleta precisaria comprovar ter nível de testosterona abaixo de 10 nmol/L no sangue ou ser diagnosticada com insensibilidade androgênica. E a partir daí, caso a atleta não fosse liberada para as competições, haveria um diagnóstico final e uma “proposta terapêutica”, podendo ser recomendada a utilização de medicação, para bloquear a produção de testosterona, ou intervenção cirúrgica (KARKAZIS et al., 2012, p. 5).

Logo após o abandono de testes de fenotipagem e genotipagem, outro marcador agora seria capaz de promover o “fair play” entre as atletas, o nível de testosterona sérica (medida pela dosagem de testosterona sérica, total ou fração livre do hormônio masculino no soro). Logo, uma mulher, seja ela transexual ou intersexual, para estar apta a competir na categoria feminina, deveria, a partir de então, provar que o nível sérico da testosterona não seria maior do que 10 nmol/L de sangue, durante os últimos doze meses anteriores à competição. Ou seja, não estaríamos mais tratando de uma política de verificação do sexo, mas de uma política de regulação para mulheres com hiperandrogenismo em competições femininas, ou ainda, definindo fêmeas e machos.

Em dezembro de 2014, o Comitê Olímpico Internacional aprovou a Agenda Olímpica 20+20, com 40 recomendações, com a intenção de repaginar o futuro do Movimento Olímpico, a destacar a questão da mulher no esporte e a busca de uma “igualdade de gênero”.

Voltando ao caso de Caster Semenya, que já dura mais de uma década, o entendimento atual da World Athletics e do COI então é que as atletas com altos níveis de testosterona possuem uma vantagem injusta sobre as suas concorrentes em provas a partir dos 400 metros e até uma milha.

E em 1º de maio de 2019, a Corte Arbitral do Esporte, em uma difícil e não unânime decisão, rejeitou a apelação da atleta, deixando claro que se tratava de uma decisão injusta e discriminatória, ainda que reconhecesse que os altos níveis de testosterona natural conferiam à mesma uma vantagem sobre as demais competidoras, sendo aplicada a regra da Associação Internacional das Federações de Atletismo sobre competidoras com “diferenças de desenvolvimento sexual” por conta do fator esportivo, ou seja, entenderam que com base nas provas trazidas ao processo a “discriminação é um meio necessário, razoável e proporcional para alcançar o propósito da IAAF de preservar a integridade do atletismo feminino em eventos restritos”. (ESTADÃO..., 2019)

A atleta que tem sido apoiada pela Federação Sul-Africana de Atletismo, recorreu ao Supremo Tribunal Federal da Suíça, entretanto a Suprema Corte, no dia 8 de setembro de 2020, manteve a decisão da Corte Arbitral do Esporte, visto que não foram violados direitos fundamentais ou princípios de ordem pública. (VECCHIOLLI, 2021)

Até os Jogos de Tóquio, a análise feita a partir da testosterona livre no sangue e mulheres com uma taxa maior do que 10 nmol/L de testosterona estariam dentro do “limite hormonal masculino” aceito pelos conselhos médicos dessas instituições. (PIRES, 2015; IAAF, 2011)

Por este novo referencial, atletas com alta concentração de testosterona natural no sangue necessitariam de investigação e regulação, visto que teriam uma vantagem em relação às demais, sendo aceito, para tanto duas exceções, se uma atleta se apresentasse resistente aos efeitos da testosterona, ou se a atleta reduzisse seus níveis de hormônio masculino. (PIRES, 2015; IAAF, 2011)

Em 2021, Harper et al. realizaram estudo em que concluíram que os níveis de hemoglobina (Hb) em mulheres transexuais são semelhantes aos das mulheres nascidas com o sexo feminino biológico após aproximadamente quatro meses de terapia hormonal, entretanto, como o tamanho da amostra era pequeno, de 8 corredoras, o estudo foi alvo de muitas críticas.

Deve-se destacar que na hormonioterapia, procedimento utilizado neste estudo, os valores de testosterona apresentados nas mulheres trans permaneceram acima do observado em mulheres *consonantes*, mesmo após 36 meses de terapia. Assim sendo, esses achados sugerem que a força pode ser preservada em mulheres transexuais durante os primeiros 3 anos de terapia hormonal.

Harper costuma afirmar em entrevistas que a pesquisa com atletas trans ainda está em fase inicial, sendo necessário cerca de 20 anos para que se tenham dados precisos sobre mulheres trans no esporte de elite.

Entretanto, em dezembro de 2020, foi divulgado o Relatório criado pela Human Rights Watch, onde foi pontuado que durante décadas, os testes de sexo foram utilizados pelos órgãos reguladores do esporte para a participação das mulheres, e somente as mulheres, com práticas que se caracterizavam como violações aos direitos fundamentais, à privacidade e à dignidade, coagindo mulheres a realizarem intervenções médicas invasivas e desnecessárias, como condição *sine qua non* para competirem em certos eventos desportivos, sem contar com o envolvimento de autoridades esportivas terem se envolvido em críticas públicas que arruinaram carreiras e vidas. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020)

Segundo a Organização Não Governamental, as mulheres mais pobres e do Hemisfério Sul foram afetadas de forma desproporcional, motivo pelo qual pedia neste documento, o fim dos testes de gênero, a partir do relatório apresentado, onde ressalta que jamais houve regulamentos análogos para os homens.

Em tal relatório, existe uma forte crítica à World Athletics, ressaltando seu caráter de órgão privado e acusando-o de práticas preconceituosas, discriminando mulheres a partir de padrões de feminilidade.

O relatório vai além, afirmando que os regulamentos de testes sexuais, o que envolve também os regulamentos da World Athletics 2019 e seus precursores, bem como a forma com que são implementados e suas consequências, discriminam as mulheres não só em razão de seu sexo e suas características sexuais, como também, com base em sua expressão de gênero.

E ainda, que os testes de sexo violam direitos fundamentais, constitucionalmente protegidos, tais como privacidade, dignidade, saúde e direitos trabalhistas.

Concluindo que atletas são levadas a realizarem “procedimentos médicos desnecessários, conduzidos em ambientes coercitivos, nos quais mulheres humilhadas são forçadas a escolher entre sua carreira e seus direitos básicos.” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020)

As políticas também colocam médicos, entidades esportivas e governos em posições precárias de envolvimento em violações de proteção à privacidade, dignidade, saúde e não discriminação.

Esse documento revela claramente a história de desrespeito a que atletas femininas vêm sendo submetidas, com a realização de testes, ao longo de quase um século. Mais de uma dúzia de relatos detalhados demonstram o impacto negativo, profundo e duradouro que tais procedimentos têm na vida dessas e de muitas outras atletas.

Os regulamentos utilizados acabam por reforçar estereótipos negativos, além de criar uma categoria de não mulheres, dando a impressão de que atletas precisam ser “consertadas”, sem se preocupar com a interrogação que se cria em sua própria definição de self. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020)

Mais uma vez, se reacendeu a discussão sobre o tema, que revela a dificuldade de atletas, especialmente atletas intersexuais enfrentam por sua condição.

Em matéria do programa O Fantástico, em 31 de janeiro de 2021 sobre o trauma de atletas que foram reprovadas em testes de gênero, duas atletas relatam situações difíceis a partir de suas reprovações: a primeira, Érika Coimbra, ex-jogadora de vôlei e medalhista olímpica da Seleção Brasileira de vôlei, que desabafa:

De repente eu sou um ET, um avatar, sei lá, porque que eles estão me levando para me revirar.

Você não sabe o que está acontecendo, falam ‘será que é homem, será que é menino, será que é não sei o quê!’ Você fica escutando muita informação. (FANTÁSTICO, 2021)

Érika, que na época tinha 17 anos, falou sobre como é não passar em um teste de feminilidade e o vazamento de informações que o sucedem:

Aí eu fui fazer um teste de gênero, né? Assim, toda a equipe, todas as meninas faziam, e eu, né, no meu caso, era menina, nasci menina, está escrito, né, tudo, tá tudo certo em mim como mulher. E de repente te dão uma bomba dessas te avisam que você não passou no teste de gênero! Eles não me preservaram ali, eles soltaram para a imprensa! Então acho que eles não esperaram o meu tempo de ter informação, de ter feito o meu teste novamente. (FANTÁSTICO, 2021)

E depois de uma cirurgia e um tratamento de 3 anos, ela retornou à Seleção e teve oportunidade de ir às Olimpíadas de Sydney, em 2000, ficando a equipe em terceiro lugar, ganhando a medalha de bronze, mas, mesmo assim, depois do aparente esquecimento das pessoas, ela afirma:

De repente eu comecei a ser a menina bonitinha da Seleção, a musa, a substituta da Leila, ia para o Japão, China, todo o mundo amava, e aí as pessoas esquecem, mas a sua dor, ela não é esquecida. (FANTÁSTICO, 2021)

Érika Coimbra ficou em silêncio por 23 anos, até decidir ir à público falar sobre o assunto na reportagem do Fantástico, o que demonstra o quanto todo o processo foi doloroso e de difícil superação.

E apesar dos traumas profundos, podemos ainda verificar que algumas atletas são ainda mais fortemente afetadas, visto o quanto suas marcas e os eixos que envolvem a questão, podem determinar maior dramaticidade.

Neste sentido, a atleta, Annet Negesa, apresenta impactos ainda maiores em sua vida. Atleta de média distância (800 e 1500m) de Uganda, rejeitada nos testes de feminilidade, ficando proibida de participar dos Jogos Olímpicos de Londres, 2012, e também exteriorizou seus sentimentos dizendo:

“Me atiraram na cova e eu não podia mais voltar para o esporte.” (FANTÁSTICO, 2021)

Anete faz parte de um grupo de mulheres totalmente desinformadas, que por conta do desconhecimento, sequer são capazes de tomar decisões tão importante, considerando se tratem de decisões que alterarão seus corpos para sempre, e que estas mudanças terão uma série de consequências em suas vidas:

Eu recebi a ligação do meu agente dizendo que eu não estava autorizada a ir para as Olimpíadas porque havia algum problema no meu sangue e aí tive que fazer mais e mais exames, mas nunca me davam resultados! (FANTÁSTICO, 2021)

A atleta foi orientada pelo médico Stéphane Bermon, da Federação de Atletismo, a retirar os testículos internos que possuía para poder voltar a competir, cirurgia realizada em Kampala, por médicos que mal lhe deram informações.

Quando acordei, vi os cortes no meu corpo, eu realmente não sabia o que estava acontecendo. Me disseram que foi uma cirurgia simples e que eu voltaria a competir em algumas semanas, mas demorei quase 8 anos para voltar. Não me disseram que eu ficaria estéril e que teria que me tratar pelo resto da vida. (FANTÁSTICO, 2021)

Negesa, voltou a treinar na Alemanha, aos 28 anos, país onde pediu asilo, por conta da perseguição sofrida em seu país natal, em razão da não aceitação de suas características sexuais, hoje, aos 30 anos, a atleta parou de correr.

Estas histórias são relatos muito importantes, que demonstram como cada atleta passa por estes processos, sendo claro que para atletas negras, de classes mais pobres, as consequências são muito mais dramáticas, do que para atletas brancas.

A opção de trazer suas histórias e falas tem o condão de demonstrar a homogeneidade e as diferenças que tratamos no capítulo anterior, quando abordamos a interseccionalidade. Mas independente das diferenças nas histórias, todas são tocadas por enorme dramaticidade, e são relatos repletos de dor, lançando luz para um tratamento preconceituoso que apenas existe na categoria feminina.

## **2.5 – O COI em novas diretrizes**

No dia 16 de novembro de 2021, o COI divulgou novas diretrizes traçadas, ao que chamou de Quadro de Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo, respaldado em consultas realizadas ao longo de dois anos, por 250 atletas e federações internacionais, organizações esportivas, especialistas em direitos humanos, juristas e médicos. O documento, que substitui e atualiza declarações anteriores do Comitê sobre a questão, incluindo a Declaração de Consenso de 2015, afirma:

Esta estrutura reconhece tanto a necessidade de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua identidade, de gênero ou variações sexuais, possam praticar esportes em um ambiente seguro e livre de assédio que reconheça e respeite suas necessidades e identidades, quanto o interesse de todos - particularmente os atletas de elite - em participar de competições justas nas quais nenhum participante tenha uma vantagem injusta e desproporcional sobre os outros. (IOC, 2021, p. 1, tradução nossa)

Segundo este posicionamento, a maioria das competições esportivas de alto nível está organizada de forma binária, em categorias masculina e feminina, que competem separadamente. Logo, as novas diretrizes visam assegurar que a competição em cada uma das

categorias seja "justa e segura", não devendo excluir os atletas "somente com base em sua identidade transgênero ou variação de gênero". (IOC, 2021, p. 2)

No item 5.1, o documento assegura que "até que as evidências determinem o contrário, os atletas não devem ser considerados como tendo uma vantagem competitiva injusta ou desproporcional devido às suas variações de sexo". (IOC, 2021, p. 4)

Completando nos itens 6.1 e 6.2, que as decisões a serem tomadas devem se basear em pesquisas robustas e revisadas que demonstrem "uma consistente, injusta e desproporcional vantagem competitiva em performance" ou risco à saúde de outros atletas. (IOC, 2021, p. 4)

E, por fim, declara que " reconhece que deve caber a cada esporte e a seu órgão dirigente determinar como um atleta pode ter uma vantagem desproporcional em comparação com seus pares, levando em conta a natureza de cada esporte". (GAZETA, 2021a)

A princípio, percebemos que o documento foi elaborado, principalmente, a partir de uma perspectiva de direitos humanos, com menos consideração por questões biológicas, em outras palavras, esta iniciativa manifesta a intenção da comunidade internacional esportiva de colocar os direitos humanos como base das regras esportivas, e neste sentido, reposiciona o esporte, em seu papel precípua, que é a sua função social, considerando aspectos de responsabilidade social e inclusão.

Pires (2018) nos adverte para a discussão dos direitos humanos e pela necessidade de fazê-lo considerando a perspectiva racial, considerando o conceito de interseccionalidade, visto que além da questão racial, tratamos da questão de gênero, com todos os demais eixos que nele insidirem.

Tal análise parte da construção normativa e sua produção a partir da experiência da "zona do ser" e da "zona do não ser", nos levando a compreender que o que existe, de fato, é a crença da ideia da universalidade e neutralidade dos direitos humanos, onde a suposta atividade legislativa "neutra" nos garantiria que a sociedade seria equitativa, justa e democrática, enquanto nos deparamos com a realidade que aponta para uma sociedade que transborda desigualdade e violência.

Assim sendo, o racismo, o sexismo e a misoginia dentro do ambiente do esporte de alto rendimento, mesmo que levemos em conta que o esporte será analisado a partir da noção dos direitos humanos, nos alerta para direitos humanos, que figuram não como universais, mas aqueles que tomam a humanidade, a partir da noção do homem, branco, heterossexual, cristão, proprietário e sem deficiência, em razão da sua incapacidade de considerar as múltiplas possibilidades do ser, ficando adstrito às fronteiras europeias. (PIRES, 2018)

Desta forma, todas as recomendações, sugestões e legislações do esporte tem se mostrado resistentes a avanços no sentido inclusivo, e, mesmo quando seguem no sentido da mudança e do avanço, logo tendem a retrocessos.

Isso posto, no tocante as novas diretrizes, devemos considerar que:

O COI continua a evitar alterações em relação ao binarismo, optando pela manutenção de “estrutura”, logo permanecemos diante do dilema de encaixar as pessoas em categorias de homens e mulheres, ou melhor dizendo, de machos e fêmeas, ainda que o título do documento considere as “variações de sexo”.

Ainda no tocante a tal ponto, vale considerar que em relação ao bio-marcador utilizado como parâmetro de regulação a categoria feminina, se mantém o da testosterona livre no sangue, e, mesmo compreendendo não se tratar de um critério absoluto, esta é a opção mantida pelos esportes. (PIGOZZI et al., 2022)

Então, considerando ainda que as recomendações anteriores parecem ter sido substituídas pelo atual Quadro, qual seria o critério a ser utilizado para se permitir a participação das atletas transgênero na categoria feminina? Lembrando que esta determinação deverá ser definida por cada Federação Internacional, que deverá, por sua vez, de levar em consideração os critérios para cada esporte e modalidade esportiva que administra.

Outro ponto seria a questão da vantagem injusta e desproporcional a que trata o documento. O COI estabeleceu que são as Federações Internacionais que devem demonstrar se uma atleta transgênero possui alguma vantagem injusta e desproporcional, entretanto, não ficou claro o que significaria contar com uma vantagem justa ou injusta, tampouco não estabelecendo quaisquer critérios claros que levássemos a concluir sobre a proporcionalidade de uma vantagem. (PIGOZZI et al., 2022)

Ainda com relação à suposta vantagem de atletas transgênero, é preciso esclarecer que não há pacificidade na questão, mas sim pesquisas de cunho biofisiológico e sociológico que apresentam posições diversas. De mesmo modo, quando sugere o COI que pesquisas sejam realizadas para nortear o estabelecimento de requisitos de elegibilidade à categoria feminina, não ficou claro o suficiente que tipo de evidência deve ser considerada.

Se as instituições esportivas ainda se baseiam na testosterona como critério único e o documento, eleva os direitos humanos como um norteador para futuras decisões das FIs, entendemos que fora sugerido que um novo caminho deveria ser considerado nesta análise, ou ao menos deveria ser evitado um único critério.

Entretanto, existe uma forte resistência em relação aos critérios estabelecidos pelas ciências sociais e da humanidade, que são entendidos como de menor valor e menosprezados

pelas entidades de direção do esporte, e o fato do documento não ser absolutamente claro em relação às diretrizes a serem consideradas pode resultar em uma interpretação que leve a um retrocesso na questão da inclusão de gênero, se desprezando totalmente a diretiva e seguindo somente pelo caminho preferido até então.

O Comitê ainda incorpora todas as partes envolvidas no esporte para a deliberação de critérios, incluindo as atletas transgênero, mas não esclarece como deverão ser conduzidos estes processos. (PIGOZZI et al., 2022)

O COI buscou trazer recomendações, sem proferir decisões vinculantes sobre o tema, e ainda que certamente entendamos que suas proposituras, pela legitimidade que possui, sejam capazes de influenciar o processo legislativo interno de vários países, também somos capazes de desconfiar que algumas FIs aproveitem o momento para apresentar justificativas que recuem em relação à participação dos dissonantes no esporte. (PIGOZZI et al., 2022)

A falta de um direcionamento jurídico, somado a uma sugestão de revogação dos critérios anteriores, e a ausência de um parâmetro subsidiário apresentado, leva a sensação de estarmos diante de um quadro de anomia, gerando insegurança e dificuldade de controle de quais atletas estariam aptas para competir.

Para algumas atletas, a não permissão de regramentos baseados na presunção da vantagem, pode sugerir também, que a auto declaração seria critério suficientemente plausível para a elegibilidade de atletas. E este impasse pode levar a casos de judicialização, diante do que parece ser uma ameaça a um direito de participação de competições.

Estas judicializações também poderão ocorrer por parte das atletas *consonantes*, que também poderão se sentir diante de ameaça de seus direitos de competir e vencer.

A falta de parâmetros claros estabelecidos pelo COI, que deveria agir de forma mais assertiva, pode ser interpretada, ainda, como uma estratégia para evitar ter que enfrentar esta questão incômoda, delegando-a a demais entidades de administração do esporte, permitindo a exclusão de uma parte das atletas.

Em razão de tanta insegurança, a Federação Internacional de Medicina Esportiva (FIMS) e a Federação Europeia de Associações de Medicina Esportiva (EFSMA) reuniram um grupo de 38 especialistas em medicina esportiva, que publicou um artigo onde sugerem que é o COI quem deve assumir a responsabilidade de estabelecer padrões e expectativas, com base na justiça competitiva e na ciência disponível, para que todas as Federações Internacionais (FIs) possam seguir. (PIGOZZI et al., 2022)

Além disso, quando se incentiva que todas as partes interessadas no esporte, seja o COI (principalmente), as Federações Internacionais e até mesmo os patrocinadores do esporte, a WADA e organizações de pesquisa se dediquem ao financiamento necessário para conduzir pesquisas essenciais que cheguem a resultados consistentes, com uma visão completa dos direitos humanos e da justiça, a entidade parece desconhecer ou desconsiderar a realidade econômica e os custos que envolvem tais pesquisas, e a dificuldade financeira de diversas entidades de direção do esporte.

As consequências das diretrizes também podem levar à dois extremos indesejados, tais como: a exclusão de atletas transgêneros ou DSD (atletas que preferimos tratar como intersexo, por discordância em categorizá-las como atletas com distúrbios) com base na vantagem de desempenho, ou auto-identificação, que equivaleria a nenhuma regra de elegibilidade. (PIGOZZI et al., 2022)

E isto pode ser observado a partir dos últimos documentos emitidos pelo Comitê Olímpico Internacional, seja o de 2015 (Consenso de Estocolmo), seja pelas últimas recomendações de 2021 de não discriminação dos atletas em dissonância (Quadro de Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo), pois as FIs começaram a tomar medidas, na maioria das vezes restritivas, dificultando a participação das atletas em dissonância de gênero nas competições.

Seguimos apresentando alguns casos de FIs, que criaram novas regras para a elegibilidade destas atletas a partir do documento de 2021 do COI:

Em 19 de junho de 2022, a FINA (Federação Internacional de Natação), atual World Aquatics, através de seu presidente, Husain Al-Mussallan, durante o Congresso Geral Extraordinário da entidade, promovido em Budapeste, na Hungria, inovou com a decisão de criar uma “categoria aberta” na natação. (GE, 2022a)

O dirigente afirmou que “A Fina sempre receberá todos os atletas. A criação de uma categoria aberta significará que todos terão a oportunidade de competir em nível de elite.” Prosseguindo ainda: “Isso não foi feito antes, então a Fina precisará liderar o caminho. Quero que todos os atletas se sintam incluídos em poder desenvolver ideias durante esse processo.” (GE, 2022a)

Decerto que tal notícia se dá a partir de proposta apresentada e votada em um grupo de trabalho, criado em novembro de 2021, mesma época em que o Comitê Olímpico apresentou documento defendendo uma postura mais inclusiva e não discriminatória para o esporte.

Em um primeiro momento, pareceu que a instituição, em entendimento bastante coeso, buscava uma postura mais inclusiva, visto que das 152 instituições associadas à entidade

internacional, 71,5% votaram a favor aprovação da criação desta nova categoria, e de toda uma nova política para atletas trans, além de decidir pela criação de uma futura força-tarefa, que terá como meta analisar formas mais eficazes para a configuração da categoria aberta, que deverá ser criada nos próximos seis meses. (GE, 2022a)

Mas, ao mesmo tempo em que anunciou uma nova categoria para o esporte, a Fina, também apresentou uma nova política de elegibilidade para mulheres transgêneros em suas competições, vigentes desde 20 de junho de 2022, dentre as quais destacamos somente mulheres trans que completaram sua transição até os 12 anos de idade podem competir na categoria feminina, além de estabelecer que o limite máximo de testosterona aceito será de 2,5 nmol/L para atletas transgênero. (FINA, 2022; GE, 2022b)

Tais exigências estariam baseadas em evidências apresentadas em relatório, que demonstraram que a puberdade masculina teria dado às nadadoras transexuais uma vantagem física que permaneceu mesmo após o tratamento hormonal como parte de sua transição, ainda que reconhecessem que em muitos países do mundo não é possível fazer a transição tão cedo. (GE, 2022b)

Em relação à discussão da puberdade e do que o aumento de produção de testosterona representa aos meninos, o relatório se baseia em mudanças irreversíveis nos corpos como aumento do tamanho do coração, aumento da estatura, aumento da envergadura, se caracterizando em uma vantagem, visto que uma mulher biológica não conseguiria eliminar essa vantagem por meio de treinamento ou alimentação, e também não poderia recorrer ao uso de testosterona exógena, pois a testosterona é uma substância proibida, entendida como doping, pelo COI e pela WADA.

Na natação temos, neste momento, a polêmica que envolveu a atleta transgênero Lia Thomas, da Universidade da Pensilvânia, que já competiu por três anos na equipe masculina antes de passar pelo processo de transição de gênero. Agora, competindo na categoria feminina, conquistou, em 17 de março de 2022, o título do NCAA (National Collegiate Athletic Association - tradicional liga universitária americana), realizado em Atlanta. (GE, 2022b)

A nadadora de 22 anos venceu 500m de nado livre, mas o pódio da prova foi marcado por uma polêmica, visto que suas adversárias se recusaram a se juntar à campeã no momento da foto das medalhistas. Além disto, no ato do anúncio de sua vitória, poucos torcedores aplaudiram, além de alguns desferirem insultos à atleta.

De toda a forma a World Aquatics (Federação Internacional de Esportes Aquáticos) proibiu a participação de atletas trans em competições femininas. Lia Thomas recorreu a Tribunal Arbitral do Esporte (TAS), que entendeu que a americana de 25 anos não é elegível

para questionar a regra da Federação Internacional, decidindo pela rejeição do caso da nadadora. Assim sendo, Lia Thomas não pode participar dos Jogos Olímpicos de 2024 em Paris.

Se nos desportos aquáticos as políticas de inclusão parecem tropeçar, na Liga Internacional de Rugby (International Rugby League - IRL) a postura ainda foi mais radical, sendo proibidas as atletas que fizeram a transição do gênero masculino para o feminino de competir em categorias femininas. Tal posição foi feita em um comunicado no dia 21 de junho de 2022. (GREZ, 2022)

A decisão vem junto com o anúncio que a instituição está “continuando o trabalho para revisar e atualizar as regras” e que “procurará usar a próxima Copa do Mundo para ajudar a desenvolver uma política abrangente de inclusão”, que mais sugere uma ameaça. (GREZ, 2022)

Por sua vez, a União Ciclista Internacional (Union Cycliste Internationale - UCI) comunicou, em 16 de junho de 2022, os novos critérios para elegibilidade de ciclistas transgêneros que queiram competir na categoria feminina, os quais passaram a vigorar quinze dias depois. (GAZETA..., 2022b)

Já na primeira alteração está o nível máximo permitido de testosterona no plasma, reduzido de 5 para 2,5 nmol/L, valor que corresponde ao valor do hormônio encontrado na maioria da população de mulheres *consonantes*. A outra alteração foi a de aumentar de 12 para 24 meses o período de transição que a atleta transexual deverá se manter com baixa testosterona. (GAZETA..., 2022b)

Ambas as alterações estariam respaldadas nos estudos realizados entre 2020 e 2021. E justifica a UCI que tais estudos demonstram claramente que a baixa dos marcadores das atletas transexuais ao nível de mulheres *consonantes* ocorre dentro de seis a oito meses sob baixa testosterona no sangue, mas as adaptações esperadas na massa muscular, além da força/potência muscular levam mais tempo, em torno de dois anos no mínimo. (GAZETA..., 2022b)

É possível perceber que muitas mudanças no processo de elegibilidade de mulheres transexuais nos esportes são iniciadas a partir do Guia do COI, que assegura às FIs o direito de autonomia, mas que levam ao afastamento das atletas dissonantes, além de contrariarem as recomendações do Comitê.

As FIs que estão tomando a dianteira nos critérios de elegibilidade à categoria feminina, são, em geral, aquelas em que já existem atletas transexuais que obtenham resultados desportivos de destaque, claramente se colocando contrários à sua participação, criando critérios que obstaculizam suas participações.

É o que ocorre no ciclismo, em que a britânica Emily Bridges, de 21 anos, que começou a terapia de reposição hormonal em 2021, ficou impedida, pelas novas regras, de participar de um evento em abril em Derby, na Inglaterra. (CMIO, 2022) Mas, diante das alterações apresentadas como requisito de elegibilidade pela UCI, Emily Bridges não poderá correr até 2023, quando completará 24 meses de baixa de testosterona livre no sangue.

Em entrevista sobre a questão, o presidente da World Athletics, Sebastian Coe, disse à BBC que até o fim do ano a entidade deverá rever as diretrizes da modalidade, e defendeu que "a biologia supera o gênero". (DW, 2022)

Mantendo a postura agressiva, o dirigente alegou que a justiça para as mulheres no atletismo sempre virá antes da inclusão, ao mesmo tempo em que fez questão de elogiar as restrições impostas pela World Athletics, considerando ainda que o atletismo deveria seguir a World Athletics, afirmando estar agendada uma reunião de seu conselho para discutir o assunto no final do ano. (DW, 2022)

Entretanto, sob as regras atuais da World Athletics, mulheres transexuais precisam ter baixos níveis de testosterona em certas competições. "Nós seguiremos a ciência", disse Sebastian Coe. (DW, 2022)

Tal postura apenas remonta a uma história de regulamentos que excluía mulheres ao longo de todo o processo de testes de sexo, em que esta FI seguiu humilhando e segregando mulheres em nome da ciência.

Em 2023 a World Athletics anunciou a proibição de atletas transgênero nas competições internacionais na categoria feminina. A entidade, através de seu presidente, Sebastian Coe, entende que nenhuma atleta trans gênero, que tenha passado pela puberdade masculina será elegível para competir a partir de 31 de março de 2023. Além disso, afirma que um grupo de trabalho será formado para realizar mais pesquisas sobre as diretrizes de elegibilidade para transgêneros.

A World Athletics também votou para reduzir a quantidade de testosterona livre no sangue permitida para atletas com diferenças no desenvolvimento sexual (DSD), o que parece ser uma reação à presença da atleta Caster Semenya. De acordo com a instituição, as atletas intersexuais serão obrigadas a reduzir seus níveis de testosterona livre no sangue para menos de 2,5 nmol/L, sendo necessário que permaneçam abaixo desse limite por dois anos para competir em provas internacionais na categoria feminina em qualquer evento de atletismo.

Anteriormente, atletas intersexuais eram alvo de restrições apenas em eventos de 400 metros a uma milha. No caso de atletas que já competem em eventos que antes eram irrestritos,

disposições provisórias serão introduzidas para atletas intersexuais, exigindo que, a partir de então, elas mantenham seus níveis de testosterona abaixo de 2,5 nmol/L por pelo menos seis meses antes de serem autorizados a competir novamente.

A Federação Internacional de Futebol (Fédération Internationale de Football Association – FIFA), por sua vez, pretende remover o limite de testosterona para mulheres transgênero e propõe, inclusive, a adoção da auto-identificação do gênero, tornando mais fácil para as mulheres transgênero competir no futebol feminino de elite. (DW, 2022)

Entretanto, estas propostas poderão enfrentar uma resistência interna, pois partes da alta administração da organização ainda não estão convencidas deste posicionamento, contudo, caso sejam implementadas, estas medidas representariam uma mudança profunda na inclusão de transgêneros no esporte.

A instituição está considerando propor também que as mulheres transgêneros que tiverem vantagens competitivas como consequência da puberdade masculina, não sejam autorizadas a competir nas categorias femininas. (DW, 2022) O que, de certa forma, parece contradizer a postura flexível que considera estabelecer a auto-identificação como critério.

Não foi apresentado, entretanto, como seria definida uma vantagem competitiva, sequer os parâmetros que seriam analisados, sendo apenas relatado que envolveria um grupo independente de especialistas em diversas áreas para avaliar os casos individualmente e que as diretrizes seriam formuladas para atletas transgêneros e atletas intersexuais.

É preciso considerar que, dada a importância da FIFA no cenário mundial, a implementação de regras mais flexíveis de elegibilidade para atletas com dissonância de gênero pode se constituir em um grande passo para a inclusão de gênero no esporte.

Vale ressaltar que o futebol feminino tem uma longa história de luta pela igualdade e pelo respeito. Nossa primeira legislação esportiva proibia as mulheres de participarem do esporte por considerar este um desporto incompatível “com as condições de sua natureza”, se transformando em um lugar de resistências.

Posteriormente, o futebol se tornou um lugar de acolhimento para mulheres lésbicas e bissexuais, ainda que a homofobia esteja muito presente por parte dos espectadores, dos patrocinadores, e até dos dirigentes.

Assim, diante de supostos avanços e visíveis retrocessos, constatamos que, o que de fato se apresenta, é a não existência de uma forma consensual de lidar com a questão, além de que todas as formas validadas pelo COI e pelas FIs, deixam, mais uma vez, de lado o ponto de vista mais importante, o das atletas, as protagonistas deste espetáculo.

Em meio a esta postura restritiva, duas lutadoras de boxe foram liberadas para competir no boxe feminino nos Jogos de Paris 2024, apesar de não terem sido liberadas pela Associação Internacional de Boxe, por não cumprirem os critérios de elegibilidade, a argelina Imane Khelif e a taiwanesa Li Yu-ting.

Segundo a entidade de gestão do boxe, as lutadoras teriam apresentado certas características biológicas que excederiam os limites para classificação de feminilidade, que seria, a presença do cromossomo Y, nos exames das atletas. Entretanto, são poucas as informações inerentes a estes dois casos e nada foi esclarecido sobre a produção ou não de testosterona em nível superior do que seria permitido, para que, mesmo considerando os critérios atuais, pudessem afirmar que elas estariam em vantagem indevida.

Imane Khelif ganhou medalha de ouro na ao vencer a chinesa Yang Liu na final do boxe, por decisão unânime, na categoria até 66kg e a taiwanesa Li Yu-ting conquistou o ouro, na categoria peso-pena, derrotando a polonesa Julia Szeremeta.

De toda a forma, parece que o tratamento não foi em relação as demais atletas *dissonantes* que pleitearam competir nos Jogos de Paris 2024.

### 3 - PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO

Neste tópico abordamos a idealização de um corpo normativo pelo esporte que é midiaticizado e disseminado, refletindo padrões e expectativas, além de construir discursos positivos e negativos, operando uma espécie de “censura invisível” por parte dos meios de comunicação.

Consideramos também que dado o masculinismo como corpo idealizado no ambiente desportivo, a presença de corpos femininos é entendida como uma transgressão ao espaço. Assim, com a chegada de “novos corpos transgressores”, seja pela perspectiva do gênero ou da deficiência, houve uma resistência às mudanças necessárias na estrutura do esporte.

No alto rendimento, novos eventos esportivos surgem, saindo da invisibilização e impondo a discussão da inclusão de corpos disruptivos. Com isto, a sociologia do esporte vai tratar a questão, trazendo novas proposições na perspectiva da inclusão a um esporte entendido como universal.

Em 2021, o COI incorporou ao esporte olímpico algumas das novas proposituras, evitando avançar em outras discussões e abrindo espaço às Federações Internacionais para se posicionarem. Mas as novas normativas destes órgãos de gestão, divergindo de uma postura inclusiva, colocará o esporte olímpico em oposição às normas principiológicas da Carta Olímpica que tem como objetivo o alcance da paz.

#### 3.1 – O corpo normativo

O esporte reflete valores da sociedade em que se encontra inserido. Desta forma, quando tratamos da disseminação e midiaticização do corpo normativo no esporte olímpico, nos voltamos, imediatamente, para uma complexidade de fenômenos que reflete padrões e expectativas desta sociedade em relação aos corpos dos atletas envolvidos com o evento.

O corpo normativo idealizado no esporte, como de forma em geral, é um corpo jovem, com baixo percentual de gordura, hipertrofiado, saudável, com identidade de gênero e até sexualidade compatível com o sexo conferido ao nascer, ou seja, com o sexo biológico.

Mas este entendimento e esta representação não estão apenas na percepção do público em relação aos atletas, ela é promovida amplamente pelas mídias esportivas e pelas marcas patrocinadoras, o que, de certa forma, retroalimenta as expectativas criadas pelos consumidores de esporte e pelo público em geral.

A produção, o armazenamento e a circulação de informações são aspectos centrais na sociedade moderna; portanto, as mídias, em seu processo de desenvolvimento, se tornaram formas profundas de produção e intercâmbio simbólico no mundo moderno. (THOMPSON, 2008).

A mídia, através do processo de troca de experiências

modifica a disposição mental das partes envolvidas e inclui todos os procedimentos por meio dos quais uma mente pode afetar outra. Isso envolve não somente as linguagens oral e escrita, como também a música, as artes plásticas e cênicas, ou seja, todo comportamento humano. (ALEXANDRE, 2001, p. 113)

Logo, exercendo formas de poder diversas, cria e semeia discursos positivos ou negativos, que passam a ser seguidos, e que por vezes acabam por reforçar as práticas vigentes na sociedade.

Desta forma, as mensagens disseminadas pelas mídias “operam um jogo no qual se constituem identidades baseadas na regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida”. (GREGOLIN, 2007, p. 18)

Bourdieu ainda destaca a presença de uma censura invisível da televisão, que se inicia por uma perda de autonomia, visto que o assunto é imposto, assim como as condições de comunicação, além de que com o tempo limitado “é pouco provável que alguma coisa possa ser dita” (BOURDIEU, 1997, p. 19). Assim, como esta censura imposta é política, também é econômica, pois trata-se da pressão de anunciantes que pagam a publicidade e do Estado que dá subvenções, “mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica.” (IDEM, p. 20)

Como a normatização criada pelo esporte moderno define e delimita espaços de inserção dos sujeitos, ao mesmo tempo que irá estabelecer o conceito do que seria normal e do que seria “anormal” (ZOBOLI; MASKE: GALAK, 2021), as atletas que passam os limites previamente delineados, infringem, de certa forma, o que é autorizado, tornando-se não-legitimadas, fora da norma, marginalizadas, por burlar as definições estabelecidas. (ZOBOLI; MASKE: GALAK, 2021)

A princípio, o que se espera de uma atleta de alto rendimento, principalmente de nível olímpico, é que ela seja capaz de alcançar performances excepcionais, tendo como parâmetro os padrões definidos dentro do próprio esporte e, como podemos perceber, também pela mídia.

No entanto, a pressão para atender a padrões de um corpo normativo pode levar a uma enorme quantidade de problemas de saúde física, na autoestima e na saúde mental das atletas.

Além disso, a midiaticização excessiva do corpo no esporte olímpico pode reforçar estereótipos de gênero e perpetuar as desigualdades no esporte.

A discussão sobre a diversidade dos corpos no esporte torna-se mais significativa e o incentivo a uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação a corpos em sua multiplicidade não apenas fortalece o esporte como alcança toda a sociedade.

Assim sendo, muitos são os benefícios da inclusão no esporte de rendimento, nos permitindo uma maior eficiência, considerando a possibilidade de criar novos processos, novas estratégias de ação, além de um leque maior de ações e jogadas e de dificultar defesas, melhorando o esporte também qualitativamente.

Ainda em relação a algumas estratégias da mídia podemos dizer que:

[...] a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade. (BOURDIEU, 1997, p. 24),

Já o jornalista teria uma lente especial que os faz ver umas coisas e não outras, operando “uma seleção e uma construção do que é selecionado”. (BOURDIEU, 1997, p. 25)

Isso revela que dentro desse contexto há uma luta pela narrativa, mas que ainda não se atingiu o ideal devido às barreiras institucionais que impedem vozes dissonantes de serem ouvidas. As atletas não têm garantido o direito de usar os meios de comunicação na mesma medida em que as narrativas são apresentadas, dificultando assim a democracia nesse espaço. (RIBEIRO, 2019)

Kellner (2001) afirma também, que a mídia produz e reproduz a cultura hegemônica dominante, que muitas vezes é excludente e normativa, mas que em alguns momentos irá apresentar lutas de minorias marginalizadas.

E, de acordo com Bourdieu (1997, p. 35) para romper com esta violência simbólica, se faz necessário transgredir, sendo que a transgressão deverá se dar através da própria mídia. Segundo ele: “é preciso conseguir produzir um ‘choque’ que interesse ao conjunto da mídia ou pelo menos a um dos meios de comunicação e que poderá ser reforçado pelo efeito da concorrência”.

A violência simbólica de que Bourdieu (1997) fala está intimamente ligada ao conceito de poder e dominação simbólica, que se manifesta de maneira sutil, mas potente, ao impor determinadas normas e significados, naturalizando certos discursos e silenciando outros. Ela é exercida através da mídia, que constrói, seleciona e distribui as representações sociais, muitas

vezes em favor de uma norma estabelecida que exclui ou marginaliza determinados grupos sociais. Nesse contexto, as narrativas sobre o esporte, e mais especificamente sobre as atletas trans, são construídas de forma a manter a hegemonia de um modelo normativo de corpo e identidade, dificultando a aceitação de corpos que desafiam essas normas.

Foucault (1977; 1985), também aborda as relações de poder e saber, descrevendo como o poder se exerce de maneira difusa e invisível, mas extremamente eficaz, por meio de instituições e práticas sociais que regulam a sociedade. Para o autor, o poder não está apenas nas estruturas políticas, mas nas pequenas práticas cotidianas e discursos que sustentam as normas e a ordem social. A mídia, nesse sentido, é uma forma de "dispositivo de poder" que ajuda a reforçar e manter as normas sociais, regulando o que é considerado aceitável e natural.

Em seu entendimento, a violência simbólica, se manifesta precisamente no momento em que as representações e narrativas dominantes normatizam as identidades e corpos, definindo o que é "normal" ou "anômalo". As atletas trans, que fogem dessa norma, são vistas como desafiadoras de uma ordem pré-estabelecida, e, por isso, tornam-se alvo de uma série de discursos que tentam impor uma "normalização" de seus corpos.

No caso específico das atletas trans, a violência simbólica se manifesta quando suas identidades e corpos são sistematicamente deslegitimados, como vemos no exemplo de Tiffany Abreu, durante o jogo de quartas de final da Superliga Feminina de vôlei de 2019. Após seu time eliminar o SESC-RJ, o técnico Bernardinho fez um comentário claramente transfóbico, dizendo: "Um homem. É foda!" logo após o ataque de Tiffany.

No entanto, a resposta de Tiffany Abreu, que apareceu publicamente para aceitar as desculpas de Bernardinho e afirmar que ele estava sendo injustamente "crucificado" pela mídia, evidencia uma forma de resistência. Ela desafia a narrativa dominante e reconfigura a relação com o técnico, sugerindo que o impacto da mídia e da sociedade sobre suas ações é desproporcional. Aqui, Foucault nos ajuda a entender como, mesmo em um espaço de grande visibilidade, como o esporte, a resistência ao poder e à narrativa dominante pode se dar pela reinterpretação e pela visibilidade de um discurso alternativo, tentando redefinir o que é aceito como "normal".

Além disso, Hall (2016) fala sobre como as representações culturais, tais quais aquelas transmitidas pela mídia, não são reflexos da realidade, mas construções carregadas de significados, valores e ideologias. Ele argumenta que as representações não são neutras, mas sempre envolvem relações de poder e dominam as subjetividades dos indivíduos e grupos sociais. O autor destaca que a mídia tem um papel central em produzir e reproduzir os discursos hegemônicos, que frequentemente marginalizam minorias. No caso das atletas trans, a mídia

desempenha um papel crucial em como seus corpos e identidades são representados, muitas vezes através de uma perspectiva que reforça a exclusão e o silenciamento desses sujeitos.

Hall (2016) também fala sobre a luta pela narrativa e a maneira como grupos marginalizados, como as mulheres trans, devem continuamente contestar as representações que lhes são atribuídas. No esporte, isso se manifesta quando as atletas trans, como Tiffany, lutam para que suas histórias e suas presenças sejam reconhecidas e legitimadas dentro de um espaço tradicionalmente dominado por ideais normativos de gênero e biologia. A resistência dessas se torna uma luta não apenas pela inclusão, mas também pela transformação da própria representação cultural e esportiva, criando novas formas de ver e entender o corpo no esporte.

O esporte, portanto, não é um campo neutro, mas um espaço em que as representações de gênero, raça e corpo são constantemente negociadas. Como argumenta Goellner (2012), ele busca invisibilizar corpos que estão à margem das normas estabelecidas, especialmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade. As atletas *dissonantes* são vistas como "dissidentes da norma" e precisam passar por processos que desafiem e reconfiguram sua biologia e corporeidade para poderem ser aceitas nas competições. Isso implica uma naturalização de seus corpos, mas também uma tentativa de modificação das categorias de gênero que estruturam o esporte.

Zoboli, Maske e Galak (2021) também destacam o paradoxo dessa naturalização: o processo que busca adaptar as atletas *dissonantes* aos requisitos biológicos das competições também desafia as próprias concepções sobre o corpo e identidade, ao ampliar as possibilidades do corpo e suas potencialidades. Quando se fala de atletas intersexuais, como eles observam, esses corpos são entendidos como ambigualmente definidos, o que leva à criação de uma série de tecnologias e classificações para tentar estabelecer um "lugar" para essas atletas, mesmo que esse lugar seja provisório.

Compreender a história das políticas que estabeleceram e justificaram a visão de que essas atletas eram "inferiores" ou "anormais" é crucial para questionar essa visão naturalizada e trazê-las para fora das margens, tornando-as mais visíveis. (ZOBOLI; MASKE; GALAK, 2021) Esta é a razão pela qual ressaltamos a importância da leitura crítica dessas políticas para desnaturalizar as concepções preconceituosas sobre os corpos dissonantes no esporte, tornando-os visíveis e reconhecendo sua validade na prática esportiva.

### **3.2 - O não pertencimento**

O sistema binário sexual, utilizado como forma de categorizar a prática esportiva, e chamado pelo COI de “estrutura do esporte”, divide os atletas em categorias feminino e masculino e como consequência hierarquiza os seus sujeitos.

Goellner (2021) afirma que a adjetivação de feminino à modalidade esportiva, diferentemente do praticado por homens, que sequer é nomeado, pode parecer algo sem importância, mas é, na verdade, muito significativo, se analisarmos a partir de sua dimensão política, uma vez que o adjetivo masculino não é agregado ao esporte praticado por eles porque já está naturalizado o seu pertencimento.

Isto incute no esporte uma marca, o binarismo, que dividirá o desporto a partir de um único marcador: a biologia de seu corpo, levando a sérias limitações.

Mulheres terão dificuldade de se inserir pois o discurso construído leva a crer que este é um espaço que elas não deveriam participar, ao menos não sob a perspectiva de rendimento.

Também, historicamente, as competições esportivas para homens têm recebido mais reconhecimento e recursos do que as destinadas às mulheres. Em contrapartida, mulheres quando buscam praticar o esporte de forma profissional, enfrentam desigualdade salarial, menos oportunidades de patrocínio e menos visibilidade em comparação aos atletas do sexo masculino.

A questão fica ainda mais complexa quando se trata da participação de indivíduos que possuem identidades sexo ou variações de gênero fora dessa dicotomia.

O sistema binário separa os atletas com base apenas em sua biologia, ou seja, no sexo que foi atribuído a este sujeito ao nascer, com base na aparência de seus órgãos genitais. No campo de estudos de gênero, tal forma de entender essas diferenciações e representações é denominado de fundacionalismo biológico, vez que são atribuídas aos sujeitos identidades de gênero correspondentes às suas marcas corporais biológicas, o que significa que os “dados da biologia” permanecem como uma espécie fundamento para o social. (NICHOLSON, 2000)

Isto trouxe como consequência os testes de sexo/gênero, anteriormente já abordados neste estudo, que demonstraram ao longo de toda a história do esporte olímpico a dificuldade objetiva de determinar o “masculino” e o “feminino”, impossibilitando que atletas que não se enquadrassem exatamente neste binarismo participassem dos Jogos.

Esta questão reside até os dias atuais, e atletas que não estejam, por qualquer motivo, de acordo com a sua natureza biológica, mulheres transexuais e intersexuais, encontram, inúmeras barreiras e dificuldades de inserção no esporte olímpico.

Incontestável que “o esporte já nasceu com uma invenção purista de um ideal de corpo, de modelos fixos e estáveis do que se considerava ‘homem’ (e, por comparação, ‘mulher’),

afastando-se os corpos que não se enquadrassem nesta normatividade. (CAMARGO, 2021, p. 121). Neste sentido, “o esporte moderno estabeleceu seu *modus operandi*, particularmente buscando a visibilidade da normalidade e uma sincronia proposital entre corpos (funcionais), gêneros (inteligíveis) e sexualidades (convencionais).” (CAMARGO, 2021, p.121)

Como resultado dessas práticas discriminatórias, os espaços esportivos vão além de refletir as desigualdades, mas as reproduzem e os corpos que não estão alinhados com as expectativas normativas são excluídos dos benefícios físicos, psicológicos e sociais associados à prática atlética.

É necessário questionar esses ideais dominantes dentro do mundo dos esportes, tal qual na sociedade, devemos entender que pessoas precisam ser recebidas, acolhidas e tratadas com respeito. Por isto, também o esporte, não pode possuir um modelo estático, pois assim sendo, não estaríamos considerando a diversidade e complexidade das identidades de gênero e variações de sexo.

Outro tópico desta temática, no que diz respeito ao binarismo, são as questões comportamentais e sociais, que também se apresentam e precisam ser considerados, pois homens/mulheres que mantêm relações homoafetivas “entram na chave da inteligibilidade social como ‘gays e lésbicas’, muitas vezes considerados ‘clones’ indigestos de homens e mulheres heterossexuais, pois o esporte não só é binário, como também heteronormativo.

Nestes casos, pode existir também uma solução dentro da própria prática, pois apesar dos homossexuais serem vistos com olhares atravessados, de alguma forma, diante de suas performances, muitas vezes passam a ser aceitos. Enquanto este processo parece muito mais longo no caso de atletas transexuais, uma vez que sua presença “promove controvérsias infundáveis, que vão da deslegitimação de corpos a um total apagamento dos mesmos (com consequente negação de suas existências).” (CAMARGO, 2021, p.122)

Mais difícil ainda, parece ser a vida esportiva das mulheres intersexuais, que irrompem com toda uma linearidade de pensamento sobre o que deveria ser uma mulher e são perseguidas e mutiladas ainda hoje para caber dentro do que seria uma “mulher normal”.

Bento (2011, p. 16) complementa, afirmando que “[...] ao discutirmos masculinidade, feminilidade e sexualidade, nos embrenhamos em uma tórrida disputa sobre as expressões da existência que devem viver e as que precisam ser silenciadas sob a marca das anormalidades.”

A disputa acalorada sobre quais expressões de existência devem ser vividas e quais devem ser silenciadas como anormalidades é bastante pertinente ao contexto esportivo, uma vez que neste ambiente, há uma clara demarcação entre as características consideradas masculinas e femininas, bem como expectativas rígidas em relação à sexualidade dos atletas.

Essas demarcações são frequentemente baseadas em estereótipos de gênero afincados na sociedade, que determinam o que é "apropriado" para homens ou mulheres no contexto atlético.

Esses estereótipos limitantes não apenas reforçam desigualdades de gênero no esporte, mas também perpetuam a exclusão daquelas cujas expressões corporais desafiam essas normas fixas.

Mas, embora o esporte resista a mudanças no sentido de ser organizado e dividido, na maioria das modalidades, de forma binária, excluindo corpos que não se encaixem baseado na chamada igualdade de oportunidades, fato é que atletas trans e intersexuais, apesar de causarem um incômodo estarão cada vez mais presentes neste ambiente. (BENTO, 2011, p. 129)

Entretanto, a luta para as mulheres serem incluídas nos Jogos, sejam elas nascidas mulheres, sejam elas intersexuais, sejam elas mulheres trans, ainda que em um conflito claro e aparente, é uma luta a ser combatida de dentro dos Jogos Olímpicos.

As lentas modificações expressas na Carta Olímpica permitem-nos defini-la como um instrumento de resistência formal à participação das mulheres no Jogos, vez que se trata de um documento que sofreu poucas mudanças, mantendo-se inalterado, mesmo diante de tantas demandas da sociedade.

A participação de atletas *dissonantes* só passou a ser permitida a partir do Consenso de Estocolmo, em 2003, quando se traçaram requisitos de elegibilidade para a competição na categoria feminina.

Assim, o alemão, esgrimista e ex-campeão olímpico, o nono presidente do COI, Thomaz Bach, assumiu a presidência da instituição em meio a uma crise causada por um esgotamento, em 2013, somada a uma falta de identificação com os próprios ideais olímpicos. Isso levou a entidade a uma convocação da comunidade olímpica em busca de saídas para o impasse criado pelas denúncias de corrupção e em consulta que se protraiu ao longo de um ano, com mais de 40 mil sugestões, resultaram em 1.200 propostas sendo, então encaminhadas pelos presidentes dos 14 grupos de trabalho à 127ª sessão do COI, em dezembro de 2014. (RUBIO, 2017)

Com base em movimentos e conferências realizadas ao longo de 2014, uma reunião realizada pelo Comitê Olímpico, consubstanciou 40 recomendações, denominada de Agenda 20 + 20, entendidas como estratégicas para o futuro do Movimento Olímpico.

Destacamos aqui as questões centrais dessa proposta, tais como o combate à corrupção dentro do ambiente olímpico, o controle sobre o agigantamento dos Jogos Olímpicos, a igualdade entre gêneros, o controle do doping e o empoderamento do atleta. (IOC, 201)

E, o que até então não parecia fazer pauta das discussões de um Comitê Olímpico administrado e organizado de/para homens, diante de tantos olhares atravessados, críticas e

denúncia de corrupção, aquela postura antiquada e preconceituosa, por tanto tempo mantida, agora precisava ser revista.

A resistência às mudanças da Carta Olímpica ilustra muito bem como um espaço generificado (marcado pela diferença de gênero) e generificador (produz a diferença de gênero) que, portanto, sempre parece apontar para um erro, algo a corrigir, diante de corpos femininos no esporte olímpico. (GOELLNER, 2021)

E é neste sentido que os novos megaeventos esportivos, como o Gay Games e dos Jogos Paralímpicos se destacam, por serem práticas esportivas que rompem com a normatividade estabelecida, uma vez que as múltiplas categorizações do esporte, tais quais “sexo/gênero”, “eficiência”/“deficiência”, “masculino”/“feminino”, “juvenil”/“master” se eliminadas dos sistemas de competição, levando a uma imperiosa necessidade de repensar os modos de pontuação, os controles de resultados, as classificações, o que, por sua vez, leva a ressignificar a ideia de competição, do modo como a conhecemos atualmente no esporte-espetáculo. (CAMARGO, 2016, p. 1.347).

Além disto, uma mudança como esta afetaria todo o *status quo*, a estrutura de organização e administração dos esportes, as entidades internacionais e supranacionais do desporto, os patrocinadores, as marcas que produzem material esportivo, as mídias, entre outros.

Assim, mesmo com avanços, podemos perceber que o território esportivo olímpico ainda é um ambiente de pertencimento masculino, e que existe um determinado tipo de feminilidade/masculinidade, ou, de uma forma ainda maior, existe no esporte uma forma como a fisicalidade perpetua um forte vetor de identidade de gênero, além de que diante de tantas nuances, ambivalências e ambiguidades, encontramos dificuldade para superar a forma determinada de se categorizar uma atleta.

### **3.3 – Outras inclusões**

Há outras possibilidades no caminho de ser inclusivo em termos de esporte olímpico. Expandindo a inclusão, podemos destacar megaeventos desportivos de alto rendimento como os Jogos Paralímpicos, que pode até estar atuando em estreita relação ao COI, mas atua, entretanto, como eventos apartados, ou os Gay Games.

Os Esportes Paralímpicos e os Gay Games são eventos que buscam promover a igualdade e a inclusão, proporcionando oportunidades de alto rendimento e superação para

atletas dissonantes. Ambos demonstram o poder transformador do esporte na promoção da diversidade, inclusão social e respeito mútuo entre todos os participantes, desafiando estereótipos prejudiciais sobre deficiência e identidades sexuais, além de enfatizarem a importância de criar ambientes acolhedores onde todos se sintam representados e apoiados.

### 3.3.1 – Esportes Paralímpicos

Quando discutimos a inclusão na perspectiva de alto rendimento, em particular, no evento olímpico, importante dizer que existem hoje, grandes eventos esportivos, além dos Jogos Olímpicos, que buscam trazer para esta categoria a discussão da inclusão. Eventos que nos fazem refletir sobre algumas questões, tendo como ponto de vista o esporte de rendimento desejado para o futuro.

E embora nosso enfoque seja a discussão das questões que envolvem a categoria feminina no esporte olímpico, trazendo para isto pontos como categorias sexo/gênero e sexualidade, não podemos fazer este debate sem considerar ainda a deficiência no âmbito do desporto de rendimento, particularmente no cenário olímpico, até porque este pleito perpassa pelos corpos dissonantes, nos revelando um debate delicado, uma vez que, dentro do desporto de rendimento, e particularmente do desporto olímpico, se objetiva alcançar a paz, evitar o preconceito, ou seja, deseja-se um espaço de igualdade de oportunidades, como expressa os princípios fundamentais 2, 4 e 5 da Carta Olímpica, a seguir apresentados, mas nos revela, em sua prática, uma atitude divergente.

2. O objetivo do Olimpismo é o de colocar o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso do Homem em vista de promover uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana. (CARTA OLÍMPICA, 2011, p. 25)

4. A prática do desporto é um direito do homem. Todo e qualquer indivíduo deve ter a possibilidade de praticar desporto, sem qualquer forma de discriminação e de acordo com o espírito Olímpico, o qual requer o entendimento mútuo, o espírito de amizade, de solidariedade e de fair play. As organizações, administração e gestão do desporto devem ser controladas por organizações desportivas independentes.

5. Toda a forma de discriminação relativamente a um país ou a uma pessoa com base na raça, religião, política, sexo ou outra, é incompatível com a pertença ao Movimento Olímpico. (CARTA OLÍMPICA, 2011, p. 25)

Neste sentido, se faz necessário apresentar em nossa análise, outros corpos dissonantes que integram o espaço destinado aos esportes de alto rendimento, portanto, passamos a discorrer sobre a dissonância chamada também de deficiência.

Portanto, destacamos o evento, que nos dias atuais já podemos denominar megaevento esportivo, que são os Jogos Paralímpicos. Eles representam, na verdade, o maior evento esportivo mundial que envolvem pessoas com algum tipo de deficiência e acontecem logo após a realização dos Jogos Olímpicos, geralmente, na mesma cidade sede. (TORRI; VAZ, 2017; TORRI, 2019)

Este evento esportivo foi criado a partir do programa realizado pelo médico neurocirurgião alemão, radicado na Inglaterra, Ludwig Guttmann, para soldados lesionados na coluna, no Stoke Mandeville Hospital, buscando não apenas reabilitação, mas também a interação social destas pessoas, e teve seu crescimento gradual, sendo estendido para todas as pessoas com deficiência e não apenas para soldados lesionados em guerra, como de origem. (CIDADE; FREITAS, 2009)

Convidado para dirigir a ala de mutilados de guerra e pacientes paráliticos, o médico tornou a unidade de tratamento no Centro Nacional de Lesões da Coluna do Hospital Stoke Mandeville.

Seu trabalho com os pacientes, inicialmente presos a camas ou cadeiras utilizavam fisioterapia, mas progrediu para utilização de esporte com finalidade de motivar os internados. Os reflexos desta iniciativa levaram a um aumento da resistência física, além da auto-estima elevada.

Guttmann, aproveitou os Jogos Olímpicos de Londres, em 1948, e criou os Jogos de Stoke Mandeville, do qual participaram, já na primeira edição, militares de ambos os sexos com algum tipo de lesão. A partir de então, o evento passou a ser realizado anualmente.

O evento foi muito bem-sucedido, e já em 1952, os Jogos de Stoke Mandeville já tinham um caráter de jogos internacionais, contando com mais de 130 inscritos e em 1960, em Roma, os Jogos passaram a se chamar de Jogos Paraolímpicos, com 400 inscritos de 23 países. (CIDADE; FREITAS, 2009)

O êxito das primeiras competições impulsionou um rápido crescimento do movimento paralímpico, que já contava com a participação de 40 países em 1976. Também nesse ano, os primeiros Jogos de Inverno foram realizados, ampliando as oportunidades para pessoas com deficiência praticarem esportes em alto nível. Os Jogos de Barcelona, em 1992, marcaram um ponto crucial para o evento, pois pela primeira vez os comitês organizadores dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos cooperaram juntos. O apoio do Comitê Olímpico Internacional após os Jogos de Seul em 1988 levou à criação do Comitê Paralímpico Internacional em 1989. Desde então, ambos os órgãos têm trabalhado em conjunto para promover o desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência. (CIDADE; FREITAS, 2009)

Apesar da estreita relação organizacional, os dois órgãos continuam independentes e mantêm eventos separados.

No Brasil, o termo paralímpico foi adotado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro em 2011 para adequação aos padrões usados pelo Comitê Paralímpico Internacional (International Paralympic Committee — IPC).

Os Jogos Paralímpicos trazem consigo a discussão dos corpos dissonantes, mas também performáticos, já que inserem pessoas que não se encontram dentro de um padrão, que fogem de uma normatividade.

O esporte, na perspectiva inclusiva, visa oportunizar corpos que se encontram fora dos padrões de normalidade (física, fisiológica, comportamental, social), mas que também são capazes de superação. (DUARTE; SANTOS, 2003)

A discussão da inclusão da incorporação de corpos que se encontram fora da normatividade, pelo desporto paralímpico, constitui também uma ampliação da proposta inicial do evento, estipulada e reafirmada pelo esporte.

E, desta forma, pessoas com deficiência têm sido, convidadas a tomar parte das práticas esportivas, dando maior legitimidade e prestígio às modalidades esportivas por elas praticadas, por meio dos discursos da inclusão e da superação, presentes também no esporte convencional (GONÇALVES; ALBINO; VAZ, 2009).

Isto porque, ainda que falemos sobre a superação dentro da perspectiva paralímpica, seus atletas, muitas vezes, não têm a mesma percepção e chegam a contestar a forma como são enxergados. Além disso, muitos atletas desejam e lutam para poderem participar dos Jogos Olímpicos.

Como o evento trabalha fortemente dentro de uma perspectiva inclusiva, existe a preocupação de organizar um sistema que garanta o princípio da igualdade de condições nas disputas e, conseqüentemente, resultados justos nas Paralimpíadas. Assim, os organizadores destes Jogos resolveram por agrupar os competidores em categorias de acordo com o comprometimento por eles apresentado. Criando os sistemas de classificação, que têm por objetivo garantir a legitimidade das competições e dos resultados, buscando ainda prevenir lesões nos atletas. (PACIOREK, 2004).

Dentro desta lógica, temos um sistema de classificação, que é dividido em médico e funcional. Sendo a classificação médica, aquela que verifica o nível mínimo de deficiência e não leva em conta a capacidade funcional do atleta, enquanto que, a classificação funcional a que identifica como o atleta executa as habilidades específicas da modalidade. (PACIOREK, 2004)

Enquanto, a classificação funcional tem como objetivos principais definir a elegibilidade de um atleta; e agrupar atletas de forma equânime, com a finalidade de que estes possam competir entre si.

Também é preciso entender que cada modalidade esportiva paralímpica tem seus critérios e métodos de avaliação próprios, não sendo possível usar as mesmas regras para todas, inclusive porque diferentes esportes e modalidades esportivas requerem também diferentes habilidades, necessitando uma classificação funcional própria, além de que os sistemas de classificação são constantemente reavaliados e questionados na tentativa de promover sempre o sentido de igualdade e justiça nas disputas.

Percebe-se, pois, o surgimento de novas formas de parametrizar o esporte, formas que parecem caminhar no sentido de acompanhar as novas necessidades que surgem no esporte e na sociedade, buscando sempre uma maior inclusão.

Conclui-se, pois que a relação entre olimpismo e paralimpismo é de fluxo e movimento, mas com algumas especificidades, em outras palavras, se, por um lado, a radical separação por deficiência e grau de comprometimento se coloca; por outro, há atletas paralímpicos que procuram o esporte olímpico.

Em outro momento do estudo já tratamos do caso do atleta sul africano de atletismo, Oscar Pistorius, que, mesmo após quebrar uma série de recordes no atletismo e ganhar todos os títulos possíveis no paradesporto, teve dificuldade para conseguir participar dos Jogos Olímpicos, por conta de haver uma alegação que sua prótese lhe garantia uma vantagem indevida, poupando a energia do atleta, não tendo sido comprovada esta vantagem, participou das Olimpíadas de Londres, mas não conseguindo subir no pódio olímpico.

O discurso da inclusão, incita os atletas a procurarem o esporte e se sentirem “incluídos” na sociedade, mas, na prática, ainda lhes dificulta a participação. Isto sugere um paradoxo.

### 3.3.2 - Gay Games

Por outro lado, outras bandeiras surgem como perspectivas para a dinâmica dos esportes de alto rendimento. Mas, certamente não há reconhecimento, além de não ser permitida a utilização da marca “olímpico”.

Fato é que, dentro das práticas esportivas contemporâneas, surgem os “Jogos Gays” ou “Gay Games”, que têm início quando Tom Waddell, decatleta norte-americano que havia competido na Olimpíada da Cidade do México, em 1968, cria uma nova propositura, tendo como objetivo a inclusão e a aceitação de atletas que se encontram em dissonância, com uma

concepção de que atletas de todo o mundo poderiam competir em um ambiente acolhedor e afirmativo.

Waddell desejava instituir os Gay Olympic Games, projeto bastante ousado à época, uma vez que tinha em mente inaugurar uma estrutura de competição “olímpica” para disputas esportivas a serem realizadas por pessoas que não se consideravam heterossexuais.

Mas, assim como a luta de Allice Milliat, o Comitê Olímpico Estadunidense (United States Olympic Committee – Usoc), próximo da data do evento inicial, o COI ganhou uma ação que havia impetrado que proibia Waddell de utilizar da palavra “olímpicos” em referência aos “Jogos Gays”.

E a razão seria exposta pelo precursor do movimento, pois que o uso da expressão neste evento “maculava o espírito olímpico”. (WADDELL; SCHAAP, 1996).

Mais uma vez trazemos aqui a comparação de Camargo (2016), que verifica que Tom Waddell “representa para a história dos Gay Games o que Pierre de Coubertin (barão de Coubertin) representa para os Jogos Olímpicos da Era Moderna, reeditados em 1896”. Mas traça uma diferença, pois Waddell, defendia, de fato,

[...] uma prática inclusiva, não heterossexista, na qual a chamada ‘igualdade formal de chances’ – que, no esporte convencional, separa homens e mulheres em categorias rígidas em nome da ‘justiça esportiva’ – não pudesse prevalecer excluindo corpos sem habilidades técnicas específicas ou sem identificação de gênero (ou sexual) definida. (CAMARGO, 2016, p. 101)

E em razão desta visão de Waddell, os Jogos são abertos para as pessoas participarem, não havendo restrições à orientação sexual ou à identidade de gênero. E por conta de sua perspectiva inclusiva e de participação, não existem padrões de qualificação para participar nas competições.

Mesmo sofrendo muitas críticas, o evento se notabilizou por ser o maior evento cultural e esportivo para atletas, músicos e artistas e pessoas associadas aos corpos dissonantes, possuindo, inclusive um órgão base do evento, a Federação dos Jogos Gays (FJG).

Sua problematização deve ser considerada por todos os pontos já destacados, somados ao fato de sua representatividade, e apesar de ficarem separados do maior evento, os Jogos Olímpicos, e de não utilizar a nomenclatura “Olímpico”, os Gay Games existem e se constituem em um evento multimilionário, que colocam em pauta a discussão sobre identidades sexuais e de gênero no contexto de práticas esportivas. (CAMARGO, 2016, p. 102)

Merece destaque o fato de estes Jogos enfatizarem o valor da inclusão social e do respeito mútuo entre todos os participantes. Desta forma, procuram desafiar estereótipos

prejudiciais sobre atletas dissonantes ao destacar suas conquistas excepcionais nos campos esportivos e artísticos.

A promoção de um ambiente acolhedor para todas as identidades sexuais e de gênero, os Gay Games demonstram o poder transformador do esporte e da cultura na promoção da igualdade. O que nos permite afirmar que os Jogos Gays demonstram ser possível celebrar a diversidade sem discriminar ou marginalizar as pessoas com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero.

### **3.4 - Novas Proposições**

O esporte de rendimento vem sendo contestado com relação às questões da lógica binária adotada e mantida e também em relação aos critérios de elegibilidade dos atletas que levam a uma dificuldade da participação desportiva de um grupo de atletas que se encontram em posição de dissonância, como já analisamos.

Neste sentido, é possível afirmar que a política de verificação de sexo/gênero adotada como forma de permitir a participação no esporte de alto nível apenas reforçou a discriminação desses corpos dissonantes, e no caso da pesquisa em tela, do esporte olímpico.

A inexistência de uma linha empírica direta sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, somada ao fato de que a masculinidade e feminilidade serem determinadas por uma variedade de marcadores -- e não apenas por um, como vem sido tratado -- e a eleição dos marcadores decisivos a serem considerados (CAMPORESI; MAUGERI, 2016; PIEPER, 2016), apenas ratificam a ideia que o teste de sexo/gênero, que se fixou geralmente em um único marcador, fosse ele a genitália, cromossomos ou nível de testosterona, etc., seria insuficiente e pouco confiável, principalmente nos casos de atletas que não se enquadram perfeitamente no feminino. (MARTÍNKOVÁ, 2020)

Em decorrência, emergem, entre os atletas, sentimentos de insatisfação e injustiça, que alimentam discussões reiteradas sobre casos de discriminação e humilhação, (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020), além de não se resolver a questão da inclusão de todos os atletas no esporte de alto rendimento.

Entretanto, mesmo esportes que não realizam o teste de verificação de sexo, mas dependem desta definição binária, já começam a enfrentar problemas, visto que a lógica binária está em conflito evidente com as políticas de países que adotam o entendimento de um terceiro sexo (sexo neutro) nos documentos de identidade de seus cidadãos, ficando difícil definir para

estes atletas em qual categoria eles deveriam competir. (MARTÍNKOVÁ, 2020). Soma-se a isto, o fato de surgirem, cada vez mais atletas dissonantes no esporte olímpico, sendo urgente uma atitude orientada no sentido de resolver as limitações postas no esporte hoje, uma atitude mais assertiva, que gere menos incertezas e mais segurança aos atletas.

Só nestes últimos Jogos de Paris 2024 tivemos duas atletas não binárias Nikki Hiltz, do atletismo dos Estados Unidos, e Quinn, do futebol canadense, esta segunda atleta já havia participado dos Jogos de Tóquio 2020, sendo sua equipe campeã olímpica desta edição.

Muitos pesquisadores da área da sociologia do esporte, também, vêm se dedicando em discutir possibilidades mais inclusivas. Destacamos aqui duas correntes de pesquisas recentes, baseadas ambas na classificação que divide os esportes em masculino e feminino.

Neste sentido, antes de avançarmos, devemos compreender que o conceito de esporte masculino, na lógica contemporânea, é do esporte que necessita de habilidades ou aptidões consideradas como inerentes a homens, tais como força, potência, velocidade e tamanho físico maior, enquanto o esporte feminino seria aquele que seu competidor deverá possuir características ditas femininas como graça, coordenação, flexibilidade, equilíbrio, leveza, tamanho físico menor. (MARTÍNKOVÁ, 2020)

#### 3.4.1 – Esportes Mistos

A partir da classificação proposta por Archer e Prange (2019), podemos observar que a maioria dos esportes é historicamente associada ao gênero masculino, relegando as mulheres a uma posição secundária nas atividades esportivas. Essa dinâmica sugere que a categoria feminina não é apenas uma versão alternativa, mas sim uma manifestação de um sexo considerado inferior. Essa hierarquia de gênero se reflete nas percepções sociais e na forma como as mulheres atletas são tratadas dentro e fora do ambiente esportivo.

Quando mulheres se aventuram em esportes tradicionalmente considerados masculinos, frequentemente enfrentam um escrutínio intenso sobre sua orientação sexual ou identidade de gênero. A prática esportiva, nesse contexto, torna-se um campo de batalha onde as normas de gênero são questionadas. Um estereótipo comum que se perpetua é o de que mulheres que se destacam em esportes como o futebol, boxe ou rugby, por exemplo, devem ter uma identidade de gênero não convencional ou uma orientação sexual considerada "diferente".

Por outro lado, as mulheres que se dedicam a esportes julgados "femininos" geralmente estão sujeitas a um discurso que enfatiza a busca pela beleza e pela vaidade. Essa expectativa

não só serve para legitimar a presença das mulheres na esfera esportiva, mas também as prende a padrões de comportamento e aparência que, muitas vezes, são impostos pela sociedade. O resultado é que, mesmo quando as mulheres competem em esportes, muitas vezes sua participação é reduzida à sua conformidade com ideais de feminilidade, o que diminui a seriedade e a importância da competição em si.

Além disso, essa hierarquia de gênero dentro do esporte é acentuada pelas regras que protegem a competição feminina, refletindo uma percepção de inferioridade. Por exemplo, no basquete, a utilização de uma bola mais leve para as mulheres e a altura reduzida da rede no vôlei (2,24m para mulheres contra 2,43m para homens) são mudanças que, embora possam ser defendidas sob a premissa de proteção ou adequação física, também reforçam a ideia de que as mulheres não podem competir em igualdade de condições com os homens. No tênis, a utilização de um número menor de sets nas competições femininas é outra evidência dessa distinção que perpetua a noção de que o esporte feminino é, de alguma forma, menos importante ou menos exigente.

Por fim, não podemos ignorar as repercussões econômicas dessa visão de inferioridade. A disparidade salarial entre atletas homens e mulheres no esporte profissional é uma das manifestações mais objetivas dessa hierarquia de gênero. Enquanto os homens muitas vezes recebem salários exorbitantes e têm acesso a maiores patrocínios, as mulheres frequentemente lutam por reconhecimento e remuneração justa, um reflexo direto da desvalorização do esporte feminino na sociedade. Essa diferença não se limita apenas ao que é pago às atletas, mas também se estende ao investimento em infraestrutura, marketing e mídia, perpetuando um ciclo de invisibilidade e desinteresse em relação ao esporte feminino.

Assim, o campo esportivo se torna um microcosmo das desigualdades de gênero mais amplas. O reconhecimento das mulheres no esporte não deve apenas ser sobre aceitar sua presença, mas sim sobre reconfigurar a forma como o esporte é percebido e valorizado em sua totalidade.

Merecem destaque ainda as questões de medicalização do tratamento de mulheres trans e intersexo, previstas nas regras da World Athletics no que diz respeito à elegibilidade para competir na categoria feminina (KARKAZIS et al. 2012; NEWBOULD, 2016), que, em particular, transitam na esfera do doping.

Neste ponto é preciso deixar claro que dopagem se refere ao uso de substâncias ou métodos proibidos pelo atleta para melhorar o treinamento e resultados no esporte, é o que afirma o material educativo de antidopagem da UNESCO. Entretanto, atletas *dissonantes* precisam fazer uso de medicamentos e hormônios que alterem seus corpos para se aproximar

do que é definido como um corpo normativo, ainda que o uso destas substâncias possa trazer consequências perigosas para as próprias atletas.

Assim, é fácil entender porque algumas atletas se recusam a alterar seus corpos e a tomar medicamentos, ainda que se alegue que essa alteração hormonal é natural, diferentemente do que acontece em um doping.

Outro ponto seria a discussão sobre uma possível vantagem fisiológica das mulheres trans e intersexuais na competição entre mulheres apontadas por alguns autores, tais como Knox, Anderson e Heather (2019) e Foddy e Savulescu (2011), e a dificuldade para se estabelecer um equilíbrio que permitissem que todas competissem juntas. Nesta perspectiva, a corrente que defende uma inclusão incondicional, considerando outros valores que não igualdade e vantagem injusta. (GLEAVES; LEHRBACH, 2016)

Algumas pesquisas ainda têm-se dedicado a discutir a importância do significado e dos valores do esporte. (FODDY; SAVULESCU, 2011; KARKAZIS et al., 2012; CAMPORESI; MAUGERI, 2016; GLEAVES; LEHRBACH, 2016).

Conforme destacado por Martínková (2020), é essencial compreender que a gênese dos esportes individuais possui uma multiplicidade de origens. No entanto, os esportes contemporâneos foram moldados por um desenvolvimento que se alicerça em premissas mais orgânicas, resultando de um pensamento pragmático e/ou de entretenimento. Isso significa que, em sua formação inicial, o sexo não foi explicitamente considerado como um critério fundamental na concepção dos desafios esportivos, salvo em algumas exceções notáveis, como os esportes especificamente concebidos para o público feminino, entre os quais se destaca a ginástica rítmica.

Apesar dessa ausência de um critério de sexo ou gênero na sua gênese, a realidade atual reflete uma estrutura que coloca a questão de gênero como uma problemática central no universo esportivo. Essa problemática, por sua vez, tem gerado discriminação e, em muitos casos, segregação das mulheres no esporte, criando ambientes em que a sua participação é frequentemente subestimada ou relegada a um segundo plano.

Nesse contexto, a introdução de "esportes mistos" emerge como uma tentativa de mitigar essa desigualdade. Nesses formatos, atletas masculinos e femininos competem juntos, o que propõe uma nova dinâmica de interação e competição. A composição das equipes é deliberada, com a atribuição de vagas que promove a inclusão de ambos os gêneros, permitindo que equipes compostas por atletas de diferentes sexos enfrentem outras formações similares. Essa prática, embora possa ser vista como um passo em direção à equidade, também levanta

questões sobre a real eficácia dessas medidas na desconstrução das hierarquias de gênero que ainda permeiam o mundo esportivo.

Ademais, a implementação dos esportes mistos não se limita a uma questão de inclusão, mas se entrelaça com as normas sociais e com a percepção pública de competência e habilidade. O desafio de provar que homens e mulheres podem competir em condições de igualdade ressoa além do campo esportivo, questionando estereótipos de gênero e promovendo uma reflexão mais ampla sobre as expectativas sociais atribuídas a cada sexo. Assim, a dinâmica dos esportes mistos não apenas serve como um campo de competição, mas também como um espaço de contestação das normas de gênero, permitindo que se abra um diálogo mais profundo sobre igualdade e respeito no esporte. E embora não se constitua em um novo formato de competição, pois já tem sido tradicionalmente usado no tênis (em equipes de duplas mistas) e também no tênis de mesa; certamente é uma tendência do momento, tendo sido utilizada de forma inovadora no Campeonato Mundial de Judô de Budapeste em 2017, e, posteriormente incluído, pela primeira vez nos Jogos Olímpicos em Tóquio 2020, atendendo à demanda do Comitê Olímpico na busca de uma integração sexual no esporte, e maior participação de atletas femininas, com a proposta de uma igualdade de participação de ambos os gêneros.

O exemplo vem sendo seguido em muitos esportes. A disputa por equipes mistas valorizou o judô feminino, uma vez que existem países fortes no cenário do judô internacional, como Azerbaijão, Geórgia, Uzbequistão, entre outros, que não possuíam atletas mulheres capazes de competir individualmente. Para Tóquio 2020, eles se viram pressionados a formar atletas femininas. Nessa direção, o número de eventos mistos para os Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020 dobrou desde os Jogos do Rio 2016 de 9 para 18. (COB, 2015)

Para as Olimpíadas de Paris 2024, as provas de vela tiveram três modalidades mistas, o kitesurf – que teve a sua estreia nestes Jogos -, no 470 e o offshore, também as equipes serão mistas, e ainda, na canoagem, o slalom extremo misto entrou no lugar de dois eventos masculinos, além das provas de tiro, onde houve substituição do trap pelo skeet olímpico, com equipes mistas. (METRÓPOLES, 2020)

Entretanto, apesar destas modalidades ou esportes, darem um grande passo, no sentido de possibilitar que homens e mulheres participem de esportes em conjunto, os esportes mistos mantêm a distinção masculino/feminino, o que, no entendimento de Martínková (2020), é ainda mais negativo, pois perpetua o problema do binarismo no esporte, entendendo que a solução para todos os problemas já apresentados, presos a esta forma de parametrizar o esporte, seria a remoção total da lógica binária.

### 3.4.2 – Esportes Unissex ou Multigênero

Alguns autores têm defendido a integração sexual, sem propor modificações no esporte. Por exemplo, Kane (1995) apresentou a ideia apoiado no fato de que, como algumas mulheres superaram muitos homens, elas devem ser apoiadas se desejarem competir contra eles.

Diante desta visão, Martínková (2020) alerta que tal procedimento seria problemático se aplicado indiscriminadamente a todas as mulheres, sem quaisquer outras estratégias, considerando que em diversos esportes, como tênis e futebol, a disputa seria desequilibrada, levando, provavelmente, à exclusão da maioria das atletas femininas do esporte de elite contemporâneo.

Assim, com um pouco mais de cautela, Martínková (2020) vai conceituar esportes unissex como aqueles que se adequam à participação de atletas de ambos os sexos, sem a necessidade da atribuição de um lugar protegido em uma equipe, como ocorre nos esportes mistos.

Alguns esportes já são unissex, como, por exemplo, o hipismo, enquanto outros esportes podem se tornar unissex sem qualquer necessidade de mudança, como o tiro, por exemplo, visto que não há vantagem injusta para nenhuma das categorias de sexo.

Mas é importante observar que isto não se dá na maioria dos esportes contemporâneos. Logo, fazer a passagem para o esporte misto exigiria, em muitos casos, alguma modificação. Entretanto, concordando com as ideias apresentadas pela autora, é importantíssimo compreender que o esporte é passível de mudanças nas regras, ainda que sejam regras constitutivas, e isto ocorre com certa regularidade, o que nos leva a pensar que a resistência apenas se prenda às questões relativas a sexo e gênero.

Guttman (1978) e Loland (2006), ratificam esta posição quando afirmam que esportes contemporâneos realizam mudanças por conta do uso de novas tecnologias, ou de interesses comerciais, ou para ajustar o desafio de acordo com o desenvolvimento dos atletas e as normas de jogo. Logo, seria viável tentar ajustá-los para se adequarem melhor a nossa exigência contemporânea de igualdade de sexo/gênero.

Como exemplo devemos destacar o voleibol, que conforme Risola Neto (2003) é provavelmente o desporto que mais modificou suas regras sem, contudo, se descaracterizar, se adaptando às exigências dos novos tempos.

Destacamos aqui a mudança mais importante, a de 1998, a pedido das televisões internacionais, que mudaram a pontuação dos sets, que passaram a ter 25 pontos (não mais 15

pontos) eliminando a regra da vantagem, assim, a partir de então, cada bola que caísse no chão valia um ponto. Com isso, as partidas ficaram mais rápidas.

Uma outra mudança se deu no tempo técnico durante a partida. Hoje, os técnicos podem pedir tempo com mais frequência, ainda que a nova regra determine apenas uma ou duas vezes por set, mas existe uma flexibilização que varia em relação à organização das televisões.

Estas mudanças objetivaram a diminuição da duração das partidas, assim como os intervalos que possibilitem a veiculação de propaganda.

Vicente-Pedraz e Brozas-Polo (2017) afirmam que a separação dos esportes por gênero perde cada vez mais seu significado. E apontam duas opções básicas para o chamado esporte multigênero: a primeira consistiria em assumir as condições do esporte com toda rudeza imposta pela luta física e simbólica (tecnológica e econômica) de um contra o outro, onde as características determinadas pelo complexo sexo-gênero faria parte do conjunto de fatores genéticos (altura, peso, corpulência, sistema endócrino, sistema cardiorrespiratório, tipo de músculo etc.), ou em uma segunda propositura, consistiria em estabelecer mecanismos compensatórios como cotas ou outras fórmulas de discriminação positiva para ser possível avançar na desnaturalização da participação segregada.

Mas reconhecem que o desporto é uma construção de homens e para homens, portanto as lógicas e significados masculinos subsistem. E, ainda que os discursos oficiais destaquem a participação crescente das mulheres no esporte, tal como consequência a uma conquista da modernidade no sentido da igualdade, esse engajamento apresenta grandes contradições, visto tratar-se de um espaço social em que a segregação de gênero é praticada abertamente.

A efetivação de tal modelo não é fácil, uma vez que se choca com estereótipos culturais herdados, com interesses econômicos significativos e com a inércia administrativa e legislativa nacional (VICENTE-PEDRAZ; BROZAS-POLO, 2017), e neste sentido, o COI vem resistindo discutir sobre esta opção como caminho de inclusão, defendendo que é necessário manter uma estrutura no esporte, e esta foi a última posição apresentada e divulgada em 17 de novembro de 2021 nas Diretrizes do COI sobre Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo. (COB, 2021)

Desta forma, Paris 2024 continuou utilizando como estratégia para a chamada “igualdade de gênero”: a inclusão de categorias mistas e substituição de algumas categorias masculinas por femininas.

Mas ainda devemos discutir muito sobre o esporte que queremos para o futuro dos Jogos Olímpicos, visando a paz mundial, a inclusão e a não discriminação e o preconceito, ou seja, discutir sobre o que preceitua a Carta Olímpica diante de uma perspectiva contemporânea, do

mundo que vivemos, das mulheres que existem, das atletas que se dedicam e treinam muito para serem visibilizadas e acolhidas.

### **3.5 - Promoção da paz**

Ao longo da história do esporte, houve uma valorização excessiva da competição em detrimento do aspecto lúdicos e recreativos. (TUBINO, 2002). Esse enfoque levou a uma visão limitada em que o desporto deixava de lado sua função social e educativa, se restringindo à égide do rendimento e da performance. Mas a partir de novas concepções, das décadas de 1960 a 1970, surge um novo conceito para a prática desportiva, que passa a entender o esporte como “um direito universal”.

Desta forma temos o Manifesto Mundial do Esporte de 1968 que se constituiu em um marco importante nesse processo de amadurecimento do esporte e a perspectiva que foi posteriormente consolidada pela Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO em 1978.

A partir deste entendimento do esporte como um direito universal, surge a necessidade de criar condições favoráveis para que todas as pessoas possam se envolver e participar ativamente das atividades esportivas. Isso inclui a promoção da inclusão no mundo do esporte, garantindo que ninguém seja excluído com base em suas características individuais.

A inclusão no esporte desempenha um papel fundamental na promoção da paz e da igualdade de oportunidades para todos. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário adotar uma abordagem generalista que atenda ao maior número possível de pessoas.

É certo que políticas sociais de inclusão no esporte seriam capazes de transformar quadros de exclusão, com a conseqüente deterioração dos laços ou vínculos de interação comunitária ou social. (AZEVEDO; GOMES FILHO, 2011)

Assim sendo, uma forma de promover esta inclusão é através da oportunização do contato com o esporte desde cedo, nas escolas. É fundamental que as instituições de ensino ofereçam uma ampla variedade de modalidades esportivas para que as crianças possam experimentar e descobrir suas aptidões, se familiarizando com diferentes modalidades esportivas e descobrindo suas habilidades e paixões.

Além disso, é importante garantir que os espaços e materiais desportivos sejam acessíveis a todos os alunos, independentemente de suas limitações físicas ou intelectuais.

Para aqueles que demonstrarem talento e interesse em desenvolver suas habilidades no esporte, é necessário investir na criação de centros de treinamento de excelência. Esses locais devem ser equipados com recursos adequados e contar com profissionais qualificados para orientar os atletas em seu crescimento e aperfeiçoamento.

No entanto, a inclusão vai além das habilidades físicas ou técnicas. É preciso garantir também a igualdade de oportunidades para pessoas com características físicas ou intelectuais não normativas, o que, no presente estudo, denominamos corpos dissonantes. A discriminação por esses motivos não deve ser tolerada no mundo do esporte.

A inclusão no esporte tem o poder não apenas de unir comunidades desportivas internamente, mas também pode contribuir para uma sociedade mais pacífica e tolerante em geral. Ao oferecer igualdade de oportunidades a todos os indivíduos interessados em praticar uma atividade física ou participar competitivamente em um determinado esporte, estamos promovendo valores fundamentais como respeito à diversidade, igualdade e justiça social.

Portanto, é necessário adotar uma abordagem holística para garantir a inclusão no esporte como meio efetivo para promover paz e igualdade. Devemos criar condições favoráveis para o desenvolvimento dos talentos individuais sem discriminação por questões relacionadas à sexualidade ou identidade de gênero, bem como deficiências físicas ou intelectuais. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa onde o potencial humano seja valorizado independentemente das diferenças individuais.

E assim também tornamos o cenário desportivo mais diversificado e enriquecedor tanto culturalmente quanto socialmente, exercendo sua verdadeira função socializadora proposta pelo Manifesto Mundial do Esporte e consolidada pela Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO em 1978.

Logo, mesmo a prática esportiva de alto rendimento pode proporcionar uma dupla oportunidade para aqueles que se encontram excluídos na sociedade por possuírem corpos não normativos. Esta dupla oportunidade se dará tanto no sentido de desenvolvimento de suas potencialidades e da superação de seus limites, tal qual para os demais atletas de corpos normativos; como também pode representar um meio de integração de atletas disruptivos na sociedade, vencendo preconceitos, passando de um corpo *dissonante*, para um destaque no esporte, um vitorioso, um campeão.

A prática esportiva de alto rendimento pode desempenhar um papel significativo na quebra de barreiras e preconceitos ao oferecer oportunidades para aqueles que muitas vezes são marginalizados na sociedade, o esporte de alto rendimento permite que esses indivíduos

desenvolvam suas habilidades e talentos, demonstrando sua capacidade de competir em igualdade de condições com os outros atletas.

Além disso, a visibilidade e o reconhecimento alcançados por atletas de alto rendimento provenientes de grupos historicamente marginalizados podem servir como modelos inspiradores para outras pessoas enfrentando desafios semelhantes. Esses atletas se tornam exemplos concretos do potencial humano e da capacidade de superação.

Dessa forma, ao promover oportunidades equitativas no esporte em todos os níveis – desde a prática recreativa até o alto rendimento – estamos criando não apenas um ambiente mais diversificado e enriquecedor no mundo do esporte, que também tem ganhos com isto. Mas ainda, através do esporte, as percepções sociais em relação à diversidade passam a ser influenciadas positivamente. Isso fortalece ainda mais o papel social do esporte como um agente transformador na promoção da igualdade e da inclusão.

Essa perspectiva é enfatizada em vários documentos das entidades de gestão desportiva, que estão cada vez mais preocupadas com o papel do esporte na promoção da paz e na inclusão social. Elas reconhecem a importância de abordar as diversas identidades presentes na sociedade contemporânea e buscam adotar posturas mais inclusivas.

As entidades esportivas reconhecem que o esporte pode ser um poderoso agente de mudança social e caminham no sentido de promover a igualdade e a diversidade dentro do contexto esportivo. Este é um compromisso importante e para tal, deve ser sempre revisado e atualizado, para que, mesmo diante das mudanças da sociedade e do esporte, novos dispositivos jurídicos venham garantir que esta premissa seja perseguida, visto que a partir de uma compreensão mais ampla do potencial do esporte, possamos utilizá-lo sempre para unir comunidades e criar um ambiente onde todas as pessoas se sintam bem-vindas e valorizadas.

Utilizar o esporte como uma ferramenta para promover o desenvolvimento harmonioso do ser humano e construir uma sociedade pacífica, mais uma vez aponta para o sentido de que o mesmo deverá atuar não apenas na busca de uma excelência física e competitiva, mas também na preservação da dignidade humana e na inclusão social.

Importante assinalar que o estatuto estabelecido como lógica norteadora do COI (Carta Olímpica) traz expressamente o objetivo de utilização do esporte como instrumento para a promoção da paz em seu princípio 2, conforme já apresentado.

Além deste princípio, e a título de buscar uma melhor compreensão nos objetivos principiológicos apresentados no documento, ainda elencamos os princípios 4 e 5, que ressaltam valores como o direito inalienável de participação para todas as pessoas, bem como a proteção

da dignidade e a recusa a qualquer forma de preconceito e discriminação para participação esportiva, também já enunciados neste mesmo capítulo.

Assim sendo, necessário se considerar que, para alcance do objetivo definido, ou seja, para se chegar a um ambiente pacífico, sem discriminação, de fair play, é essencial, e porque não dizer, imprescindível, que seja promovida a inclusão social.

O COI, por ser uma organização internacional, não governamental (OING) sem fins lucrativos, possui a capacidade de agir de maneira concreta e imediata junto à sociedade, promovendo o pluralismo internacional.

Devido a sua natureza, o Comitê – composto por entes privados de diversos países, que organizam, administram, coordenam e promovem interesses em comum no sistema internacional, no âmbito dos esportes – é responsável por unir um grande número de pessoas em torno dos interesses que envolvem o esporte. Isso o torna, por um lado, uma entidade de grande relevância, atuando com o propósito de ações efetivas para promoção de uma sociedade melhor, no sentido de um objetivo maior, traçado desde a sua criação, a paz; mas, por outro, lhe atribui grande responsabilidade no que tange à conduta e à tomada de decisões dentro do esporte, exigindo dele uma organização uma dinâmica, fluida e sem tantos óbices.

Para tanto, se faz necessário uma postura firme, sempre pautada na integridade, na transparência, na imparcialidade, considerando como objetivo final a preservação da dignidade humana. Esta postura não só fortalece os valores olímpicos fundamentais estabelecidos pela Carta Olímpica, mas também contribui ativamente para fazer um impacto positivo no mundo.

No entanto, a despeito de estar assentado em princípios tão inclusivos, o Comitê também aceita e aprova normas internacionais do esporte que podem apresentar outros pontos de vista, podendo haver discrepâncias ou divergências, colocando diferentes instâncias de gestão do esporte em choque umas com as outras.

Pudemos observar, entretanto que a partir das diretrizes implementadas pelo COI através do Quadro de Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo, de novembro de 2021, apesar de tratar de uma postura inclusiva sugerida, ao mesmo tempo, o Comitê substituiu as normativas anteriores, abrindo espaço às Federações Internacionais para maior autonomia em sua gestão, levando a uma consequente política de exclusão de atletas dissonantes.

Assim, quando tratamos da questão da inclusão de atletas trans e intersexuais no esporte olímpico fica claro o conflito entre as normas existentes. Enquanto algumas FIs e até algumas entidades nacionais de gestão têm regras mais inclusivas em relação à participação de atletas trans e intersexuais no esporte, outras adotam abordagens mais restritivas.

Essas diferenças levam a um debate sobre a função do COI no que tange à manutenção da equidade, justiça e inclusão no esporte e se, de fato, as diretrizes que o Comitê vem estabelecendo seriam suficientes para o alcance da inclusão e da paz social.

E ainda que esta temática não tenha uma solução simples, é essencial que se lance luz sobre este debate, em busca do alcance de um esporte realmente universal, afastado das discriminações e preconceitos, trabalhando a serviço da inclusão e, finalmente, da paz.

#### 4 - CORPOS DISSONANTES EM RELATOS

Nosso estudo, por ser exploratório e sobre uma temática muito delicada e sensível, demandou a utilização de recursos metodológicos que nos permitissem compreender o ponto de vista das atletas da forma menos invasiva possível.

Tendo essa premissa como foco, optamos, inicialmente, pela utilização da técnica de grupos focais, abordagem que nos permitiria considerar a visão de diferentes sujeitos; enquanto, paralelamente, planejamos a realização de entrevistas em semi profundidade com atletas cuja história envolva variação de sexo.

Entretanto, encontramos muita resistência dessas atletas em participar da pesquisa. Fizemos contato direto com a assessoria de oito atletas, tanto de desportos individuais quanto coletivos, e mesmo aquelas que pareciam estar dispostas a participar, depois de algum tempo começaram a não retornar os contatos, a utilizar evasivas, ou mesmo a confirmar que não participariam do estudo.

Tal circunstância determinou que seria fundamental mudar a técnica de abordagem. se não era possível falar *com elas*, buscamos levantar o que se dizia *sobre* elas, em outros espaços ou com outras pessoas que pudessem ter levantado seus pontos de vista sobre o assunto. Assim, fomos buscar outras fontes domínio público, especificamente entrevistas que tivessem sido veiculadas ou na mídia ou na Internet. As fontes jornalísticas têm grande alcance (inter)nacionalmente e, apesar de dispersas, envolvem um quantitativo de informações rico e vasto, com o que foi possível responder a praticamente todo o roteiro de entrevista estabelecido para as atletas *dissonantes*, de modo que deliberamos que com essas fontes seria possível suprir a falta que as entrevistas diretas provocavam no estudo. Ainda assim, tomamos o cuidado de utilizar apenas material disponível no YouTube, no Google e no Globoplay, em razão dos termos de uso destas plataformas.

Ultrapassada essa dificuldade, a arquitetura da pesquisa previu a realização de três fases, como detalhado a seguir.

Na fase 1, de análise documental, encontram-se as informações referentes às atletas em dissonância de gênero, a que chamaremos de *dissonantes*. As informações foram compiladas entre as disponíveis nas plataformas indicadas.

Na fase 2, realizamos entrevistas individuais com as atletas em dissonância de gênero que aceitaram conversar conosco.

Por fim, na fase 3 ouvimos, por meio de grupos focais, conjuntos de atletas que não tiveram questionada, oficialmente, sua condição de mulher, a que chamamos de *consonantes*, segmentadas por esporte coletivo e individual.

Os roteiros utilizados como referência nas diferentes fases encontram-se no **Anexo A**.

#### **4.1 – Atletas que passaram por variação de sexo**

Nesta seção iniciaremos apresentando o resultado das compilações realizadas nas entrevistas coletadas da internet, nas plataformas já indicadas, organizadas conforme o roteiro que deu suporte às entrevistas realizadas com atletas trans (Anexo A), com o objetivo de levantar as percepções dos sujeitos/colaboradores sobre a possibilidade de estabelecimento de bases que sejam capazes de considerar a inclusão das atletas *dissonantes* no esporte de alto rendimento.<sup>5</sup>

##### 4.1.1 – Fase 1 – As atletas, a partir da mídia

Nessa etapa da pesquisa, recolhemos, na mídia, material sobre três atletas: Tiffany Abreu, Érica Coimbra e Maria Joaquina, como veremos a seguir.

###### 4.1.1.1 - Tiffany Abreu

Atleta de esporte coletivo que faz parte dos Jogos Olímpicos de Verão, o vôlei, Tiffany foi a primeira mulher trans a competir no alto rendimento esportivo brasileiro.

No levantamento relativo a essa atleta utilizamos as seguintes fontes de informação:

1. FTA1 → Entrevista veiculada no YouTube por Caio Bellentani e Igor Rezende. (BELLENTANI; REZENDE, 2022)
2. FTA2 → Reportagem veiculada no Google, por Beatriz Cesarini. (CESARINI, 2022)
3. FTA3 → Reportagem veiculada no Google, por Thais Carvalho Diniz. (DINIZ, 2017)
4. FTA4 → Reportagem veiculada no Google, por Caê Vasconcelos. (VASCONCELOS, 2021)
5. FTA5 → Matéria veiculada no Google, do Esporte Espetacular. (ESPORTE ESPETACULAR, 2018)
6. FTA6 → Matéria veiculada no Google, por Demétrio Vecchiolli. (VECCHIOLLI, 2020)

---

<sup>5</sup> Entendendo ainda que se trata de material que apresenta com fidedignidade os pontos de vista das atletas, não consubstanciando quaisquer violações de direitos em respeito à Lei 12.965 de 23/04/2024, sendo de responsabilidade do provedor o conteúdo publicado.

7. FTA7 → Matéria veiculada no Google, da Webvolei. (WEBVOLEI, 2023)

Tiffany Pereira de Abreu nasceu como Rodrigo Pereira de Abreu, no dia 29 de outubro de 1984, caçula de uma família pobre, de oito filhos, de Paraíso do Tocantins, no estado do Tocantins.

Antes de jogar em campeonatos femininos, jogou em clubes pela Superliga A e B no Brasil e em outros campeonatos masculinos em diferentes ligas internacionais. Jogava na Bélgica, pelo JTV Dero Zele-Berlare time da segunda divisão, quando transicionou para o gênero feminino.

Em 2017, recebeu a permissão da Federação Internacional de Voleibol (FIVB) para competir em ligas femininas. Jogou então pelo Golem Palmi, time da segunda divisão da Itália. Retornou ao Brasil e hoje joga no Osasco.

Contando um pouco de sua história em entrevista:

Nasci em Goiás e com 5 meses me mudei para a cidade Conceição do Araguaia, no Pará, então eu me considero paraense, porque eu tive toda minha infância no Pará..., porém sou Goiana de nascimento, mas há sete anos Goiás dividiu ao meio, virou Tocantins, ou seja, no meu RG hoje, a gente foi nascido no Tocantins, então, eu não sei falar se eu sou de Tocantins ou de Goiás [...] A Tiffany nasceu com os 27 anos, né? Mas ela já existia dentro de mim.... Quando eu tinha 18 anos, 17 anos [...] (FTA1)

A jogadora se identifica na matéria como mulher e relata que sofreu preconceito desde cedo por sua feminilidade:

Eu sempre fui muito, muito feminina, muito menininha, sempre sofri muito preconceito. Ganhava rótulos e apelidos como ‘florzinha, docinho, mulherzinha’. Aí hoje, com sucesso do mulherão eles preferem me chamar de homem! ... (FTA1)

Buscando ser visibilizada, ela enxergava no esporte um caminho que levasse ao seu destaque:

Uma quadra dá a possibilidade da prática de vários tipos diferentes de esporte, e não tínhamos isso. O que nos sobrava na cidade era o atletismo, corrida de rua, né? O meu irmão competia. E ao vê-lo sendo aplaudido na chegada das corridas — ele sempre ficava entre os três primeiros —, me fazia querer também ser aplaudida, querer que as pessoas me vissem com olhos de campeã. (FTA2)

Sua família tinha uma relação de bem querer com o esporte e, desta forma, ela conta:

A gente também era muito fã de voleibol. Assistia aos Jogos Olímpicos juntos, lembro muito dos jogos Brasil X Cuba... aí, colocava barbante ou uma corda para jogar vôlei. A nossa rede era barbante, corda lá no Pará. Só depois que eu fui pra Goiânia, já com 17 anos, e comecei a praticar mesmo o voleibol. Foi num clube. Aí eu comecei a aprender mesmo e seguir carreira como profissional. (FTA2)

Seu primeiro contato com o vôlei organizado aconteceu no ambiente escolar, sendo incentivada, apesar das limitações econômicas da escola.

Quando era adolescente, todo mundo jogava... E aí a professora falou assim: eu vou colocar esse time de vôlei, no Inter colegial [...] A gente pode jogar intercolegial, mas, tipo assim, né? Tudo de qualquer jeito, povo tudo arrumadinho lá jogando, nós de qualquer jeito! [...], mas, ganhamos o campeonato, né? (FTA1)

Este foi um início difícil, mas que rendeu bons frutos, tanto para a atleta quanto para a escola, que conseguiu, com o tempo, se estruturar melhor: *“Aí depois, o Campeonato Estadual [...] e hoje, tem time montado na escola [...] virou um projeto de vôlei, e eu fico muito feliz por ter feito parte do primeiro time que jogou lá [...] naquela escola [E.M. Parque Amazônia].”* (FTA1)

O sonho foi crescendo e então ela resolveu tentar algo maior e decidiu *“fazer um teste em São Paulo.”* No entanto falavam que ela já estaria velha para o desporto de rendimento, pois já tinha 17 anos, mas sua determinação a fez prosseguir. *“E eu falei: Gente, mas quem são as pessoas para falar que eu não posso porque eu sou velha. Se a idade é até 19 anos eu vou fazer. Vim, fiz o teste, só que eu já era muito feminina também, né? Só que para mim eu era normal, eu não tinha noção ... eu era eu!”* (FTA1)

Em relação às chamadas “peneiras”, que se constituem na seleção realizada por clubes para se descobrir novos atletas para o desporto, ela relata que em seu início de carreira pleiteava vaga no vôlei masculino, quando ainda se apresentava como Rodrigo Pará: *“Aí eu cheguei, né, para fazer o teste. Passei no teste e a direção do clube falou que não queria nenhuma feminina no time. Era um time masculino!”* (FTA1)

Ela não desistiu, tentou fazer novo teste, mas sequer conseguiu realizá-lo. *“eu chorei e fiquei muito triste”*, mas o técnico contou que o fato de não poder entrar era porque ela era *“muito feminina e o diretor não quer nenhuma feminina. E o técnico ficou muito mal, porque fui a melhor atleta que apareceu na avaliação”*. (FTA1)

Sua dor era grande, mas ela percebia que estava *“perdendo espaço de atleta por preconceito!”* (FTA1). Enquanto permanecia como Rodrigo e buscava um espaço no vôlei masculino, a atleta sentiu necessidade de forçar a se expressar de forma mais masculina: *“Eu decidi que eu tinha que mudar[...] Se eu quisesse ser atleta eu tinha que ser durinha! Se eu quisesse ser atleta eu tinha que ter uma postura de homem!”* (FTA1)

Desta forma, ainda como Rodrigo, ela conseguiu um espaço no vôlei masculino e se manteve por um longo período de tempo na categoria masculina do esporte, ainda que dentro de um corpo que não parecia corresponder à sua identidade.

*"Joguei profissionalmente como Rodrigo por seis anos. E isso serviu de alicerce para a Tiffany nascer. Foi com ele que consegui juntar dinheiro e toda estrutura para bancar as cirurgias, tratamentos e hormônios. Não é fácil e nada barato." (FTA3)*

E assim teve seu início de carreira no vôlei profissional pelo Foz do Iguaçu, em 2007. Jogou também no Juiz de Fora, tendo sido apontada como uma das responsáveis pela subida do time para a Superliga A.

Em 2008 passou a atuar em ligas internacionais masculinas, jogando em clubes da Indonésia, Portugal, Espanha, França, Holanda e Bélgica. Nesta última, atuou pelo time da segunda divisão, Zele-Berlare: *"Joguei o profissional na Superliga Espanhola, Portuguesa, Francesa, da Indonésia. E eu sempre tive muito destaque em todas que eu joguei, porém, eu sofri muita depressão, porque eu sabia que tinha algo que não estava correto em mim."* (FTA1)

Ela enfrentava o desconforto pela incongruência entre sua identidade de gênero e o sexo de seu nascimento, gerando nela forte angústia, mas, ao mesmo tempo, a atleta tinha medo do que os próximos passos poderiam representar, tanto na carreira como voleibolista, como em sua vida social, então permaneceu muito tempo nesta disforia.

Foi doloroso passar esse tempo todo como Rodrigo, mas precisei ser forte. Tive muito medo, não queria 'ir para a rua'. Ouvi tantas histórias.... Então decidi permanecer naquele corpo até conseguir o que precisava para fazer tudo em segurança. (FTA3)

As informações encontradas demonstram que a atleta reage às falas de desconfiança que a acusam de o atleta Rodrigo Pará ter sido um atleta de vôlei mediano e que sua opção pela categoria feminina se deveria ao fato de que uma atleta formada no vôlei masculino de rendimento, mudar de sexo, permanecendo toda a base de um jogador homem de vôlei, lhe conferiria vantagem indevida, destacando-se na categoria feminina mais do que teria sido na masculina.

Estava jogando na Bélgica:

fui melhor atacante, mas aí eu cheguei no clube e falei: eu não vou jogar mais, eu preciso cuidar da minha saúde mental, preciso cuidar de mim, eu preciso amar eu preciso ser amada[...]  
Eu decidi fazer minha transição e nessa transição eu decidi parar de jogar vôlei, porque eu não fazia ideia que mulheres trans podia participar do esporte. (FTA1)

A cirurgia para a adequação de sexo aconteceu em 2014, na Espanha, mas os tratamentos hormonais começaram em 2012. Na época, a atleta jogava no Zele-Berlare da Bélgica. E apesar da carreira estar *"num nível muito alto, precisava parar."* (FTA3)

Assumir sua nova identidade colocava em cheque tudo o que mais importava na realização profissional da atleta: ser uma mulher transexual representava se colocar em harmonia consigo mesma, mas apontava para um fim de carreira no vôlei. Ela passou por um processo de transição para se adequar à sua identidade de gênero feminino. Sua nova identidade se deu aos 27 anos após o tratamento hormonal e a cirurgia de redesignação sexual, seguido de um acompanhamento de níveis de testosterona.

Por sua vez, ela recebeu todo o apoio da família:

Todos questionaram por que não falei antes. Eu tinha medo. Mas eles sabiam que eu era diferente. São coisas da vida. Minha mãe, Anália, é uma mulher espetacular, criou os sete filhos sozinha, um exemplo, não tenho o que falar. (FTA3)

[...] na transição [...] eu fui falar com meu irmão, e meu irmão que é praticamente um pastor da igreja, muito conservador, [...] e ele falou assim: - Não, tudo bem! Não sei por que você demorou tanto para falar, você sempre foi mulher, você sempre foi menina. Agora a diferença é que você é uma mulher de verdade. Se alguém perguntar para mim, eu tenho quatro irmãs, e vai dizer que você não é mulher para ver...

[...] meu irmão me protege muito, todos meus irmãos me amam bastante e era uma coisa que eu tinha muito medo [...] (FTA1)

Após a cirurgia a atleta demonstrou muita felicidade em relação a mudança física, a transformação de seu corpo: *“Nunca me senti tão bem, não tive problema nenhum. Estou perfeita. Tanto na parte estética quanto funcional. É claro, você sabe, mulher sempre quer mudar uma coisinha ou outra, mas me sinto ótima”* (FTA3)

Mas em relação ao esporte uma nova questão se apresentava, pois, ao final de um longo processo, ela finalmente se via apta a jogar na categoria feminina.

Antes de sua transição, com os níveis hormonais masculinos, se percebia realmente mais forte do que as demais atletas, mas após o acompanhamento hormonal de testosterona, que passaram a estar com níveis permitidos para atletas elegíveis à categoria feminina, também sua força se apresentava, segundo sua percepção, no nível das demais atletas femininas, e então, depois de saber que era possível uma mulher trans jogar na categoria ela buscou retornar às quadras.

Eu não imaginava que podia jogar vôlei novamente. Assim como todo mundo que me ataca com a transfobia, eu também não entendia sobre o hormônio, sobre as regras.

Continuei fazendo minha transição normalmente e, quando completei cinco anos de transição, decidi voltar às quadras. Comecei a jogar na Bélgica e depois na Itália, quando recebi um convite da equipe do Sesi Vôlei Bauru. Ali acabei assinando o contrato para jogar na primeira Superliga. (FTA4)

Sob a perspectiva hormonal de suas consequências, que envolve a questão da força física, potência e impulsão, ela aborda parte da crítica:

Sinceramente, se eu tivesse a força que eu tinha antes, tivesse o voleibol que eu tinha antes, realmente não teria coragem de estar aqui. Eu ia machucar uma pessoa! Mas, hoje eu posso atacar o forte que for que eu não machuco ninguém do outro lado. Porque eu tenho uma força de mulher forte. Nada mais que isso! O resto meu é só talento que Deus me deu e ninguém pode tirar. (FTA5)

E em relação aos critérios da época, a atleta explicou:

Tem que provar no mínimo quatro anos, que você não vai destransicionar, você tem que estar no nível da competição e o mais difícil não é, você tem que ter nível para jogar com elas, porque não adianta nada fazer a transição e não ter ninguém para jogar com as meninas, porque as meninas [...] são sinistras, são todas fortes [...] Esporte profissional... são fortes! (FTA1)

O processo todo de adaptação neste novo corpo e o uso de hormônios para se manter na categoria feminina do esporte de alto rendimento tem vários preços, desde a questão emocional, até a necessidade de se manter no alto nível desportivo, além de ser oneroso.

Só que a transição, a gente começa a tomar o hormônio .... É como se você vivesse na TPM 24 horas! [...] você quer comer sempre, você está irritada, ou você está chorona, né? Assim, eu sou chorona, rola uma bagunça aí, rola uma bagunça até você se entender, por isso que precisa sim de um psicólogo [...]. Assim, dá muito trabalho e é caro, meu bem! (FTA1)

Após sua transição, quando estreou no Golem Palmi, em 2017: *"Fui muito bem recebida no grupo. As meninas têm me tratado como uma irmã. O nível aqui em Itália é muito alto e eu tenho de treinar duro para estar à altura."* (FTA3)

Em relação à percepção sobre o apoio que recebia das equipes por onde passava, em geral seus comentários são positivos, como a experiência com o Golem de Palmi, entretanto, no Brasil, a atleta sofreu com preconceito em seu início na Superliga feminina. Muitos acreditavam que ela levava vantagem por ter nascido e passado a puberdade como homem. Além disso, notícias de descontentamento por parte de outras atletas da competição vieram à tona. (FTA2)

Quando começou a jogar no Sesi Bauru, a ponteira foi alvo de inúmeros ataques transfóbicos, vindos de jogadoras, comissões técnicas e também da imprensa esportiva, que questionavam se ela teria ou não vantagens em relação às demais atletas. (FTA2)

Ela lembrou de uma polêmica que surgiu entre ela e Tandara, também atleta do Osasco. Em 2018, a jogadora emitiu comentários contra a presença de atletas trans no esporte e, três anos depois, em outubro de 2021, declarou que segue com o mesmo pensamento, mas respeita a opinião da CBV. (FTA2)

Na época, Tiffany foi em defesa de Tandara e segundo matéria, afirmou que a amiga ajudou no processo da transferência ao Osasco, para ambas jogarem juntas. "*Se ela fosse tão contra, acho que não me aceitaria no time dela.*" (FTA2)

Já aconteceu muito de tentarem colocar eu e Tandara uma contra a outra. E nós somos muito amigas, de jantar juntas, de ir na casa uma da outra, de compartilhar coisas. Eu não tenho esse ódio da Tandara e ela não tem ódio por mim como muitas pessoas veem. A gente tem uma amizade. Ela tem um pensamento, eu tenho o meu. A gente respeita uma à outra. Não existe esse ódio. Somos amigas e as pessoas não entendem. As pessoas querem ver o circo pegar fogo, não tem jeito. (FTA2)

A voleibolista defendeu o Osasco na temporada 2021/22 e teve seu contrato renovado para nova temporada, declarou em entrevista que sua relação com a equipe "*é igual a de um casamento, onde se sente feliz, amada e pretende ter um relacionamento duradouro.*" (FTA6)

Ela também trata da questão de sua identidade feminina formal, ou seja, de sua retificação de nome e gênero, posterior a todo o processo de transição de gênero.

Eu fui jogar no feminino, cinco anos do início de transição, porque existem regras para jogar no feminino. [...] eu já tinha feito a cirurgia [referindo-se à redesignação sexual], mas além de tudo, apesar de documentação, a documentação no Brasil, na minha época que eu dei entrada, era só com advogado tudo, essas coisas, [...] hoje em dia é mais prático. (FTA1)

A jogadora então foi liberada pela FIVB e pela CBV para participar da competição porque estava dentro das regras internacionais do COI que estipula um limite de 10 nmol/L de testosterona no sangue. (FTA4)

Diante do surgimento de atletas trans, novas regras internacionais foram criadas, existiu a necessidade de considerar o que a presença destes novos corpos no ambiente esportivo, poderiam representar ao esporte feminino. Então estas novas regras são criadas e também vão sofrendo mudanças.

Também precisamos pontuar que a atleta brasileira foi o primeiro caso de atleta mulher trans no vôlei de alto rendimento feminino e candidata a participar da seleção brasileira de vôlei.

O vôlei brasileiro adotava a recomendação do COI, que estipulava um limite de 10 nmol/L de testosterona livre no sangue. Este nível deveria ser mantido por um ano antes da estreia e ao longo de toda competição em que a atleta trans participasse. A voleibolista cumpria

a exigência, tendo sido aceita pela liga brasileira. Entretanto houve uma mudança da orientação da FIVB, que decidiu que não permitiria a participação de atletas trans em seus campeonatos até que o caso fosse mais bem estudado.

A FIVB passou a exigir, no caso de atletas que desejassem mudar seu registro de gênero, que antes já tivesse jogado no vôlei masculino, necessário passar por uma banca, o Comitê de Elegibilidade de Gênero. (FTA7)

Entretanto, não existia clareza nos critérios de elegibilidade. Assim, ficou estabelecido pela FIVB que a entidade poderia levar com consideração qualquer aspecto fisiológico (como a natureza da mudança, altura, peso, Índice de Massa Corporal, massa muscular), médico (como a operação de mudança de sexo, níveis de testosterona, medições do receptor muscular, novos desenvolvimentos científicos e descobertas, etc.), esportivo (por exemplo desempenho esportivo em ligas nacionais, posição e experiência participando de outro gênero) ou quaisquer outras considerações enviadas pela jogadora ou solicitada pelo comitê. (FTA7)

A regulação da FIVB afirmava que o Comitê de Elegibilidade de Gênero deveria ser formado por um perito legal, um perito médico e um atleta nomeado pela comissão de atletas da FIVB. Também era norma que ao menos uma pessoa fosse homem e uma fosse mulher. O livro de regras não define, entretanto, o prazo para a tomada de decisão, nem quais os procedimentos para a perícia — e cada confederação nacional segue tendo liberdade para definir suas próprias regras. (FTA7)

A perspectiva da voleibolista, no entanto, parece perceber as regras como rígidas, mas adota uma posição compreensiva nas matérias em relação a FIVB.

Tenho impressão que eles querem dificultar, para tirar fraudes. Muita gente acha que é apenas um ano de hormônio e já pode ir para o feminino, ou apenas ser trans e já ir. Esquece que existem regras e essas regras só vamos alcançar com um tempo de terapia ou cirurgia [...] Não acredito que vai ter alguma mulher trans tão cedo que tenha nível igual a uma mulher cis com todas essas regras. Até porque a única em alto nível sou eu e estou abaixo de muitas atletas cis internacionais. (FTA7)

Desde 2022, a CBV adotou novas diretrizes para a participação de atletas trans no vôlei feminino brasileiro, e, para serem elegíveis nas competições, as atletas que se redesignarem para o gênero feminino deverão declarar sua identidade de gênero como feminina, sem alterar essa declaração, por um período mínimo de quatro anos. Além disso, é necessário demonstrar que seu nível total de testosterona livre é inferior a 5 nmol/L durante 12 meses consecutivos, permanecendo dessa forma ao longo do período de elegibilidade.

No caso de descumprimento, a elegibilidade da atleta para competições femininas ficará suspensa por 12 meses. Vale lembrar que atletas punidas só poderão recuperar a elegibilidade quando demonstrarem o cumprimento de todas as condições.

Durante sua carreira, a atleta enfrentou desafios e discriminação relacionados ao esporte de uma forma em geral. Houve diversos questionamentos sobre suas condições físicas após a transição e debates sobre a equidade entre atletas da categoria feminina, *dissonantes* ou não.

Ainda assim, apesar de considerar as regras rígidas e de compreender a dificuldade que uma atleta trans tem para cumprir todos os requisitos legais estabelecidos, a voleibolista parece concordar que é preciso proteger o esporte quanto a possíveis fraudes. Soma-se a isto a necessária disciplina da atleta para alcançar e se manter dentro dos critérios desportivos.

Apesar das dificuldades enfrentadas, para jogar no vôlei feminino, a jogadora entende a sua relevante história no esporte e seu pioneirismo e busca, com isto, promover a inclusão no esporte para outras atletas *dissonantes* que venham a partir de sua história no esporte.

Eu sabia que não iria ser fácil. Mas, ao mesmo tempo, eu entendi que eu preciso abrir caminhos para outras. Se existe a Tiffany hoje é porque muitas outras lutaram e perderam a vida lá atrás. Muitas foram sacrificadas por serem quem são, por lutar por direitos que temos hoje. (FTA4)

Ela recebe mensagens positivas tanto de meninas quanto meninos transexuais/intersexuais que se inspiram na sua trajetória vitoriosa.

Sempre recebo mensagens de meninas trans. Também recebo mensagens de meninos trans que voltaram para o esporte, com coragem de buscar seus espaços. Inclusive, estive em um evento e disse: ‘no passado, nós, pessoas trans, corriamos da polícia, com medo, hoje, nós corremos maratonas’. (FTA2)

A atleta, contudo, olha a questão por um prisma muito positivo, avaliando sua posição pioneira e vanguardista e se considera uma vencedora por "*ser remunerada por fazer o que ama*". (FTA2)

E entende que a educação pelo esporte é importante aliado nas transformações sociais

Sempre acreditei que esporte e educação devem andar de mãos dadas [...]. No esporte, a gente não vê diferença de cor, de raça, de classe social. Todos somos iguais e todos estamos lutando pelo ponto. Então temos que nos unir para isso. A importância do esporte dentro da escola, para as crianças começarem a entender como é viver em grupo, saber competir sem maldade ou colocando algo acima ou abaixo, é muito importante. (FTA2)

Entretanto, nem sempre foi assim: “*Eu não entendia o que isso se tornaria, que eu me acabaria sendo a primeira mulher trans do esporte brasileiro, sendo conhecida mundialmente, ainda mais em um país como o Brasil, que é um país muito machista, muito transfóbico.*” (FTA4)

Sua história de vida e sua vida esportiva profissional levou a atleta a entender a dimensão do esporte e seu alcance:

O esporte foi a minha salvação. Ele te tira de muitas coisas. Poderia nem mesmo estar aqui presente hoje. Mas o esporte me deu uma vida melhor, me deu sustento. Eu pude proporcionar uma vida melhor para a minha família e dar uma casa para a minha mãe. [...] o esporte é tudo na minha vida. É como se fosse um casamento dos sonhos. O esporte é aquele príncipe que chegou num cavalo branco, igual a gente vê nos filmes. O esporte é meu marido perfeito. (FTA2)

#### 4.1.1.2 - Érika Coimbra

Érika é uma atleta intersexual que integrou a seleção brasileira de vôlei nos Jogos Olímpicos de Verão de Sydney (2000) e Atenas (2004). No levantamento relativo a essa atleta utilizamos as seguintes fontes de informação:

1. FEC1 → Entrevista veiculada no Youtube, pela Palavra Cruzada. (PALAVRA CRUZADA, 2023)
2. FEC2 → Entrevista veiculada no Google por Jamis Gomes Jr. (GOMES JR, 2023)
3. FEC3 → Entrevista veiculada no Youtube por Silvia Vinhas. (VINHAS, 2024)
4. FEC4 → Entrevista veiculada no Globoplay, pelo Fantástico. (FANTÁSTICO, 2021)
5. FEC5 → Entrevista veiculada no Google OTEMPO. (OTEMPO, 2024)

Érika Kelly Pereira Coimbra, apelidada de Kiki, nasceu em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais em 23 de março de 1980. Hoje com 44 anos, é influenciadora, empreendedora e palestrante.

Após se aposentar do vôlei, participou do reality show da TV Record “A grande Conquista” em 2023.

Sua carreira no vôlei começou na adolescência:

[Minha] relação com o esporte começou em 93 na região aqui de Venda Nova<sup>6</sup> onde eu nasci eu fui para uma escola chamada Pedro Guerra, fui estudar lá e lá tinha uma equipe de vôlei que disputava os jogos estudantis porque naquela época tinha muitos campeonatos, eram gigantes [...] eu cheguei na escola e me encantei, tinha um amigo que é o Carlos que adorava vôlei e ele me convidava para assistir ao treino das meninas do vôlei, que era sensação. Um belo dia eu fui assim bem simples, entrei lá, eu me apaixonei [...]

O Brasil tinha acabado de ser campeão olímpico masculino em 92, foi campeão olímpico... aquela geração de Maurício!

Eu falei [com o diretor] posso fazer um teste no seu time? Eu não era a mais alta nem da minha sala, mas tinha uma altura, mas ele disse que gostou da iniciativa daquela jovem de 13 anos [...] e aí ele abriu essa porta para fazer um teste para entrar.

---

<sup>6</sup> Minas Gerais

Fiquei três meses e eu já era titular da equipe, já jogava muito, e em cinco meses que eu estava jogando lá, fui fazer um amistoso contra o Mackenzie e aí o [...] treinador da Mackenzie me chamou para ir para o clube. Fiquei lá por 3 anos. (FEC1)

Mas no início, no Mackenzie E.C., ela quase desistiu, por razões juvenis, uma vez que, em razão de sua origem humilde, a adolescente se sentia desconfortável e não queria continuar treinando no clube, porque suas colegas chegavam de carro com suas famílias, enquanto ela ia de ônibus e sozinha (sem os pais), pois isto ficaria oneroso, e seus pais não conseguiam pagar passagens de ônibus para todos. *“Fiquei com medo quando cheguei no Mackenzie porque todos os pais levavam as meninas de carro, os tênis delas, tudo a gente repara na adolescência, quando não tem tanto conhecimento...”* (FEC2)

Ela notava a diferença nos detalhes do dia-a-dia, nos treinos, em que as famílias tinham melhores condições financeiras e conseguiam acompanhar melhor o treinamento e o desenvolvimento de suas colegas de equipe:

As mães assistiam aos treinos, meus pais tinham mais dificuldades porque tinham que pegar 4 ônibus, não entrava no orçamento... então comecei a ver aquilo assim muito diferente do meu mundo.

Aí comecei a falar para minha mãe que não queria continuar e ela indagava o porquê. Na época não sabia me expressar e inventava uma desculpa de que caía num buraco ou algo assim. Desisti do voleibol naquele momento... (FEC2)

Entretanto, a sua treinadora no Mackenzie E.C., via na menina um enorme potencial e foi fundamental no processo, pois não desistiu da jovem. Assim, depois de ficar alguns meses afastada dos treinos de vôlei no clube, encontrou na treinadora o apoio necessário para retornar.

A treinadora ligou várias vezes para a casa da avó dela para falar com os seus pais, insistindo que a jovem deveria continuar treinando, pois vislumbrava um futuro promissor para ela. E para ajudar nas dificuldades, ela levava a atleta em casa, evitando que ela tivesse que pegar os dois ônibus de volta.

Ligava para casa da minha vó porque não tinha telefone em casa. De tanto insistir, minha mãe começou a me levar. Fui com a Regina, conversei com ela em uma salinha no Mackenzie e ela transformou minha cabeça... isso foi em 1994.

Ela falou: ‘Olha, você vai para a Olimpíada, você tem todo o potencial, eu vou te lapidar porque sei que você vai chegar, você é a melhor!...’

Encheu minha cabeça com essas informações e eu acreditei. Então segui no Mackenzie e ajudei o time a ganhar o Metropolitano, depois de anos sem conquistar um título.

Dali participei do Sul-Americano na base pela seleção, me destacando mais e mais. (FEC2)

Jogar no Mackenzie proporcionou à atleta a oportunidade de estar em muitas competições, o que, somado ao seu talento, gerou visibilidade:

[...] mudou todo o plenário, porque a gente ganhou o Metropolitano foi para o Estadual, então começou a crescer o nome do Mackenzie Esporte Clube, [...] e ali do Mackenzie depois de três anos não tinha mais como segurar, porque começou a explodir aí. O Bernardinho ouviu falar de mim e veio até Minas Gerais, fez uma reunião com meus pais e me levou para lá e aí, de lá, enfim, eu fui para seleção.

Foi uma carreira assim, que aconteceu muito rápido, eu tinha um talento muito grande, que hoje eu tenho noção... você olhando para trás, tem uma menina que começa aos 13 e com os 17 está numa Seleção Brasileira principal, sendo uma jogadora importante. Realmente era uma atleta que fazia diferença! Então, todo esse processo, que eu pegava ônibus, eram dois ônibus para chegar no Mackenzie, mas eu tinha uma estrutura, a técnica me levava em casa. Eu sempre tive meu pai e minha mãe do meu lado. Então, eu acho que o esporte, ele deu um pouco de tudo junto para toda minha família, a educação, cultura. Ele abriu as portas sabe para todos, sabe? Eu acho que foi muito legal e eu brigo pelo esporte hoje também como direito a todos justamente por isso, porque eu saí de lá, eu sou a prova viva! Se você tiver uma oportunidade, você pode mudar tudo! [...]. Eu acho que todo mundo deveria ter essa oportunidade, não só quem tem dinheiro, mas toda a população. (FEC1)

Em relação ao apoio da família:

Olha eu sempre fui muito metida, sabe? [...] meus pais achavam que era uma brincadeira, porque o vôlei não dava dinheiro como o futebol, para mudar a vida [...] mas o meu pai, até o dia que o Bernardinho chegou naquela sala no Mackenzie Esporte Clube, meu pai olhou para mim falou, ‘não vou deixar’, e eu falei: ‘se você não me deixar eu fujo de casa’, na frente do Bernardinho, de todo mundo ali bancando eles. ‘Ela é muito nova, precisa estudar!’ [disse o pai ao Bernardinho] Então eles tinham esse medo, essa preocupação e eu enfrentei, até que eles me deixaram, mas a hora que chegou, no meu primeiro embarque no aeroporto da Pampulha eu chorava. Eu virei a menina, né? Aí meu pai falava assim, você me desrespeitou na frente do Bernardo, agora você vai [...] Eles sempre me apoiaram! (FEC1)

Mas também Bernardinho e a infraestrutura da Seleção Brasileira de Vôlei foram diferenciais neste início de sua carreira esportiva:

Na época que eu fui para Curitiba, o clube também teve uma preocupação comigo, então um final de semana eles me davam uma passagem para vir [ficar com a família em Minas Gerais] e um final de semana eles davam para os meus pais. Então ele conseguia controlar esse lado do talento com o emocional.

O Bernardinho né, o que todo mundo conhece, me ajudou muito nesse processo, de não ter que ficar tão longe da família, porque Curitiba/BH... voo ... não era uma época que se ganhava tanto, que podia fazer isso a cada 15 dias. Então, eu tive toda essa estrutura deles! Isso ajudou muito! (FEC1)

A voleibolista passou por diversos clubes do vôlei brasileiro e internacional conquistando vários resultados excelentes. Quando entrou para a seleção brasileira, ainda muito

jovem, em 1995, nas categorias de base, logo alcançou uma posição de destaque, tendo sido campeã em 1997 do Mundial infanto-juvenil e eleita a melhor jogadora da competição.

Outros resultados de destaque foram a medalha de ouro no Pan-Americano de Winnipeg em 1999, campeã do Gran Prix em 2004 e prata no Pan-Americano do Rio em 2007.

Integrou a seleção brasileira nos Jogos Olímpicos de Sydney (2000) e Atenas (2004). Em sua primeira participação dos Jogos, conquistou a medalha de bronze com a seleção de vôlei feminino, ressaltando que sua participação em ambas as campanhas foi muito importante.

Hoje a ex-atleta mora em São Paulo, está casada e o casal aguarda na fila de adoção por seu filho ou filha tão sonhado!

A atleta procura retratar toda sua trajetória com muito afeto, personifica o vôlei como um grande amor, mas entende que o alto rendimento tem um prazo! Como um amor juvenil!...

É sempre um prazer poder falar sobre o esporte que transformou a minha vida [...] tanto como mulher, como atleta, como ser humano, como cidadã. Então eu sinto hoje a importância, eu aprendi da minha voz, porque eu sou aposentada do vôlei desde 2019 e quando você se aposenta do esporte é como se você fosse perder o seu grande amor, porque normalmente a idade chega para o esporte! Eu já tinha 39 anos, o meu corpo já começou a gritar pedindo socorro, porque começa cirurgia no joelho, cirurgia no ombro... o esporte ele é jovem, principalmente de alto rendimento! Ele te exige muito fisicamente! Então, até parar eu não sabia o meu propósito [...] eu já tinha alguns planejamentos, mas quando você para, você se vê perdendo uma paixão! (FEC3)

A visão apresentada sobre sua rotina, seu treinamento, seu trabalho, é que o esporte de alto rendimento, no caso, o vôlei, se tornou toda a sua vida, sua família, com quem ela dividiu alegrias e tristezas por muitos anos.

Você tem que sair daquela rotina de treinar 6 horas por dia, viajar. Você tem uma família, uma equipe de vôlei são mais de 30 pessoas trabalhando juntas o ano inteiro. Então, você convive com aquelas pessoas muito mais que com seus familiares. Você passa derrotas, vitórias, dores e tpm's ... enfim, é uma vida, né? 25 anos! (FEC3)

Quando a jogadora se aposentou do vôlei, percebeu que ele era muito mais do que só um trabalho, tendo tido dificuldades, inclusive, de traçar novos objetivos para seu futuro. Levou um tempo até se achar novamente e descobrir novos propósitos.

Aí quando eu parei em 2019 e fui procurar várias coisas. Fiz vários cursos, fui atrás de outras formações para tentar entender qual era o meu caminho [...]

Demorou uns 3 anos para chegar, porque eu me dei tempo, eu fui viver um pouco a minha vida, casei, fui morar em Londres, e aí fui procurar estudar. Estudei, mas ao mesmo tempo eu não achava qual era o meu propósito real! Havia um vazio, até

entender que o meu propósito real era compartilhar com vidas. Eu não falo nem transformar, que eu acho que esse poder de transformação quem tem é só Deus, mas o poder de compartilhar com outras vidas a sua história e mostrar para outras pessoas que precisam. (FEC3)

Toda a experiência passada pela atleta, que havia sido tão traumática, agora poderia ser elevada a uma outra categoria, ela poderia compartilhar com outros que vivenciavam coisas parecidas e isto poderia beneficiar tantas outras pessoas.

Então hoje eu sei que a minha missão na minha vida, né, no esporte sempre... eu sempre pensei em ter meu projeto social, em ajudar outras vidas através do esporte, mas eu acho que que o caminho, que o destino, que Deus me deu para seguir aqui nesse plano, ela veio com uma missão maior. Então hoje eu acho que eu levo informações para muitas pessoas, tanto do lado esportivo, quanto do lado humano. Porque em momentos que todo mundo deveria ir ao fundo do poço, porque é lá que você se transforma. (FEC3)

A ex-voleibolista, em entrevista do Youtube, faz um paralelo entre o mundo dos esportes e a vida em sociedade e adverte que é possível aprender mais com derrotas do que com vitórias.

É isso exatamente! [...] A gente palestra bastante sobre isso com empresas, [...] eu acho que tudo que acontece numa equipe de esporte coletivo, acontece em qualquer empresa, em qualquer casa, em qualquer família.

Então você faz um paralelo porque quando você é uma menina de 20 anos, que é Seleção Brasileira, medalhista olímpica, todas as portas se abrem! Você tem 1,80 m, você é musa e as pessoas vão ver você só ali, eles vão te julgar dentro daquilo ali ou dentro do ruim que você tem. Você sempre vai ser julgada de alguma forma!

Então, a minha estratégia e as ferramentas que eu criei na minha vida, mesmo sofrendo esse assunto, quando vieram *fake news*, que naquele tempo nem existiam *fake news*! ... As pessoas riam, brincavam, apontavam o dedo.... Uma coisa que machuca outra pessoa, mas era legal, as pessoas curtiam brincar como é até hoje, né? Só que hoje temos mais vozes e valorizamos mais a dor do outro. Então o mundo está um degrauzinho acima, porque ainda acho que falta muita coisa para melhorar!...

Esse aspecto da gente ter mais compaixão pelo outro ... (FEC3)

Sobre o processo de elegibilidade à categoria feminina, um tempo em que se exigia da atleta fazer o teste de feminilidade para ter a chamada “carteira rosa” e poder competir no alto rendimento como mulher, declara em matéria:

O esporte mundial de alto rendimento, desde os tempos da pedra, a mulher sofre preconceitos e os preconceitos são tão grandes, que existe um exame, que hoje eu não sei se atualmente ele existe da mesma forma... melhorou muito! Antes as meninas tinham que tirar até a roupa para provar que era mulher!

Antigamente, quando não tinha o exame, as mulheres eram reviradas ali no teste! Existem vários documentários, [...] que mandavam tirar roupa... Eram coisas

horrorosas! E isso antes de uma competição. Você tem que fazer uma prova, você precisa provar que é mulher! O masculino não tem esse teste que ele precisa provar que é homem, não!

Hoje, [...] o exame mudou, ele melhorou bastante! Eu nem sei se ele existe ainda na categoria de base. Antes todas as seleções que fossem disputar mundiais, campeonatos sul-americanos, passavam por um teste que é um teste de feminilidade.

No meu caso já foi um pouquinho menos agressivo, que era um teste na língua, isso em 1997, no Mundial que eram duas categorias acima da minha que eu estava jogando, era o juvenil e a gente fez esse teste na Polônia em 1997. O teste era para todo mundo, tá? Não é que eles me escolheram. (FEC3)

Em meio a tantas questões desafiadoras, ela enxerga também um outro lado da questão, uma questão médica, de saúde e apenas a partir daquele exame - que em geral, não é feito pelas pessoas como exame de rotina, apenas para atletas mulheres - ela teve a oportunidade de se deparar com um problema que poderia trazer sérias consequências para sua vida.

Além disto, um outro ponto emerge, que é a questão econômica. Todo o tratamento, desde a cirurgia necessária, e todo o acompanhamento, com especialistas da área, só foram possíveis, financeiramente falando, a partir da estrutura do esporte de alto rendimento.

E Graças a Deus! Porque para mim, salvou minha vida! Então eu tenho que agradecer logicamente, eu não teria condições de fazer uma cirurgia tão cara ou passar por tudo que eu passei vindo da onde eu vim, sem as oportunidades que o esporte me deu. (FEC3)

No que diz respeito, entretanto, ao esporte na categoria feminina, a questão que se impõe é a necessidade de se provar mulher, para tanto, exames deviam ser realizados, ainda que o próprio esporte não fosse capaz de lidar com resultados imprevisíveis que envolve assuntos de sensibilidade.

E aí nesse teste, né? Um teste de meninas. Eu tinha 16,17 [anos]. Todas nós brincando na fila, todo mundo zoando, a gente rindo falando: Nossa! Teste de feminidade! Para que isso? Todo mundo ali brincando, porque ninguém tinha esse conhecimento[...] E aí fiz esse teste, fui para o jogo... Enfim, depois de alguns dias, depois do terceiro ou quarto jogo, me tiraram do jogo. Eu não entendi muito bem, eu não poderia jogar o jogo? Eu não sabia o que estava acontecendo! Eu era uma criança, eu tinha 16 anos ... uma menina isso! Em 1996, 1997.

Então o mundo era outro, não existia nem internet, a gente não sabia nem o que que era, né? A gente, naquela época, em Minas [...] e nesse teste deu que eu não passei!... (FEC3)

No capítulo II já havíamos apresentado trecho da entrevista da voleibolista ao Fantástico (2021) em que ela contava sobre o teste de gênero realizado e o impacto diante da reviravolta em sua vida, em sua identidade:

Aí eu fui fazer um teste de gênero, né? Assim, toda a equipe, todas as meninas faziam, e eu, né, no meu caso, era menina, nasci menina, está escrito, né, tudo, está tudo certo em mim como mulher. E de repente te dão uma bomba dessas te avisam que você não passou no teste de gênero! Eles não me preservaram ali, eles soltaram para a imprensa! Então acho que eles não esperaram o meu tempo de ter informação, de ter feito o meu teste novamente. (FEC4)

E a partir do exame, e de toda a polêmica gerada, principalmente pela forma como foi apresentado seu resultado, a atleta se viu diante de enorme exposição, a informação foi apresentada em uma coletiva de imprensa, antes de sequer poder ser feito tal teste, sem que a família e ela já estivessem cientes e preparadas para lidar com a situação médica em si e tudo que viria a partir de então, tais como a questão de saúde, os receios, a questão psicológica e esportiva.

Eu não sabia, não fiquei sabendo ali, mas me tiraram do campeonato, o Brasil perdeu, porque eu era uma das principais jogadoras, a gente ficou em nono [...] não me falaram ali, não tiveram um carinho, nem um cuidado com aquela criança, nem com aquela família simples, trabalhadora, brasileira comum. E aí quando chegou em Belo Horizonte, me chamaram para uma coletiva de imprensa no Minas, eu, minha mãe e meu pai e contaram assim, na mesa. Como se fosse contar assim, vamos pedir um sanduíche ali.

Imagina você escutar com a sua família... A minha mãe não estava preocupada de provar sexo, isso não era o problema. A síndrome que eu sou portadora [A Síndrome de Morris, ou síndrome de insensibilidade androgênica é uma condição intersexo] somos 2% da população mundial e ela normalmente acontece com mulheres fisicamente mulheres, com vagina, seios, toda bonitinha!

E aí contaram para minha mãe ali e para meu pai e eles choravam muito! Era uma situação muito difícil, porque você está contando sobre uma doença seríssima [...] ela se chama DDS [Distúrbios de Diferenciação Sexual - termo médico-científico para designar as características sexuais que não se enquadram no padrão binário de feminino e masculino, ou seja, a intersexualidade]

A partir daí ela inicia uma longa jornada no seu processo de buscar um retorno às quadras:

Foi um processo difícil. Tive que ir à França para obter um documento rosa, comprovando minha identidade. Era uma mentalidade machista de uma geração anterior. Mas sou uma mulher, a prova viva de que é possível alcançar um alto nível de desempenho por mais de 20 anos... (FEC3)

Mas a mídia começou a acusar a atleta de várias coisas, de usar drogas, de ser travesti, tudo por conta de ela apresentar um elevado nível de testosterona livre no sangue, que é o que

a síndrome de Morris causa, entretanto, se apenas olharmos pelo nível de testosterona no sangue, não seremos capazes de entendermos a complexidade que se apresentava.

De toda a forma, não houve este cuidado, levando a população a uma visão distorcida do que estava acontecendo, com a preocupação apenas de vender matérias, sem qualquer ética, sem qualquer preocupação de esclarecer e educar as pessoas diante de um assunto tão pouco conhecido.

Vale destacar que, na época, os jornais publicaram matérias sensacionalistas, visando o aumento da circulação de jornais e de audiência na televisão e que apenas deslegitimavam a voleibolista como mulher.

Era apenas uma garota de 17 anos. Os jornais começaram a publicar matérias equivocadas, dizendo que eu era hermafrodita, travesti, alegavam que eu usava drogas, tomava substâncias proibidas, inventavam de tudo o que queriam...

[...] Maldade da Imprensa, porque a imprensa ajuda, mas ela destrói uma menina de 16 anos descobrindo uma doença [...] uma doença que o principal ato dela é que você nasce com duas gônadas e que elas produzem testosterona numa velocidade tão rápida que antes da puberdade você pode morrer de câncer com dois tumores malignos! Muito grave! Então o principal fato dela é a cura! .... Já faz anos...desde 1997, né? Eu já fiz todo o processo o processo de cura, porque também essa doença traz várias coisas [...] mas a principal coisa dela é que você pode, a maioria das mulheres, quase 90% nasce infértil. Então a dor [...] quando você descobre isso o primeiro impacto para mim foi esse, até porque eu sempre quis [...] (FEC3)

Passado todo o processo, a cirurgia e o tratamento, a atleta retornou à seleção brasileira. Destacamos aqui o fato de que sua estética de jovem bonita, loura, performando feminilidade, ajudou, e muito, no processo. E assim, não só retornou à seleção, mas se tornou musa da Seleção, entretanto, sua vida social e profissional, foram drasticamente afetadas.

Eu acho horrroso isso! Hoje falamos muito nisso das mulheres, do poder que nós temos! .... Você imagina, todo mundo me acusando, me apontando... eu entrava no ginásio e Graças a Deus eu tinha o Bernardinho! Que era o meu mentor. Então, ele me protegeu, não deixava eu falar com imprensa, porque todo mundo maldoso, todo mundo falava coisas horrrosas e eu, uma criança, eu não sabia o que estava acontecendo! Então, naquela fase da idade é uma fase perigosíssima de você começar a entrar no mundo errado para tirar aquela dor!

Aí fiz tudo! Fiz o tratamento [...] e voltei a jogar. Voltei com o mesmo talento, com a mesma garra! Só que a menininha lourinha, né? 1,80 m bonitinha e virou a musa! Aí todo mundo esqueceu! Não existia mais doença, todas as revistas ...

Musa é legal, mas eu não queria ser musa, eu queria ser a melhor jogadora do mundo! (FEC3)

Era difícil ir a uma festa ou sair em público porque as pessoas olhavam. Minha única opção era me esconder e ser forte, porque o voleibol era a oportunidade de uma vida melhor para mim e minha família. Bernardinho me indicou um médico para tratar a DDS. (FEC2)

Só depois de décadas é que ela conseguiu lidar mais abertamente com a questão, falando sobre o assunto diante de câmeras e isto, em parte se deu em uma tentativa de ajudar outra atleta que passava por uma situação ainda mais complicada, pois não era aceita em seu país por ser intersexual e estava sendo ameaçada de morte.

Então consegui isso tudo aí [falar sobre o assunto] em 2020, começou a pandemia em 2021, foi a primeira vez que eu falei sobre isso no programa Fantástico, porque eles vieram atrás de mim, porque uma menina do Congo, esportista, estava sendo ameaçada de morte porque ela não era a favor deles mexerem no corpo dela [...] (FEC3)

Como consequência, muitas mães de crianças intersexuais começaram a tentar falar com ela, buscar uma palavra amiga, um apoio, de quem passara pela mesma situação, as mães também contavam sobre as dificuldades sobre o tratamento e ela percebeu que isto deveria ser abraçado, como uma causa, por ela.

Só que aí depois do Fantástico vieram milhões de mensagens para mim no *direct* das minhas redes sociais, milhões de mães desesperadas, chorando, [...]

Graças a Deus os bebês já conseguem ser diagnosticados com a síndrome de DDS bebês! Na minha época, ainda não! Só que é muito caro... e a gente não tem no sistema público! Então hoje, uma das minhas vozes e causa é que o sistema público tenha esse atendimento.

Aí eu percebi o meu propósito! Não que seja só esse, mas acho que eu tenho o propósito de mostrar o que o esporte fez com a minha vida e o que o esporte pode fazer na vida de qualquer um ser humano! (FEC3)

A importância do investimento no esporte passou a ficar mais clara, sob o ponto de vista da extensão, do alcance do que isto pode representar, pois também passa por outras tantas questões.

Todas as grandes nações, Inglaterra, Estados Unidos, Japão... olha a classificação deles de medalhas olímpicas [quadro de medalhas nos Jogos Olímpicos] e olha o que eles investem no esporte! Porque o esporte realmente ele salva a vida!

Ele [o esporte] me salvou várias vezes, primeiro ele me salvou me dando oportunidade de sair daquela família simples em BH ali na região de Venda Nova com pai honesto, que eu sou igual, trabalhador, minha mãe do Lar, cuidava dos filhos, mas pessoas simples que não pensavam em ir longe. Eu queria conhecer o mundo, [...] eu queria coisas fúteis, na adolescência [...] eu queria, a coisa mais importante, dar uma casa para minha mãe, eu queria tudo que alguém que é jovem quer.

Primeiro me deu essa oportunidade de sair dali e construir um caminho aonde eu pudesse, com o meu talento, com o meu trabalho, com meu suor, transformar minha vida financeira. Isso aconteceu! Graças a Deus! Depois veio a síndrome [...] então veio a oportunidade de eu estar jogando, apesar desses horrores! (FEC3)

Ela também destaca a importância de poder cuidar destas questões, preferencialmente sem a exposição que ela passou, como as mães que a procuram e pedem que ela não revele as histórias de seus filhos e seus nomes:

Acho lindo essas mães não se exporem, porque tem coisas que você não precisa expor para o mundo, para o vizinho, tem coisas que a gente cura no nosso quarto, ou no nosso quadrado. Eu não tive essa oportunidade, eu fui jogada no mundo e tive que lidar com isso. Então eu consegui construir a minha caixinha, mas eu fui muito exposta, muito jovem! (FEC3)

Ainda em relação às mulheres, a ex-atleta faz um alerta, cada dia mais importante em tempos de internet e dos filtros e harmonizações e cirurgias estéticas em geral:

Todos nós temos os nossos medos, as nossas inseguranças e as mulheres muito mais, porque nós somos muitos mais julgadas! Nossa, como precisamos nos aceitar! Em algum momento da vida o jovem tem uma dificuldade. Você precisa se aceitar que seja com o seu nariz grande, que seja com a sua síndrome de DDS, que seja com o seu pé grande, que seja com a sua bunda pequena, que seja com o seu peito caído, que seja com as suas rugas. Cada um é lindo! Eu acho que a beleza da vida está na diferença! [...] (FEC3)

Vale destacar que a ex-atleta ainda é conhecida pelo seu ativismo na luta contra a discriminação racial no esporte, além de fazer parte e ser uma das fundadoras do Movimento Esporte Sem Racismo, e, por conta deste trabalho, no ano de 2021, foi homenageada com o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

Apesar de não tratar diretamente, a matéria sobre inclusão de atletas *dissonantes* no esporte, a ex-voleibolista recentemente comentou o caso da atleta Imane Khelif, da Argélia, em relação ao boxe feminino nos Jogos Olímpicos de Paris (2024):

Eu não sei direito do caso dessa garota, mas o ser humano é mau. Independente do que for, *fake news*, eu não sei qual é o caso dela, porque a palavra *fake news* é mentira, né? Então, se é mentira, a gente já mostra que o ser humano não evolui. No meu caso eu tive uma síndrome que só acontece com mulheres, não acontece com homens, só com mulheres e é uma doença. Então, como eu digo sempre, as pessoas atacam a outra mesmo se ela tiver um problema, se ela tiver no caixão. O ser humano não tem muito essa ombridade [...]. No caso dela é a mesma questão ... não sei se dela... então se ela tem DDS é só ela fazer o tratamento, porque só acontece com mulheres. Agora eu também acho estranho eles votarem uma pessoa que nasce mulher com tanto problema, com tanta polêmica e o homem que vai lá e se transforma em mulher tem menos problema. Então, é bem complicado de falar sobre isso. (FEC5)

A partir desta fala, é plausível supor que ela se coloca favorável à inclusão de atletas mulheres intersexuais no esporte de rendimento, desde que ela se submeta ao tratamento para estar em acordo com a regras do esporte, ao mesmo tempo que parece criticar os órgãos de gestão do esporte por lidar de forma tão inadequada com o caso.

#### 4.1.1.3 - Maria Joaquina Cavalcanti Reikdal

Atleta trans de esporte olímpico de inverno, a patinação. Por ser menor de idade, parte de material advém do posicionamento da família, que evita a exposição da menor.

No levantamento relativo a essa atleta utilizamos material das seguintes fontes de informação:

1. FMJ1 → Entrevista veiculada na Google por Kizzy Bortolo. (BORTOLO, 2023)
2. FMJ2 → Documentário veiculado no Globoplay por Marcos Ribeiro. (RIBEIRO, 2019)
3. FMJ3 → Depoimento veiculado na Google por Kizzy Bortolo. (BORTOLO, 2019)
4. FMJ4 → Entrevista veiculada na Google por Chloé Pinheiro. (PINHEIRO, 2020)
5. FMJ5 → Entrevista veiculada na Google por Olimpíada todo dia. (OLIMPÍADA..., 2022)
6. FMJ6 → Matéria veiculada na Google por Demétrio Vecchioli. (VECCHIOLI, 2022)
7. FMJ7 → Matéria veiculada na Google pela Prefeitura de Curitiba. (CURITIBANA..., 2022)
8. FMJ8 → Matéria veiculada na Google pela CBDG. (CBDG, 2022)
9. FMJ9 → Entrevista veiculada na Google por Marjorie Wanderley. (WANDERLEY, 2020)
10. FMJ10 → Matéria veiculada na Google por Gabriele Koga. (KOGA, 2023)

Maria Joaquina Cavalcanti Reikdal nasceu dia 29 de março de 2008, em Curitiba, Paraná. Patinadora artística brasileira, é a campeã mundial inline júnior de 2023, vice-campeã mundial inline júnior de 2021, campeã dos Jogos Sul-Americanos dos Esportes sobre Rodas de 2023 na categoria artística inline júnior, tetracampeã brasileira no gelo júnior (2021-2024) e campeã advanced novice (2019), além de tricampeã brasileira inline júnior (2021, 2022, 2023) e campeã espoire (2020).

A menina, inicialmente recebida como um menino, foi adotada, juntamente de seus dois irmãos, pelo casal Cleber Reikdal e Gustavo Uchoa Cavalcanti em 4 de dezembro de 2016, e, alguns meses após estar vivendo em sua nova casa, contou para seus pais que se reconhecia como uma menina transgênero, passando a fazer acompanhamento com a equipe multidisciplinar do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMTIGOS) do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Sua história ganha destaque a partir do episódio de discriminação sofrido em 2019, nos campeonatos nacional e sul-americano de patinação artística, em que teve sua inscrição negada na categoria feminina e o não reconhecimento de seu nome social.

Em 2020 a menina teve, finalmente, a retificação de seus documentos, processo este iniciado ainda em 2018, cumprindo assim, requisito de elegibilidade das confederações de patinação sobre rodas para competir na categoria feminina.

Em entrevista, a patinadora conta sua história de vida:

[...] Vou contar um pouquinho da minha história. Nasci em Curitiba e até os meus seis anos de idade morei com a minha mãe biológica e os meus dois irmãos mais novos, Talhia e Carlos. Era uma vida bem difícil, não tínhamos comida em casa, nem higiene, tudo bem precário e complicado. Me lembro de dormir no chão e via ratos passando entre nós. Era assustador!

Eu e meus irmãos também não íamos à escola, nem estudávamos em casa. Nossa mãe biológica não se preocupava com isso. Lembro dos meus pais e eles brigavam bastante. Cada um de nós era filho de um pai diferente. E era muito estranho ver todo mundo brigar em casa.

Muitas coisas terríveis aconteciam onde vivíamos, até que, um dia, lembro de uma kombi branca chegar até à nossa casa. Na hora, me recordo que meus dois irmãos mais novos e eu estávamos assistindo o desenho da Galinha Pitadinha. Da kombi desceram alguns adultos e nos levaram embora. Essa cena ficou marcada na minha cabeça! Logo, constatei que eu e meus dois irmãos fomos levados para um abrigo da nossa cidade. (FMJ1)

A patinação foi descoberta após ser processo de adoção:

Aos oito anos, após a minha adoção, comecei a patinar. Meus pais (Cleber e Gustavo) já tinham uma escola de patinação em Curitiba e logo me apaixonei pelo esporte! E já como Maria, decidi competir, com o total incentivo e apoio dos meus pais, que também são os meus treinadores. (FMJ1)

A atleta começa a praticar tão bem e com tanto afinco o novo esporte que opta por competir na patinação artística, mas este início é bastante conturbado:

Lembro que, desde então, nada foi fácil. Em 2017, passei a competir no meu estado, onde já tive o início dos incidentes e do preconceito da não aceitação por parte das organizações da patinação de rodas criando dificuldades e obstáculos quanto à minha participação. Ali tive zero inclusão.

Já no meu primeiro campeonato de patinação no gelo, por exemplo, não respeitaram meu nome social e me chamaram, na frente de todos, por João, me constrangendo na frente do todo o campeonato. Oras, por mais que hoje eu não tenha tantos problemas em falar esse nome (João), na época ainda era muito difícil para mim escutá-lo. E ouvir o locutor do campeonato me chamar na frente de todos por 'aquele nome' confesso que me doeu bastante! Fiquei triste, arrasada, mas segui em frente e competi! Fiz a minha apresentação. (FMJ1)

Nesta mesma competição, ela teria sido

impedida de usar o banheiro feminino porque não me viam como uma menina. Os pais das outras crianças que competiam começaram a reclamar junto à coordenação do evento. Eu só podia ir ao banheiro acompanhada por um adulto do sexo feminino. Mas eu tenho dois pais! Ou seja, tentaram, mais uma vez, nos constranger e nos diminuir de todas as formas. Mais uma vez, levantei minha cabeça e segui em frente. Fiz uma bela apresentação com meus patins sobre o gelo. Nessa época, já estava com 11 anos e fui evoluindo muito bem na patinação. (FMJ1)

Entretanto, tais atos não impediram que a menina continuasse a competir:

Com muitos treinos e dedicação, logo cheguei ao Campeonato Brasileiro e tive a chance de pegar um pódio e a convocação para o campeonato Sulamericano era real! Fui, participei e fiquei em segundo lugar. Estava feliz demais pela convocação, que já era certa. Mas, para minha surpresa, não havia sido convocada por ser uma menina trans. Meus pais brigaram bastante com a confederação. Eles decidiram que o melhor seria expor toda situação e preconceito a todos. E, mesmo com a ajuda de muita gente, que deu visibilidade ao meu caso e à minha história, a autorização para eu conseguir competir saiu apenas na véspera do campeonato. Ou seja, estávamos muito apreensivos com este resultado. Meu caso tomou uma proporção enorme em todo país e teve um apelo nacional. (FMJ1)

Apesar de ser classificada para o Campeonato Sulamericano de Patinação de 2019 não foi enviado convite da entidade para sua inscrição e participação, assim, seus pais precisaram recorrer ao judiciário, sendo necessário entrar com pedido liminar.

Como a confirmação de sua inscrição só foi dada em cima da hora, não fez o reconhecimento da pista, além de ser chamada para abrir a competição.

No dia do campeonato, evidentemente, estava muito nervosa, pois não havia reconhecido a pista antes e, com isso, errei bastante, cai algumas vezes e terminei o campeonato Sul-Americano em 13º lugar, para minha total frustração. Estava decidida a treinar ainda mais e provar que eu era capaz! Retornei para casa, em Curitiba e treinei bastante na escola de patinação dos meus pais, evolui muito e, em 2021, me tornei vice campeã mundial da minha modalidade, campeã brasileira na categoria 'Junior' em 2022 e, no ano seguinte, fui campeã Sulamericana.” (FMJ1)

Nos seus dois minutos e 40 segundos de competição chorou, caiu algumas vezes e ficou em 13º lugar, em uma competição com 17 patinadoras. (FMJ2)

Entrevistado, Moacyr Neuenschwander Junior, Presidente da CBHP e da CSP<sup>7</sup> – se posicionou no sentido de a Sul-Americana ter sido contrária à participação de Maria nas competições de patinação na categoria feminina. “*A Confederação foi taxativa, não há*

---

<sup>7</sup> Entidade que regulamenta o hóquei sobre patins; a patinação sobre rodas; o roller derby; e o scooter.

*precedentes nem nunca haverá! Meninos participam com meninos e meninas com meninas.” [...] Essa é uma decisão internacional, não há precedentes no mundo!” (FMJ2)*

Indagado, na mesma matéria, se considerava a possibilidade de Maria ter espaço para praticar o esporte, sua posição reticente: *“Talvez, talvez...” (FMJ2)*. Por sua vez, seu pai, Gustavo Cavalcanti, revela: *“Maria nos dizia que só queria participar, não importava o lugar que ficasse. Podiam deixá-la em último. Isso nos deu força para lutar.” (FMJ3)* Na tentativa de desestruturar e invisibilizar a atleta, vale ainda acrescentar que ela não teve direito a agasalho oficial da equipe brasileira, nem entrou na foto oficial da competição.

Assim se posicionou Gustavo, em mesma matéria jornalística: *“Os organizadores do evento fizeram uma foto oficial e somente Maria não foi convidada. Deram presentes para todos, menos para Maria. Isso machucou muito ela.” (FMJ3)*

Diante desta tentativa de fechar as portas desta categoria esportiva, a menina, resiliente, buscou ampliar seus horizontes:

Evoluí também na patinação no gelo e fui conquistando cada vez mais espaços nunca antes conquistados por uma atleta brasileira que não havia treinado fora, em ringues olímpicos, ainda. Sempre treinei em pista normal de shopping e não mais que dois meses de treinamento intensivos no ano. Sou a única patinadora solo a ser convocada a representar o Brasil no campeonato ‘Junior Grand Prix de gelo’. E isso para mim é um grande sonho! Nunca imaginei chegar tão longe!

Com a convocação, também fui convidada a treinar na Europa, na Itália, porém, não viajei acompanhada dos meus pais, eles não puderam ir. Fui com uma pessoa indicada pela própria Confederação. (FMJ1)

Nesta viagem a patinadora acabou tendo que lidar com outras formas de preconceito, o que para uma atleta tão jovem, desacompanhada de seus pais, trouxe algumas consequências:

Havia muita diferenciação social em relação a mim e isso me deixava muito triste e mal, além de ficar sozinha por diversas vezes, enquanto a pessoa responsável por mim ia passear, ia às compras e se divertir. Fora as falas e atitudes bem abusivas que a tal pessoa tinha comigo.

Nossa, voltei da Itália tão pra baixo, com muita disforia, ou seja, com vergonha do meu próprio corpo, pois até as roupas que eu vestia e o meu tipo físico (que ela julgava ser mais forte) eram motivos de comentários e julgamentos. (FMJ1)

Sobre a perspectiva de apoio dentro de equipe, esta vivência apresenta algumas referências negativas do início de sua carreira. O período de treinamento na Itália, sob a supervisão da confederação, tão complicado, é assim tratado pela atleta:

A partir desse momento, me fechei completamente e senti medo. Aguentei o quanto deu, sem contar para os meus pais, com receio de ter que voltar ao Brasil e, assim, desistir do meu grande sonho: treinar e competir fora do país, representando o meu país.

Quando retornei para casa, falei com meus pais que não queria mais patinar nunca mais na vida. Parecia que meu sonho tinha se tornado um grande pesadelo! E a minha carreira esportiva estava à beira de acabar. Depois de muita conversa e diálogo com eles, não aguentei, e lhes contei tudo que vivi na Itália.

No último dia para inscrição do ‘Campeonato Brasileiro de Rodas’ acabar, decidi que os outros não iriam conseguir estragar o meu sonho. Voltei com todo gás! Não foi fácil, competi já este ano, em 2023, e fiz a minha melhor apresentação até agora.

O campeonato foi no Paraguai e, para minha alegria, mais uma vez fui selecionada para representar o Brasil no ‘Junior Grand Prix de Gelo’, em Linz, na Áustria e Osaka, no Japão. Me sinto feliz e super realizada que, mesmo com tudo que tenho passado, com todos os ‘nãos’ que ouvi, com todos os preconceitos, a falta de empatia e por quererem me inviabilizar, ainda assim, sigo na resiliência para continuar e mostrar o que sou capaz dentro do esporte que eu amo e escolhi para viver e competir. (FMJ1)

No que diz respeito a se perceber uma pessoa diferente na questão do gênero, podemos destacar de seus relatos:

[...] eu tinha seis anos e, embora meu nome fosse João (era assim que todos me chamavam em casa), eu já me via como uma menina. Só queria usar roupas de menina e já tinha o cabelo grande. Porém, ao chegar no abrigo, tive meu cabelo raspado e virei o ‘reizinho’, palavra que lá sempre usavam para se referir a mim. Não entendia bem o porquê daquele apelido. Hoje entendo que tentavam reforçar o masculino em mim, já que eu havia chegado no abrigo, segundo as próprias palavras do coordenador de lá, como uma menina e eles não aceitavam isso. (FMJ1)

Para ela a adoção e todo o processo de descoberta e de espaço para poder ser quem ela realmente era acontecem juntos:

Por dois anos vivi nesse abrigo e não foi nada bom. Eu era uma criança triste, tímida, não brincava, nem interagia com as outras crianças no recreio e, mesmo estando na escola, não participávamos de nenhuma atividade extra (festas, confraternizações nem passeios).

Até que num dia, dois rapazes muito simpáticos e amáveis, Cléber e Gustavo, foram ao abrigo nos visitar e se afeiçoaram a mim. Eles eram um casal. Eu ainda era muito tímida, sempre andava triste e cabisbaixa, não entendia bem toda aquela situação de adoção. E, por mais que o abrigo não fosse bom, eu já o via como lar, pois era ali que eu vivia há dois anos. Mas a possibilidade de ter meu próprio lar me deixou feliz e animada! Só que tinha um ‘segredo’ em questão e muito medo da adoção não acontecer por conta disso, já que eu era um menino que não me via como menino. Será que eles iriam me aceitar?

Lembro que, quando fui visitar a casa dos meus futuros pais, pedi para eles rasparem o meu cabelo. Prontamente, eles rasparam e chorei muito na hora. Eu queria agradecer a eles, mostrar que eu era um menino, mas só eu sei como aquilo me doeu. Eles também não entenderam nada! Aos poucos, já morando com meus novos pais na nossa

casa, fui mostrando que João era, na verdade, Maria. E percebi que seria ali sim, eu seria aceita e respeitada nesta condição pela primeira vez na minha vida! Lembro que também não foi fácil para eles, a família toda foi fazer terapia e, desde então, todos fazemos.

Me lembro que, desde sempre, pude ser quem sou e, no começo, tínhamos alguns combinados na nossa casa. Por exemplo, de eu só me mostrar como ‘Maria’ para alguém de muita confiança, já que eles tinham medo do julgamento dos outros. Tinham medo também de como eu poderia ser tratada ou julgada pelas pessoas. Mas aquilo para mim não estava bom, queria mudanças. E, cada vez mais, a Maria ia surgindo e me deixando mais realizada.

O que não sai da minha memória é o dia que fomos para uma festa de aniversário da minha prima e lá peguei um maiô para ir à piscina com meus irmãos. Só que ao chegar no banheiro e vestir o maiô, meu pai Gustavo pediu para eu tirar e vestir um calção de banho. Fiz o que ele pediu, vesti e fui para a piscina. Naquele momento percebi que não dava mais para esconder quem, de fato, eu era, e falei para meus pais que queria fazer uma festa de aniversário e nela queria usar um vestido. Eles toparam! E, a partir daquele dia, sou Maria para todos! Ali, naquela festa de aniversário, renasci! Só não imaginava que a minha transição teria tantas consequências... Ôh, e como teve! Mas eu estava disposta a encarar tudo que fosse preciso para ser eu mesma! E foi o que fiz. (FMJ1)

Seu pai, Cleber Reikdal, em entrevista para um documentário, conta um pouco do que este processo representou para sua família e as dificuldades em lidar com o que era muito novo para eles:

Quando Maria Joaquina, então com 8 anos, começou a se vestir com roupas e acessórios da irmã mais nova, não conseguimos compreender muito bem [...]. Eu me entendia como sendo gay, mas nunca precisei usar roupas de menina.

Então levamos a Maria ao psicólogo, o que me ajudou a entender que todas as pessoas são únicas, cada um tem sua história. A Maria conseguiu se entender melhor também, passou a fazer o acompanhamento no Hospital das Clínicas (HC-USP) em São Paulo. Seu processo de adaptação foi fluído, mas houve suas dificuldades no início, até entendermos que as pessoas não precisam se enquadrar nas caixinhas pré-estabelecidas pela sociedade.

O momento mais estranho é o início da transição, quando ela deixou de se expressar como um gênero e passou ao outro. Tivemos que aturar dez mil pessoas dizendo que deveríamos forçar ela a ser menino, colocar no futebol, proibir de usar a roupa que quisesse, mas os profissionais do HC e a psicóloga sempre nos orientaram a acolher. (FMJ4)

No esporte, ela sempre quis patinar na categoria feminina, mesmo sabendo que sua performance poderia facilmente destacá-la no masculino, inclusive enfrentando menos competidores.

Este é o entendimento de seu pai, Gustavo Cavalcanti, na entrevista concedida à Olimpíada todo o dia, com relação a escolha da patinadora competir na categoria feminina. Ele analisa que tal categoria apresenta disputa maior do que na categoria masculina, e “*pelo desempenho da Maria, ela facilmente estaria em alguma vaga que muitas vezes nem tem concorrente.*” (FMJ5)

Em mesma entrevista, ele ressalta, entretanto, que "*a transição sempre foi uma questão social, nunca foi esportiva. O esporte é uma das coisas presentes na vida dela.*" (FMJ5)

Este sempre foi o entendimento da família, que procurou acolher a menina e respeitar sua percepção de quem ela seria, desde os primeiros tempos da adoção.

O pai explica em documentário que ela faz tratamento no ambulatório Hospital das Clínicas em São Paulo desde 2017, tratamento que consiste no bloqueio puberal [os bloqueadores da puberdade são utilizados em crianças e adolescentes que vivenciam a disforia, ou seja, a incongruência de gênero]. (FMJ2)

Diante de tais dificuldades, a campeã brasileira júnior na patinação artística in-line (sobre rodas), começou a intercalar treinos nesta modalidade com atividades nas poucas pistas de patinação no gelo do país, normalmente instaladas em shoppings centers. (FMJ6)

Durante a pandemia, a CBDG abriu uma pista em São Paulo, mas de 486m<sup>2</sup>, quatro vezes menor que uma pista oficial, de 1.800m<sup>2</sup>, e isto é relevante, pois na patinação artística o tamanho do ringue permite que atletas ganhem a velocidade necessária para realizar saltos importantes, que requerem um impulso maior. Então, para treinar e se preparar para competições de nível maior, como competições internacionais, as atletas precisam treinar em espaços muito grandes. Assim, ter a oportunidade para treinar neste novo espaço, permitiu que a atleta chegasse em outro nível, que não teria conseguido com seus treinos nos espaços em que vinha treinando. (FMJ6)

Com a aposentadoria de Isadora Williams, patinadora brasileira que fez carreira nos Estados Unidos, tendo sido a única brasileira a participar de Jogos Olímpicos na patinação artística, competindo em Sochi-2014 e Pyeongchang-2018, a CBDG passou a buscar atletas que, lapidados, pudessem chegar aos Jogos de Milão-Cortina d'Ampezzo, em 2026. (FMJ6)

Uma seletiva foi realizada no Brasil, e só a jovem atendeu aos requisitos técnicos exigidos, sendo selecionada para um período de 30 dias em um centro de treinamento homologado pela Federação Internacional, em Bergamo, na Itália. (FMJ6)

A partir de então, ela começou a apresentar grandes resultados como patinação artística no gelo, tendo sido campeã brasileira nas últimas quatro temporadas e participação no Grand Prix da Áustria. Sobre rodas, ela conquistou o primeiro lugar nos campeonatos brasileiro, sul-americano e mundial em 2023.

O entendimento atual da CBDG é que a patinadora, como menina trans, cumpre todos os requisitos da ISU, a Federação Internacional de Patinação, para participar de competições esportivas, que são basicamente os mesmos exigidos na Olimpíada de Tóquio: 12 meses de

nível de testosterona abaixo de 5nmol/L antes da primeira competição, e depois manter esse padrão continuamente. No Brasil, a CBDG foi além e determinou que “*peças passando por transição do gênero masculino para o feminino antes da puberdade devem ser consideradas como meninas e mulheres*”, o que representa uma mudança de postura da instituição. (VECCHIOLI, 2022)

Hoje, ela é considerada uma das maiores promessas do Brasil no esporte nas modalidades de gelo ou em rodas. Assim, apesar de ter tido um início de carreira muito difícil a atleta foi incentivada pelo Programa Municipal de Incentivo ao Esporte (Projeto da Prefeitura de Curitiba), tendo sido a primeira brasileira a participar de um Grand Prix mundial. (FMJ7)

A partir de então, a perspectiva olímpica passou a ser uma realidade para a atleta que estariam torcendo para que ela “*nos de ainda mais orgulho no Grand Prix e também nas Olimpíadas de Inverno de 2026, por que não? O trabalho realizado pela equipe de patinação em Curitiba é fantástico e nós estamos sempre prontos para apoiar como for possível*”, afirmou o secretário Municipal de Esporte Lazer e Juventude Carlos Pijak Jr. (FMJ7)

Nos Jogos de 2026, a patinadora terá 17 anos. Hoje, a idade mínima para participar das Olimpíadas na patinação artística feminina é 15 anos, mas existe um movimento mundial pedindo um aumento, para ao menos 17, fato que impediria sua participação.

A jovem atleta destacou que a disputa do Junior Grand Prix foi uma grande conquista, que em parte se deve ao apoio recebido:

A preparação teve de fato início quando comecei a acertar o Double axel [salto de nível alto], vi que dali em diante poderia e conseguiria ir mais longe. Tive apoio da CBDG e pude treinar na Itália. Foi importante para poder limpar movimentos e sentir o que é patinar num ringue olímpico. (FMJ8)

Na entrevista concedida à Olimpíada todo o dia, em relação as regras em vigor no esporte de rendimento, seu pai Gustavo Cavalcanti critica a importância excessiva da questão hormonal a despeito das questões sociais e ainda faz uma comparação em relação à uma possível vantagem indevida que teria o nadador Michael Phelps, que segundo ele teria uma síndrome que deixaria “*seus membros mais longos*” [Síndrome de Marfan], mas “*ninguém questiona sua envergadura de 2,10 m*”. (FMJ5)

De toda a forma, a sua filha trans tem menos testosterona livre no sangue do que sua outra filha *consonante*, porque desde os 12 anos ela utiliza o bloqueio puberal, por conta do protocolo utilizado para crianças e adolescentes que têm disforia. Assim, por volta dos 16 anos, ela terá que tomar uma decisão assertiva, pois não poderá continuar com bloqueio puberal e

precisará definir o caminho que irá seguir. (FMJ5) Neste momento, a atleta encontra-se com 16 anos, logo, sua decisão terá que acontecer, provavelmente nos próximos tempos. O pai se posiciona enfaticamente, afirmando que *“o esporte é extremamente segregador, o esporte é binário, é machista, é elitista [...] O esporte não pertence à população trans.”* (FMJ9)

E, neste sentido, *“as pessoas julgam a qualidade técnica da Maria pelo gênero, nunca pelo esforço dela”*. (FMJ9) Por sua vez, ela declara que *“não é fácil lidar com preconceito no esporte, porque muitas pessoas não aceitam pessoas trans e me julgam, dizendo que não vou conseguir. Isso ainda me abala às vezes. Mesmo que agora esteja bem melhor, ainda existe esse preconceito muito grande”*. (FMJ10)

Por outro lado, a patinadora entende que tem um papel importante, primeiro por ser uma menina trans, depois por ser uma precursora na história da patinação de alto rendimento e do esporte em geral.

Depois que as pessoas entenderam que eu não desistiria de ser uma menina trans, passaram a entender que eu poderia ser um exemplo para outras pessoas”. Por esta razão acha muito positivo dar entrevistas falando sua história. Ela procura sempre dizer em entrevistas que *“as pessoas não podem desistir [de seus sonhos]*. (FMJ5)

De uma forma corajosa, a patinadora e sua família enfrentaram os preconceitos ao mesmo tempo que construíam sua história, resistindo às adversidades.

*“A partir daí as pessoas começaram a me aceitar melhor me entender melhor”* diz a patinadora. E conclui seu pai e treinador que *“tem pessoas que passaram então a entender que se ela treinasse bastante, poderia ir às olimpíadas.”* (FMJ5)

E prossegue: *“é necessário trazer uma certa visibilidade maior [...] seria bom se outras atletas trans surgissem, para poder dividir essa visibilidade.”* (FMJ5) Seu desejo de pai é que *“Maria possa optar por fazer qualquer coisa que deseja da vida sem que a palavra trans venha antes.”* (FMJ5)

#### 4.1.2 – As atletas por elas mesmas

Na fase 2 do estudo realizamos duas entrevistas individuais: a primeira com Sheilla Souza, atleta trans do futebol, esporte coletivo que compõe os Jogos de Verão; a segunda com Edinanci Silva, atleta intersexual do judô, desporto individual que faz parte dos Jogos Olímpicos de Verão.

As informações advindas dessas entrevistas serão referenciadas, por SHS (Sheila Souza) e EDS (Edinanci Silva), apesar das atletas terem permitido o uso de seus nomes na pesquisa.

Ao longo dessas entrevistas, foram feitas referências a outras atletas, cujos nomes preferimos omitir, tratando-as, todas as vezes que forem referidas, como Atleta A, Atleta B, Atleta C, e assim por diante.

#### 4.1.2.1 - Sheilla Souza

A entrevista com Sheilla Souza de Jesus nos permite compreender sua jornada como atleta trans no futebol feminino e suas experiências de incentivo e apoio, muito simpática e segura iniciamos nossa conversa:

Eu me chamo Sheila Souza, sou goleira profissional, estou aqui à disposição, fique à vontade, qualquer dúvida, eu vou poder ajudar a somar na pesquisa. Estou aqui, se tiver alguma dúvida, que eu possa tirar essas dúvidas que estejam dentro do meu contexto, eu estarei à disposição também. (SHS)

Ela é a primeira jogadora profissional de futebol trans no Brasil e relata que inicialmente nem gostava de futebol, mas seu pai a forçava a jogar porque achava que ela se tornaria um homem jogando o esporte. No entanto, depois de iniciar sua transição de gênero aos dezesseis anos, ela começou a se apaixonar pelo futebol. Ela menciona ter jogado em campeonatos amadores antes de receber um convite para fazer parte do clube profissional Desportiva Lusaca, na Bahia.

Então, na verdade, na verdade, eu não gostava de futebol. Nunca gostei de futebol.

Porém, eu era forçada a ir para o campo através do meu pai. Por conta que, na cabeça dele, eu ia virar homem, jogando futebol! [Por Sheilla ter um irmão homem cis, tentava colocá-la para fazer todas as atividades que ele fazia, pois percebia que o seu jeito era completamente diferente do meu irmão]. No começo eu não queria jogar futebol, mas isso veio dos meus dezesseis anos.

Foi a partir daí que eu comecei a fazer transição e me apaixonar pelo futebol. Aí, de repente, eu comecei a jogar campeonatos amadores com um clube chamado MAF FC, que é lá na cidade de Biritinga, onde meus pais moram. (SHS)

Em 2020, depois de atuar em campeonatos amadores de Biritinga, a atleta recebeu o convite, através de suas redes sociais, para atuar nem um clube profissional o Desportiva Lusaca, de Camaçari (também na Bahia).

Então, a partir daí eu conheci, através das redes sociais, o diretor de mídia do esporte do Lusaca<sup>8</sup>. E na época, ele me propôs fazer uma *live* com uma jogadora, [...]do Doce Mel, aqui de São Luís do Jecubi, Bahia. E ela me propôs uma *live*, uma *live* da pandemia.

Eu fiz a *live* com ela e, de imediato, o diretor do clube, Lusaca entrou na *live* e pediu para eu falar com ele no *direct*, depois que a *live* acabasse. Quando ela entrou no *direct*, ele foi me convidando a fazer parte do elenco 2021 do Lusaca. Aí, quando foi em outubro, se eu não me engano, outubro ou novembro de 2020 [...] fui com a equipe do Lusaca e estreei no futebol profissional.

Depois de lá, eu fiz uma avaliação no EC Vitória, mas não atuei e em 2022 fui jogar no Piauí, num clube chamado Aliança<sup>9</sup>.

Em 2023, voltei para São Paulo, disputei os campeonatos regionais com o clube Santo André, o profissional do Santo André. Recentemente, tive uma passagem no Rio de Manaus.

Participei dos treinos [...] do centro de treinamento 3B.

Vou atuar agora no Grêmio Mauense<sup>10</sup> E é isso, vamos aí, quando eu puxar mais atletas trans para o futebol, para o esporte. (SHS)

A entrevistada ainda destaca várias pessoas que a incentivaram em sua trajetória no esporte. Entre eles estão seus professores, o presidente da Liga do Futebol Amador, colegas de equipe, esposa, amigas e seus patrões atuais. “*Graças a Deus, eu estou loteada com as pessoas boas.*” (SHS)

Ela trabalha em um salão de beleza e seus patrões, que são evangélicos, a apoiam, permitindo que ela aproveite as oportunidades de jogar em clubes de futebol, que a contratam, e ao final, retorne com a vaga garantida no salão.

Essas pessoas foram fundamentais para encorajar a goleira a não desistir mesmo diante dos obstáculos enfrentados. “*Eu já pensei deixar de jogar várias vezes. Tive uma passagem ruim fora das aulas.*” (SHS) [ela foi vítima de transfobia, pela internet e violência física em São Paulo, quando vários homens a espancaram na rua de noite].

Esse incentivo também vem das demais jogadoras em sua equipe atual, de modo que ela sente uma atmosfera positiva e acolhedora dentro do grupo. “*Na equipe onde eu treino, as meninas têm um carinho imenso por mim! Me incentivam bastante e se orgulham. Eu fico mais apoiada ainda de jogar com elas.*” (SHS)

O reconhecimento por sua aptidão no futebol profissional foi um marco decisivo para que sua família passasse a entendê-la e a aceitá-la melhor. A mudança nas atitudes das pessoas próximas ocorreu após ela demonstrar suas habilidades esportivas, o que levou à valorização

---

<sup>8</sup> Desportivo Lusaca

<sup>9</sup> Aliança Futebol Club

<sup>10</sup> No início em agosto de 2024.

de sua identidade. Assim, quando perguntada sobre o apoio familiar e se era aceita como mulher trans em sua casa, a resposta é “*Não. Agora é, mas antes não era! ...*” (SHS)

A goleira reconhece que nem sempre foi tranquilo em sua casa. Essa afirmação sugere que ela enfrentou desafios e dificuldades relacionadas à aceitação de sua identidade como mulher trans por parte de sua própria família. Isso pode ter causado sofrimento emocional e conflitos interpessoais.

*"Ah, foi depois que o futebol profissional entrou na minha vida. E mudou tudo!"* (SHS)

Assim, é possível supor que o futebol profissional desempenhou um papel crucial na transformação da percepção de sua família em relação a ela. A conquista do reconhecimento através do sucesso no esporte parece ter sido um ponto de virada significativo para ela e para aqueles ao seu redor. Sua habilidade no campo destacou não apenas suas capacidades atléticas, mas também reforçou sua identidade como mulher trans, demonstrando às pessoas ao seu redor que ela poderia ser quem desejava ser e alcançar o que quisesse.

Mudou tudo! Então, eles perceberam que eu era uma pessoa que poderia ser quem eu sou. E chegar onde eu quisesse, sendo quem eu sou.

Então, a partir daí o respeito, o acolhimento, veio tudo junto. (SHS)

Essa declaração enfatiza a importância de poder ser quem realmente é e evidencia o impacto positivo das realizações esportivas na percepção dela por parte da família. O reconhecimento externo da capacidade dela como atleta contribuiu para validar sua verdadeira identidade diante dos outros. “*De 2020 até hoje, foram anos que eu fiquei feliz! Muito feliz! A cada ano eu fiquei cada vez mais feliz!*” (SHS)

Perguntada sobre quando percebeu ser uma pessoa diferente, rapidamente responde:

Eu já cresci sendo essa pessoa. Então, não tive a condição de pensar se seria isso ou aquilo. Eu sempre fui decidida em ser isso. Eu não me via nunca como uma figura masculina. Sempre fui uma menina. E eu cresci assim, desde pequenininha. (SHS)

Eu sempre me senti supernatural, até hoje. Eu nunca tive medo do que fosse pensar por eu ser assim. Eu nunca tinha pensado, ah, eu vou ter medo por ser isso. Não. Eu sempre fui decidida. Sempre fui autêntica. O objetivo foi o que eu quis. Então, ninguém nunca me amedrontou. Na minha mente, eu não estou inventando nada. Mesmo os preconceitos. Mesmo as coisas que eu sofri. (SHS)

A atleta se identifica como mulher trans, se entendendo feminina desde pequena, em sua fala ela desafia estereótipos de gênero e reivindica seu direito de existir e participar plenamente da sociedade, inclusive no esporte.

Quando perguntada se ela se sente diferente diante das outras atletas, a entrevistada nega de forma taxativa, o que sugere uma perspectiva de igualdade dentro do contexto esportivo, enfatizando que não se vê diferente das outras atletas do futebol feminino.

E sobre sua condição de gênero poder trazer algum tipo de ganho ou perda em relação às outras atletas em sua ótica, ela também nega, destacando que todas as atletas têm a mesma oportunidade de se sobressair no esporte. Ela enfatiza a importância do foco e do treinamento como fatores determinantes para o sucesso no esporte. Ao fazer isso, ela reforça a ideia de igualdade entre todos os participantes, independentemente da identidade de gênero.

É como todo mundo! Igual. Mas assim, uma se sobressai mais do que a outra, porque uma tem foco maior, treina mais. Todas treinam. Nada é específico da pessoa. Se eu treino bastante para melhorar cada dia, fico melhor a cada dia. Então, independente de eu ser trans, ser mulher de *cis*, não. Todas são iguais. Basta querer focar, treinar para ser melhor sempre. (SHS)

Em relação ao processo de transição, ela responde:

*“Fiz. Faço, até hoje ainda. Eu só acompanho a endócrino .... Eu não faço nada aleatório.... Meu médico é ótimo, perfeito!”* [a jogadora faz acompanhamento com endocrinologista] (SHS)

Neste ponto sensível da entrevista, é abordado o tema de sua transição de gênero e elegibilidade para competir na categoria feminina. Ela afirma que passou pelo processo de transição e continua a fazê-lo, buscando um acompanhamento médico adequado e destaca que apenas realiza um controle hormonal sob orientação de seu médico endocrinologista, enfatizando a importância do acompanhamento médico especializado.

Ao ser questionada sobre a cirurgia de redesignação sexual, ela afirma que não pretende realizá-la e considera o controle hormonal suficiente para suas necessidades, e também menciona que não é mais exigido o controle hormonal, apenas a regularização da documentação, pois o critério da autoidentificação é o utilizado, no atual momento, no futebol, demonstrando assim, uma compreensão das questões legais envolvidas nesse contexto.

*“Nem pretendo. Faço controle hormonal e isto já é suficiente! Que na verdade hoje, na área que eu estou, não exige mais a questão do controle hormonal, basta ter a documentação regularizada como feminino”* (SHS)

Sua disposição em discutir abertamente esses assuntos contribui para que sejam reveladas as realidades vivenciadas pelas atletas em dissonância de gênero, dentro da perspectiva de cada desporto de rendimento.

Ela afirma com muita alegria, com empolgação, orgulhosa, que está com a documentação em conformidade: “*Desde 2014. Eu fui a primeira trans a conseguir um registro no cartório civil e o meu título de eleitora em Biringinga.*” (SHS)

Desta forma, quando falamos da importância do futebol para ela, a resposta é bem ligeira sobre sua representatividade em sua vida:

Superação, alegria, reconhecimento, deixa eu ver o que mais.... Tudo! Minha saúde mental, minha estabilidade mental, tudo, tudo, tudo! Eu falo em termos de todas as coisas boas!

Porque quando eu estou no campo treinando, eu estou zen.... Estou acolhida.

Então, o esporte foi algo que me trouxe mais confiança, me trouxe empoderamento! (SHS)

Reconhecendo, no futebol, “*o esporte que me tirou da vida diferente, de festas, da balada, da bebedeira*”. Enaltecendo seu papel de “*transformação*” (SHS)

Logo, quando indagada sobre como seria ter que abrir mão do futebol, a resposta foi:

“*Eu perderia qualquer outra coisa, menos o futebol! .... É importantíssimo! ...*” (SHS)

Essa afirmação sugere seu amor pelo esporte e que o futebol é uma parte essencial de sua vida.

Quando perguntada sobre preconceito, a entrevistada relata uma situação de discriminação e dificuldade enfrentada em um clube de futebol em Manaus por ser uma mulher trans. Ela descreve como foi deixada em condições precárias, alugando um pequeno quarto e posteriormente sendo informada de que não poderia jogar devido à sua identidade de gênero. No entanto, a federação veio a público para esclarecer que não estava ciente da situação e negou as alegações feitas pelo clube.

Eu passei por essa dificuldade agora, no meu clube lá em Manaus. Eles me levaram para lá, e me deixaram lá, como indigente. Alugaram um quartinho, do tamanho de um banheiro, para eu ficar lá, depois disseram que eu iria embora porque a federação não aceitou que eu jogasse por eu ser trans. Depois, a federação me procurou, disse que era mentira, que eles não estavam sabendo da situação.

Até o presidente da federação falou sobre esse caso, disse que era mentira, que nem o treinador, nem o clube procuraram ele para falar sobre a situação. (SHS)

A goleira afirma que foi o primeiro caso dessa natureza que enfrentou e ressalta que, na maioria das vezes, as federações apoiam atletas transgêneros no esporte. Ela sugere que os problemas surgem principalmente dos próprios clubes ou indivíduos dentro dos clubes.

“*Esse foi o primeiro caso [passado por ela]. Nenhuma federação cria problema em relação a isso. Elas apoiam!*” (SHS)

Sobre a questão das regras e regulamentos que afetam atletas transgêneros no esporte, particularmente no futebol feminino, ela destaca que as regras foram reduzidas, mencionando uma flexibilização promovida pelo governo, para permitir a inclusão de atletas trans no esporte.

Na verdade, a gente no futebol, as nossas regras foram, de acordo com o profissional, diminuíram bastante. Então, assim, o governo flexibilizou a nossa chegada no esporte. Então, você cria uma lei que faça a atleta ter um lugar para a organização regularizada e pronto! (SHS)

A entrevistada enfatiza a importância de as regras serem aplicadas igualmente a todas as atletas, não apenas para ela, e expressa sua esperança de que esses casos recebam mais atenção por parte das entidades esportivas. *“O futebol tem uma regra, só tem uma regra.... Então, assim, querendo ou não, as regras não são só para mim, são para todas.”* (SHS)

Ainda que abordando flexibilizações das regras, ela entende que tem muita coisa a ser trabalhada no sentido da inclusão no esporte: *“Sim, ele [o esporte] pode ser mais inclusivo.”* (SHS) E destaca a necessidade de as organizações trabalharem corretamente nesse sentido e espera uma maior organização para evitar casos semelhantes ao dela no futuro. *“Eu espero que eles se organizem mais, para que esses casos aconteçam com mais intensidade, porque o esporte...ele tem que acolher.”* (SHS)

Enfatizando ainda mais a importância do acolhimento no esporte, menciona especificamente os benefícios dessa abordagem tanto para ela quanto para o próprio esporte, e destaca como o crescimento será positivo tanto para os indivíduos quanto para o esporte como um todo.

O esporte tem que acolher. Então, eu creio que eles irão estudar essa situação com mais profundidade para que isso venha a acontecer nas próximas Olimpíadas, por exemplo. Porque, quando o esporte acolhe, é bom para mim e para o esporte. Mas... O crescimento vai vir para os dois! (SHS)

Ao final da entrevista, em relação ao futuro a jogadora fala sobre a necessidade de união para a garantia de direitos:

O que eu acho que podia ser feito é nós nos unirmos mais. Todas as atletas do feminino, em específico as trans, se unirem e não se calarem diante dos seus direitos... se tem um atleta aqui, em qualquer esporte ela tem direito de participar. E as entidades de gestão deveriam facilitar nas exigências de documentação e de exames. (SHS)

Além disso, a goleira chama atenção às questões relacionadas ao preconceito presente no ambiente esportivo, que deve ser punido severamente pelas entidades responsáveis pelo esporte.

Os órgãos de gestão deveriam atuar contra os preconceitos, sejam eles a homofobia, transfobia e o racismo. Para não se repetirem casos como o da jogadora de futebol Suelen<sup>11</sup>, durante um jogo da série A2 do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. (SHS)

No geral, o discurso final da atleta reflete sua luta pela inclusão das pessoas transgêneros no mundo do futebol feminino e aponta diretamente os desafios enfrentados por esses grupos marginalizados dentro desse ambiente competitivo.

*“Tem que haver punição para atos homofóbicos, transfóbicos e racistas no esporte”!*

#### 4.1.2.2 - Edinanci Silva

Edinanci Fernandes da Silva, a menina que nasceu em Sousa, alto sertão da Paraíba em 23 de agosto de 1976 teve uma infância humilde, marcada pela fome e pela sede, a ponto de tais lembranças de dor e tristeza embargarem sua fala durante a entrevista.

Ela nos conta como descobriu o judô e que sua prática teve finalidade terapêutica, pois seria um forte aliado para ajudar em sua recuperação da saúde.

Eu comecei a praticar judô no ano de 1991. Era no clube SESC, em Campina Grande. O objetivo mais direcionado para o alto rendimento veio a partir de 1994, quando tive minha primeira participação dentro da seleção brasileira, nos Jogos Sul-americanos. Participei de quatro Olimpíadas<sup>12</sup>. Participei de algumas competições no cenário internacional e nacional. São bons resultados para a modalidade.<sup>13</sup> Mas o que marcou mesmo a minha carreira de atleta foi a minha trajetória e a minha caminhada para os Jogos Olímpicos. Em 1996 foi a minha primeira Olimpíada. De 1995 até 1996, até a minha participação em Jogos Olímpicos, ocorreu toda a exposição na mídia, por conta da minha condição hormonal. Então, gerou todo um debate no país, que acabou também ganhando o âmbito internacional também. (EDS)

No seu instagram ela se apresenta como *“multicampeã nacional e internacional, reconhecida pela CBJ e FPJ como guardiã do saber 6ºD (Kodansha) do judô brasileiro”*. Foi condecorada com a Ordem ao Mérito, maior honraria do judô brasileiro, sendo a quinta judoca a ser eleita ao Hall da Fama do COB.

Com uma vida de tão poucas oportunidades, pouco conseguir frequentar a escola: *“até os 11 anos, só tive a oportunidade de estudar por oito meses no total”*, moradora do bairro André Gadelha, conviveu com falta de água, de alimento e vivenciou situações de conflitos domésticos:

<sup>11</sup> Fato ocorrido no dia 10 de julho de 2024, quando o técnico português Hugo Duarte, do JC Amazonas, teria proferido insultos contra a jogadora, chamando-a de “macaca”, neste caso, tipificado como injúria racial.

<sup>12</sup> Jogos Olímpicos de Atlanta 1996, Sydney 2000, Atenas 2004 e Pequim 2008. Neste último obteria sua melhor colocação, o 5º lugar, sendo a primeira brasileira a disputar quatro edições olímpicas.

<sup>13</sup> Em 1999 ela foi bronze nos Jogos Pan-americanos em Winnipeg, em 2003 conquistou medalha de ouro nos Jogos Pan-americanos em Santo Domingo, e nos Jogos Pan-americanos do Rio 2007 conquistou mais uma medalha de ouro. Obteve ainda duas medalhas de bronze no Campeonato Mundial de Judô, nas edições de 1997 e 2003, além de ter sido a primeira judoca a conquistar duas medalhas em Campeonatos Mundiais, com os bronzes em Paris 1997 e Osaka 2003, e foi campeã do tradicional Grand Slam de Paris.

Uma criança que se desenvolveu em uma cidade do alto sertão da Paraíba, em uma época em que você não tinha perspectiva de ter o básico. O que é o básico? É uma alimentação, assim, o feijão, ter o básico. Uma casa com teto, com condições de você passar uma chuva sem ter goteira na sua cabeça.

Um básico. Você ter quatro paredes com uma pessoa te ensinando o “a, e, i, o, u”. Isso daí a gente não teve. Eu estou falando por mim e por outros amigos e outras crianças que vivenciaram na mesma época. (EDS)

No ano de 1991, aos 11 anos a menina mudou-se com a família para Campina Grande, quando já passava por problemas de saúde, uma labirintite. Ela e sua mãe, sócia do SESC, buscaram uma modalidade esportiva para recuperar sua saúde física, quando encontrou no judô não apenas a oportunidade de se recuperar fisicamente, mas também um ambiente acolhedor onde ela pôde socializar com novas pessoas e aprender sobre a cultura japonesa.

Eu descobri o judô através desse meu sensei, [...], que era professor do SESC. E foi ele que auxiliou na recuperação da minha saúde.

Eu entrei no judô mais como um meio de usar o judô, como terapia, já que, na época, fui diagnosticada com um problema de labirintite [...] E fui buscar uma modalidade dentro lá da unidade do SESC, de Campina Grande, [onde] encontrei o judô e encontrei esse professor que adaptou ao judô, que a gente chama de Ne-waza<sup>14</sup> e nos primeiros dias, nas primeiras semanas, ele adaptou o esporte para que eu pudesse me ambientar.

Claro que aconteceram outras coisas também que fizeram com que eu permanecesse ali naquele local. Ser bem acolhida, socializar com novas pessoas, ter contato com uma cultura que eu não conhecia, que era a cultura japonesa. Então, tudo isso aí acabou me prendendo naquele ambiente.

E depois que o meu professor começou a trazer mais informações sobre o judô, sobre a possibilidade de poder viajar, poder conhecer outras cidades, outros estados e até outros países, dependendo do que a gente ia construir lá para frente. Isso aí acabou me prendendo mais ainda. E acho que o cheque mate foi o fato de descobrir que também o judô era uma modalidade em que eu poderia buscar recursos financeiros para ajudar a minha família.

Então, foi isso aí que me atraiu mais ainda e me prendeu mais ainda dentro do judô. (EDS)

O primeiro treinador dela percebeu que a menina estava fraca, a princípio com labirintite, o que fez com que ele evitasse que a atleta lidasse com treinos mais intensos (trabalho de força ou explosão) e até com projeções e quedas, procurando trabalhar a atleta no solo, dado seu estado de saúde.

Eu tinha 14 anos de idade. E aí, muita coisa aconteceu naquela época. Então, assim... Eu fiz uma viagem antes de começar a praticar judô, antes de me descobrir como atleta.

Eu fiz uma viagem para Sousa, Alto Sertão da Paraíba, para poder visitar parentes, e lá, aconteceram várias coisas comigo que acabaram agravando a minha saúde, que foi o motivo principal de ter me levado para esse caminho do judô.

E na primeira semana, eu pisei em um prego e contraí uma infecção terrível no pé e fui para casa de uma outra tia. E, de repente, comecei a perder muito peso. Comecei a ter diarreia. Meu ouvido infeccionou... A minha saúde se agravou muito por conta dessas coisas que aconteceram nessa época. E, de repente, eu voltei para Campina

<sup>14</sup> Conjunto de técnicas de judô que são executadas no solo.

Grande. Comecei a buscar tratamento para poder recuperar a minha saúde, porque eu estava com bem debilitada fisicamente. Eu estava irreconhecível!<sup>15</sup> Na época, eu fui diagnosticada com esse problema de labirintite.

E eu precisava ir buscar uma modalidade esportiva para poder recuperar essa saúde física. Recuperar mobilidade, aumentar massa muscular. (EDS)

Refletindo sobre sua condição em particular, ela fala:

*“Eu sou de uma família humilde. A gente é de uma região que tem muito pouco conhecimento. E a gente está mais preocupado em sobreviver, buscar coisas básicas como alimento, moradia, do que querer esse conhecimento mais aprofundado.”* (EDS)

Este trabalho do treinador, com disponibilidade e critérios para melhora de saúde da menina, e posteriormente os resultados apresentados, provavelmente acima da média, fizeram com que se enxergasse nela uma judoca potencialmente diferenciada, e logo o judô começa a entrar em sua vida como alto rendimento.

O início de tudo se deu quando ela participou dos JEB’S pela primeira vez, no ano de 1992. Entretanto, apesar do bom resultado, esta experiência fez com que ela, em particular, percebesse que tinha um rendimento técnico e físico inferior ao das demais atletas. Esta oportunidade de ver o que acontecia no desporto em nível de competição acabou por evidenciar a falta de infraestrutura adequada onde vivia, o que foi um fator determinante para tomar a decisão de buscar oportunidades fora da Paraíba.

Começou no momento em que eu participei numa competição que voltou recentemente, chamada JEBS, são os Jogos Escolares Brasileiros, e foi a primeira vez que eu tive contato com outras atletas de outras regiões. O resultado foi bom. Cheguei até a final.

E aí eu comecei a perceber que, tecnicamente, fisicamente eu tinha um rendimento muito inferior. E eu ficava tentando suprir, essas deficiências, que eu tinha. Então, a gente tinha um planejamento de treinamento lá de duas vezes por semana, somente de judô, não tinha parte física e nas minhas conversas com outras atletas, de outros estados, e com outros técnicos, eu via que a rotina era totalmente diferente. O treinamento de segunda a sexta-feira, com parte física, com parte técnica, competição acontecendo todo final de semana.

E onde eu vivia, a realidade, era uma competição a cada três meses, a oportunidade de poder viajar a cada... quatro, cinco meses. E sempre dentro de um ônibus. Enfrentando dois, três dias de viagem para poder chegar até o evento, porque quando chegava no local de competição não tinha, uma estrutura, alimentação, hospedagem. Era tudo muito precário...

A gente começa a amadurecer. Comecei a perceber e comparar. É uma coisa que talvez o meu técnico nunca entenda. O fato de eu ter ido embora.

E eu acho que se eu tivesse continuado na academia, na cidade, talvez eu não tivesse ido tão longe. Dentro do esporte, dentro da modalidade. (EDS)

A entrevistada relata as dificuldades financeiras enfrentadas por ela e por sua família durante esse período. Em relação aos incentivos que recebeu ela afirma:

---

<sup>15</sup> Ela tinha 1,70m e chegou a pesar 38 kg, a ponto de não conseguir ficar de pé.

Por parte da minha família, a minha mãe me apoiava bastante. Mãe é mãe!  
[Ela] me apoiava mais na parte psicológica, porque financeiramente, realmente era complicado...

Meu pai já era realista: ‘Você vai ficar nessa aí? Você vai ficar nessa, até quando? Quando você vai arrumar um emprego para poder ajudar em casa?’ Era bem realista! E acho que o fato de decidir ir embora de casa foi exatamente por isso. A gente fala assim. Não quero mais ficar ouvindo. Ninguém na minha orelha falando. Não deixa de ser isso. Mas é um sentimento que, hoje em dia, acho que falta na molecada. A molecada fica muito em casa, está tudo muito fácil. Tem tudo ali na mão. Então, para que eu vou sair agora de casa? Então acho que foi isso aí que me motivou mais. (EDS)

Também era apoiada pelo seu treinador, que enxergava grande potencial na menina, mas isso se limitava ao próprio professor, que trabalhava no Colégio Pio XI, em João Pessoa, em termos de suporte e infraestrutura:

Na Paraíba tinha essa questão da motivação, mas para que eu continuasse ali no estado, competindo, representando ali. Mas não tinha estrutura que eu precisava para poder continuar.

O professor [...] também me motivava bastante, me ajudava. Tanto é que ele me levou para a escola, para poder treinar, na escola onde ele dava aula. Acho que não existe mais.

Todas estas novas vivências e experiências levaram a atleta a perceber a dificuldade que seria avançar no esporte de onde ela estava, não apenas sob a perspectiva da infraestrutura, mas sem uma rotina de treinamento forte, e principalmente, sem estar envolvida com muitas competições

No primeiro momento, eu participei, dos 14 aos 15 anos, do SESC. Ali tinha um limite de idade, eu poderia participar das atividades até os 15 anos. Depois, não mais. E esse meu professor acabou me levando para uma escola em que ele dava aula. E aí foi aí que a gente começou a construir essas possibilidades, de poder participar de seletiva nacional, de buscar a vaga na seleção.

E teve um episódio muito importante também, que envolveu as atletas A e B, uma competição, suma seletiva. Para participar do Panamericano, Sul-Americano, eu acho que Mundial, não tenho certeza. Foi em 1993, no Rio de Janeiro. (EDS)

Então, em 1993, a judoca participou de uma seletiva nacional, e duas outras grandes judocas estavam na mesma categoria que ela, atleta A e atleta B.

Eu participava da mesma categoria que as duas. A atleta A tinha acabado de chegar do Japão, ela morava no Japão. A atleta B já era realidade dentro da modalidade. E eu era a cabeça chata, que estava chegando ali para atrapalhar todo o esquema.

Então, assim... A gente conseguiu participar dessa competição do Rio de Janeiro. A competição em si, da categoria, chamou muita atenção do público, porque foi muito disputada. E aí vieram as propostas. Foi quando veio a minha primeira proposta de Guarulhos para participar dessa competição que ocorre aqui em São Paulo, que envolve todas as cidades do estado, os Jogos Abertos do Interior.

No primeiro momento eu consegui participar treinando e morando lá em Campina Grande. Eu vinha, participava e depois eu voltava. Só que aí, de repente, eu vi essa necessidade de ter essa rotina de treinamento, de ter essa perspectiva de bom

resultado. E aí foi quando eu tomei a decisão. Eu já estava com 17 anos de idade quando tomei a decisão de vir de vez para Guarulhos. Foi em 1994. (EDS)

Ela nos contou como decidiu ir embora para Guarulhos aos 17 anos, para poder treinar melhor e ter mais oportunidades no esporte. Este foi nesse momento que sua mãe tentou dissuadi-la, mas a judoca estava determinada a seguir seu sonho. Ela destacou a importância de ser forte e independente nessa fase da vida, especialmente quando se almeja uma carreira esportiva e resultados promissores.

Eu já estava com meus 17 anos de idade. E aí, quando eu fui para Guarulhos, mandei uma mensagem para minha mãe. Eu liguei de um orelhão, no tempo do orelhão ainda. E aí foi choro, choro, por parte da minha mãe. ‘Você não vai voltar mais!’ Mãe, meu lugar é aqui! Se eu quiser ajudar vocês. Eu vou ter que ficar aqui.

Eu acho que os atletas precisam [disso], ainda mais no Brasil. Não só os atletas, mas o contexto geral. Se a gente for avaliar bem, é o natural para acontecer. A gente tem que ser forte. Nossa família, até certa idade, é casa, é comida, é aquela motivação... é educação, é orientação para vida. De repente, chega um momento que o filho ganha o mundo, que é ali por volta dos 18 anos. Tem uns que saem até mais cedo de casa, 16, 17 anos de idade. Saem por outros motivos... (EDS)

Importante destacar que ao chegar em Guarulhos, a atleta fazia parte da equipe da prefeitura local, que oferecia estrutura de moradia, mas a situação financeira ainda era inconsistente, um salário muito baixo, embora fosse a primeira vez que recebia salário para treinar judô.

Fazia parte da equipe de Guarulhos. Lá tinha a estrutura que eles ofereciam para os atletas da cidade: moradia, alimentação, local de treinamento, mas a parte financeira ainda era muito precária. Tanto é que meu salário, a princípio, era de 100 reais. Então, era assim, 20 reais separado, para o meu transporte durante o mês inteiro e o restante para minha família. E aí, às vezes, chegava no final do mês e eu tinha que ir a pé para o treinamento, que ficava bem distante. (EDS)

A relação com a equipe era positiva, com as atletas se incentivando mutuamente e formando laços de amizade durante as competições. A judoca menciona algumas dificuldades que enfrentou, como viver longe da família e ficar sozinha no alojamento, nos feriados e finais de semana, enquanto as outras atletas voltavam para casa. Mas quanto ao apoio entre as colegas de equipe

Sempre foi positivo, porque algumas eu já conhecia as atletas, já tinha contato com elas da concentração da Seleção brasileira, e com outras a gente acabou pegando um vínculo muito forte de amizade, enquanto a gente em Guarulhos. As meninas buscavam incentivar umas às outras; no primeiro momento, ali dentro do treinamento. Depois a gente via as dificuldades de cada um. O meu problema, no meu caso, era viver longe da minha família, chegar final de semana, ou feriado, ficar sempre só, no

alojamento. Todo mundo ia para as suas casas no final de semana, ou nos feriados, ou no final do ano, e eu ficava no alojamento. Outras tinham problemas com a família, com o namorado. A gente ia dividindo isso aí, e o vínculo ia se fortalecendo. (EDS)

Sobre sua condição de gênero (intersexualidade) e como isto foi percebido pela entrevistada, ela menciona que desde sempre sabia que algo não se encaixava com o que era desenhado pela sociedade, mas isso não a incomodava porque não havia pressão para mudar.

Porque é claro que a gente não tem isso tão claro como é hoje. Tanta informação, tanta gente especializada, conversando com você para poder explicar, detalhe por detalhe, o porquê disso, o porquê daquilo. Mas, na minha convivência ali, na minha infância, na minha pré-adolescência, eu sempre percebi que existia algo que não se encaixava com o ideal... do que era desenhado pela sociedade. (EDS)

Ela relata que sua família não tinha uma preocupação com vaidade ou padrões estéticos e ela vestia as roupas disponíveis, sem se importar com isso, e que, na época, também não havia pressão da mídia.

Para mim, eu sabia. Eu sabia que tinha alguma coisa diferente ali, mas não me incomodava. Até então, eu não tinha uma pressão para mudar.... Aquilo lá era meu jeito. Então assim, não tinha porque mudar. E outra coisa, não existiam pessoas ali do meu lado dizendo: você tem que agir dessa forma. Eu sempre fui uma criança assim, criada solta. Eu fazia minhas coisas. Eu tinha minhas obrigações e estava tudo certo. Não tinha essa cobrança também, de ‘ah, você tem que usar roupa assim. Você tem que usar o cabelo dessa forma’. Até mesmo porque não existia esse tipo de vaidade dentro da minha família. Não existia também recurso financeiro, para poder ter esse lado que eu considero fútil. Uma criança de 8 anos usar salto, como a gente vê hoje em dia. Transformar a criança em mini adultos. Então, isso não existia dentro da minha família. Eu usava a roupa que estava ali à disposição. Então. Acho que por isso, também, acabava que não existia essa pressão toda. ‘Tem essa etiqueta aqui. Para você se encaixar no modelo de...’ A gente sofria menos pressão. também da mídia. Era uma outra época. (EDS)

No entanto, a judoca ressalta que naquela época ela pensava apenas em seu trabalho árduo para obter melhores resultados e assim maiores ganhos financeiros.

Comecei a colocar na cabeça que participar dos Jogos Olímpicos e ter um bom resultado, nas Olimpíadas, iam me trazer ganhos financeiros. No primeiro momento eu não estava ali por conta do meu país, da minha pátria. Porque eu vim de outra realidade, eu vim de outra cultura. E, assim, eu passei a perceber isso daí, depois que eu comecei a avaliar o comportamento daquelas pessoas que estavam em minha volta. Cada um estava ali por um motivo. E eu observava nas reações. Então, eu estava numa concentração e eu ficava observando... Então, a pessoa estava ali naquele evento porque queria ir no ponto turístico, ou porque queria fazer foto para poder levar para a família ver que esteve no local, ou para poder buscar um *souvenir* que alguém tinha encomendado. Então, assim, cada um tinha uma motivação. E eu, lá no início, eu via que a minha motivação era o quê? Trazer resultado e ser valorizada financeiramente por isso. (EDS)

A judoca afirma, ainda, que, inicialmente, não associou sua dissonância de gênero aos resultados que vinha obtendo; mas as polêmicas, a exposição na mídia, levaram a um melhor entendimento de sua condição biológica, de sua questão de gênero.

Eu não percebi, porque, assim, eu não tinha essa informação tão aprofundada na minha cabeça, não. Era o meu trabalho. Se eu sou mais ágil, se eu sou mais forte, é porque eu me dedico!... Eu estou sempre fazendo o dobro. Eu estou sempre focada, estou sempre querendo construir algo melhor. Então, se aquela pessoa não constrói, não consegue me acompanhar, eu acho que é falta de foco. Eu acho que não tem se dedicado tanto.

E, de repente, quando começaram as polêmicas, aí a gente desacelera e começa a buscar informação para poder entender melhor. (EDS)

A atleta menciona o peso da exposição midiática e, conseqüentemente, como isso afetou sua vida. Dentro do ambiente esportivo destaca ter sofrido ataques pessoais por parte de outras atletas, principalmente por conta dos holofotes direcionados a ela.

Dentro da modalidade, isso não acontece só com pessoas que têm essa minha característica ou vivem algo semelhante, como a jogadora de vôlei A<sup>16</sup>. Mas, assim, quando você está num meio que é considerado de alto rendimento, de alto desempenho, e aí, diferente se é esporte ou se é no teu trabalho, de repente, qualquer coisa já é motivo pra poder usar, pra poder te frear, pra poder te breicar. Então, assim, tipo... isso daí me... me tocou muito<sup>17</sup>. Mas eu acho que foi mais pelo ponto de vista da exposição pela mídia. Porque, as pessoas que se apossavam das informações que vinham através da mídia (e muitas vezes, avaliando agora, pois na época eu não tinha essa percepção), muitas vezes eram informações sensacionalistas. As pessoas se apossavam dessa informação para poder me julgar. E acho que é o que acontece muito hoje no meio da mídia, não da televisão, do rádio, mas das redes sociais, aquela pessoa está ali, ela não tem nenhum tipo de informação sobre o que está sendo discutido. Ela vai na opinião que tem mais *likes*, e que está todo mundo falando a favor daquela opinião. E muitas vezes aquela opinião não é a correta.

Então, ela pega aquele discurso para ela. Ela não sabe o que está acontecendo, mas ela pega o discurso e passa para frente como discurso dela. Simplesmente para poder atacar aquela situação. Então, o que ocorreu comigo foi mais ou menos isso daí. Eu falo que o *bullying* que eu sofri foi um *bullying* analógico, que é o pessoal, não é? A TV ia lá fazer a exposição, o sensacionalismo, aí vinha aquela atleta que já não ia com a minha cara, que já tinha algum tipo de rixa, de mágoa, e ia lá e, pessoalmente, me tacava pau! (EDS)

Neste momento das polêmicas, já no Centro de Treinamento, as relações com as companheiras começam a aparentar um estranhamento. De um lado, ela ia se tornando mais forte e ágil, por outro lado, sua aparência física não performava feminilidade, o que levava a um afastamento, as relações já não pareciam de tanta camaradagem.

Por sua vez, o temor que a entrevistada vivenciava com a rejeição, apenas reforçava seu isolamento, tudo baseado na perspectiva de ser julgada como homossexual. Ela precisou virar

<sup>16</sup> Jogadora de vôlei intersexual

<sup>17</sup> A judoca chegou a ficar tão confusa e desorientada com os ataques sofridos que chegou ao ponto de, em uma das ligações que fez para sua mãe dizer que iria ‘desistir de tudo’, ou seja, considerou o suicídio como uma opção para encerrar com todos os ataques, com toda a exposição.

a chave para prosseguir, mas descobriu em si mesma em suas habilidades de sociabilidade uma nova estratégia de convivência com as colegas.

Ela é enfática ao dizer que é difícil descrever tudo o que o esporte significou para ela, o que trouxe de aprendizados valiosos sobre respeito, hierarquia e superação pessoal.

Ah! Para mim, nossa! Eu não tenho como descrever! Não tenho como descrever! Porque foi uma modalidade que proporcionou muita coisa boa. A gente vê esse lado da polêmica, da exposição, pensamentos negativos por conta de momentos, de pessoas que vêm e te atacam, que tentam... não conseguem te vencer ali, ou não conseguem se realizar da forma que você está se realizando, a pessoa vem lá e te ataca moralmente.

Mas eu acho que, mesmo existindo esses momentos, essas pessoas, o que eu conquistei dentro do judô, não estou nem falando do seu ponto de vista material. Estou falando do ponto de vista da filosofia em si, da vivência com as pessoas, do conhecimento de outras culturas, da oportunidade que eu tive de conhecer e conversar com outras pessoas, com uma série de pessoas que tiveram uma importância muito maior do que a minha dentro do esporte. Então, acho que isso daí o judô me proporcionou.

Eu não falo nem só o judô, o esporte. Porque se eu tivesse caído numa quadra de vôlei, tivesse também construído algo parecido, essa caminhada toda dentro do esporte eu iria ter vivenciado tudo isso aí, a oportunidade de viajar para outro país, conhecer aquela cultura, a oportunidade de entrar em um museu... (EDS)

O judô representou não só um caminho para o auto aperfeiçoamento e construção de uma vida mais vitoriosa, como também uma oportunidade de escapar da própria realidade. Para ela foi um potente mecanismo de superação, permitindo que se tornasse uma atleta e uma pessoa melhor.

Em uma época em que era o final da ditadura, em que a gente viu a recessão. Hoje eu tenho essa percepção de tudo que eu vivenciei. Na época eu não tinha essa percepção. Viver em uma época em que era o final da ditadura e entender porque meus pais viviam tão tensos dentro de casa. Entender porque a gente tinha uma vida tão dura, sem perspectiva nenhuma.

Então, de repente, eu conheço o esporte de uma forma... sem planejamento nenhum, sem nenhum tipo de intenção e eu ganho tudo isso daí. Então, eu não tenho como descrever o quanto o esporte é importante! Não é o judô em si. O judô trouxe muito aprendizado para mim, sobre respeito, hierarquia, mas o esporte em si, é superação! É querer sempre ser melhor! Não no intuito de subjugar o outro, mas ser melhor para você. Construir o seu melhor. Ir lá e ir.

Hoje eu fui um pouco mais longe. São poucas as pessoas que têm essa percepção. Quem corre, faz maratona, tem essa percepção. Hoje eu corri um quilômetro. Nossa, hoje eu corri três quilômetros! É esse tipo de percepção que o esporte proporciona para a gente. (EDS)

Sobre a possibilidade de ter de abrir mão do judô, ela enfatiza as dificuldades financeiras que enfrentaria caso abandonasse o esporte e relembra a falta de perspectivas e a necessidade de sobrevivência imediata que marcou sua infância. Para ela, o judô era sua única oportunidade naquela época, mesmo com todas as pressões externas para desistir.

Ah! Seria duro para mim, na época, avaliando, voltando para essa época, em 1996... seria duro! Não pelo esporte em si, porque eu não tinha essa visão do esporte, mas pela condição financeira.

E agora, o que eu vou fazer? Eu só sei fazer isso daqui. Eu só sei lutar. Eu só sei levantar peso, correr, perder peso, colocar o quimono e ir lá tentar vencer alguém para poder ter a medalha, e chegar e falar, olha, está aqui a medalha, você pode melhorar o meu salário?

Essa é a percepção que eu tinha na época. Então, para mim, era muito duro. Como eu vou voltar para casa? E agora? Estou com 18 anos de idade. Tenho que voltar para a sala de aula. Como eu vou ter que ouvir o meu pai ficar na minha orelha? Você não trabalha? Você vai ficar nisso aí? Porquê...é duro falar isso aí. Me emociona.

Para quem não tem perspectiva. Você não consegue olhar para amanhã. Quando a gente tem o básico, você consegue falar assim: - Não, amanhã vai dar tudo certo. Amanhã eu vou acordar, amanhã eu vou para o trabalho e amanhã vai dar tudo certo! Para quem viveu a miséria de perto, não dá para pensar no amanhã. Tem que pensar o agora! É a sobrevivência!

Como que eu vou escapar disso? Eu não tenho esse tempo de... respirar. Não, eu vou deitar aqui na minha cama. Vou esfriar a cabeça e amanhã eu penso nisso. Não existe isso! Para quem vive numa situação de extrema pobreza, não! É agora! (EDS)

As dificuldades financeiras, são sempre lembradas, mas desta vez, associadas a necessidade de sair e de vencer. O judô, para uma jovem em situação de grande vulnerabilidade social e moradora de periferia, diante de um real agente de mudança, transformando perspectivas de futuro e abrindo portas para novos sonhos era a esperança de viver uma vida melhor, vida que seus pais não teriam como proporcionar a ela.

E eu na minha infância. Eu vivi e presenciei muitas cenas. Muitos momentos. Principalmente envolvendo a minha mãe e o meu pai. Que me levaram a ter essa percepção.

De que não posso me dar ao luxo de escolher. Eu só tenho... uma situação... hoje o jantar vai ser.... macarrão com molho de abacate.

Meu Deus do céu! .... Eu não vou comer isso aí! Não vou! Eu não quero comer isso aí. Eu quero comer outra coisa, sabe?

Eu vim de uma realidade em que tem macarrão com molho de abacate para comer....

Eu nunca comi, mas é alimento. Eu tenho que comer isso aí para poder continuar<sup>18</sup>

Quando você cria esse mecanismo de defesa, é um mecanismo de sobrevivência...

Esses dias eu estava conversando com a atleta B e eu estava ouvindo ela e me vendo nas palavras dela. A gente entra num mecanismo de defesa tão grande que a gente não consegue ter essa percepção e qualquer coisa que está na tua mesa qualquer coisa, qualquer palavra de motivação qualquer sorriso, aquilo lá já é uma coisa imensa perto do que você tinha antes. (EDS)

Então, apesar de o Centro de Treinamento em Santa Cruz, ser considerado, normalmente, um local precário e até insalubre pelas judocas que treinaram lá, na perspectiva de vida dela, isto é entendido de forma muito diferente, marcando o lugar de fala de uma pessoa em situação de extrema insegurança.

Nossa, é muito gratificante isso daqui! Eu agradeço. Então assim, teve uma época que a gente via em Santa Cruz, no Centro de Treinamento de judô, que era tudo precário,

<sup>18</sup> Em frente à sua casa havia um abacateiro; ter abacate no prato, como refeição, era questão de sobreviver com o que tinha!

a alimentação era precária, o local, o alojamento era precário, mas eu vi aquilo lá como uma coisa tão grandiosa. Eu não tinha essa percepção que as atletas que estavam ali tinham, porque a realidade delas era outra. Eu dormi da minha infância, até a minha pré-adolescência, em uma rede, nunca soube o que era dormir em cama, era luxo! Ter um quarto só para você era um luxo na minha cabeça. Aquilo lá era para mim uma coisa que eu nunca ia alcançar, mas de repente, eu vim parar no judô e comecei a ter esse tipo de experiência e comecei a valorizar essas coisas que eram consideradas pequenas, de pouco valor. (EDS)

A conquista daquele espaço representava as melhores condições de vida que a atleta já havia experienciado, permitindo que expandisse seus horizontes. E no momento que se instaura a polêmica sobre sua condição sexual, ela se percebe diante de um grande dilema. Sua opção foi saltar e agarrar forte, com unhas e dentes, a sua oportunidade.

Eu não tinha essa percepção do esporte, do impacto que o esporte estava causando na minha vida naquela época e naquele momento em que em 1996 que começou a pressão para que eu desistisse, para que eu não prejudicasse a equipe: - ‘Você está chamando muitos holofotes! Você está prejudicando outros atletas!’

Eu não me via com outra perspectiva, eu já tinha agarrado o esporte, o judô, com unhas e dentes. Eu falo com meus alunos, olha turma, as vezes o cavalo vai passar na tua frente e ele não vai estar com sela, ele não vai estar caminhando devagarzinho, às vezes, não tem nem crina e você tem que estar preparado para saltar em cima desse cavalo e se agarrar ali com unhas e dentes, para poder ir embora. E foi em 1996 que aconteceu isso comigo, a oportunidade da minha vida era aquilo lá. A exposição era muito dura, a crítica era muito dura, mas eu, com tudo que eu já tinha vivenciado, percebi que aquilo lá era a única oportunidade que eu tinha na minha vida! (EDS)

A enorme pressão sofrida pela judoca se inicia pela mídia que tratou o caso de forma sensacionalista e desrespeitosa. Entretanto, os órgãos de gestão do desporto, na época, optaram por aproveitar esta visibilidade, independentemente do conteúdo que estava sendo posto.

Eu acho que mais a necessidade de a modalidade estar em exposição. Isso daí era mais uma visão da antiga gestão, da gestão da época ‘falem bem, falem mal, mas falem da modalidade’. E realmente, a nossa modalidade, ela estava ali 24 horas no jornal, estava no Jornal Nacional, estava nos programas de comédia do Caceta e Planeta.

[...] participar do evento com um político e chegava lá e falava, ‘cadê a atleta que está envolvida está aqui, muito prazer!’ Sabe quando você se sente a atração do circo? Mas assim, sob o ponto de vista da parte da instituição, do COB, eu acho que eu tive mais apoio deles. (EDS)

Então, ainda que tenha sofrido pressões e desafios da estrutura organizacional do esporte, ainda que tenha sido alvo de uma enorme exposição midiática e de muitas polêmicas em torno de sua identidade de gênero, ainda que tenha vivenciado intensa pressão social, a judoca destaca que foi do COB que recebeu o maior apoio. Referindo-se à instituição, afirma:

O COB me apoiou, nos bastidores, porque para eles também era muito duro ter esse tipo de acontecimento dentro da organização deles e eu acho que eu dei sorte de, na época, ter algumas pessoas, que estavam ali nas lideranças do COB, e tinham essa sensibilidade de entender que eu estava ali, que existia aquela exposição.

Claro que existia um outro lado. ‘Vamos investir, que é um resultado, uma oportunidade de medalha!’ Existia esse lado, mas existia um outro lado também que falava, não, a gente tem que ajudar, não pode simplesmente virar as costas. (EDS)

No entanto, também menciona o pré-julgamento existente no ambiente esportivo e a falta de intenção das instituições em tornar públicas suas ações nesse sentido.

E isso aí acontecia nos bastidores, porque não existia nenhum tipo de intenção da instituição de tornar isso aí público, porque existia o pré-julgamento também. Depois a gente vai descobrindo esse meio do alto rendimento, a gente vai descobrindo e vai entendendo, vai buscando informação, a gente vai descobrindo que a busca pelo resultado é uma busca assim animalésca, a ponto de os atletas se submeter a coisas absurdas e instituições também montarem megaestruturas para poder fazer o resultado. (EDS)

Até a questão da cirurgia para redesignação sexual, foi algo sem pressão em relação a sua tomada de decisão, muito pelo contrário, ela foi amparada e houve um suporte, para que, ao final, sua resolução fosse ponderada, fosse uma posição tomada pela própria atleta, que, neste momento, pensou em sua saúde, em primeiro lugar.

Não houve pressão de forma alguma. Eu tive acompanhamento psicológico antes, eu tive um apoio enorme dos bastidores, não só para que eu pudesse entender o que estava ocorrendo, mas também para que os profissionais ali tivessem certeza de qual rumo eles tomariam ali para que não ocorresse nenhum tipo de arrependimento ou de, sabe, de lacuna emocional.

Então assim, não foi uma coisa imposta, mas eu me vi numa situação em que eu falei: 'não é mais pelo financeiro, não é pela medalha em si, o resultado, é pela minha saúde!' Se eu não seguir o que está sendo apresentado para mim, até quando eu vou viver, porque isso daqui pode se transformar num problema muito maior lá na frente, e eu não vou ter a oportunidade e a estrutura que eu tenho hoje. Hoje eu sou uma pessoa importante, por mais que esteja no meio de uma polêmica, mas está todo mundo olhando, então se eu levantar a mão e falar eu preciso de ajuda, todo mundo vai querer ajudar, mas se eu desistir e lá na frente isso daqui virar um problema de saúde maior, eu vou levantar a mão e ninguém vai querer se apresentar para mim. Então eu comecei a usar isso daí a meu favor. (EDS)

A entrevista também abordou a questão que envolve a elegibilidade de atletas *dissonantes* na categoria feminina no judô e a necessidade urgente de debate e discussão sobre o assunto.

Eu vejo com bons olhos, eu não vejo com preconceito. Eu acho que também nesse meio, é um meio que não existem escrúpulos para construir um resultado. Você fica sabendo que atletas usam substâncias durante o ano inteiro para poder construir um bom físico, atletas se submetem a coisas determinadas por comissão técnica. Absurdo! E você fica de boca aberta, e você fala assim, mas isso daí, num país de primeiro mundo? E, de repente, tem atletas que entram em condições psicológicas e físicas precárias e são largados pelas confederações. Não estou falando do Brasil, estou falando do contexto geral.

Eu vejo com bons olhos essa discussão, porque senão, daqui a pouco, vai se normalizar algo que vai se tornar um problema lá na frente para os atletas que vão se submeter a isso daí. [...] O meu caso, eu acho que é diferente pelo ponto de vista social. Eu não tive a informação em que um atleta de um grande centro tem, quando ele ou ela está se desenvolvendo. De repente, eu estava ali no meio do esporte do alto rendimento, no meio de um processo de seletiva olímpica, e as coisas começaram a vir à tona! É diferente de você já ter uma condição de gênero e de repente você mudar tudo isso! (EDS)

Ela é favorável à inclusão dos atletas *dissonantes* no esporte olímpico e destaca a importância desses debates serem conduzidos por profissionais especializados na área para avaliar até que ponto isso pode beneficiar ou prejudicar outras pessoas envolvidas na modalidade. “*Claro que isso daí tem que ser discutido por profissionais da área, que precisam sentar e discutir. Até que ponto isso daí é prejudicial para a pessoa que está submetendo isso, até que ponto... é uma discussão muito delicada! ...*” (EDS)

Ainda assim, enfatiza que é essencial trazer esses atletas para o debate, conscientizá-los sobre as possíveis vantagens ou desvantagens relacionadas às suas condições físicas ou hormonais, dentro da modalidade em questão, e ressalta a importância da participação desses indivíduos nas discussões, para evitar distorções e banalização do tema. Também assinala a desinformação que pode ser tão negativa aos avanços

Eu sou a favor. Só que os atletas, como o caso do atletismo, a atleta C, eu acho que tem que se submeter aos padrões exigidos por aquela entidade. Eu não posso simplesmente decidir que eu quero competir com uma condição física e hormonal simplesmente pelo desejo de vencer, eu tenho que também avaliar até que ponto isso daqui pode estar beneficiando e prejudicando as outras pessoas. Você tem que ter uma visão realista da coisa! Que foi o meu caso!

‘[...] a tua condição hormonal é essa, é uma condição natural, é uma quantidade de hormônio produzida pelo teu organismo, só que quando comparado as atletas da tua categoria, isso daí é como se fosse um doping, por mais que seja natural! Então você vai ter que se submeter a um tratamento hormonal para poder entrar naquele padrão.’ Um debate que existiu muito aqui no Brasil, entre as atletas da modalidade, era: ‘ah está errado! Está vendo, ela está sempre na seleção! Olha lá, ganhou de novo!’ Mas quando eu chegava lá fora, eu sempre encontrava atletas tão fortes quanto eu, tão técnicas quanto eu! Por que? Porque também existia essa questão desse padrão hormonal que era dentro daquilo que era esperado.

Eu nunca me recusei a fazer o exame antidoping. Eu nunca corri, eu nunca me escondi, pelo contrário, sempre me coloquei à disposição! Quando eu subia no pódio, tinha o sorteio para ver quem ia fazer o exame antidoping e eu falava: não tem sorteio, se eu estou no pódio, sou eu que vou fazer o exame. Dito e feito!

Quando a gente chegava na vila: ‘ah é porque vai vir o pessoal da WADA para poder pegar alguns atletas para poder fazer o exame.’ Então eu já vou ficar aqui, nem vou no banheiro, porque, com certeza, eu vou fazer! Dito e feito! Sempre! Nunca me recusei!

Agora, se você tem essa condição hormonal, que é o caso da atleta lá, claro que é uma decisão dela, também não posso ficar falando disso. Eu estou dando a minha opinião. Você fala, ‘não eu sou assim, minha condição é natural! Não estou tomando nenhuma substância para poder ter esse *staff* hormonal, físico que tem aqui! Problema das outras atletas!’

Eu não vejo dessa forma...

Porque enquanto ela estava seguindo o que era determinado, e decaíram os resultados, de repente ela para de seguir e aí conquistou resultado! .... Isso aí é uma coisa particular dela, mas na minha visão, eu não acho que seja uma coisa assim correta.

Ela aborda o caso mais icônico do atletismo feminino, que uma atleta meio-fundista sul-africana intersexual, bicampeã olímpica (2012 e 2016) e tricampeã mundial (2009, 2011 e 2017) dos 800 metros, que acabou por ser impedida de competir nas olimpíadas por não aceitar

realizar mais tratamento hormonal para diminuir nível de testosterona, alegando que o tratamento seria nocivo, ferindo sua integridade e sua dignidade pessoal.

Sua percepção perpassa por sua história e suas experiências, por seu senso de observação justo e ético. Ela faz uma análise profunda e franca:

Eu tenho essa percepção e eu tinha essa percepção quando eu era atleta de alto rendimento. Na época em que eu não tinha os laudos, que eu não tinha ainda passado por toda a bateria de exames que eu passei, eu subia a corda mais rápido do que todo mundo, eu corria mais do que todo mundo, eu tinha aquela questão física diferenciada, e na minha cabeça, psicologicamente, era porque eu sofri e porque eu vim de uma realidade muito sofrida.

Sim era, mas a minha capacidade hormonal também me proporcionava isso, esse meu condicionamento físico, eu não perdi, essa minha disciplina depois que eu comecei a fazer todo o processo, mas os meus resultados eles também caíram e é ao contrário que era discutido aqui. Se eu tivesse a condição hormonal que eu tinha em 1995, com certeza teria trazido melhores resultados.

Eu acho que sim, esse debate exige que seja um debate mais civilizado. Tem o lado podre, tem a banda podre, que banaliza, faz piada com a discussão, tenta distorcer a situação, mas tem essa turma que é do lado acadêmico que consegue racionalizar, consegue discutir com mais eficiência a situação toda. Eu acho que é importante.

E eu acho que é importante também os atletas que estão envolvidos diretamente com a situação desacelerem para poder entender.

Foi uma coisa que eu submeti, eu tive que me submeter para continuar. Eu tenho a minha condição psicológica, que é feminina. (EDS)

Além disso, ela menciona a importância de uma comissão técnica que não pense apenas no resultado, mas também leve em consideração as condições físicas e hormonais das atletas *dissonantes*. Ela argumenta que é necessário evitar práticas prejudiciais e higienistas, buscando soluções que promovam inclusão e respeito.

Uma comissão técnica que tem esse atleta [em dissonância de gênero], com essas características e pensa somente no resultado. ‘Vamos manter ela aqui, porque ela vai construir o resultado que a gente quer.’ É prejudicial...

A necessidade de uma comissão de estudo também para fazer pesquisas, para poder excluir esse tipo de pensamento, esse tipo de gente desse meio. Porque isso aí é higienismo, e a gente, o tempo que a gente vive, não há mais lugar, não tem mais espaço para esse tipo de pensamento.

A gente tem que entender o que está acontecendo e buscar uma solução, introduzir aquela pessoa, não é excluir, não é criar também um ambientezinho, me desculpa ser conservadora, mas não é você construir formas de se expressar, de se vestir e achar que você conquistou seu espaço! ...

Na verdade, você afasta as pessoas que querem realmente ajudar, porque você não está querendo ser aceito, você está querendo se excluir, você está se excluindo das pessoas que querem te trazer para junto da maioria, mas não, você está querendo se excluir, você quer a sua bolhinha, com o seu pensamento, com suas regras, mas dentro da sua bolhinha você quer impor as suas regras, os seus pensamentos, naquela bolhona lá, você não se conforma mais no seu espaço e acaba esse tipo de confronto e de debate, que muitas vezes, gera um ódio da sociedade. Nossa sociedade é muito desinformada.

Se você expõe uma coisa com uma vírgula fora do lugar e tem um malicioso ali, ele vai pegar e vão ter 300 milhões, 250 milhões que vão abraçar aquela piada! Eu estou dizendo porque eu vivi isso daí, no Caceta e Planeta da época lá, eles faziam piada comigo direto e todo mundo, o *bullying* analógico, no meio da rua, as pessoas

apontavam para mim dentro do ônibus, quando eu estava indo para o treinamento, as pessoas ficavam rindo da minha cara dentro do ônibus! ...

Agora você imagina, hoje em dia, dentro dessa realidade tecnológica que a gente vive que são as redes sociais, em que as pessoas conversam da forma que a gente está conversando aqui, olhando para o celular. Não tem como você reagir, porque no momento em que as pessoas estavam ali rindo de mim e eu sentia aquela raiva, aquela tristeza, eu tinha maturidade, parecia que não, mas eu tinha maturidade para poder entender que aquilo lá era gerado por pessoas que não estavam ali, mas a vontade era tipo de reagir fisicamente.

Hoje a gente amadureceu, mas nem tanto, então cabe às pessoas que estão discutindo mais profundamente, que estão pesquisando, estão indo buscar informação e também propostas, poder abraçar essas pessoas que querem fazer parte dessa outra bolha, trazer essas pessoas não é para o debate, mas é para a informação, porque a gente fala debate, parece que é um time discutindo e impondo regras; é para trazer para o debate racional. (EDS)

A entrevistada expressa uma visão mais criteriosa em relação à questão da identidade de gênero, destacando a importância de respeitar o desenvolvimento das crianças e evitar decisões precipitadas nesse sentido. Ela enfatiza a necessidade de um debate mais calmo e ponderado, envolvendo profissionais da área, que englobe aspectos físicos, hormonais e psicológicos.

É o mesmo que se aplica à discussão que existe sobre a identidade gênero para crianças. Eu tenho uma visão conservadora da coisa. Não para frear, mas para respeitar o desenvolvimento da criança, deixar a criança à vontade, porque muitas vezes ali é um momento em que a criança está sob algum tipo de pressão psicológica ou está vivenciando uma fase da vida dela muito complicada e ela se apegou a uma situação, que às vezes é passageira, é só um momento, e não simplesmente abraçar aquilo que a criança já decidiu e você potencializar, e de repente, lá na frente, vira um problema maior, pois a criança se tornou um adulto com vários problemas psicológicos e ninguém sabe o que aconteceu, o que deu errado nesse desenvolvimento, não só físico, mas psicológico da criança. Então as decisões são tomadas de forma muito imediatas, tipo, está acontecendo isso? Ah, então está bom! Você tem razão!

Claro que, assim tipo, dentro do esporte é diferente, porque você está envolvendo são os resultados, é a condição física, o desenvolvimento ósseo, desenvolvimento hormonal, até que ponto.... Eu acredito em tudo isso que é discutido, mas acho que tem que ter calma, tem que sentar todo mundo e debater, não é uma coisa que tem que ser decidida em quatro anos, em oito anos, isso daí são muitos anos de estudo! (EDS)

Em relação às medidas que ainda podem ser tomadas, é destacada a importância de trazer os atletas *dissonantes* para o debate racional e conscientizá-los sobre as possíveis implicações de suas condições físicas ou hormonais dentro da modalidade esportiva. Ela defende o diálogo aberto entre diferentes partes interessadas para buscar soluções informadas e evitar uma desvirtuação da questão.

Para continuar neste meio. O que tem que ser feito? Você vai ter que seguir esse *script* aqui, porque fora desse *script* aqui, você vai ser uma super pessoa, por mais que você não use uma substância proibida, você vai ter uma condição diferenciada e o teu resultado vai ser diferenciado.

Então eu acho que também tem que ter essa a percepção dos atletas, eu acho que as atletas também têm que entender esse lado. E a sociedade também tem que entender

esse lado: ‘ah não! Faz uma competição só para pessoas com essa condição física se você quer competir!’ Não! As instituições que estão envolvidas têm que debater, a sociedade também tem que refletir sobre o que está acontecendo. A gente também não pode virar as costas, não pode virar a cara para as pessoas que tem essa condição física, a gente tem que buscar informação, tem que buscar solução, não simplesmente virar as costas. Cobre com um pano aí que está tudo certo! ...

Eu acho que trazer essas atletas, essas pessoas que também tem essa condição que querem ingressar no esporte, falando diretamente do esporte, trazer elas e não deixar somente elas na torcida.

Eu falo assim, é muito fácil você pegar uma bandeira e sair balançando por aí, difícil é você largar aquela bandeira e expor a sua opinião, expor sua visão e querer participar do que está acontecendo.

Então assim, cruzar o braço e ficar lá: não, você tem razão porque você está falando o que me interessa, você não tem razão, por mais que você esteja se baseando na ciência...

Eu quero ouvir essa pessoa porque ela está falando o que eu quero ouvir! ...

Trazer essas pessoas para o debate, para fazer conscientizar, para poder fazer entender, porque senão, de repente, tudo isso daí acaba sendo banalizado! (EDS)

Um alerta é apresentado, ao mesmo tempo em que faz uma denúncia muito importante, tomando por base sua experiência como atleta olímpica e tendo participado de pesquisas com resultados alarmantes nos Jogos Olímpicos em que participou:

A impressão que eu tenho do alto rendimento é que vale qualquer coisa pelo resultado, inclusive se submeter a um tratamento hormonal, seja qual for a proposta, para poder alcançar aquele resultado. Porque quem está buscando aquele resultado, não está buscando pela sobrevivência em si, está buscando pela vitrine, pela oportunidade de entrar na história do esporte, do país.

Existe esse tipo de pesquisa dentro da Vila Olímpica, nas quatro Olimpíadas que eu participei, feita pela WADA com os atletas para saber se você tomaria a substância que te mataria amanhã para que você conquistasse o resultado principal, a medalha de ouro. É uma pesquisa em que você não se expõe, ninguém sabe quem é você - a maioria dos atletas falavam que sim! Então, o que está errado nisso daí? ... é uma festa! Todo mundo está indo para poder dar o seu melhor, essa é a visão que a gente tem de fora! Mas, de repente, vem esse tipo de pesquisa em que a pessoa fica no anonimato e não tem medo de expor a opinião dela. ‘Eu tomaria mesmo, porque eu vou entrar para a história, vou fazer história no meu país, vou pegar todo aquele meu sucesso, vou fazer tudo que eu tenho direito, porque eu sei que vou morrer mesmo’. Então assim, não existe moralidade dentro do esporte de alto rendimento!

Ela não existe faz tempo! ... (EDS)

Com base nos resultados apresentados das pesquisas da WADA nos Jogos Olímpicos, a atleta faz uma comparação e reflete sobre a moralidade na perspectiva do ponto mais alto das competições de alto rendimento, em geral, os Jogos Olímpicos, além de destacar a importância de se trazer pessoas em *dissonância* para o debate, ao mesmo tempo que se promove estudos e educação, evitando a desinformação e suas consequências como o *bullying*, a violência, a exclusão.

Quando a gente começa a pesquisar, as manobras que eram feitas pela antiga União Soviética para poder preparar as atletas, você vê que não existe moralidade nenhuma dentro do esporte de alto rendimento e, de repente, a gente entra nesse debate sobre a

condição física ou hormonal, sobre a identidade de gênero e as pessoas resolvem fazer isso. Está ali um elefante branco no meio da sala! Só coloca um pano branco, e ninguém vai ver a bagunça!...

Não estou falando pelo esporte, estou falando para nós, a sociedade, para as pessoas que vão submeter as manobras para poder conquistar o resultado. Lá na frente, futuramente. Então, eu acho que tem que trazer essas pessoas para o debate, conscientizar essas pessoas, fazer com que elas entendam que a gente não quer que elas se sintam vitimizadas ou excluídas, a gente só quer que elas entendam que existe essa condição, e de repente essa tua condição vai fazer com que você tenha vantagens dentro da modalidade que você está inserida. Claro que isso daí é muito superficial. Tem que se aprofundar, e trazer, e não ficar nesse debate de vitimismo, porque o brasileiro tem muito disso, também a gente é muito pelo emocional, e isso daí é bom, mas às vezes é ruim também.

Está todo o mundo atacando. Então, ninguém solta a mão de ninguém! Então vamos ficar aqui. Não, vamos discutir a situação, não se sensibilizar só pelo ataque; vamos entender o que está ocorrendo e não fazer piada com a situação. O que fizeram com a moça do vôlei foi um absurdo! Simplesmente pegaram ela e jogaram ali para os *pitbulls* da internet! Com a atleta C já foi diferente, o povo dela abraçou ela.

Não é assim, fazer piada com a situação. E as outras que estão ali na mesma condição que ela? É muito fácil, você tem uma, não vou citar o nome aqui, mas tem uma atleta aí, que é do vôlei também, e ela já tem uma carreira vitoriosa e, de repente, ela simplesmente, pela visão política dela, ela pega um assunto desse daí sabe, faz um discurso radical, simplesmente pelas bandeirinhas, sabe? Ah está todo mundo do meu lado! Olha quanta gente está apoiando o que eu estou falando aqui! Porque eu tenho razão e porque eu não estou vivendo o que essa outra pessoa está vivendo. Não tem essa empatia! Não é simplesmente você pegar e começar a destruir a pessoa como fizeram com a jogadora de vôlei, ou como fizeram comigo... (EDS)

#### 4.2 – A perspectiva das atletas *consonantes*

Nesta fase realizamos entrevistas com grupos focais compostos por atletas *consonantes* de mesmo esporte do das atletas *dissonantes* entrevistadas individualmente.

No grupo focal de futebol feminino, entrevistamos três atletas do futebol profissional do CR Vasco da Gama, a saber: Maria Caroline Manoel Shimoguiri, conhecida como Carol Shimo, Juliana de Almeida Ramos, conhecida como Ju Ramos e Myla da Silva Moreira Rodriguez, conhecida como Myla, referenciadas, respectivamente, por CAS, JUR e MYL.

Em relação a entrevista do grupo focal realizada com atletas do judô, conseguimos trazer para o estudo judocas que competiram em mesma categoria de peso e na mesma época de Edinanci Silva: Rosicleia Cardoso Campos (RCC), que foi também sua treinadora, Gabriela Conceição de Souza (GCS) e Denise Oliveira (DEO).

Partimos da premissa de que todas estas atletas se encontravam ou ainda se encontram afetadas por políticas de gênero, competindo com ou contra as atletas *dissonantes*.

Considerando a sensibilidade do tema ainda, optamos por adotar o formato remoto para a realização da técnica, assim, utilizamos o Google Meet para as reuniões individuais ou dos grupos, facilitando que as atletas se sentissem mais à vontade, apenas gravando a reunião com

a permissão das atletas, antes de iniciar as entrevistas de ambos os grupos focais, todas as atletas autorizaram o uso de seus nomes no estudo.

Nas entrevistas em grupo, procuramos formar grupos compostos de apenas 3 integrantes, agrupados conforme seus perfis: grupos de atletas de esportes olímpicos de verão e inverno, e ainda esporte coletivo e esporte individual, buscando ainda que cada grupo tivesse espelhamento de atletas *consonantes* e *dissonantes*.

Ao longo dos grupos focais foram feitas referências a determinadas atletas, algumas cuja situação foi tratada pelos comitês a partir do que vem sendo estabelecido. Na fala de outras atletas a respeito delas, omitiremos os nomes e as trataremos como Atleta D, Atleta E, Atleta F, e assim por diante, todas as vezes que forem referidas.

Entendemos, por fim, que por se tratar de tema muito polêmico, o presente estudo exigiu muitos cuidados, como contatos preliminares com as atletas, para que elas se sentissem à vontade para a realização da entrevista, considerando a possibilidade de muitas terem recusado ou desistido por conta da temática em si, e isto, sem dúvida, foi considerado uma limitação do estudo.

#### 4.2.1 - Futebol

Este minigrupo focal foi formado por três mulheres *consonantes* atletas do futebol feminino: Maria Caroline Manoel Shimoguri, conhecida como Carol Shimo, Juliana de Almeida Ramos, conhecida como Ju Ramos e Myla da Silva Moreira Rodriguez, conhecida como Myla.

As três jogadoras que compõe este grupo são atletas profissionais do CR Vasco da Gama, entre 19 e 25 anos. CAS revela seu início no Futsal enquanto MYL começou no Beach Soccer.

Ao falarem sobre suas trajetórias no esporte, as jogadoras compartilham experiências comuns, que passam pela descoberta da vontade de jogar despontando muito cedo, ainda na adolescência, no futebol de campo, mas também na areia, na quadra ou até mesmo na rua, com meninos. Um início difícil, em espaços marcados por muita informalidade e muita desorganização.

Eu joguei em 2017, campo, para a Chapecoense, né? Só que eu tive que escolher entre campo e quadra, e eu escolhi quadra. Eu tinha feito também um teste quando eu tinha 12 anos, na seleção lá, em Pernambuco, só que também o que aconteceu é que era uma coisa muito desorganizada. (CAS)

Eu comecei na areia, mas nunca fiz escolinhas, nada do tipo. Então, quando eu tinha 11 anos, eu jogava na praia, e tinha um cara que tinha conhecimento dessa área, e falava que era para eu poder fazer um teste no Fluminense. Aí, eu fui, fiquei uma semana lá e comecei a competir [profissionalmente]. (MYL)

Eu sempre joguei na rua. Com uns 14/15 anos eu jogava com os meninos, assim, na favela em que eu nasci e cresci. E aí, logo depois, com uns 16 anos, eu fui fazer um teste no Vasco. Mas lá não existia a categoria de base em 2017. Então, com 17 anos, eu já era... profissional, já jogava com mais meninas, bem mais velhas, do que eu. ... acabou sendo bem rápido. (JUR)

Elas mencionam os desafios individuais e o apoio familiar, que passa tanto pelo estímulo quanto pelos aplausos dos pais. Ao contrário das demais, JUR relata que o apoio não veio desde cedo:

Ah, antigamente, minha mãe não gostava, não. Mas é porque era futebol! Ela não curtia, porque era muito agressivo. Ela achava que eu apanhava muito! Mas quando ela foi no meu primeiro jogo, que ela olhou as pessoas falando de mim, e ela vendo eu jogar, aí ela mudou essa visão dela. Ela começou a me apoiar. E se hoje eu falo assim desistir, ela é a primeira a falar: o quê? Não! Continua! ... Ela é a minha maior incentivadora, e também a minha avó. (JUR)

As jogadoras destacam a importância do apoio mútuo, do companheirismo para alcançar o sucesso, do treinamento, até um melhor resultado desportivo do grupo, ou seja, é tratado como um fator determinante do sucesso da equipe.

Eu acho que isso vai funcionar na cabeça de qualquer atleta, né? Se, por exemplo, a atleta D for bem, ela vai estar me ajudando a ser melhor. No esporte, em geral, a gente procura fazer com que o outro esteja bem, para que a gente melhore também, sabe? Porque, por exemplo, é bom, vou te dar um exemplo, né? Se dois cientistas estão trabalhando na mesma coisa e um cientista descobre a coisa primeiro que o outro, o outro não vai ficar tipo, era para ser eu? Não! Vai agregar tudo na ciência, né? Então, ela é a mesma coisa. (JUR)

Elas falam como o encorajamento e o suporte das colegas de equipe desempenham um papel crucial em sua motivação e desempenho esportivo. *“Mas a gente sempre busca incentivar uma à outra, porque a gente vê que cada uma pode dar um melhor de si. Então, se eu estou bem, quero ver outra bem, se eu, naquele dia, estou melhor aqui, é mérito dela.”* (MYL)

Aqui também ficou marcada a dinâmica de apoio intraequipe, que é capaz de trazer para as atletas um ambiente mais leve e acolhedor, a ponto de ser destacado, por uma das entrevistadas, que este seria um forte motivo para desejar se manter no clube:

Vou ser bem sincera. Eu sou crítica, mas o Vasco é o time que eu mais tenho vontade de ficar! Em outros lugares não era assim.... Eu posso falar? Eu tive uma passagem pelo Ipatinga, depois no Cruzeiro, depois, eu fui para a Turquia, aí eu voltei para o Atlético e aí eu fui para o Vasco. [...] No Vasco.... eu gostei! (CAS)

Sobre a presença de atletas em dissonância de gênero no futebol feminino, a perspectiva do grupo focal foi de incerteza e desconforto ao imaginar como seria lidar com uma atleta trans ou intersexual.

Cara, eu acho que sou ouvida! Não tudo! Só que acho que somos ouvidas, sim. Estamos sendo ouvidas assim, no meio, ali, na média!  
Em relação às atletas, as atletas trans, se elas vão ser ouvidas ou não, eu acho que elas têm que ser ouvidas! Se contrataram elas, elas têm direito total de falar, e elas precisam ser ouvidas como outras, como se fosse eu, como se fosse a atleta E, a atleta D, viu? Não pode existir essa diferença, tem que ser tratado como todos iguais, elas têm que ter esse poder de falar, não sei se vai ser assim, mas eu espero que sejam ouvidas. (CAS)

As atletas mencionam preocupações sobre a força física e as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Todas afirmam desconhecer a legislação e os critérios que estão sendo adotados no futebol feminino em relação às atletas em dissonância de gênero.

Há ainda menção a um caso específico em que um time não sabia que tinha uma jogadora trans e enfrentou dilemas sobre como lidar com essa situação para evitar a acusação de preconceito.

Eu organizo um time, que tinham uma pessoa que era trans, sendo que... eles falaram para mim que não sabiam... se ela era trans. Entende? E que eu acho que também não estava legalizada..., mas eu fui avisada... que tinham uma pessoa.... Sendo que... se eu falasse que ela não faria parte mais do time, iriam alegar preconceito. Então para não falar que era preconceito... eu colocava ela também para jogar. Sendo que, se eu não me engano, ela ainda tinha os órgãos genitais de homem, mas se declarava mulher, sendo respeitada como mulher. Mas as outras pessoas... percebiam pela voz... tudo mais... que era homem, mas com a identidade de mulher. Até então, a CBF [Confederação Brasileira de Futebol] não tem nada sobre isto, de deixar ou não jogar. Não que eu saiba! Também... eu não... pesquisei nada sobre... direitos... (JUR)

No que diz respeito a serem inclusivas, entretanto, elas se posicionam favoráveis, mas advertem para a distância que ainda existe na tentativa de inclusão e na prática, com a presença de atletas que são expostas neste processo por falta de preparo da gestão esportiva.

Eu sou a favor.... Eu sou a favor, sim. Eu acho eles [órgãos de direção] que não. Porque tirando o que aconteceu no boxe, eles tiraram aquelas duas meninas<sup>19</sup>. Eu acho que eles não são prontos para isso não. (MYL)

Também chamam a atenção em relação a adoção de um processo de inclusão, que deveria ser considerado sob a perspectiva das diferenças entre os esportes.

Eu acho que depende do esporte. Vamos supor um levantamento de peso. Não tem condição. Mas eu acho que eu sou a favor de abrir uma exceção para elas, diretamente

<sup>19</sup> Falando sobre as atletas do boxe nos Jogos de Paris 2024.

para elas... tipo um levantamento de peso para as pessoas trans. Só para elas. Uma categoria à parte. Isso!

Já o vôlei, que não tem contato físico, eu acho que seria válido.

Eu acho que não vale todos [os esportes]. Senão a gente vai perder nosso posto. Porque a força delas é muito maior. Eu acho que no máximo 1 ou 2 [atletas] por esporte, eu acho que já estava bom.

Dependendo do esporte, sim [sou a favor]. (CAS)

Eu também acho que é isso. Dependendo do esporte.

Mas eu creio que o remédio que elas tomam vai diminuir o hormônio masculino. Então, eu acho que essa força não é tão desproporcional assim, da nossa. (JUR)

Essa análise revela algumas inseguranças por parte das atletas em relação à presença dessas jogadoras no esporte feminino. Elas levantam questões sobre como seria competir contra essas atletas, considerando aspectos físicos e biológicos, ao mesmo tempo que são positivas no caso de seus times contratarem atletas em dissonância de gênero.

Com, ia ser maravilhoso. E contra? Tem que ser na raiva!

Quando eu ia jogar com os moleques lá da vila, na rua, era na raiva, porque eles são mais fortes. A potência, o chute é mais forte. Tinha que ser na raiva!

Eles têm duas pernas... eu também tenho! Vai ficar louco aqui! (CAS)

Outra questão em relação a inserção das atletas *dissonantes* surge nas falas, que envolve o acolhimento, a despeito de qualquer insegurança que representaria a participação destas atletas no grupo, uma espécie de união e aceitação na equipe:

Acho que a favor seria muito bom, né? E também acho que é para os contras. Eu acho que muita gente iria olhar e acabar tendo preconceito. Ai a gente faria um time, e teria que proteger a todos e entrar na porrada junto! Mas acho que a favor seria bom mesmo! (JUR)

O grupo é unânime, entretanto, em afirmar que atletas em dissonância de gênero seriam acolhidas por elas, destacando aqui a fala mais representativa:

*“Acho que a gente iria render muita conversa. A gente iria perguntar muitas coisas. Tiraria muitas dúvidas. Iria zoar bastante. Iria brincar muito. Como a gente sempre brinca com uma das nossas.”* (JUR)

As entrevistadas, conforme podemos observar, tratam de diferentes perspectivas e opiniões sobre a elegibilidade de atletas em dissonância de gênero no esporte feminino de alto rendimento e esporte olímpico.

As atletas expressam preocupações sobre a preparação da estrutura esportiva para lidar com essa questão. Elas mencionam o caso da boxeadora argelina, que recebeu muitos ataques nas redes sociais durante os Jogos Olímpicos de Paris (2024), e também percebem que houve muita desinformação:

Eu não sei se eles estão preparados. Porque tudo o que aconteceu nas Olimpíadas... Deu muito *hater* para aquela menina da Argélia! Todo mundo xingando. E até agora, não sei o que era.... Eu abri o Instagram e, de repente, todo mundo xingando! Não sei o que? Falando que a mulher lá falou que nunca sentiu um soco tão forte na vida dela! ... Então acho que por mais que as pessoas falem: ‘ah, não, a gente vai dar essa opção elas podem vir e tal’, não sei se eles estão preparados para isso. E o que fizeram com ela, meu Deus, muito *hater*! ... (CAS)

Durante este ponto, uma das entrevistadas chega a sugerir incluir perguntas relacionadas à identidade de gênero nos formulários e processos burocráticos dos clubes e federações esportivas. Segundo ela, isso permitiria uma abordagem mais consciente e respeitosa em relação à inclusão das atletas trans ou intersexuais, em seu ponto de vista.

Antes de você entrar em uma competição, você tem que entregar os seus documentos, cada jogadora colocar um vídeo, informa alguma situação, se tem lesão, se já teve e tal. Então, eu acho que também poderia ser perguntado isso, sabe? Ah, você passou por alguma cirurgia, se passou por redesignação sexual? Até mesmo, que passasse para o clube e o clube passasse para a federação, e assim a federação optaria, se inclui ou não, entende? De ver, de tratar a pessoa como ela quer ser tratada, entende? Eles não estão fazendo isso, sabe? Não tem essa ideia de inclusão, assim, desse jeito. Até mesmo para não ter que tirar a pessoa no meio do campeonato. (JUR)

Quanto às possíveis soluções, uma opção sugerida seria a de “criar uma categoria para elas, acho que é muito válido isso, muito válido mesmo, até para elas se sentirem incluídas.” (CAS) Essa medida poderia incentivar a motivação das jogadoras trans ou intersexuais, além de promover maior representatividade dentro do esporte feminino, de acordo com as entrevistadas.

Perguntadas sobre existir atleta *dissonante* suficiente para montar um time, ou até se conseguiriam montar times para uma competição, elas reformulam:

Eu acho que poderia despertar. Porque eu acho que elas lutam tanto quanto as femininas. É uma luta que está crescendo ainda mais, mas tem muita luta pela frente ainda. Então, eu acho que isso pode acabar dando uma motivação para elas. Ou então, colocar duas por cada equipe, acho que seria muito válido para elas, acho que seria muito bom.

O que não deveria? Não respeitar. Eu acho que não deveria fazer isso. Se está trazendo, acho que ela teria que ter voz como todas nós. Então, acho que você trazer alguém, e não respeitar a identidade, não respeitar a forma que deve falar, não respeitar como ela quer ser chamada, por exemplo. Então, não deveria trazer alguém para machucar, para desrespeitar, para não acolher. (CAS)

O grupo passa a ter uma dinâmica própria, pensando e repensando entre elas a questão sobre separar essas atletas em dissonância em categorias distintas. E parece que os pontos de vista começam a se reorganizar no sentido delas mesmas questionarem se isto seria realmente inclusivo ou se poderia ser interpretado como exclusão.

Eu acho que se eu fosse alguma delas, eu não ia gostar de me separar, sabe? Porque em vez de ser incluída, eu ia me sentir excluída. Então, acho que eu não ia gostar de separar. Acho que deu uma outra opção, que seriam as cotas. (JUR)

E esta nova perspectiva gera uma mudança: “*Sim. Duas, três jogadoras por equipe. É como na Europa, quando a gente vai jogar, às vezes pode transgênero, duas, três por equipe.*” (CAS)

Durante este exercício, as entrevistadas enfatizam que seria preferível tratar todas as jogadoras com igualdade, respeitando suas identidades individuais sem segregá-las, mas também abordam a questão da sua legitimidade no grupo em razão das habilidades esportivas:

Mas também não me sentiria legal em ser inserida só porque eu sou trans eles. Eu quero ser trans, eu escolhi ser, mas ser escolhida pelos meus esforços, sabe? Pela minha capacidade. E não porque eu sou trans. (JUR)

As reflexões finais sugerem que é importante considerar como esses debates afetariam diretamente todas as atletas envolvidas por políticas de gênero, elas procuram se colocam no lugar das atletas em dissonância, demonstrando empatia e respeito, mas advertem que estes espaços devam surgir em razão das habilidades esportivas, sobretudo, e não somente por elas possuírem uma identidade trans ou intersexual.

#### 4.2.2. – Judô

Este minigrupo focal foi formado por três mulheres *consonantes* atletas do judô feminino: Denise Oliveira (DEO), Rosicleia Cardoso Campos (RCC) e Gabriela Conceição de Souza (GCS). Denise e Rosicleia são atletas, técnicas de judô, enquanto Gabriela Conceição é atleta e também professora universitária. Ela pesquisa questões de gênero no esporte.

Todas as integrantes do grupo possuem carreiras de destaque no esporte (judô).

Meu nome é Denise Oliveira, eu fui atleta da seleção durante vários anos<sup>20</sup> hoje sou professora de educação física<sup>21</sup>, moro em Manaus<sup>22</sup>, sou vice-presidente da federação de judô daqui<sup>23</sup> e tenho uma associação de judô<sup>24</sup>, onde eu dou aula durante a semana. (DEO)

<sup>20</sup> Multicampeã nacional e internacional.

<sup>21</sup> Formada pela Universidade Castelo Branco.

<sup>22</sup> Inicialmente era do Rio de Janeiro, mas foi para o Amazonas acompanhar seu marido Francisco Alves da Silva, sub-oficial da Marinha, transferido para o Amazonas em 2008.

<sup>23</sup> Federação de Judô do Amazonas - FEJAMA

<sup>24</sup> Associação Esportiva e de Artes Marciais Amazônica

Eu sou a Rosicleia Campos, treinadora de judô. Disputei duas Olimpíadas como atleta. Fui atleta da Seleção Brasileira também, e permaneci na Seleção Brasileira até o último ciclo olímpico, que foi Tóquio. (RCC)

Ela já possuía curso de graduação quando entrou em contato com o presidente da CBJ, falando da sua aposentadoria, como atleta da Seleção Brasileira de Judô, depois dos Jogos de Sydney, em 2000. Então recebeu um convite por telefone, para ser técnica auxiliar da Seleção de Judô Feminino.

Eu me tornei treinadora da seleção brasileira antes de ser treinadora do Clube de Regatas do Flamengo, hoje atuo como *head coach*. (RCC)

A última atleta a se apresentar neste grupo focal, está entre dois eixos do judô, no esporte em si e na academia, e ela segue:

“Eu sou Gabriela Souza, sou professora de Educação Física do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), fui atleta de judô também, principalmente da seleção universitária.<sup>25</sup>” (GCS)

As entrevistadas destacaram a importância do apoio da família e da equipe no contexto das experiências, desafios e situações enfrentadas por elas.

Falando do início da prática esportiva, elas falam também de suas escolhas, seus perfis de crianças cheias de energia, que se encantam pela prática e se vêm apoiadas por seus pais e treinadores:

Eu comecei judô, na verdade, eu fugia das aulas de catecismo para fazer judô na Academia Ren Sei Kan, eu me identifiquei muito, apesar de no início eu não ter pares, não tinha muita menina na época.

Fui pescada pelo Flamengo, um olheiro me buscou, [...], acordou meu pai na competição perguntando se eu não gostaria de vir para o Flamengo. Eu vim para o Flamengo muito nova!

Meus maiores incentivadores foram meus pais, sempre muito presentes, até eu me tornar treinadora. E o que me motivou a ser treinadora era exatamente minimizar o *gap* de demandas que eu vivi enquanto era atleta. (RCC)

Cada uma das atletas selecionadas tem uma história singular e representativa do judô feminino no Brasil, ao mesmo tempo, são histórias de mulheres esportistas no Brasil, revelando, muitas vezes, vidas marcadas por dificuldades, inclusive de acesso a algumas práticas em suas infâncias:

Bom, a minha história, eu acho que é a mais diferente delas. Eu comecei judô com 20 para 21 anos, porque eu fazia musculação numa academia e estava meio entediada

<sup>25</sup> [Segundo seu Curriculum lattes, Gabriela Conceição de Souza: Possui graduação em Educação Física pela UGF (2002), Mestrado em Educação Física pela UGF (2008) e Doutorado em Ciências do Exercício e do Esporte pela UERJ (2016). Pós-doutoranda na UFRJ- EEFD sobre judô feminino. É docente em Educação Física no IFRJ campus Pinheiral. Estuda sobre judô feminino, gênero no esporte, educação física escolar e esportes de aventura - esporte orientação]

com a musculação, que não me levava a nada! Aí o professor me chamou para fazer uma aula experimental. Eu fui, fiz uma aula, e não saí mais!<sup>26</sup>

Nessa época, eu era técnica em contabilidade. E aí, parei tudo e fui fazer educação física na UCB.

A transição se fez de uma forma natural, tem uma época que tem que parar [como atleta], e, infelizmente, eu parei por uma lesão, tive uma lesão séria no meu pé. E eu comecei a dar aula, já dava aula em escolinha. (DEO)

Outra história, traz uma marca de atletas que se iniciam no judô, em meio a diversas atividades escolares. Além de uma longa relação com a prática, comum ao esporte, também conta uma opção de prolongar a vida neste lugar, ficando evidente a paixão pela modalidade e o compromisso em promover avanços tanto dentro quanto fora dos tatames.

O meu início no judô foi com 5 para 6 anos, não sei exatamente, porque eu era bem pequena. E entre as atividades que eu tinha que fazer para gastar energia, tinham muitas na escola. Então, comecei junto com judô e ginástica rítmica e pratiquei três anos os dois, até ficar de vez no judô.

Com o passar do tempo, vendo que gostei mais do judô, eu acabei indo para o colégio Sion, [...], e comecei a competir ali. Então, já devia ter talvez 12 anos, mais ou menos, quando eu comecei a competir pelo Sion e fui ganhando gosto...

Mas a parte do alto rendimento, a parte de ser atleta, ela veio acompanhada da bolsa universitária, que era o mais importante! ...

Na época eu não tinha essa perspectiva olímpica, como a atleta B e a atleta F tinham, mas era mais pela bolsa universitária, tanto que depois eu segui na pesquisa. Eu não segui como técnica. Eu segui fazendo pesquisas no campo do mestrado, doutorado, pós-doutorado, sempre pesquisando sobre o judô feminino. Foi a minha forma de contribuir para o judô, permanecer no judô, também no alto rendimento. Sempre estudando mulheres do alto rendimento. (GCS)

As atletas entrevistadas são do Rio de Janeiro e marcam uma trajetória de pioneirismo, construindo uma estrada de sucesso para as próximas gerações. E isto apareceu em suas falas, quando tratamos do incentivo e apoio entre colegas de equipe.

No caso, o judô, como todas já falaram, a gente, às vezes, nem tinha adversária! Muitas vezes, a gente tinha uma, duas, acabávamos, incentivando uma a outra, para não desistir, continuar treinando... A nível de brasileiro, não, tinha muita menina, São Paulo sempre foi um grande centro de meninas, sempre! Quando a gente participava de jornadas em São Paulo, sempre tinha bastante, mas essa parceria com a gente, que a gente costuma falar que o judô é um dos esportes individuais mais coletivos, porque a gente precisa do outro, não existe um atleta se ele não tiver o outro para treinar, no judô.

Teve uma época que nós três treinávamos com um preparador físico, a gente fazia parte física na Urca, e acho que foi uma das melhores fases de todas nós, porque uma motivava a outra! Ah, ela está correndo tanto, também tenho que correr! Então, acho que isso fortaleceu muito a gente. (DEO)

O Rio de Janeiro, apesar de um grande centro urbano, não possuía e nem possui uma infraestrutura tão boa quanto a do estado de São Paulo, também não tinha tantas meninas e

---

<sup>26</sup> Isto aconteceu em 1985. Quando passou a treinar na Academia Riva em Nova Iguaçu/RJ

jovens praticando a modalidade décadas atrás, mas isto parece ser compensado, de alguma forma, com a união e apoio que elas desenvolveram umas com as outras. Entretanto, rivalidades são destacadas:

Tudo que a atleta F falou, é verdade, [...] nos apoiávamos da nossa maneira! Eu acho que é mais assim, porque quando ia para fora do Estado, é que aí a gente via o quanto que o Rio era unido! Então, acho que era mais nesse sentido.

Então, quando a gente saía, a gente via que, na verdade, nós éramos unidas, mas quando a gente estava aqui dentro, a gente não achava que éramos tão unidas! Olhar para o passado e falar isso que a atleta F falou.... Não era assim que acontecia.

São Paulo era blindado entre eles! E uma coisa que a gente precisa chamar para a conversa, que enfatiza muito isso, são aqueles treinamentos que aconteciam em janeiro em Santa Cruz [Centro de Treinamento]. Ali era onde tudo se evidenciava... todos os *bullyings*, todas as rivalidades, tudo se materializava ali, em Santa Cruz, ali era onde tudo se evidenciava!

Então, eu vi coisas no Centro de Treinamento de Santa Cruz, que eu não sei nem como eu voltei para lá depois! Eu acho que a gente se blindava tanto pelo amor que a gente tinha ao judô, a gente era tão desafiada por tudo que acontecia, que a gente permanecia. Porque todo mundo que fala sobre aquela época fala: como que eu continuei naquilo? (GCS)

As falas das entrevistadas, se complementam, neste ponto. Apesar da aparente divergência, elas contam partes de uma mesma história. Uma história que conta um momento de muita dificuldade para uma categoria do judô, o feminino, que era desacreditado. Com isto a infraestrutura ofertada era inferior ao que existia no judô masculino.

Diante das adversidades, entretanto, quem permaneceu, deveria demonstrar bastante resiliência, e esta relação aproximou demais as atletas que desenvolveram forte sentimento de coletividade, companheirismo e amizade para a vida.

A gente não deixava ninguém desistir! A gente não deixou ninguém para trás!

Sim. E eu tenho até vontade de chorar falando isso. Porque quando você pensa nisso, é tão bonito, sabe? E é tão verdadeiro, tanto que a gente é amiga até hoje. E às vezes eu vejo isso se perdendo...

E aí quando eu penso na gente, eu falo assim, caraca, que bacana que a gente era! Porque a gente não deixava ninguém para trás! Nem quem a gente não gostasse, porque a gente era um grupo. Era um grupo de muita rivalidade, mas de muita honestidade!

Porque a rivalidade era cada uma brigando pelo seu sonho, mas ninguém ficou para trás, a gente não deixava ninguém desistir do sonho, sabe? E isso me emociona demais, demais, eu acho muito bonito! (RCC)

Estamos contando a história de um país que criminalizou algumas práticas desportivas por muitos anos, assim, este grupo fala sobre a história de pioneiras e desbravadoras das primeiras gerações que vem, não só para apresentar equipes femininas do esporte, mas também para brigar por tratamento semelhante ao que se dava às equipes masculinas.

Nós fomos pedras fundamentais nessa engrenagem, nesse sucesso que é o Judô Feminino hoje! A gente pavimentou essa estrada, e não só a gente, mas também quem

veio antes de nós. O Rio de Janeiro tinha uma equipe de judô feminino muito forte. Nós éramos poucas em relação a São Paulo, que era um universo, mas nós éramos extremamente competitivas!

E graças a Deus a gente está conseguindo contar essa história! Eu acho legal essa história ser recontada! Para isso não se perder, para isso ficar registrado, para quem está subindo no pódio valorizar o que a gente passou, o que a gente se doou, o nosso percentual de entrega, a nossa vida! ... Quantas vezes a gente abriu mão de estar com família, estar com amigos, de ir para festa... tudo porque a gente tinha propósito. É sobre propósito, e a gente representou muito bem a nossa geração! (RCC)

Estas dificuldades são reveladas em suas rotinas diárias de treinamento, dificuldades financeiras e a consequente dificuldade com o deslocamento para poder manter um nível alto de treinamento, além do fato de percorrerem lugares em horários que a expunham a perigos, mas que criavam estratégias coletivas para conseguirem seguir:

Eu lembro que eu andava da Praça XV até lá o Santa Luzia, porque no dia a dia só podia pegar dois ônibus, só podia pegar um [de ida e um de volta]. Então aquela caminhada... voltava todo mundo junto, porque ninguém voltava sozinho.

Porque a gente tinha a consciência que éramos meninas e que a gente não podia andar sozinha naquele horário! Isso é lindo, isso é poético! Só que naquele tempo a gente não entendia! Era tão no automático, que a gente não conseguia entender a profundidade disso! Do companheirismo que era, sabe? Da cumplicidade de estar caminhando na mesma estrada, com o mesmo propósito, com o mesmo objetivo. E quando a atleta F romantiza isso, é porque vem isso à tona. (RCC)

Em relação ao apoio das famílias, as entrevistadas parecem ser unânimes quanto as suas experiências, relatando um total apoio das famílias: *“Com certeza. Meus pais me apoiavam 100%. As nossas mães eram amigas... eram amigas de arquibancadas, amigas de viagem!”* (RCC)

O destaque do suporte da família, na formação de atletas de ponta, parece demonstrar uma importância capaz de ajudar no enfrentamento de desafios únicos do esporte, e isto aparece na fala das atletas entrevistadas, que são também atletas que desempenharam e ainda desempenham um papel muito significativo no judô feminino.

As arquibancadas compostas de pais e mães, é um traço comum no esporte, e viagens “paitrocinadas” também representam uma realidade em que o apoio familiar aparece para superar a falta de infraestrutura e apoio ao desporto.

Porém, quando entramos no ponto da presença de atletas *dissonantes* no judô e como lidar com a questão, o assunto acaba por voltar no tempo, uma vez que suas experiências remetem as suas lembranças quando, na época, praticavam judô com a atleta H, tendo sido uma das entrevistadas, posteriormente, sua técnica.

Apesar da temática delicada e de uma sensação de que naquele momento mudava algo na entrevista, a experiência vivida pelas atletas deu o tom da conversa.

Inicialmente, é feita uma importante pontuação, no sentido de analisar a história a partir do momento em que ela acontece, considerando, inclusive a questão do desconhecimento do assunto.

*“Eu acho que essa é uma coisa que nem se discutia muito...”* (GCS)

E logo depois, ao voltar-se para o caso da Atleta H:

As coisas, elas aconteciam, mas na forma do *bullying* mesmo, sabe? Na forma da violência mesmo! Chacota, falando depreciativamente, sabe? Então, assim, eu acho que hoje que se fala sobre o que seria essa dissonância de uma forma mais explícita, talvez as pessoas consigam parar para perceber, mas naquela época, pelo que eu me lembro, era uma coisa muito mais nessa violência de ser uma pessoa completamente destoadada, que não performa uma feminilidade: ‘aí, se ela está fazendo judô e ela está toda machona!’ Era uma coisa que falava desse jeito, pejorativamente.

Mas não lembro de chegar ao ponto dela ser uma pessoa excluída, não lembro! Muito pelo contrário, às vezes até pessoas sentiam medo, sentiam mais respeito até, porque achavam que tinha até uma superioridade em termos de próprio judô mesmo. (GCS)

E este é um ponto de concordância na entrevista, um ar de reverência e não de exclusão na nova atleta que se destacava em termos de judô, pois a Atleta H parecia transitar entre a admiração, respeito e medo, por ser diferente. O primeiro impacto com sua chegada ao esporte causou algum estranhamento, mas sua personalidade fora dos tatames, aproximava mais do que afastava.

As lembranças de quem conviveu muito próxima a Atleta H aparecem nas palavras que se seguem:

E eu lembro que estava indo para uma competição no Sul... E a minha mãe sempre me acompanhava. Eu me lembro da Atleta H passando de chinelo de dedo, e eu ia lutar com a Atleta H. E minha mãe descobriu e surtou. E aí tinha uma novela que chamava... acho que está até repassando agora, que tinha uma menina que era hermafrodita, que o nome era Buba.

Menina, a minha mãe, sem noção, falou assim: ‘Minha filha não vai lá para lutar com essa Buba, não!’ A cara da minha mãe, sem noção! ... A cara da minha mãe fazer isso!

Só que depois, a minha mãe abraçou a Atleta H de uma forma que a Atleta H ficava na minha casa. A minha mãe cuidou da Atleta H, porque a minha mãe viu que ela era sozinha. Ela não tinha aquela rede de apoio que, no caso, eu tinha, que era minha mãe, a Atleta F, a mãe dela, as meninas que viajavam com os pais, tinha todo esse apoio... E ela não tinha.

[...] A gente pensava que ela era uma adversária forte. Era uma adversária a ser batida! Era uma adversária a ser superada! (RCC)

Entretanto, as lembranças começam a surgir durante a entrevista, com alguns casos de fora do ambiente da equipe, mas ainda de dentro do judô, situações em decorrência de uma aparência, uma estética que fugia do que se imaginava feminina. Relatos, que começam a apontar para situações constrangedoras e que Atleta H teria passado, antes mesmo de se

identificar que ela fosse intersexual. Situações de bullying por parte de adversários e pessoas ao seu redor, devido à exigência de um estereótipo feminino.

RCC se tornou treinadora da seleção brasileira, portanto, ela lembra de muitas experiências com Atleta H, por conta de sua dissonância e de sua estética:

Ela passou por algumas situações extra tatame, nunca em cima do tatame... No tatame só uma vez, na Holanda quando o treinador da Holanda, que a gente chamava de cachorrão[...] O cara começou a ficar falando em inglês, atacando a atleta.

Em meio a suas lembranças, surgem as reflexões, que parecem contar sobre as dificuldades ainda maiores que atletas em dissonância precisam enfrentar para resistir:

Ela passou por umas situações bem constrangedoras, que eu não sei como ela continuou! Acho que ela ligava um mundo à parte, ela desligava um interruptorzinho para poder continuar! Porque, com certeza, ela passou por muita coisa ruim, que talvez se uma de nós tivéssemos passado, a gente teria desistido... mas ela se manteve lá, então para mim ela é referência!

Por admirar tanto ela, a gente acabava não... entendendo o entorno também. (RCC)

As histórias começam a ser lembradas e contadas, pelo grupo:

Eu tive uma situação com ela, eu não sei se vocês ficaram sabendo, não sei se eu já contei isso, mas foi em um Mundial, primeiro Mundial por equipe, quando voltou lá na Bielorrússia, eu estava lutando também no 70 e ela no 78. E a gente estava em fila para pesar. A equipe da França toda sentada, porque pesava por ordem alfabética. [...] Só que engraçado, a gente quando vai pesar, a menina geralmente está de calcinha não vai de top e a Atleta H estava de top, sem calcinha, mas eu estava meio lesa porque eu estava tirando o peso, mas eu fico com o raciocínio meio lento e eu não estava entendendo, ... aí eu pensei, porque a Atleta H está assim? [...] porque a equipe toda estava centrada, eu não sei se foi de propósito, que a equipe ficou ali para ver, mas eu sei que teve esse detalhe, e ela fez com essa intenção, de elas verem que ela era menina! (DEO)

E cada caso, faz lembrar mais casos, o que começa a esboçar um quadro de tantas situações pelas quais a Atleta H teria passado, que nos permite considerar o peso do preconceito na vida de pessoas com dissonância de gênero, ainda que apenas estejamos abordando a questão pela ótica do esporte de rendimento.

Eu passei por umas situações extras, dela tentar, no aeroporto, entrar no banheiro feminino e a mulher dizer, não, não, não, encaminhando ela para o [banheiro]masculino.

Eu já briguei muito por causa disso, em um voo, um comissário da Varig chamando ela [Atleta H] de homem, e eu falei para o cara: 'ela não é homem, ela é uma menina, ela é uma lutadora, medalhista mundial,' e ele: 'ah, tá, desculpa, aí'. O cara, sem sensibilidade nenhuma, foi lá nela e falou assim: 'ah, desculpa, é que não deu para perceber, você não podia ter colocado um brinquinho?'

A gente também teve uma outra situação, a gente estava treinando no Equador, e eu já era técnica, treinadora, e aí foi uma das minhas primeiras imersões, treinando no Equador. E a gente estava passando o maior perrengue, um treinamento de campo lá em Cuenca, e aí encontramos uma família brasileira ... Eles levaram a gente para casa. E éramos todas meninas, e aí eu nunca vou esquecer! ... e uma das atletas falou assim:

‘Você já explicou para ela que a Atleta H é uma menina?’ ‘Ah, eu não! Ela deve saber! ... deve conhecer.’ Aí, num dado momento, a mulher falou assim: ‘E aí você? Como é que você se sente no meio dessas meninas todas, sendo o único menino?’  
 Cara, todo mundo ficou em silêncio e aí a Atleta H sumiu, não sei como ela conseguiu chegar no centro de treinamento, ela saiu sozinha, ela foi embora!

A próxima história é em cenário olímpico, nos Jogos de 1996, quando ainda era necessário que todas as atletas da categoria feminina, se submetessem aos “testes de feminilidade”.

O judô é subdividido em categorias por peso. Antes das competições é feita pesagem. Desta forma, as atletas precisam controlar o que consomem e o que gastam. Assim, na última hora, elas utilizam estratégias para perda de peso, para conseguirem competir, até porque, normalmente elas competem próximo ao peso máximo de sua categoria de peso:

em Atlanta e eu tinha feito o teste feminilidade, que antigamente era necessário fazer, [...], e ela [Atleta H] não tinha feito, [...]. E a gente sempre corria para perder peso, porque a gente depois, no final da corrida, tomava meio litro de *milkshake*, olha só, né? Cabeça de atleta, como é que era. E a gente todo dia corria para depois, na volta, parar para tomar o *milkshake*. Só que ela, a gente blindava, ela, porque tinha aquela coisa de será que ela vai passar no teste de feminilidade? E aí ela corria no meio da gente, porque toda hora era repórter, repórter, repórter, aquela coisa assim. Será que a Atleta H vai passar no teste de feminilidade? Cara, e ela sobreviveu a tudo isso! Então a minha admiração por ela é enorme! (RCC)

Conclui então uma das entrevistadas:

A gente sempre abraçou muito essa questão, mas eu acho que lá fora, e nesse caso, neste Mundial, foi feio! E a gente achou, assim, a sacada dela, genial! Vocês ficam falando que eu sou homem, então agora eu vou mostrar que não sou! E dela ter trocado, ter ido só de top e não ter ido de calcinha, mas aí agora, você falando isso [RCC], é uma coisa que ela já tinha passado antes! .... E ela não se sentia bem, né? (DEO)

Talvez a resiliência da Atleta H se fundasse em algo muito maior, como é lembrado no grupo:

Eu acho que ela conseguiu acionar um dispositivo de defesa, sabe? Porque é a única forma de ter ficado, dela ter permanecido!  
 Outro dia eu participei de uma *live* e ela [Atleta H] falou que era muito além disso! Porque ela vem de uma família muito pobre, de cortadores de cana e o esporte bateu na porta dela para dar uma condição de vida melhor para a família dela. Então justifica, superar tanta pancada, né? As coisas que ela passou, como ela resistiu! (RCC)

Sobre a discussão de existir ou não ganhos e perdas para as atletas *dissonantes* no esporte, ela surge como um ponto de complexidade na entrevista. Já destacamos que as atletas consideram que na época não havia uma discussão específica sobre essa questão, assim o que mais é pontuado é a admiração e o respeito pelo talento e habilidades da Atleta H como atleta, entretanto a questão é mais casuística do que um entendimento sobre o tema de forma em geral.

Na entrevista, as judocas a consideraram a Atleta H como uma supermulher, alguém extremamente forte e talentosa, mas também extremamente carismática e amiga. Por parte de uma das entrevistadas o entendimento é que a Atleta H só perdia quando queria.

Ao mesmo tempo que é admirada sua dedicação ao esporte, é expressa tristeza pelo fato da judoca não ter conquistado uma medalha olímpica, o que poderia ter proporcionado melhores condições de vida para ela.

Eu não lembro dessa discussão. Uma coisa que eu lembro é que a gente falava assim. Que, às vezes, a gente ficava com raiva. ‘A Atleta H só perde quando ela quer!’ A gente tinha aquela coisa de que ela era *super woman* e de que ela era muito mais do que a gente! Eu lembro disso, porque depois que eu me tornei treinadora, eu fui atleta junto com ela, depois eu me tornei treinadora e ela continuou sendo atleta e hoje eu sou a fã de carteirinha e, sou do fã clube dela, por tudo. E eu lembro de uma judoca cubana que era muito forte, que foi da geração dela, ela falava assim, a Atleta H é muito forte, ela só não me ganha quando ela não quer! (RCC)

Na visão da entrevistada a primeira medalha individual feminina nos Jogos Olímpicos de Pequim 2008, tiraria o peso da responsabilidade e da pressão, que, em seu entendimento seria o de chamar a atenção para a atleta *dissonante*, então a medalha de Ketleyn Quadros, teria permitido, em seu ponto de vista que a Atleta H, voltasse na repescagem com o propósito de vencer: “*Acabou a sua responsabilidade!*” Isto “*porque todo mundo depositava a responsabilidade de ter a primeira medalha do judô feminino nas mãos dela, nos ombros dela.*” (RCC)

Falei, Atleta H, é por você, por tudo que você passou, por tudo que você se dedicou, por toda a sua entrega, vai! Quando ela perdeu na eliminatória e voltou na repescagem e foi disputar a medalha com a espanhola, cara, eu tinha certeza que ela ia ganhar! Eu tinha certeza! Eu fiquei muito frustrada! Muito frustrada por ela não ter trazido a medalha dela, sabe? E não era para o judô feminino. O judô feminino já tinha sua primeira medalha. Era por ela! Então isso me trouxe muita tristeza.... Eu fiquei muito, muito triste, porque ela merecia! (RCC)

Mas ela não conseguiu subir ao pódio e ganhar a medalha em sua última oportunidade, sua última participação nos Jogos Olímpicos:

Eu tenho muita dó dela não ter conseguido a medalha olímpica dela, porque, com certeza, a vida dela teria sido melhor. Todo esse propósito dela de dar uma condição de vida para a família, acho que teria sido melhor.

E aí eu não sei até onde ela não queria estar em evidência! Existem dispositivos que são acionados na nossa cabeça! ‘Eu vou estar em evidência, eu vou passar por tudo isso de novo!’ Cara eu não sei, eu não sei realmente justificar, explicar, mas a justificativa, para mim é essa! (RCC)

Outro ponto levantado é que a Atleta H, para além da admiração e do respeito conquistado, carregava a responsabilidade de ser o diferencial da equipe. Existia, de fato a expectativa e uma percepção de que ela poderia ser um grande destaque na equipe feminina.

Entretanto, entre os meninos havia também um entendimento, que ela era uma oponente a ser batida, para provar uma superioridade masculina.

Aqui no Brasil, ela sofria mais dos meninos.  
Mas das meninas nunca teve isso, nunca. A gente sempre acolheu ela muito bem e eu acho que na nossa época não tinha essa coisa, a gente fala, logo me vem à cabeça é isso, que, no caso, existe aquele querer. (DEO)

Suas habilidades excepcionais no judô eram reconhecidas e sua presença no esporte nacional era valorizada. De fato, existia uma forte expressão de gratidão pelos seus esforços e contribuições ao judô feminino brasileiro.

Lutar contra a Atleta H significava ter a honra de enfrentar uma grande adversária. No entanto, é reconhecido que existiam histórias contadas por outras pessoas sobre situações de violência verbal ou *bullying* fora do ambiente competitivo.

Eu acho que tem duas coisas aqui interessantes, porque eu estava no outro lado pela idade e de nível. Eu estava do lado de admirar...eu era a *sparring*, eu ia para ajudar, para fazer um número no treino, eu e muitas outras, né? Então, nós estávamos no campo da admiração. A gente admirava todas essas mulheres que estavam representando o Brasil.  
Então, para a gente que estava nesse lado aqui, eu nunca presenciei ninguém falando absolutamente nada da Atleta H.  
É muito importante marcar que nós três somos do Rio de Janeiro e que a Atleta H é de São Paulo, sempre foi de São Paulo. Embora ela tenha frequentado o Rio de Janeiro há muito tempo, porque o presidente da CBJ abraçou muito ela no início, então ela chegou a ficar um tempo no Rio, por aqui, eu lembro dela frequentando alguns lugares, mas ela não permanecia aqui, ela não participava de todos os treinos aqui, era mais quando era treino justamente de seleção, alguma coisa do tipo.  
Mas quando tinha uma coisa a nível nacional, é que todo mundo do Rio encontrava com ela. Então, quando a gente chegava nesses encontros nacionais, é que a gente ouvia falar uma coisa ou outra, falar nesse sentido das violências como eu estou te falando, fazer aquele buchichinho com o outro, não era nada muito público. (GCS)

Parecia, entretanto, existir uma curiosidade, provavelmente resultante desta espécie de proteção e privacidade diferenciada dada à judoca:

A gente tem até, entre o nosso grupo, uma integrante que falou dessa história, no Centro de Treinamento, quando a Atleta H ia tomar banho, e ela ficava por cima do muro do banheiro para olhar. [...] E ela conta essa história hoje para gente, mas ela conta justamente falando, gente, mas naquela época eu era uma menina, uma moleque, eu queria, ver o que tinha. Depois que eu fui conhecer ela, depois que a gente começou a treinar juntas, depois que eu vi. ‘Que vacilo meu!’ Ela mesmo começou a recrutar por ela ter feito isso [...] Porque a Atleta H só tomava banho sozinha[...] Mas essa colega nossa conta essa história dizendo que ela queria fazer essa *trollagem* ali para ela naquele momento, justamente por ela ser uma pessoa que se destacava, inclusive porque tomava banho sozinha. Hoje ela conta isso de uma forma assim,

‘como eu fui moleque ali!’ Então é interessante até que a gente veja essas versões hoje, dessas pessoas.

Eu só comecei a ver a Atleta H como uma pessoa *dissonante* quando começaram a comentar, porque eu não conseguia ver a Atleta H como *dissonante*.

Então surge uma questão que diz respeito a uma mudança no tratamento surgido na equipe de São Caetano, a partir da descoberta da intersexualidade da Atleta H, que levou a suas companheiras de equipe, ou pelo menos algumas delas, a mudar de atitude, passando a tratar a atleta de forma preconceituosa.

Agora, vai perguntar isso para o pessoal de São Caetano, vai perguntar isso para o pessoal lá das regionais, se o acolhimento era o mesmo que a gente está te contando agora! Pôr a gente ser do Rio de Janeiro, admirando tanto ela!

Então, por outras ocasiões, eu tenho oportunidade de saber que a história não é essa que a gente está contando! Então, para a gente que está sendo muito interessante falar isso, por todo esse processo.

A Atleta B, a construção histórica, a linha de história da Atleta H na seleção, a Atleta B atravessou de ponta a ponta, *in loco*, do que ela passou. Agora, nós que estamos como espectadoras, nesses treinos, assistindo às competições, esperando quando a gente via, quando eu ia lá, que eu ia lutar com a Atleta H, quando eu ia na chave, a hora que eu ia encontrar com ela, eu ficava assim, caramba, mais uma oportunidade de eu levar uma porrada! Porque a gente sentia a honra de levar a porrada dela! A gente não ficava com medo de lutar com ela, ‘ai meu Deus, eu vou perder’, não!

Caramba, vou ter a honra de levar uma porrada dela, de levar um carimbo dela para casa! Era esse o discurso que a gente tinha para gente. Entendeu? A gente ficava feliz de poder lutar com ela e ser carimbada por ela. Quanto tempo será que ela vai me derrubar? Será que ela vai me derrubar em 5 segundos, 10 segundos, 20 segundos? Quantos segundos vão ser? Quantos segundos eu vou aguentar? A vitória era você passar de 30 segundos talvez, entendeu? Então, para nosso nível de judô, a admiração era nesse aspecto! Passava anos luz longe de algum tipo de preconceito, algum tipo de olhar diferenciado por questão disso! Então, essa é a realidade do meu entorno todo. (GCS)

É possível sentir o tom de indignação com o tratamento dado a Atleta H e a dificuldade de lidar com uma postura preconceituosa direcionada a uma atleta estimada, que se destacava, uma pessoa simples, sem uma rede de apoio, apenas pela sua condição de gênero.

Conspirando para esta forma de perceber como se propagava o preconceito, vindo da própria equipe da Atleta H, é complementada a história contada inicialmente sobre o apelido maldoso que utilizavam à época e as percepções de quem conhecia, de fato, a atleta e logo passava a valorizá-la ainda mais.

Eu vou até voltar aqui no episódio da minha mãe. Que a minha mãe reagiu daquela forma dentro do ônibus. Isso aconteceu porque começaram a abordar a minha mãe [sugerindo ser o pessoal de São Paulo] falando que eu ia lutar com uma menina que era igual a um homem. [...] Só que nessa mesma competição, a Atleta H, encantadora, né? A minha mãe se apaixonou pela Atleta H e virou militante em sua defesa. Mesmo sendo uma das minhas principais adversárias.

Mas a minha mãe ouviu isto de alguém de São Paulo mesmo, e a gente mesmo nem tinha percebido isso, que para a gente ela era mais uma adversária.

É isso que a Atleta G falou, eu conhecia a Atleta H na primeira competição dela a nível de brasileiro, que foi nesse brasileiro, e a gente seguiu juntas, e eu sempre

admirei muito ela, respeitei muito ela, e eu sou muito grata a ela, muito grata a ela por tudo que ela entregou para gente, para o esporte nacional, para o judô feminino, e para mim, pessoalmente! (RCC)

Parece não haver um consenso claro sobre como os órgãos de gestão do esporte lidavam com a questão das atletas *dissonantes* no judô, pelo menos não com a Atleta H. É mencionado que nunca houve uma discussão específica sobre esse assunto na época em que elas competiam, não existia ciência sobre uma diretriz, nem para o treinamento da seleção brasileira. Elas também não têm conhecimento direto de como a Atleta H teria sido tratada pelas estruturas de administração do judô.

No entanto, é destacada a importância do presidente da CBJ entre os anos de 1985 e 1990, que descobriu e investiu na Atleta H:

Quando a gente estava naquele momento, eu não tinha essa noção do que eu vou falar agora, e também é o que eu ouvi dizer.... Eu realmente não tenho como afirmar isso, e eu também nunca conversei sobre isso com ela. Eu ouvi dizer.... Ela, em certo momento, quis largar tudo para jogar futebol, porque ela era muito boa de futebol. E que parece que ameaçaram ela. Eu ouvi dizer isso, mas eu não tenho a menor noção... (RCC)

Ainda que sem uma certeza sobre a posição adotada pela CBJ, a entrevistada fala sobre a gratidão a seu presidente e o fato dele ter descoberto e investido na Atleta H.

Eu também tenho muita gratidão por ele. Eu acho que ele foi necessário sim para o judô, ele dentro das limitações dele, ele colocou o judô num patamar de respeito. Então assim, eu via as filhas dele, que eram nossas treinadoras, sempre com muito carinho com a Atleta H. Eu não percebia nada, de verdade. Eu, como a Atleta F, até nunca tinha pensado nisso, né? Essa hostilidade, ela era muito mais externa do que nacionalmente falando e agora com o olhar da Atleta G, eu também nunca tinha percebido isso regionalmente falando, a gente está falando aqui, dá para perceber que todo mundo aqui é fã da Atleta H. E a gente sempre acolheu muito ela. Inclusive dentro da minha casa, minha família, é uma admiração incrível! Então eu realmente não percebi nada disso, contei uma história aqui, não sei se é verdade, mas é isso! (RCC)

Soma-se a isto, a informação do dirigente ter procurado proteger a Atleta H e fazendo questão de explicitar o papel dele em sua carreira. Embora uma das entrevistadas tenha presenciado situações em que pessoas ao redor faziam comentários ou zombavam da Atleta H quando estavam em lugares públicos, não fica claro, nesta entrevista, se houve uma estrutura ou política específica para apoiá-la nessas situações.

Acho que eu fui a última pessoa a entrevistar o presidente da CBJ antes dele morrer. Fiquei muitas horas na casa dele, entrevistando ele, e ele me mostrou muitos documentos. E os documentos que ele me mostrou com muito gosto eram os que apareciam a Atleta H. Ele não escondia nada da admiração que tinha e, inclusive, o orgulho que tinha de ter falado que foi ele que a descobriu! Foi ele que deu as

oportunidades a ela. E é bom a gente lembrar também que ela fez parte de uma época em que as seletivas eram um pouco duvidosas, em termos de idoneidade.

Então, a Atleta H era uma pessoa que ele deixava sempre na ponta da lança. Dentre as pessoas que acabavam tendo alguns privilégios, se é que tinha, mas era o que ele fazia questão de explicitar, porque também não era em todas as categorias, não era em tudo, o tempo inteiro, mas a Atleta H era uma pessoa que a gente pode dizer que ele protegia, ele protegia mesmo. (GCS)

Pudemos perceber a existência de um olhar diferenciado para a Atleta H, que passava por um momento delicado, tendo sua vida exposta e atacada pela mídia e pelas pessoas em qualquer lugar que ia, diante de sua falta de recursos, precisando estar transitando nas ruas, em ônibus, com muitos desafios a serem enfrentados, desde a falta de informação até a estigmatização da população em geral:

E eu lembro de algumas ocasiões, algumas viagens [...] com relação a pegar ônibus [...] era sempre um grupo com cinco para mais, eu lembro que sempre quando tinha esse grupo de pessoas andando pelos lugares, quando a gente ia pegar transporte público para alguma coisa, tinha essa preocupação... ‘Mas ela vai com quem’ ‘Quem vai estar junto para pegar o ônibus?’ Porque eu lembro que tinham várias situações de pegar o ônibus e que sacaneavam ela, que alguém falava alguma coisa. As pessoas do entorno, algum tipo de comentário.

E eu lembro das filhas do dirigente, tentando dar essa blindada para ela não sair sozinha, preocupadas com quem ia sair com ela, quem ia ficar com ela, alguma coisa do tipo. Então, assim, não dá para dizer exatamente se houve alguma estrutura específica, mas eu lembro que isso foi comentado por ele, e lembro de ter presenciado algumas situações, mas como eu era muito nova também, eu não entendi porque que estava acontecendo isso, para mim não fazia muito sentido, mas com o tempo foi começando a fazer... (GCS)

Em relação ao posicionamento sobre a inclusão de atletas *dissonantes* no esporte, iniciamos com uma importante consideração de uma das entrevistadas: “*Eu penso que, às vezes, é até uma conversa que o mundo não está preparado. O que conta é o esporte seminário. Eu acho que a grande perda para o esporte é o esporte seminário.*” (GCS)

GCS, apresenta uma profunda crítica em relação à sociedade. Ela procura apontar discussões contemporâneas anteriores em comparação ao tema central do estudo, sua postura revela um entendimento de que as questões atuais são reflexo de desafios não enfrentados e sua argumentação sugere um forte senso de responsabilidade social e uma preocupação genuína com as injustiças e desigualdades que permeiam a sociedade e o esporte.

Há necessidade de a gente determinar o que é um esporte para mulheres e para homens, numa perspectiva biológica, para se preservar a justiça. No entanto, as pessoas confundem com essas dissonâncias quando elas precisam entender, precisam perceber, visualizar que as mulheres são de fato mulheres por performarem feminilidade e os homens são de fato homens por performarem masculinidade. (GCS)

Voltamos para o campo das performances e papéis sociais e como isto é cobrado às atletas da categoria feminina, sobretudo atletas de esportes entendidos como masculinos, como o judô:

Então, incomoda ainda muitas pessoas verem, num campeonato em que é para mulheres, para fêmeas, em que hoje em dia você já tem estudos que não falam de esporte feminino, mas falam de esporte para mulheres, justamente porque o feminino, ele vai para um campo da performance, vai para o campo da forma como a pessoa se apresenta. Se aquela mulher que joga futebol, quando ela sai, ela usa brinco, ela usa batom, ela usa vestido...

Eu lembro que isso fez parte até do último capítulo da minha tese, que eu fui acompanhando a seleção de judô, em que a preocupação que as meninas têm de sair do treino e imediatamente colocar os seus acessórios, em colocar os brincos, em colocar o anel, em arrumar o cabelo. É uma preocupação que a Atleta B também sempre teve de ir para o pódio toda arrumada, de sair da luta e se arrumar logo, porque ela quer que na câmera saia uma imagem que não é uma imagem toda distorcida daquela pessoa, porque incomoda para as pessoas verem as pessoas *dissonantes*. (GCS)

Prossegue a resposta, a partir do que existe sobre a categorização do esporte e toda sua base biológica:

Porque o esporte é binário. Porque o esporte entende que você tem que ser mulher fêmea e você precisa ser homem macho, performando a virilidade do homem. Então, quando você pergunta se é a favor ou se é contra, a gente primeiro precisa se despir, se desconstruir da ideia desse binarismo, entendendo que existe o campo do biológico, porque nem só a testosterona, inclusive, determina se de fato uma pessoa está sendo justa a competir com a outra. Nem a testosterona hoje, a gente pode dizer que é absolutamente a verdade, que vai dizer que está garantindo a justiça, mas a gente não pode negar que existe uma diferença biológica significativa, principalmente para esportes individuais, no judô, por exemplo, uma mulher trans que acabou de fazer uma transição há um ano atrás, dois anos atrás, aos 30 anos de idade, 20 e poucos anos de idade, e não dizer que vai ter uma diferença biológica. (GCS)

Antes mesmo da questão da vantagem por conta da diferença biológica, que é considerada como um ponto central pela entrevistada, seria necessário haver um letramento da população sobre esses conceitos:

Claro que vai ter uma diferença biológica! Se essa transição foi feita ainda na puberdade, e que não houve tempo para aquela pessoa se desenvolver em termos de densidade mineral óssea, em termos de amplitude de um monte de coisa, de força, etc., você começa a igualar essa justiça. Quando a gente vai para o campo do biológico, a gente tem que se despir dessas questões culturais. Então, ao falar aceito ou não aceito, é preciso primeiro a gente letrar a população desses conceitos binários. (GCS)

Sua conclusão é cautelosa e conservadora, demonstrando uma preocupação com a falta de compreensão social para com as atletas em dissonância:

Enquanto a população não estiver letrada sobre isso, é difícil alguém poder responder se aceita ou não aceita uma pessoa *dissonante* no esporte. Eu não sou!... Eu posso dizer que isso é uma opinião minha, porque na verdade é uma leitura que eu tenho do que está acontecendo do assunto. Então, hoje o esporte não está preparado para pessoas *dissonantes*. Mas o Comitê Olímpico faz o que pode. E, sinceramente, eu concordo com a forma como ele faz. Porque ele deu para as federações poder para dizer. 'Federações, façam o que for melhor e o justo, mesmo que talvez não seja tão justo assim!' Essa que é a leitura deles. Então, o mundo não está preparado para isso ainda porque não temos letramento suficiente sobre isso. (GCS)

Por outro lado, surge na entrevista a preocupação com as desigualdades existentes na inclusão de atletas dissonantes no esporte olímpico. Uma das entrevistadas ressalta exemplos em que meninas transgêneros têm maior dificuldade em serem aceitas nas categorias masculinas do esporte comparado aos meninos transgêneros sendo aceitos nas categorias femininas. Para ela, essa falta de igualdade compromete a equidade no esporte.

O que eu vejo em relação a isso é exatamente ao contrário. Você não vai ver uma menina que se tornou homem sendo aceita como a titular do time masculino.[...] Se tiver favorecendo um lado, está errado, porque o esporte não é sobre isso. O esporte é sobre oportunizar a todos. Se está privilegiando um lado, então para mim já morre na origem. Então, se é para dar opinião, já vou falar que eu sou contra, porque não tem para o outro lado, então eu sou contra! Eu não vejo essa briga! [para o menino trans] Eu não vejo essa discussão. Ao contrário, você entendeu? Mas para o lado das mulheres, sempre a gente tem que passar por esse perrengue todo. Em qualquer nível de discussão. Então, é isso. Eu acho que é raro! Eu acho que a gente tem que amadurecer a ideia! (RCC)

Fica claro que os critérios biológico e fisiológico, passam a ser o ponto de partida para toda a análise:

Em que momento começou essa transição? Em que momento isso a longo prazo vai comprometer? É uma história, ela não é só de vida, é uma história genética também, é uma história de amadurecimento a longo prazo. É igual um atleta. Em que momento você começou a ser atleta? A Atleta F começou tarde, teve que correr atrás para caramba para chegar... é isso, sabe? Para mim, se você não dá condições iguais, então está errado! (RCC)

Este é um posicionamento que gera unanimidade no grupo, a necessidade de haver igualdade entre os dois lados (homens transgêneros e mulheres transgêneros), assim como a visão biologista.

Uma vez o técnico da seleção masculina de vôlei, foi criticadíssimo porque ele falou e foi feita a leitura, sobre a Atleta J dar uma cortada. É força de homem! Não tem para onde ir!... Mas aí todo mundo, no caso, quando se está no meu time, não quer falar. Agora, como não era no time dele, ele falou e foi criticadíssimo, todo mundo caiu em cima, ele teve que pedir desculpa!

Mas o inverso, então, é o que a Atleta B falou, se não tiver dando igualdade para os dois, não tem por que existir.

Então, tem que ser estudado, tem que ver como é que você vai fazer isso. Hoje, do jeito que está, a gente vê que um lado leva a vantagem. Só beneficia um lado, né? (DEO)

Existem ainda outros pontos significativos apresentados como o quantitativo de atletas *dissonantes* atuando no esporte de competição, até as questões sobre suas representatividades e performatividades, resultando ou não em estigmatizações:

Mas eu queria fazer um comentário. A quantidade de casos no mundo, às vezes, nem justifica, não tem como se fazer determinados estudos, porque nem tem tantos casos assim, a gente que, se juntando todos esses casos no mundo inteiro, não consegue juntar uma centena de pessoas. Então, quando eu digo que eu acho que o Comitê Olímpico acerta em criar um departamento só para discutir essas questões relacionadas, principalmente as pessoas trans, porque, na verdade, começou com as intersexuais, como a Atleta H, por exemplo, e que na mesma época, no mesmo mês, no mesmo ano, a Atleta K do vôlei passou pela mesma situação, só não foi comentado, como a Atleta H. Então, porque ela fazia vôlei, porque ela era uma loirinha. Então, tudo que a Atleta K representava naquele momento era o oposto do que a Atleta H era. A Atleta H deveria ser super feminina, para ela querer ainda fazer judô, era o que se esperava dela!... (GCS)

E também os critérios a serem considerados para elegibilidade de atletas na categoria feminina, devendo-se levar em consideração não apenas o nível de testosterona livre no sangue, mas também fatores como o momento em que ocorreu a transição de gênero e o desenvolvimento físico da pessoa, além dos cuidados para não expor crianças e jovens. Ou seja, seria necessário ainda encontrar formas de equalizar os critérios para garantir a justiça, além da intimidade e privacidade das atletas.

Então, eu penso que acerta o Comitê Olímpico quando eles falam assim: ‘Olha, para a gente poder conversar sobre isso, o mundo precisa aceitar que essas pessoas existem no planeta’, para que elas, enquanto jovens e crianças, já tenham oportunidade de fazer essa transição, para elas não precisarem chegar com 30 anos e fazerem a transição com 25, 30 anos, que a gente sabe que é o final de carreira de atleta de alto rendimento, se for coletivo estica um pouco mais.

Quando o Comitê Olímpico bota na vitrine desse microcosmo que é o esporte, eles estão falando que as pessoas trans existem no mundo, e que é preciso aceitar que elas existem. Então aos 14 anos, como a Atleta L da patinação, que já começou a fazer a transição com 12 anos. (GCS)

Neste sentido, ganha importância a

informação em todos os níveis, sem tabu, sem preconceito, sem distorção, sem julgamento, para que isso se torne fluido. [...] hoje ainda é tabu.[...]. Acho que é informação, conhecimento e tornar isso mais natural. (RCC)

Mas, para que tudo isto possa acontecer são necessárias

ações afirmativas .... E tudo começa com a escola. [...] O primeiro contato que elas vão ter com vários esportes é na escola, e muitas vezes um clube, mas quem tem

acesso a um clube? Quem tem acesso a um projeto social que tenha acesso a este conhecimento, e médico? Que vai ter um endocrinologista, e que vai ter uma pessoa que possa receber essas pessoas sem preconceito? Eu acho que esse acolhimento, acho que isso tudo, essa informação, ela passa por vários níveis de profissionais, desde o primeiro contato desse sujeito com o esporte, seja de qual for.

E aí eu acho que isso se agrava muito quando a gente vai para esportes como judô, como futebol, como levantamento de peso [...], quando você pega esportes como estes, em que se espera que determinados sujeitos façam mais do que outros, porque em esportes que são mais consensuais como o vôlei, ou o basquete, que não existe muito preconceito se é homem ou mulher que faz, ou pelo menos, não tem muito preconceito. Agora o futebol, o, levantamento de peso, são modalidades que acabam preocupando no final. Lutas de maneira geral, taekwondo, de maneira geral, as lutas. (GCS)

A entrevistadas também destacam a importância de se promover igualdade de oportunidades no esporte. Elas defendem que as estruturas esportivas devem oferecer suporte e recursos adequados desde as categorias de base até o nível profissional, garantindo assim condições igualitárias para todos os atletas. Elas ressaltam que políticas públicas eficientes, incluindo apoio financeiro, infraestrutura adequada e equipes multidisciplinares, são essenciais para promover essa justiça.

Eu acho que a gente tem falhas tão básicas, né? [...] eu sempre falo com a minha experiência no esporte que as vezes as meninas não menstruam, a mãe não sabe, o pai não sabe, o treinador não sabe...A estrutura do esporte precisa ser aperfeiçoada na base. A gente tendo uma base, uma estrutura, o que é estrutura? Uma equipe multidisciplinar. Hoje é a base que mais abastece o esporte popular, né, não os esportes elitizados, como natação, tênis, mas os projetos sociais. As estruturas municipais, estaduais, federais, elas precisam ter essa responsabilidade, essa consciência desse primeiro contato do esporte, tirar a qualidade. E se houver essa estrutura, principalmente dessa parte de endocrinologista, ginecologista, os outros “istas” da vida, a gente vai ter um celeiro muito maior de atletas. E não esquecer na parte mental essas crianças, com cargas emocionais que muitos dos nossos problemas se minimizariam na elite. Então, eu acho que a gente tem que ter os nossos olhos na origem. (RCC)

Esta reflexão merece se somar ao fato de que mesmo o judô, uma das modalidades esportivas mais populares do Brasil e com grandes resultados em nível internacional, pois trouxe maior número de medalhas nos Jogos Olímpicos para nosso país, e mesmo assim “[...] nessa categoria de base, 13, 15 anos, que tem problemas seríssimos, quem acaba fazendo a questão de psicólogo somos nós, os professores, os treinadores e não é uma função nossa” e ainda que em ano olímpico, que costumava representar um olhar mais generoso ao esporte “a gente não tem visto mais isso.” (DEO)

As entrevistadas apontam outras falhas nas políticas públicas existentes atualmente. Elas mencionam falta de investimento na base do esporte e ausência de estruturas adequadas nos projetos sociais e escolas públicas. Também mencionam a falta de valorização dos talentos locais por parte das federações esportivas.

Eu acho que o que resume isso daí são as relações de poder que se estabelecem entre um governo e outro. Então acaba que predomina uma política de governo, não política de Estado. [...]E a gente vê, inclusive, em alguns lugares, como São Paulo, [...] que cidades têm uma prioridade enorme para os esportes, porque aquilo ali está claramente como uma política de Estado, não está como uma política de governo. Olha quantos prefeitos em cada uma das cidades, aquilo lá ainda é uma prioridade. Então, tudo isso que a gente está falando que falta, que está como precário, deficitário, em estados como até o próprio Rio de Janeiro, o estado do Amazonas, ou muitos outros, na maioria, na verdade, os estados brasileiros têm esse déficit com relação a uma política que permaneça, que perdure[...]

O valor que a gente fala não só do esporte olímpico, o educacional. Então, a gente fica vendo todas essas relações de poder se estabelecendo no campo do CREF [Conselho Regional de Educação Física], as federações esportivas, as confederações, os deputados estaduais, os vereadores, [...], a gente vê alguns espaços mínimos disputando determinadas coisas que vão atender uma minoria.

Mas a gente tem exemplos daquilo que funciona como em São Paulo. [...] A gente vê que é possível que aquilo ali se estabeleça em alguma medida. (GCS)

Então são abordados o risco de não existir políticas públicas afirmativas no desporto, com graves consequências a construção dos sujeitos de direito e perpetuação das desigualdades e da segregação.

Então, quando a gente tem uma política que não valoriza sujeitos e sim mão de obra e sim utilidade o quão útil aquela pessoa pode ser para a minha sociedade o esporte vai continuar não sendo uma prioridade[...] o esporte é uma forma de a gente colocar essas pessoas, não tem a ver só com saúde, está longe, o esporte é uma forma de você fazer isso. É você ser inserido na sociedade, é pertencimento, é identidade, é felicidade das pessoas. É você sair de uma zona de conflito.

Enquanto não tiver essas informações que nós falamos que são tão importantes para chegar aos cidadãos, às pessoas, eu acho que elas não vão chegar, eu acho que vai ser politicamente interessante que essas informações não cheguem para que as pessoas continuem desinformadas, e que a desinformação continue através de internet, através de redes sociais, que a desinformação aconteça para que os privilegiados possam continuar tendo seus privilégios. Então eu acho que a gente vai continuar ouvindo lacunas como essa que elas duas mencionaram, porque elas estão muito mais próximas desse ambiente do atleta de base e do alto rendimento. (GCS)

Diante destas lacunas e da manutenção da desinformação, limitando o acesso às oportunidades que o esporte pode proporcionar, estamos diante de uma dinâmica que leva, invariavelmente a um ciclo em que a exclusão social se torna mais acentuada, fazendo o caminho contrário do que o esporte busca promover.

## 5 – CORPOS DISSONANTES EM PONTOS DE VISTA

A partir da coleta das falas das atletas e das entrevistas realizadas de forma individual e de grupo focal, foi possível levantar as categorias de análise que estruturam o tipo de segmentação que vem sendo praticada, norteadas pelas competições internacionais e olímpicas, e que correspondem à visão oficial da questão, sendo estas subdivididas em duas categorias de análise, que se organizam, inicialmente, na perspectiva de dimensão pessoal, e, a seguir, na perspectiva de dimensão profissional.

### 5.1 – Dimensão Pessoal

Em relação à dimensão pessoal, tanto na compilação das informações dispersas na internet, quanto nas entrevistas individuais realizadas com as atletas dissonantes, houve uma convergência dos pontos de vista das atletas no sentido de que todas afirmam se reconhecer como mulheres, de maneira clara e assertiva, desafiando normas sociais e expectativas binárias. Conforme passamos a destacar: "*Eu sempre fui muito, muito feminina, muito menininha*" (FTA1), "*nasci menina, está escrito, né*" (FEC4), "*sempre fui uma menina*" (SHS), "*eu tenho a minha condição psicológica, que é feminina*" (EDS), e "*eu tinha seis anos e, embora meu nome fosse João (era assim que todos me chamavam em casa), eu já me via como uma menina*" (FMJ1).

Essas declarações revelam a forma como elas se afirmam como mulheres, com suas histórias pessoais e identidades, independentemente das normas binárias que historicamente definem o que é ser "homem" ou "mulher" no contexto esportivo e social. Existem, entretanto, peculiaridades que as diferenciam.

Atletas trans desejam ser vistas como mulheres e buscam uma imagem que reflita sua verdadeira identidade, desafiando visões simplistas ou estereotipadas. A identidade é a forma como uma pessoa se reconhece, independentemente do seu sexo biológico, ela está intimamente ligada tanto à busca por aceitação e reconhecimento, quanto ao desejo de ser vista como um indivíduo completo, em vez de ser reduzida, no caso de atletas *dissonantes*, à sua condição de transgênero ou intersexual.

A trajetória da atleta trans do vôlei é marcada por desafios relacionados à sua identidade feminina, desde a infância até a transição para o feminino na fase adulta, quando tomou a

decisão de alinhar seu corpo à sua verdadeira identidade de gênero. Ao longo de sua trajetória, a atleta experimentou tanto o preconceito quanto a rejeição, mas também encontrou forças para se afirmar e buscar, no esporte, um caminho para visibilidade e aceitação.

Desde muito jovem, ela sempre se identificou como uma menina, com uma postura feminina que a acompanhava em todos os aspectos de sua vida. O fato de ser uma criança e adolescente que expressava sua feminilidade de maneira genuína foi visto com desdém e hostilidade por muitas pessoas ao seu redor, que a rotulavam de maneira pejorativa. “*Ganhava rótulos e apelidos como ‘florzinha, docinho, mulherzinha’.*” (FTA1)

A atleta destaca o momento em que percebeu que sua feminilidade poderia se tornar um obstáculo para a inserção no esporte competitivo. Ao tentar ingressar em clubes de vôlei, ela se deparou com a rígida divisão entre o masculino e o feminino nas peneiras de seleção. Ao ser rejeitada por sua feminilidade, ela sentiu que sua identidade estava sendo invalidada. O fato de se expressar de maneira feminina era um impeditivo, um fator que lhe roubava oportunidades dentro do mundo competitivo. “*Eu decidi que eu tinha que mudar[...] Se eu quisesse ser atleta eu tinha que ser durinha! Se eu quisesse ser atleta eu tinha que ter uma postura de homem!*” (FTA1)

Em uma tentativa de se ajustar a essas normas, ela passou a forçar sua expressão de gênero, tentando se aproximar de um ideal de masculinidade. Era uma masculinização forçada, uma tentativa de modificar seu comportamento para corresponder ao que era esperado para alguém que desejava competir em um esporte dominado por normas de gênero rígidas.

A virada na sua vida aconteceu com sua decisão de iniciar a transição para o gênero feminino. Após anos de angústia e medo, ela optou por realizar a cirurgia de redesignação sexual em 2014, um processo que também envolveu tratamentos hormonais iniciados em 2012. Durante esse processo, ela fez uma escolha corajosa, não só em relação ao seu corpo, mas também à sua identidade no esporte que era parar de jogar vôlei. Essa decisão de interromper sua carreira no auge da sua performance esportiva reflete o peso que a transição tinha para ela, não só no âmbito pessoal, mas também no sentido de redefinir sua identidade dentro do contexto competitivo.

Após a cirurgia, ela expressou uma grande felicidade com a transformação de seu corpo. Para ela, a cirurgia foi uma maneira de finalmente alcançar a harmonia entre corpo e identidade, e essa mudança foi central para seu bem-estar físico e emocional. O processo de feminização de seu corpo não foi apenas estético, mas também psicológico, marcando uma fase de autorreconhecimento e aceitação plena de sua identidade feminina.

Isso nos permite entender que sua imagem, e seu desejo de ser vista como mulher, passou por estratégias diversas. Verificamos que para a atletas trans do vôlei, a cirurgia de redesignação de sexo “*Eu decidi fazer minha transição*” [...] “*só que a transição, a gente começa a tomar o hormônio*” (FTA1). “*Nunca me senti tão bem [após a cirurgia de redesignação], não tive problema nenhum. Estou perfeita. Tanto na parte estética quanto funcional. É claro, você sabe, mulher sempre quer mudar uma coisinha ou outra, mas me sinto ótima*” (FTA3) e outras demais cirurgias plásticas foram necessárias neste processo de construção de sua nova identidade. Sua transição, portanto, envolve um processo longo e bastante caro, não sendo, para ela, apenas uma mudança de nome, mas uma reconfiguração profunda de sua identidade.

Diante de uma disputa em torno de sua identidade e do que significa ser uma mulher no esporte, os procedimentos de purificação visam performar a feminilidade da atleta a fim de integrá-la ao esporte segregado de forma binária (masculino e feminino).

Ela lida, entretanto, com uma questão, antes de sua transição ela era tratada como feminina pela sua postura, e após o processo de transição, mesmo com sua performatividade de um corpo construído cuidadosamente, ela é rotulada como homem frequentemente, fazendo-a se sentir frustrada com a forma como a sociedade ainda a vê. “*Ai hoje, com sucesso do mulherão eles preferem me chamar de homem! ...*” (FTA1) Com um tom de indignação ela refuta o rótulo de "homem", reforçando que sua feminilidade é uma parte intrínseca de quem ela é. Essa resistência à normatização de seu corpo e identidade indica que sua busca vai além da aceitação, mas também redefine o que significa ser mulher no contexto esportivo.

A atleta trans do futebol, entrevistada no estudo, permite compreender que na reconstrução de uma nova identidade a cirurgia de redesignação não foi necessária para ela, mas o tratamento hormonal e a mudança da documentação, além de cuidados com sua aparência física feminina. “*Nem pretendo. Faço controle hormonal e isto já é suficiente! Que na verdade hoje, na área que eu estou, não exige mais a questão do controle hormonal, basta ter a documentação regularizada como feminino*” (SHS)

Ela se destaca por uma autoconsciência bem marcada em relação à sua identidade de gênero desde a infância, se identificando como menina desde pequena e rejeitando a imposição de comportamentos masculinos, “*eu já cresci sendo essa pessoa. Então, não tive a condição de pensar se seria isso ou aquilo. Eu sempre fui decidida em ser isso. Eu não me via nunca como uma figura masculina. Sempre fui uma menina. E eu cresci assim, desde pequenininha.*” (SHS), indicando em sua entrevista um forte senso de autonomia em sua identidade, tendo ido

de encontro com as expectativas sociais, dentro de casa. *“Sempre fui autêntica. O objetivo foi o que eu quis. Então, ninguém nunca me amedrontou.”* (SHS)

A transição dela vai de uma menina forçada a praticar um esporte que o pai entendia como sendo uma ferramenta de “correções de dissonâncias”, um esporte que ela não gostava, mas que a transformaria em homem, *“eu não gostava de futebol. Nunca gostei de futebol. Porém, eu era forçada a ir para o campo através do meu pai. Por conta que, na cabeça dele, eu ia virar homem, jogando futebol!”* Isto por se tratar de um esporte masculino, tomando por base os chamados critérios “naturais”, ligados ao sexo (SOUZA; KNIJNIK, 2007), a alguém que se liberta através do esporte.

A atleta abraça sua feminilidade, mostra o poder do autoconhecimento e da autoaceitação, subvertendo a lógica paterna. Assim, ela passa a amar o esporte que se tornou sua profissão e que a permitiu que sua transexualidade fosse aceita pelos seus entes e por todos. *“Depois que o futebol profissional entrou na minha vida[...] mudou tudo!”* (SHS). E como consequência, ela começou a ser respeitada pelo que ela é e fazendo o que ela gosta. *“eles perceberam que eu era uma pessoa que poderia ser quem eu sou. E chegar onde eu quisesse, sendo quem eu sou. Então, a partir daí o respeito, o acolhimento, veio tudo junto.”* (SHS)

A jovem atleta trans da patinação, muito cedo se percebia como uma menina e contou isto aos seus pais, que em razão da dificuldade inicial em compreender sua questão buscaram acompanhamento multidisciplinar, para que toda a família acolhesse a menina. Desde então ela utiliza o bloqueio puberal, ainda não tendo decidido seus próximos passos. Em razão disto, sua estética, é bastante feminina, tendo pouco influência de hormônios masculinos na sua formação e por conta disto, ela tem um melhor trânsito em espaços variados, o que lhe garante maior conforto, tanto socialmente, quanto no esporte. *“Fui mostrando que João era, na verdade, Maria. E percebi que seria ali sim, eu seria aceita e respeitada nesta condição pela primeira vez na minha vida! Lembro que também não foi fácil para eles, a família toda foi fazer terapia”* (FMJ1)

Ela teve que lidar também com a dificuldade de não ser chamada pelo seu nome social, destacando a importância do nome como um aspecto central da identidade de uma pessoa, no processo de validação da experiência de transição. *“Já no meu primeiro campeonato de patinação no gelo, por exemplo, não respeitaram meu nome social e me chamaram, na frente de todos, por João, me constrangendo na frente do todo o campeonato.”* (FMJ1)

A atleta intersexual do judô, uma menina que sai do interior do sertão, com pouca escolaridade e busca no esporte um tratamento que a ajudasse a melhorar sua saúde e que depois se transformou no seu único caminho para sair de toda a miséria e desesperança, alega que esta

preocupação estética, nunca fez parte de sua vida, apesar de ela reconhecer sua identidade feminina. “*Não tinha essa cobrança também, de ‘ah, você tem que usar roupa assim. Você tem que usar o cabelo dessa forma’.* Até mesmo porque não existia esse tipo de vaidade dentro da minha família.” (EDS). Entretanto, a falta desta preocupação, que fazia com ela não ligasse para as roupas que vestia, ou seu corte de cabelo, ou por realizar gestos mais delicados e femininos, a princípio apenas eram alvos de algum estranhamento, sendo, posteriormente, motivo de uma desconfiança maior.

Ela percebia algo que parecia ser diferente em seu corpo, mas não tinha maiores preocupações com isto, “*eu sabia que tinha alguma coisa diferente ali, mas não me incomodava. Até então, eu não tinha uma pressão para mudar.... Aquilo lá era meu jeito.*” (EDS) Até que às vésperas de sua primeira participação em um evento olímpico, “não passou” no teste de sexo, precisando tomar rápidas decisões, no que foi informado a ela, seria uma questão de saúde muito grave que ela apresentava, e que ela poderia, por conta de sua condição, ter uma evolução no seu quadro para um câncer.

Assim, sua condição de gênero chegou para ela como uma questão de saúde, em que ela precisava tomar decisões muito rápidas, inclusive em relação a seguir ou não sua trajetória no esporte competitivo e olímpico “*...não é pela medalha em si, o resultado, é pela minha saúde!*” “*Se eu não seguir o que está sendo apresentado para mim, até quando eu vou viver, porque isso daqui pode se transformar num problema muito maior lá na frente*” (EDS)

E agora, além deste teste com um resultado que nada representava sua história de vida, sua performatividade ganhava novas consequências, pois teve que lidar com uma desconfiança, disseminada nas mídias e que impregnou na sociedade também. Até andar nas ruas e pegar um ônibus, passou a ser complicado, assim como também no ambiente onde treinava, sua vida foi muito dificultada por conta desta presunção.

Se você expõe uma coisa com uma vírgula fora do lugar e tem um malicioso ali, ele vai pegar e vão ter 300 milhões, 250 milhões que vão abraçar aquela piada! Eu estou dizendo porque eu vivi isso daí, no Caceta e Planeta da época lá, eles faziam piada comigo direto e todo mundo, o *bullying* analógico, no meio da rua, as pessoas apontavam para mim dentro do ônibus, quando eu estava indo para o treinamento, as pessoas ficavam rindo da minha cara dentro do ônibus! ... (EDS)

No caso da atleta intersexual do vôlei, precisamos iniciar nossa reflexão a partir do entendimento que, até então, sua identidade feminina nem era uma questão, mas a partir do teste de sexo realizado por volta dos seus 17 anos, tudo se tornou nebuloso. Ela descobriu que era intersexual.

Aí eu fui fazer um teste de gênero, né? Assim, toda a equipe, todas as meninas faziam, e eu, né, no meu caso, era menina, nasci menina, está escrito, né, tudo, está tudo certo em mim como mulher. E de repente te dão uma bomba dessas te avisam que você não passou no teste de gênero! Eles não me preservaram ali, eles soltaram para a imprensa! (FEC4)

Nascida e registrada como mulher, performando feminilidade, sua identidade era válida. Mas a jovem que vivenciava uma ascensão meteórica no esporte, após o cumprimento de uma exigência, aparentemente sem sentido, passava por um turbilhão.

O exame, revelado em uma coletiva de imprensa, funcionou como uma “bomba”, tendo um enorme impacto em sua vida. Reconhecida e identificada como mulher desde o nascimento, passou a ser ofendida e chamada de expressões indignas e pejorativas, enquanto precisava lidar com questões sobre sua saúde e sua vida profissional. *“Era apenas uma garota de 17 anos. Os jornais começaram a publicar matérias equivocadas, dizendo que eu era hermafrodita, travesti, alegavam que eu usava drogas, tomava substâncias proibidas, inventavam de tudo o que queriam...”* (FEC3)

Entretanto, ela recebeu apoio da gestão de seu esporte, foi para a Europa se tratar, fez tratamento hormonal, cirurgia e novo teste de sexo, estando “aprovada”, recebendo sua carteira rosa e retornando ao Brasil para novamente jogar na Seleção Brasileira. Jovem, *“fiz todo o processo o processo de cura, porque também essa doença traz várias coisas”...* *“Foi um processo difícil. Tive que ir à França para obter um documento rosa, comprovando minha identidade.”* (FEC3) Esguia, loura e bonita, não demorou a conquistar o título de “musa da seleção”. *“Aí fiz tudo! Fiz o tratamento [...] e voltei a jogar. Voltei com o mesmo talento, com a mesma garra! Só que a menininha lourinha, né? 1,80 m bonitinha e virou a musa! Aí todo mundo esqueceu!”* (FEC3)

Os casos das atletas intersexuais do vôlei e do judô são emblemáticos na história do esporte brasileiro e internacional, pois revelam as tensões entre identidade de gênero, biopolítica e as rígidas normas de feminilidade que ainda dominam o campo esportivo. (FOUCAULT, 1979; 1985) Ambas as atletas, intersexuais, enfrentaram uma série de desafios relacionados à sua identidade corporal e ao modo como a sociedade e o esporte lidam com os corpos que não se encaixam nas categorias binárias de "masculino" e "feminino". *“Você imagina, todo mundo me acusando, me apontando... todo mundo maldoso, todo mundo falava coisas horrorosas e eu, uma criança, eu não sabia o que estava acontecendo!”* (FEC3) e *“as pessoas que se apossavam das informações que vinham através da mídia (e muitas vezes, avaliando agora, pois na época eu não tinha essa percepção), muitas vezes eram informações*

*sensacionalistas. As pessoas se apossavam dessa informação para poder me julgar.*” (EDS) A trajetória de ambas, atravessada por testes de feminilidade, revela como as questões de gênero, saúde e classe se entrelaçam, evidenciando o quão complexa e violenta é a tentativa de impor uma normatividade binária ao corpo humano. (CRENSHAW, 2002)

As atletas compartilham a experiência traumática de terem sido submetidas a testes de feminilidade. Embora esses testes tenham sido oficialmente abolidos em muitos esportes, eles continuam a ter grande impacto nas trajetórias de muitas atletas, especialmente as que, como elas, têm características corporais que fogem aos padrões tradicionais do que é considerado “feminino”.

Os testes de sexo foram abolidos em 2000, entretanto, nos Jogos Olímpicos do Rio (2016), várias atletas intersexuais negras como, Margaret Wambui, do Quênia; Francine Niyonsada, de Burundi e Caster Semenya, da África do Sul, foram obrigadas a realizar estes testes por conta de suas características masculinas.

No caso da atleta do judô, exposta após um teste de sexo, no qual foi descoberta uma condição de gênero intersexo, não apenas teve que enfrentar o estigma da mídia e da sociedade, mas também a constante vigilância sobre seu corpo e sua identidade. Seu caso expôs o que Pires (2015) chama de “biopolítica do gênero”, onde o valor do dimorfismo sexual é preservado por uma estrutura que não tolera desvios e impõe uma dicotomia entre masculino e feminino. A luta desta atleta não se resume apenas ao reconhecimento como mulher, mas também à busca por um espaço onde possa ser respeitada e aceita, sem que seja necessária uma teatralização de seus gestos, falas ou de sua definição estética. Ela passou a estar “...24 horas no jornal, estava no *Jornal Nacional*, estava nos programas de comédia do *Caceta e Planeta*. [...] *Sabe quando você se sente a atração do circo?*” (EDS)

Da mesma forma, atleta intersexual do vôlei, teve sua identidade de gênero questionada de forma cruel após o resultado de um teste de sexo, tornado público em uma coletiva de imprensa, o que gerou uma onda de ataques na mídia. “*Era difícil ir a uma festa ou sair em público porque as pessoas olhavam. Minha única opção era me esconder e ser forte, porque o voleibol era a oportunidade de uma vida melhor para mim e minha família.*” (FEC2)

Estas histórias revelam também como o esporte e a sociedade lidam com os corpos que se desajustam às expectativas. A “cura” da atleta do vôlei, que foi tratada com hormônios e cirurgia, é um reflexo da biopolítica de regulação dos corpos no esporte. Em um processo de “normalização”, voltou a ser socialmente aceita quando passou a se encaixar em um padrão de corpo feminino, o que lhe permitiu retomar seu lugar na seleção brasileira de vôlei. (PIRES, 2015)

Sua beleza e comportamento passaram a ser destacados, e ela foi incorporada à narrativa da "musa", uma categoria que associa o valor das mulheres a padrões estéticos e comportamentais específicos. Essa trajetória de “cura” e aceitação se articula com o conceito de passabilidade, que está intimamente ligado à biopolítica do gênero. A passabilidade, ou seja, a capacidade de se conformar aos padrões sociais de gênero, funciona como uma moeda de troca para a aceitação em espaços normatizados. O corpo da atleta, depois de tratado, tornou-se mais facilmente legível como “feminino” e, por isso, foi integrado de volta ao esporte. Sua "cura" não foi apenas médica, mas também social, pois a sociedade a aceitou novamente quando ela passou a cumprir os estereótipos de uma mulher convencionalmente reconhecível. (BORGET et al., 2023)

A biopolítica do gênero, como discutido por Pires (2015), não se limita ao campo das ciências biológicas, mas se estende às esferas sociais e culturais, impondo formas rígidas de se pensar e viver o corpo. Essa normatização binária, em que o valor de um corpo se mede pela sua conformidade com o ideal masculino ou feminino, não só limita a liberdade individual, mas também reforça a opressão daqueles que não se encaixam nesse molde.

Ambas as atletas tiveram que lutar não apenas contra as expectativas físicas, mas contra as construções sociais e culturais de feminilidade que foram impostas a elas. A atleta intersexual do judô, cuja performance esportiva não se alinhava ao estereótipo de feminilidade, e a atleta intersexual do vôlei, que, após ser "tratada", se tornou a personificação da feminilidade idealizada, representam as duas faces da opressão do corpo feminino no esporte.

Os casos das atletas trans do vôlei, da patinação e do futebol fornecem um ponto de partida importante para uma análise crítica sobre as dificuldades enfrentadas por atletas trans no esporte, especialmente no que diz respeito à aceitação de suas identidades de gênero e a pressão para se conformar aos padrões binários de feminilidade.

Para analisar as atletas trans do estudo, utilizaremos Bourdieu (1983) e os conceitos de capital simbólico e poder simbólico, que ajudarão a compreender as relações de poder que envolvem o reconhecimento social e cultural. O capital simbólico se refere ao prestígio, respeito e reconhecimento que um indivíduo ou grupo adquire dentro de um determinado campo social. Esse capital se manifesta na capacidade de alguém ser aceito e validado pela sociedade conforme suas características, comportamentos e status social, geralmente construídos com base em normas estéticas e de gênero. Já o poder simbólico está relacionado à capacidade de grupos ou indivíduos dominantes de impor e legitimar suas próprias representações sobre o que é considerado válido ou legítimo dentro de uma sociedade ou campo específico.

No caso das atletas trans, do vôlei, da patinação e do futebol, suas identidades de gênero desafiam as normas estabelecidas, e o reconhecimento social e esportivo delas está intimamente ligado à luta pelo capital simbólico da feminilidade, que muitas vezes precisa ser conquistado à custa de uma performance cuidadosa e das expectativas da sociedade. Quando essas atletas não se ajustam completamente às normas de gênero predominantes, elas enfrentam a exclusão simbólica e a luta por poder simbólico no contexto esportivo, onde a identidade feminina tradicionalmente é associada a comportamentos, estéticas e corpos normatizados.

A atleta trans do vôlei, mesmo após a transição e a transformação de seu corpo para se alinhar com as expectativas femininas, ainda é rotulada como "homem". *“Aí hoje, com sucesso do mulherão eles preferem me chamar de homem!”* (FTA1). Isso revela a dificuldade de conquistar o capital simbólico de ser reconhecida plenamente como mulher. A resistência a esse rótulo e a reafirmação de sua feminilidade, que é intrínseca à sua identidade, ilustram a luta por reconhecimento no campo simbólico do esporte e da sociedade. A imposição de rótulos que invalidam sua identidade reforça o poder simbólico de uma estrutura social que define o que é aceitável e o que não é, perpetuando um sistema de exclusão que mantém um padrão rígido de feminilidade.

No caso da atleta trans da patinação sua facilidade em "passar" como mulher, devido à sua estética feminina e à utilização de bloqueios hormonais, facilita sua obtenção de capital simbólico, o que, em grande parte, assegura sua aceitação tanto no esporte quanto na sociedade. A passabilidade, aqui, funciona como uma chave para o acesso a esse capital, uma vez que ela se ajusta aos estereótipos de gênero feminino, permitindo uma navegação mais fluida nos ambientes sociais e esportivos. (BORGET et al., 2023)

As questões de gênero no esporte podem ser analisadas à luz da teoria de Foucault (1985) para se referir às formas de controle social que não se exercem apenas sobre as mentes, mas também sobre os corpos dos indivíduos, regulando aspectos de sua existência através de normas e práticas institucionais. O biopoder é exercido de maneira sutil e invisível, muitas vezes por meio de mecanismos de normatização e categorização, como a definição de quem é considerado "mulher" e quem não é, com base em critérios físicos, hormonais e estéticos.

O esporte, como uma instituição que regula e organiza os corpos, tem um papel central nesse processo. Atletas trans, como a atleta do vôlei, enfrentam o biopoder em sua forma mais visível, através de exigências hormonais e a categorização rigorosa de corpos masculinos e femininos.

O controle biológico (através de testes, bloqueadores hormonais e tratamentos de redesignação) é uma maneira de disciplinar os corpos das atletas e garantir que eles se ajustem às normas impostas pelo sistema esportivo.

No caso das atletas trans do futebol e vôlei que iniciaram sua transição depois de um período em que seu corpo foi moldado pelas expectativas masculinas, sua jornada ilustra como o biopoder age na regulação dos corpos, forçando uma adaptação à heteronormatividade e ao que se espera de uma mulher dentro dos campos esportivos, diferente da atleta trans da patinação, que têm uma aparência considerada feminina e se alinha aos estereótipos sociais de gênero, até por conta de começar a usar bloqueador puberal ainda na infância, ela consegue transitar com maior facilidade nos ambientes sociais e esportivos, onde sua identidade de gênero é mais aceita.

Para a atleta trans do futebol, a resistência ao comportamento forçado de "garoto" imposto por seu pai e sua rejeição ao esporte masculino que ele a forçava a praticar, demonstram a tentativa de escapar dessa disciplina imposta. Ao abraçar sua feminilidade e tornar-se uma atleta respeitada e bem-sucedida, ela subverte o biopoder que queria controlar seu corpo e suas escolhas, afirmando sua identidade de gênero de forma autônoma e desafiando as normas esportivas e sociais, o que representa uma forma de resistência a esse poder. “*Foi a partir daí que eu comecei a fazer transição e me apaixonar pelo futebol.*” (SHS) A resistência não está apenas na luta direta contra uma estrutura opressiva externa, mas também na forma como os indivíduos podem subverter e reinventar os próprios processos de subjetivação. (FOUCAULT, 1985)

Embora as atletas *consonantes* dos grupos focais não enfrentem questões relacionadas à identidade de gênero, suas experiências refletem as normas de gênero, a resistência e a construção de identidade em um ambiente esportivo historicamente masculinizado.

O judô, com seu foco na técnica e na força, contrasta com a expectativa de que as mulheres devam ser "femininas". Desta forma elas lutam não apenas contra suas oponentes, mas também contra normas sociais “*justamente porque o [esporte] feminino, ele vai para um campo da performance, vai para o campo da forma como a pessoa se apresenta*”, refletindo valores que se encontram profundamente enraizados, não desejando serem discriminadas socialmente ao subirem ao pódio sem performar suas feminilidades.

As falas das atletas *consonantes* do judô evidenciam um contexto histórico em que a prática esportiva feminina foi não apenas desencorajada, mas criminalizada. As consequências, tanto para o judô, quanto para o futebol feminino foi um *delay* em relação à categoria masculina.

“No caso, o judô, como todas já falaram, a gente, às vezes, nem tinha adversária!” (DEO)  
 “Nós fomos pedras fundamentais nessa engrenagem, nesse sucesso que é o Judô Feminino hoje! A gente pavimentou essa estrada, e não só a gente, mas também quem veio antes de nós.”  
 (RCC)

Também foi possível perceber a partir de suas falas, uma preocupação intrínseca com a feminilidade e a performance de gênero, especialmente no judô. A “ preocupação [...] de ir para o pódio toda arrumada, de sair da luta e se arrumar logo, porque ela quer que na câmera saia uma imagem que não é uma imagem toda distorcida daquela pessoa”(GCS) indica uma pressão social para que as atletas mantenham uma imagem que se encaixe nas expectativas de feminilidade.

O judogui<sup>27</sup>, que não valoriza a estética feminina, impõe um paradoxo: as atletas são reconhecidas por suas habilidades atléticas, mas sentem a necessidade de se submeter às normas de gênero que exigem uma aparência "apresentável".

Mesmo assim, o esporte olímpico feminino, tem obtido resultados muito positivos, no caso de judô e do futebol, algumas vezes superiores aos masculinos.

De toda a forma, a luta pela legitimidade ainda é uma realidade para as mulheres nos esportes, principalmente, no caso do Brasil, onde toda a logística entre o masculino e o feminino é diferenciada, tendo as mulheres um tratamento inferior aos homens, também sua visibilidade em relação à mídia é infinitamente inferior e salários e patrocinadores acabam por refletir de todo o processo, dificultando que ela seja revertido.

A dicotomia entre a performance atlética e a feminilidade insinua um controle social e de corpos que ainda se encontra vigor: as atletas são "policidadas" não só em suas habilidades esportivas, mas também em sua apresentação.

Se equilibrando, como em uma corda bamba, muitas vezes, as atletas se veem forçadas a sustentar sua busca por reconhecimento e sucesso com a necessidade de se conformar a normas de gênero que, no fundo, podem ser opressivas.

Aponta Adelman (2003) que as atletas sempre tiveram que lidar com este preconceito social, que ou as colocava na posição de incompetente, quando suas diferenças físicas apresentavam a capacidade inferior já esperada, ou, caso delas se destacarem, eram vistas como “anormais” ou lésbicas.

Comparando as falas das atletas *dissonantes* e *consonantes* foi possível perceber uma preocupação intrínseca com a feminilidade e com uma performance de gênero e embora as

---

<sup>27</sup> Uniforme para a prática de judô

questões se apresentem de uma forma muito mais profundas nas atletas *dissonantes*, esta é uma angústia presente em todas as falas, e isto se deve, uma vez que elas estão adentrando em um território, que a princípio, era masculino e este processo vai exigir delas uma determinada performance social, que, por vezes, será difícil de ser exercida.

## 5.2 – Dimensão Profissional

Existe um entendimento no esporte de rendimento, de que atletas *dissonantes* possuem uma “vantagem indevida” sobre atletas *consonantes*. Esta ideia parte da divisão binária do esporte, com competições separadas para homens e mulheres, e a premissa de que homens, em média, têm vantagens fisiológicas (como maior massa muscular, maior força, etc.) sobre as mulheres. Assim, as mulheres deveriam ser mais frágeis do que homens, entretanto, quando elas apresentam um resultado desportivo acima do esperado, certamente sobre elas pairarão desconfianças.

Vimos que a atleta trans do vôlei decidiu iniciar a transição para o gênero feminino, após anos de disforia, realizando tratamento hormonal e cirurgia de redesignação sexual, em uma difícil decisão que incluía parar de jogar vôlei.

A atleta trans de futebol, com uma autoconsciência bem marcada em relação à sua identidade de gênero desde a infância, realizou sua transição independente da questão desportiva.

A atleta trans da patinação, que realiza bloqueio puberal desde a infância, optou pela categoria feminina, o que no entendimento de seu pai, talvez não represente a escolha mais fácil, pois esta categoria apresenta disputa maior do que a categoria masculina, e considerando o desempenho atlético dela, seria uma opção muito mais simples e descomplicada a categoria masculina, que, muitas vezes, nem tem concorrente. Esta opção reflete sua identidade feminina, ainda que leve a uma dificuldade extra.

As atletas intersexuais de vôlei e de judô descobriram suas condições de gênero em testes de sexo realizados antes de competições olímpicas, quando ambas já estavam na seleção brasileira de seu esporte. “*Antes todas as seleções que fossem disputar mundiais, campeonatos sul-americanos, passavam por um teste que é um teste de feminilidade [...] era um teste na língua, isso em 1997, no Mundial [...] e nesse teste deu que eu não passei!...*” (FEC3)

Particpei de quatro Olimpíadas. Particpei de algumas competições no cenário internacional e nacional. São bons resultados para a modalidade. Mas o que marcou

mesmo a minha carreira de atleta foi a minha trajetória e a minha caminhada para os Jogos Olímpicos. Em 1996 foi a minha primeira Olimpíada. De 1995 até 1996, até a minha participação em Jogos Olímpicos, ocorreu toda a exposição na mídia, por conta da minha condição hormonal. (EDS)

Assim sendo, alegações de que estas atletas *dissonantes* teriam "optado" por sua identidade de gênero para obter vantagens no esporte, ignorando o sofrimento e a luta que essas pessoas enfrentam em suas vidas, não se confirma nas histórias das atletas, pois o reconhecimento de sua identidade feminina é anterior, ou colocada em nível de maior importância do que sua participação no esporte na categoria feminina.

Em relação à “vantagem indevida”, que se baseia na premissa de que a identidade de gênero de uma atleta, especialmente quando *dissonante*, pode proporcionar, em termos uma superioridade competitiva em relação às atletas *consonantes*, essa visão, desconsidera e simplifica outras tantas questões como as condições físicas, psicológicas e sociais pelas quais essas atletas passam, bem como as dificuldades que enfrentam ao longo do processo de transição e na adaptação à nova identidade dentro do esporte.

A transição de gênero envolve, tratamentos hormonais que afetam o desempenho físico e até o humor de uma atleta, a própria atleta trans do vôlei relata que sente como se tivesse na TPM o tempo todo, com fome, cansada, irritada. “*Só que a transição, a gente começa a tomar o hormônio .... É como se você vivesse na TPM 24 horas! [...] você quer comer sempre, você está irritada, ou você está chorona, né? [...]. Assim, dá muito trabalho e é caro, meu bem!*” (FTA1). Até porque o bloqueio de testosterona induz na atleta uma espécie de menopausa precoce, levando a várias outras mudanças fisiológicas, como diminuição da massa muscular, alteração na distribuição de gordura corporal, o que para a atletas representam preocupações extras. Assim também, o uso de hormônios femininos, como o estrogênio, pode alterar o corpo de maneiras que diminuem a força e a resistência que essas atletas tinham antes de sua transição.

Além disso, a decisão de interromper a carreira não é uma decisão fácil, como podemos verificar nos relatos da atleta de vôlei, que optou por parar de jogar no auge de sua performance para cuidar de sua saúde mental e emocional. “*Eu decidi fazer minha transição e nessa transição eu decidi parar de jogar vôlei, porque eu não fazia ideia que mulheres trans podia participar do esporte*” (FTA1). O sofrimento psicológico durante o processo de transição, incluindo a possível perda de apoio de colegas de equipe e da sociedade, pode ser, ao contrário, devastador.

As experiências das atletas *dissonantes* envolvem uma série de desafios e discriminação. Algumas enfrentam a exigência de passar por testes de sexo para "provar" sua identidade

feminina, como as atletas intersexuais. Além disso, lidam com a exposição midiática negativa e o chamado "bullying analógico", como relatado pela atleta intersexual do judô, que sofre desrespeito tanto nas ruas quanto no transporte público. A atleta intersexual do vôlei mencionou ataques midiáticos, enquanto a atleta trans do vôlei compartilhou a dor de ser chamada de "homem" após passar por todo o processo de transição. No caso da atleta trans da patinação, ainda há o problema do não reconhecimento de seu nome social. Todas essas situações evidenciam como as atletas são tratadas de maneira desrespeitosa e marginalizada, principalmente por não se encaixarem nas normas binárias tradicionais do esporte. Isso perpetua um ambiente esportivo excludente, criando barreiras para a inclusão de atletas que fogem dos padrões estabelecidos.

Assim, como consequência do capital simbólico, as atletas *dissonantes* enfrentam a violência simbólica ao instituir outros valores e conceitos que se apresentam como espontâneos, naturais e desinteressados. Este conceito, conforme discutido por Bourdieu (2002), acontece através de mecanismos de comunicação e conhecimento que, paradoxalmente, tornam as condições de dominação e desigualdade quase aceitáveis.

No contexto das disputas sociais, as atletas se inserem em uma luta simbólica, onde diferentes lados tentam impor narrativas que atendem a seus interesses. Contudo, essa luta não é igualitária; os agentes têm diferentes níveis de preparação e recursos.

Portanto, ao considerar a experiência das atletas *dissonantes* sob a lente da violência simbólica, reconhecemos que o combate às normas não é apenas uma questão de resistência, mas também uma luta gigantesca contra um sistema que naturaliza desigualdades e constrói realidades que muitas vezes parecem irrealis ou inquestionáveis.

As atletas *dissonantes*, ao lutarem por seu espaço, não apenas enfrentam barreiras externas, mas também criam uma resistência interna, desafiando a narrativa de que suas identidades são inadequadas ou ilegítimas, conforme pudemos verificar. (FOUCAULT, 1977)

Por sua vez as atletas *consonantes*, destacam a necessidade de diálogo e educação sobre as questões de gênero e elegibilidade, e tal certame vai desde o reconhecimento da existência de pessoas *dissonantes*, como tratá-las, permitir que sejam ouvidas, até sua inclusão no ambiente esportivo. “Então, acho que você trazer alguém, e não respeitar a identidade, não respeitar a forma que deve falar, não respeitar como ela quer ser chamada, por exemplo. Então, não deveria trazer alguém para machucar, para desrespeitar, para não acolher.” (CAS). “Deve saber, ... como ela quer ser tratada.” (JUR) “eu acho que elas têm que ser ouvidas! [...] Não pode existir essa diferença, tem que ser tratado como todos iguais” (CAS) “Eu sou a favor [a inclusão].” (MYL)

De fato, a educação da população sobre a identidade *dissonante* e o papel delas no esporte e na sociedade em geral é fundamental para combater estigmas e desinformação. Muitas vezes, a desconfiança em relação à participação de atletas *dissonantes* no esporte surge de um desconhecimento profundo sobre os processos biológicos e emocionais envolvidos na transição de gênero, bem como sobre os desafios que essas pessoas enfrentam para se ajustar a um mundo que constantemente as define como "outras".

As atletas *dissonantes* representam a diversidade humana em sua totalidade — elas não são exceções, mas uma parte legítima e importante do espectro de identidades de gênero e expressão. Elas também têm o direito de serem vistas como exemplos de resiliência e de excelência no esporte.

Butler (2017) argumenta que a política de visibilidade e a própria existência de grupos marginalizados são fundamentais para a reconfiguração das normas sociais e políticas. A autora aponta que a política de reconhecimento — que inclui a visibilidade das pessoas em sua diversidade de experiências, especialmente aquelas que desafiam normas dominantes de gênero e sexualidade — é essencial para a construção de uma sociedade justa. No caso das atletas *dissonantes*, a questão não é apenas sobre sua presença no esporte, mas sobre o reconhecimento legítimo de sua identidade e de suas conquistas, sem que sejam vistas como "anomalias" ou "casos excepcionais".

A mudança, ou resistência a toda esta estrutura opressiva começa com a produção de novas narrativas que desafiem as representações tradicionais, sendo fundamental que suas histórias sejam contadas de maneira autêntica e respeitosa. Isso pode incluir a presença de atletas intersexuais em campanhas publicitárias, documentários e discussões sobre políticas esportivas, como já vem sendo feita com atletas transexuais. (HALL, 2016)

O estudo trata de atletas que resistiram e se transformaram em ícones esportivos, ainda que muitas vezes, apenas sejam lembradas pelas suas condições de gênero. E para além de se destacarem no esporte, elas também passaram a contar suas histórias, mas também aqui apresentam diferenças, pois, no que diz respeito a visibilidade de atletas trans nas mídias sociais e em competições de alto nível, esta estratégia acaba por contrastar com a narrativa de visibilidade mais tímida das atletas intersexuais. A ascensão de algumas atletas que se destacam como figuras públicas levam a mudança nas percepções sociais e na aceitação destas atletas, enquanto atletas intersexuais permanecem como personalidades menos discutidas, embora igualmente significativas.

A teoria da representação de Hall (2016) sugere que a falta de visibilidade apropriada, no caso das atletas intersexuais, perpetua estigmas e desinformação, limitando sua aceitação e

apoio no esporte. Neste entendimento, a representação não é apenas uma questão de refletir a realidade, mas sim de moldá-la através das narrativas que estão sendo contadas.

A atleta trans do vôlei é um excelente exemplo de como estas narrativas vêm sendo postas, uma vez que ela utiliza suas redes sociais para apresentar suas conquistas, e para chamar outras atletas trans para o esporte. Ela também aparece constantemente em entrevistas nas mídias, e recentemente participou de uma campanha mundial da Adidas, que dentre uma série de celebridades esportivas mundiais, convocou uma única atleta brasileira, a atleta trans do vôlei. Nesta campanha a atleta afirma que joga pelo Brasil e por todas as mulheres trans, e que “*quando as pessoas torcem por ela, todos ganham, seja dentro e ou seja fora das quadras, pois não se trata de uma história impossível porque ela é possível.*” (ADIDAS, 2022)

Ao apresentar sua própria narrativa ela convoca a sociedade a aceitar a possibilidade de uma mulher trans ser não só uma atleta, mas uma competidora de alto nível. Sua campanha, que destaca a sua trajetória e as mensagens de que ela é "possível", reforça a importância de existirem modelos para jovens *dissonantes* que possam se espelhar em figuras como ela, quebrando estigmas e oferecendo alternativas de representação. No fundo, como Butler (2017) sugere, a visibilidade de indivíduos que desafiam a normatividade de gênero é um passo essencial para a construção de um mundo mais inclusivo e plural.

Hall (2016) discute como a mídia e as representações públicas podem tanto afirmar quanto desafiar as normas dominantes. Ele acredita que as narrativas de indivíduos marginalizados, especialmente aquelas que subvertem normas sociais, são essenciais para ampliar os quadros de identidade e possibilitar novos entendimentos de pertencimento. A narrativa das atletas *dissonantes*, incluindo suas vitórias e conquistas, precisa ser reconhecida como válida e significativa, devendo ser protagonizada pelas próprias atletas, pois é assim que a sociedade pode se engajar com a complexidade das suas vivências e, assim, formar uma imagem mais justa e realista das suas contribuições.

Quando uma marca global como a Adidas escolhe a atleta trans do vôlei para uma campanha de impacto, e sua história é contada de maneira a desafiar a visão de que atletas trans têm algum tipo de “vantagem indevida”, ela se torna um símbolo poderoso de representatividade. Isso contribui para uma redefinição do que significa ser uma mulher no esporte.

A crescente visibilidade de atletas dissonantes, leva o esporte a reconsiderar suas normas tradicionais, e apesar das políticas de gênero já estarem sendo tratadas nas normas por décadas, o último posicionamento do COI, com as diretrizes de 2021, finalmente trouxeram uma visão que envolvessem as ciências sociais no processo de elegibilidade das atletas *dissonantes*

expresso em vários momentos. E apesar das FIs, em geral, endurecerem as regras, com mudanças nas regulamentações, por outro lado, propostas como as que a FIFA de aceitação do gênero autoidentificado, desafiam o biofisiologismo presentes na normatividade vigente.

Mas as normatizações, para além de considerarem uma visão mais holística, precisam ter a clareza necessária. As atletas *consonantes* destacam a falta de informações claras sobre as regras e políticas em vigor, seja em momentos passados, quando surgiram as primeiras atletas intersexuais no esporte de rendimento e olímpico, como também a falta de conhecimento atual, levando a pouca discussão e clareza dentro do ambiente esportivo, o que representa um obstáculo significativo para a inclusão.

Como consequência deste ambiente confuso, surgem as incertezas. As atletas *consonantes* manifestam preocupações sobre a equidade nas competições. A ideia de que diferenças biológicas podem influenciar a justiça competitiva é uma preocupação recorrente.

As atletas *dissonantes* frequentemente apresentam características de desempenho que as posicionam como excepcionalmente competitivas. Elas são percebidas pelas *consonantes* como "super mulheres" ou atletas de performance superior, destacando-se tanto em habilidades físicas quanto em competências técnicas. Essa percepção se intensifica quando essas são reconhecidos em seus gestos desportivos semelhantes com atletas homens.

Nesse contexto, algumas competidoras podem ver as atletas *dissonantes* como uma referência de superioridade a ser vencida, encarando essa diferença como um desafio adicional. “*A gente pensava que ela era uma adversária forte. Era uma adversária a ser batida! Era uma adversária a ser superada!*” (RCC)

Entretanto, pode haver a sensação de injustiça na competição, que leva as atletas consonantes se sentirem deslegitimadas em seus próprios esforços e conquistas, questionando a validade de suas competências.

Claro que vai ter uma diferença biológica! Se essa transição foi feita ainda na puberdade, e que não houve tempo para aquela pessoa se desenvolver em termos de densidade mineral óssea, em termos de amplitude de um monte de coisa, de força, etc., você começa a igualar essa justiça. Quando a gente vai para o campo do biológico, a gente tem que se despir dessas questões culturais. (GCS)

E talvez tenha sido esta a sensação inicial das atletas de vôlei da Superliga com a chegada da atleta trans, levando a algumas reações, que, no decorrer do tempo, não pareceram representar a tal “vantagem indevida”, temida inicialmente.

Destacamos também um ponto de divergência entre as opiniões sobre se considerar a equidade biológica e a proteção das competições, com um conflito de posturas mais inclusivas, que acreditam que as atletas *dissonantes* podem participar da categoria feminina, até por

considerar suas lutas, enquanto que para algumas atletas *consonantes*, ainda não chegou o momento desta discussão, não antes de se “letrar” a população sobre as pessoas *dissonantes* “*é preciso primeiro a gente letrar a população desses conceitos binários.*” (GCS)

Por outro lado, o estudo também revelou uma dimensão de admiração em relação a atleta intersexual do judô. Essa admiração implica um reconhecimento do esforço e do talento que ela possuía, levando a uma crença generalizada de que ela merecia resultados e medalhas que refletissem seu verdadeiro potencial. “*Então, nós estávamos no campo da admiração. A gente admirava todas essas mulheres que estavam representando o Brasil.*” (GCS) “*Eu fiquei muito frustrada [...] por ela não ter trazido a medalha dela, sabe? E não era para o judô feminino. O judô feminino já tinha sua primeira medalha. Era por ela! Então isso me trouxe muita tristeza.... Eu fiquei muito, muito triste, porque ela merecia!* (RCC)

Portanto, a interação entre atletas *dissonantes* e *consonantes* não é meramente competitiva, mas também permeada por um intrincado entrelaçamento de rivalidade e respeito. Essa relação revela como as normas de gênero e desempenho no contexto esportivo se embaralham, influenciando as percepções e as dinâmicas de competição entre as atletas.

A percepção sobre a necessidade de políticas formais em oposição ao acolhimento informal das atletas *dissonantes* é outro ponto de divergência. Algumas atletas defendem a criação de diretrizes formais pelos órgãos de gestão do esporte como essencial “*Federações, façam o que for melhor e o justo, mesmo que talvez não seja tão justo assim!*” (GCS) para garantir a inclusão, entendendo que isto tem sido feito de forma correta e cautelosa, e independente da demora que isto represente, por conta da necessidade de pesquisas que se protraem no tempo, mas ainda assim, que esta postura se constitui no caminho adequado para o alto rendimento “*eu acho que o Comitê Olímpico acerta em criar um departamento só para discutir essas questões relacionadas, principalmente as pessoas trans, porque, na verdade, começou com as intersexuais*” (GCS). Enquanto outras acreditam que as práticas informais de apoio e inclusão podem ser suficientes em determinados contextos, como permitir a participação destas atletas. “*colocar duas por cada equipe, acho que seria muito válido para elas, acho que seria muito bom.*” (CAS) “*Eu acho que se eu fosse alguma delas, eu não ia gostar de me separar, sabe? Porque em vez de ser incluída, eu ia me sentir excluída. Então, acho que eu não ia gostar de separar. Acho que deu uma outra opção, que seriam as cotas.*” (JUR)

Considerando todos os aspectos discutidos, pode-se concluir que as atletas reconhecem a necessidade de um compromisso por parte do COI e das FIs no desenvolvimento de regulamentos mais inclusivos, que não imponham sobrecarga ou regras desproporcionais. Tais

regulamentos devem ser passos cuidadosos e equilibrados, visando garantir competições justas para todas as envolvidas. Mais do que isso, essas mudanças devem atuar como um processo educativo, não apenas para a comunidade esportiva, mas para toda a sociedade, dissipando dúvidas e incertezas e promovendo a conscientização sobre a inclusão no esporte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo verificar a consonância entre o ponto de vista de atletas afetadas por políticas de gênero e a argumentação que embasa as determinações que alicerçam a participação de atletas em dissonância de gênero em competições esportivas olímpicas, a partir das diretrizes propostas pelo COI em 2021 com o Quadro sobre Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo e as consequentes alterações de critérios e posturas das FIs.

Para chegar a este ponto abordamos, inicialmente, os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, destacando sua importância e especificidade, à luz da matriz heteronormativa do esporte, considerando as interseccionalidades como possíveis agravamentos de opressões.

Depois apresentamos a tensão entre o processo de controle de corpos, com a consequente identificação de atletas em dissonância de gênero e a política de inclusão de gênero no esporte olímpico. Além do surgimento de uma política de elegibilidade ao naipe feminino, iniciada em 2003, que culmina com o Quadro de Justiça, Inclusão e Não Discriminação, de 2021, que busca promover uma política mais inclusiva, com consequente atitude restritiva da maioria das FIs.

A seguir, passamos a discutir a construção de um corpo normativo idealizado pelo esporte, amplamente midiaticizado, refletindo padrões e expectativas sociais, além de discursos capazes de disseminar uma “censura invisível” imposta pelos meios de comunicação. Examinamos também a presença de corpos femininos, muitas vezes vistos como uma transgressão nesse espaço e a chegada de “novos corpos transgressores”, atletas *dissonantes*, e resistência a mudanças estruturais no esporte.

Dado o caráter inédito da pesquisa, sempre priorizando o respeito à privacidade e à autonomia das participantes, realizamos um estudo exploratório, com uma abordagem metodológica cuidadosa, que envolveu relatos de atletas *dissonantes* e *consonantes*, com o propósito de ouvir suas vozes sobre um tema tão delicado e sensível.

Inicialmente, nossa opção recaiu sobre a técnica de grupos focais, que permitiria ouvir diferentes pontos de vista de modo coletivo, e sobre entrevistas em semi profundidade com atletas cuja trajetória envolvesse variação de sexo. Contudo, enfrentamos resistência significativa das atletas em participar diretamente da pesquisa, o que nos levou a ajustar nossa abordagem, incluindo fontes secundárias, como entrevistas e depoimentos veiculados na mídia, especificamente nas plataformas YouTube, Google e Globoplay, em razão de seus termos de uso dessas fontes.

Assim, a pesquisa de campo foi estruturada em três fases: na primeira, realizamos uma análise documental de informações disponíveis publicamente sobre atletas *dissonantes*; na segunda, conduzimos entrevistas individuais com as atletas *dissonantes* que aceitaram participar; e, na terceira, realizamos grupos focais com atletas cujas identidades de gênero não foram questionadas, denominadas *consonantes*, segmentadas por esporte coletivo e individual.

Assim, conseguimos reunir um conjunto diversificado de dados e vozes, o que permitiu enriquecer nossa análise e responder aos objetivos do estudo, apesar das limitações impostas pela resistência ao contato direto com as atletas.

Os resultados revelaram uma diversidade de posicionamentos entre as atletas, refletindo uma gama de experiências pessoais e contextos esportivos distintos. Com base em todo o material compilado e nas entrevistas das atletas, pode-se afirmar que não há consonância plena entre o ponto de vista das atletas afetadas pelas políticas de gênero e as justificativas que embasam as regras de elegibilidade estipuladas pelas FIs, a partir das diretrizes do COI de 2021.

No estudo, uma das falas mais recorrentes entre as atletas foi a percepção de que as políticas de elegibilidade não são suficientemente inclusivas. Muitas delas expressaram a ideia de que os órgãos de gestão do esporte não consideram adequadamente a diversidade de corpos e identidades dentro do universo esportivo.

As vozes das atletas sugerem que os órgãos responsáveis pela gestão do esporte precisam adotar uma abordagem mais inclusiva, que considere a complexidade das identidades de gênero e a diversidade corporal. Uma política verdadeiramente inclusiva deve ser capaz de respeitar a individualidade de cada atleta, sem comprometer a equidade nas competições.

Atletas *consonantes* têm percepções divergentes sobre a participação de atletas *dissonantes* no esporte feminino, mas demonstram uma disposição geral para a inclusão, embora com algumas ressalvas e considerando que ainda há muitos desafios.

A questão da inclusão no judô, conforme o grupo focal, revela uma dinâmica interessante que precisa ser explorada com mais cuidado. A divergência nas reações quando o tema é uma judoca intersexual, em comparação com a inclusão de atletas trans, aponta para uma distinção importante entre condições de sexo e identidade de gênero e como elas são percebidas no contexto esportivo.

Quando o grupo discutiu o caso da judoca intersexual, a recepção foi mais positiva e inclusiva, mas, quando se tratou da inclusão de atletas trans, as reações passaram a ser mais resistentes e repletas de preocupações. Para compreender este processo, precisamos entender algumas nuances sobre identidade de gênero, variação de sexo e os impactos das transições físicas nas competições esportivas.

Ao falarmos sobre a judoca intersexual, as participantes do grupo focaram mais no aspecto biológico e em como as características físicas dessa atleta podem ser conciliadas com aos naipes esportivos já existentes. Uma atleta intersexual, por definição, não se encaixa facilmente nos naipes tradicionais de gênero masculino ou feminino, mas sua condição é geralmente vista como uma variação biológica natural do sexo.

Nesse sentido, o grupo destacou aspectos como o controle hormonal fator que não envolve nem uma mudança completa de identidade de gênero nem uma transição, tornando todo o processo mais simples de ser aceito. Desta forma, as preocupações pareceram estar mais centradas na questão da vantagem competitiva percebida e na dificuldade de adaptação das regras esportivas. No grupo focal, foi possível notar que a percepção das atletas *consonantes* sobre a transição de gênero era algo que poderia proporcionar vantagens físicas, especialmente se a atleta tivesse atingido a maturação física no sexo masculino. Nesse ponto, os argumentos sobre equidade competitiva e justiça nas competições se tornaram mais pronunciados, com uma ênfase maior na dificuldade de controlar as variáveis hormonais e físicas em um nível considerado justo para as atletas *consonantes*.

No grupo focal de futebol, apesar das inseguranças e dúvidas sobre a questão da inclusão de atletas trans, as atletas mostraram-se de maneira mais aberta e inclusiva em comparação ao grupo do judô. Embora houvesse, sim, resistência e algumas percepções de desigualdade competitiva, no contexto do futebol, as discussões tendem a ser mais flexíveis e as atitudes mais receptivas em relação às atletas trans. Essa diferença de compreensão, quando comparada ao judô, pode ser explicada por vários fatores que envolvem tanto a natureza do futebol, o entendimento das regras e o papel da identidade de gênero no esporte coletivo.

O futebol, como esporte coletivo, tende a ser mais diverso em termos de experiências e habilidades das jogadoras, principalmente no Brasil, onde há uma grande variedade de perfis de atletas, com diferentes idades, níveis de experiência, e características físicas. A percepção de inclusão no futebol está, de certa forma, ligada a um espaço onde a coletividade e a integração do grupo são valores fundamentais. Para muitas das atletas no grupo de futebol, as discussões sobre a inclusão de atletas trans não são tão polarizadas, talvez porque, no jogo em equipe, o foco se sobreponha a algumas das preocupações individuais de desempenho.

Em termos de aceitação das atletas trans, o grupo de futebol mostrou-se menos resistente em relação à questão da vantagem competitiva. Muitas das jogadoras *consonantes* no futebol pareciam estar mais dispostas a dar o benefício da dúvida, principalmente porque a competição no futebol envolve muitos fatores externos (como a qualidade do treinamento, a tática de jogo, o posicionamento em campo, a interação com os outros jogadores) que são menos previsíveis

e fixos do que, por exemplo, no judô, onde o desempenho de uma atleta é fortemente influenciado pela força física e pela estratégia individual.

Além disso, no grupo de futebol, as jogadoras não pareciam ter tanta preocupação com as diferenças físicas específicas, o que sugere uma maior flexibilidade mental em relação à aceitação da inclusão de atletas trans. Algumas participantes mencionaram que, apesar de dúvidas iniciais, poderiam ser mais abertas se houvesse um espaço para discutir o tema com mais profundidade (como controle de níveis hormonais).

Entretanto, essa abertura inclusiva não significa uma aceitação total e incondicional, como já destacado, mas essas preocupações, diferentemente, foram moderadas pela disposição para entender que o uso de hormônios poderia diminuir a superioridade física da atleta *dissonante*.

Outra possível razão para o comportamento mais inclusivo do grupo de futebol está ligada ao enfoque coletivo do esporte, que promove um ambiente onde diversidade e adaptabilidade são mais valorizadas do que em esportes individuais. As jogadoras de futebol, muitas vezes, são mais conscientes de que o sucesso depende da colaboração, e que as diferenças de características físicas podem ser complementares quando se tem uma boa integração no grupo. A aceitação de atletas *consonantes* em relação às trans pode ter derivado do entendimento de que o talento para o jogo não está necessariamente atrelado a uma única característica física ou identidade de gênero, mas sim à capacidade de trabalhar em equipe e ao desempenho coletivo.

O futebol, mais do que outras modalidades esportivas, oferece essa flexibilidade na adaptação de diferentes tipos de atletas, onde uma jogadora pode se destacar em diferentes áreas do jogo (como em habilidades técnicas, visão de jogo, resiliência física, entre outras), independentemente das suas características físicas. Quando comparado ao judô, um esporte individual que exige um controle mais preciso sobre variáveis físicas e técnicas, o futebol permite uma maior margem de adaptação às diferentes habilidades e características dos atletas.

Também foi possível perceber que atletas *consonantes* demonstraram insegurança e resistência em relação à participação de atletas trans nas competições. Isso é especialmente notável em modalidades esportivas dominadas por uma estrutura de gênero binária e em naipes masculinos, onde a presença de uma atleta trans pode ser vista como uma ameaça ao equilíbrio competitivo. As entrevistadas relatam que, em muitos casos, as preocupações com as “vantagens biológicas” das atletas trans (como força física ou resistência) ainda são um ponto de discussão central, influenciando a percepção das outras atletas sobre a inclusão e igualdade de condições nas competições.

Muitas das atletas também expressaram que não conhecem ou têm uma sensação de que as políticas de elegibilidade são mal definidas e difíceis de entender. A percepção de que as FIs não têm uma abordagem clara e transparente em relação às diretrizes de elegibilidade leva a um ambiente de incerteza, especialmente para as atletas *dissonantes*. A confusão sobre critérios, bem como a falta de um entendimento sobre como os órgãos de gestão do esporte aplicam as regras fazem com que muitas atletas se sintam inseguras.

Destacamos o conceito de "vantagem injusta e desproporcional" abordado pelo pai de uma das atletas. O critério da testosterona, que continua sendo usado como referência para regulação dos naipes, é entendido como problemático, pois existem outras tantas situações que colocam atletas em vantagem frente às demais. A falta de um critério uniforme, baseado em evidências científicas robustas sobre as reais diferenças de desempenho entre atletas *dissonantes* e *consonantes*, deixa a questão em um campo nebuloso, o que pode resultar em decisões inconsistentes e discriminação velada. O COI delega às FIs a responsabilidade de definir quando uma vantagem é considerada injusta, mas não fornece critérios claros sobre o que constitui essa vantagem.

E neste sentido ainda, a resistência em adotar evidências das ciências sociais e da psicologia no processo de elegibilidade, na prática, mostra que as preocupações com o "perigo" de uma vantagem biológica ainda prevalecem sobre uma análise mais inclusiva e holística das identidades de gênero no esporte.

Portanto, se, por um lado, o COI conte com um departamento para estudar e abordar questões relacionadas a atletas *dissonantes* – trabalhando em colaboração com especialistas em diversas áreas, incluindo medicina e direitos humanos – para desenvolver políticas que considerem tanto a inclusão quanto a integridade da competição esportiva; por outro lado, delega às FIs que façam o mesmo, levando a um futuro incerto, sem uma ação decisiva e assertiva que respeite plenamente os direitos das atletas *dissonantes*.

Ao permitir que as FIs determinem seus próprios critérios de elegibilidade, mesmo reconhecendo a autonomia esportiva, o COI corre o risco de gerar uma fragmentação de políticas, o que é percebido pelas entrevistadas como uma grande confusão. O reflexo disto pode ser identificado no fato de que algumas poucas FIs adotam posturas progressistas, enquanto a maioria tende a ser extremamente conservadora.

Podemos exemplificar com a postura adotada pela FIFA, pioneira e vanguardista no sentido da autoidentificação, o que também aparece nos relatos; em contrapartida, a World Aquatics e a World Athletics criaram critérios bastante restritivos, que respaldaram decisões que provocaram efeitos concretos na carreira de atletas *dissonantes*: afastaram a atleta trans Lia

Thomas da possibilidade de competir nos Jogos de Paris 2024; afastaram atletas intersexuais que já competiam, como Caster Semenya, da África do Sul, bicampeã olímpica, e Francine Niyonsaba, de Burundi, medalha de prata olímpica, em 2016; e impediram a chegada de atletas que começavam a despontar no atletismo, como Maximila Imali, do Quênia.

Como consequência destas posturas distintas das FIs e da falta de clareza nas normas acontecem as judicializações, como os de Lia Thomas e Caster Semenya. Neste último, dois dos três árbitros da TAS rejeitaram a apelação da sul-africana ao entenderem que a discriminação para atletas hiperandrogências seja um meio necessário e proporcional para a integridade do atletismo feminino. Como resultado, a carreira de Semenya foi profundamente afetada, criando um ambiente de hostilidade e desconfiança em relação ao processo esportivo e à regulamentação sobre atletas intersexuais.

Enquanto isto, assistimos a presença de duas atletas intersexuais competindo no boxe feminino, o que levou a uma "anomalia" regulatória, Imane Khelif, da Argélia e Li Yu-ting de Taiwan, que participaram e venceram no boxe nos Jogos de Paris 2024, dando origem a um tratamento não isonômico, já que outras atletas não tiveram a mesma oportunidade no mesmo evento esportivo, perdendo o esporte por não ser inclusivo e equitativo.

Assim, se por um lado se observa uma flexibilidade em termos de autonomia esportiva, por outro, se cria um campo fértil para decisões discricionárias que favorecem a exclusão de atletas *dissonantes*.

O último ponto a destacar é que as atletas sentem falta de apoio por parte das FIs e dos órgãos de gestão do esporte no que diz respeito à inclusão das atletas *dissonantes*. As respostas demonstram uma percepção de que a falta de suporte técnico e psicológico para as atletas *dissonantes* é um grande obstáculo para que elas possam competir de maneira plena e sem discriminação. A ausência de políticas claras de apoio (como acompanhamento médico especializado e psicológico), bem como o tratamento desigual em relação às atletas *consonantes*, torna ainda mais difícil a adaptação das atletas *dissonantes* ao ambiente competitivo, impactando diretamente o seu desempenho e bem-estar. O apoio que algumas atletas *dissonantes* tiveram representaram posturas pontuais, sem a sensação da existência de uma política de apoio clara, o que reforça a sensação de discriminação e desigualdade no ambiente competitivo.

Estas considerações levam a um sentimento de que as propostas do COI para delegar a responsabilidade às FIs e para não tomar decisões vinculativas podem ser vistas como uma tentativa de evitar um confronto direto com os desafios que a questão apresenta, mas também

como uma forma de facilitar a exclusão, sem precisar confrontar diretamente as problemáticas estruturais do esporte.

Entretanto, uma das principais limitações dessas novas diretrizes é a falta de um enfoque real nas vozes das próprias atletas *dissonantes*. O COI pode afirmar que considera todas as partes envolvidas, mas, na prática, a centralidade da experiência e das necessidades dessas atletas, que são as verdadeiras protagonistas da questão, muitas vezes não recebe a atenção devida.

A tese que chega ao seu final ouviu algumas vozes envolvidas com as políticas de gênero, e, mesmo considerando as atletas *consonantes* que compuseram os grupos focais, e que eram de modalidades esportivas como o judô e o futebol, frequentemente vistos como masculinos, onde aspectos como força são tão relevantes, ainda assim, elas se dividiram entre o receio de uma superioridade da força e o desejo de acolhimento para que todas possam estar inseridas no esporte.

A consulta feita pelo COI para compor as diretrizes de 2021 incluiu 250 atletas e especialistas ao redor do mundo, o que já levanta questões sobre a representatividade da amostra. Além disso, o impacto dessas normativas ainda é incerto, uma vez que as decisões finais são tomadas por entidades que muitas vezes podem não estar dispostas a priorizar uma inclusão genuína em detrimento da manutenção da estrutura tradicional do esporte.

Assim, as novas diretrizes do COI representam um avanço parcial, mas insuficiente, na direção da inclusão e do respeito pelos direitos das atletas *dissonantes*. O problema fundamental está na tentativa de conciliar duas agendas conflitantes: a de garantir a justiça e inclusão, por um lado, e a de preservar uma estrutura esportiva que ainda se apoia em critérios biológicos e binários, por outro. Embora o COI tenha dado passos importantes, especialmente ao adotar uma perspectiva de direitos humanos, não rompe com as lógicas biológicas que têm predominado no esporte, e tampouco fornece os mecanismos necessários para garantir uma verdadeira equidade nas competições.

O processo de inclusão de atletas *dissonantes* não pode ser reduzido a um debate sobre hormônios ou "vantagens biológicas", mas precisa incorporar a pluralidade de experiências, reconhecendo as realidades vividas por essas atletas, sem subordinar sua participação a uma lógica que sempre as vê como "outras".

A polarização entre a biologia determinista e as ciências sociais revela uma hierarquia implícita que considera a biologia como uma ciência "verdadeira" e as ciências sociais como menos relevantes, em vez de reconhecer que ambas têm um papel a desempenhar na discussão

sobre a inclusão de atletas *dissonantes* no esporte. A combinação dessas abordagens pode enriquecer o entendimento das complexidades envolvidas.

## REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez., 2003, p. 445-465.

ADIDAS. *I'MPOSSIBLE* – Tiffany Abreu adidas, 2022. Disponível em: <<https://vimeo.com/776170158>>. Acesso em 01 nov. 2024

ALMEIDA, M.V. *Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARCHER, Alfred; PRANGE, Martine. Equal Play, Equal Pay: Moral Grounds for Equal Pay in Football. *Journal of the Philosophy of Sport*, v.46 n. 3, 2019, pp. 416–436.

AZEVEDO, Marco Antonio Oliveira de; GOMES FILHO, Arnóbio. Competitividade e inclusão social por meio do esporte. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 33, n. 3, jul./set. 2011, pp. 589-603. Disponível em: <<file:///C:/Users/botel/Documents/Doutorado/Projeto%20de%20Doutorado/Projetos%20de%20Doutorado/COMPETITIVIDADE%20E%20INCLUS%3%83O%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2022.

BADINTER, E. *XY: sobre identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1993.

BANDY, Susan J. Estudos de gênero e esportes: uma perspectiva histórica. Trad. Mariane da Silva Pisani. *Ponto Urbe*. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP vol. 2 n. 29. Dez/2021, pp. 1-25.

BARROS, Gilda Naécia Maciel de. *As Olimpíadas na Grécia antiga*. São Paulo: Pioneira, 1996.

BATISTA, Guilherme Borges. *Dissonâncias em foco: questões sobre corpos transgênero/intersexo no esporte olímpico*. Monografia de Graduação. Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2019.

BATISTA, Guilherme Borges; CAMARGO, Wagner Xavier. Regimes de controle no esporte: das mulheres aos corpos trans/intersexo. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, jul./dez. 2020, pp. 1-27.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BELLENTANI, Caio; REZENDE. #Ep. 37Tiffany Abreu – Sportcast. Transmitido ao vivo em 18/04/2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8Dcvw1avyIw>>. Acesso em: jun. 2023.

BENTO, Jorge Olímpio. *Desporto e Humanismo: o campo do possível*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, v.1 n. 225, 2009, pp. 70-88.

BIRMAN, J. Se eu te amo, cuide-se. Sobre a feminilidade, a mulher e o erotismo nos anos 80. In: BERLINK, Manoel Tosta (Org.) *Histeria*. São Paulo: Escuta, 1997, pp. 89-132.

BORGET, Vivian et al. "A gente só quer ser atendida com profissionalismo": experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 33, 2023, p. 1-20. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331202333036>>. Acesso em: 22 out. 2024.

BOHUON, Anaïs. Sport e bicatégorisation par sexe: test de féminité et ambiguïtés du discours médical. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 27, Editions Antipodes, p. 80-91, 2008.

BORTOLO, Kizzy. "Os organizadores do evento fizeram uma foto oficial e somente Maria não foi convidada. Deram presentes para todos, menos para ela", diz pai de atleta trans». Gustavo Uchôa Cavalcanti em depoimento a Kizzy Bortolo *Revista Marie Claire*, 10 maio 2019. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/EuLeitora/noticia/2019/04/os-organizadores-do-evento-fizeram-uma-foto-oficial-e-somente-maria-nao-foi-convidada-deram-presentes-para-todos-menos-para-ela-diz-pai-de-atleta-trans.html>>. Acesso em: out. 2023.

\_\_\_\_\_. 'Sofri assédio e transfobia e hoje sou a primeira atleta transgênero do Brasil em competições de patinação no gelo'. *Marie Claire* 26/06/2023 06h00. Disponível em: <[evistamarieclaire.globo.com/eu-leitora/noticia/2023/06/sofri-assedio-e-transfobia-e-hoje-sou-a-primeira-atleta-transgenero-do-brasil-em-competicoes-de-patinacao-no-gelo.ghtml](https://revistamarieclaire.globo.com/eu-leitora/noticia/2023/06/sofri-assedio-e-transfobia-e-hoje-sou-a-primeira-atleta-transgenero-do-brasil-em-competicoes-de-patinacao-no-gelo.ghtml)>. Acesso em: out. 2023.

BOTTA, Emílio. Campeã olímpica Thaísa defende amiga Tiffany. *Globo Esporte*. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/bicampea-olimpica-thaissa-defende-amiga-tiffany-tem-que-ver-o-lado-humano.ghtml>>. Acesso em: out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Dominação Masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOWLER, P.; CHARTIER, R. *O sociólogo e o historiador*. Trad. G.J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. *Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país*, Brasília [DF]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRÖMDAL, Annette C. G. *The phantom category of 'Intesex' in Elite Sports*. Doctor of Philosophy, Faculty of Education, Monash University, Australia, May, 2013.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. *Quadros de guerra – Quando a vida é passível de luto?* Tradução Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Corporalidades disruptivas? Considerações antropológicas sobre práticas esportivas específicas. *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 03 e 06 de ago.2014, Natal. Disponível em: <[http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402022945\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_PraticasDiss.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402022945_ARQUIVO_Artigo_PraticasDiss.pdf)>. Acesso em 01 dez 2021.

\_\_\_\_\_. Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. *Movimento*, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1.337-1.350, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/66188>>. Acesso em 01 dez. 2021.

CAMPORESI, S.; MAUGERI, P. 2016. Unfair Advantage and the Myth of the Level Playing Field in IAAF and IOC Policies on Hyperandrogenism: When Is It Fair to Be a Woman? In: MONTANOLA, Sandy; OLIVESI, Aurélie. *Gender Testing in Sport: Ethics, Cases and Controversies*, London: Routledge, 2016, pp. 46–59.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, Portal Geledes. 06 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 17 jan. 2020.

CBDG. *Maria Joaquina e a dupla Catharina e Cayden representam o Brasil no Junior Grand Prix*. 6 set. 2022. Disponível em: <<https://www.cbdg.org.br/maria-joaquina-e-a-dupla-catharina-e-cayden-representam-o-brasil-no-junior-grand-prix/>>.

CESARINI, Beatriz. Amor verdadeiro - primeira mulher trans na Superliga, Tiffany Abreu conta como esporte foi seu "príncipe no cavalo branco". *UOL*. São Paulo, 25/04/2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/primeira-mulher-trans-na-superliga-tiffany-abreu-fala-como-esporte-a-salvou-/#page1>. Acesso em out. 2023.

CHIÉS, Paula Viviane. “Eis quem surge no estádio: é Atalante!” A história das mulheres nos jogos gregos. *Rev. Bras. Mov.* Porto Alegre, v. 12, n. 03, p. 99-121, set. – dez. 2006.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante; FREITAS, Patrícia Silvestre de. *Introdução à Educação Física Adaptada para pessoas com Deficiência*. Curitiba: UFPR, 2009.

CMIO Esportes. Ciclismo aberta regras para atletas trans. *CMIO Esportes*. 16 jun. 2022. Disponível em: <<https://cmio.org/esportes/716392-ciclismo-aperta-regras-para-atletas-trans-cmio-esportes>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

COB. *COB ressalta crescimento da participação feminina no esporte olímpico nacional*. 06 mar 2015. Disponível em : <<https://www.cob.org.br/pt/noticia/cob-ressalta-crescimento-feminina-no-esporte-olimpico-nacional>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. *O COI divulga diretriz de inclusão e não-discriminação com base na identidade de gênero*. 17 nov. 2021. Disponível em: < <https://www.cob.org.br/pt/galerias/noticias/o-coi-divulga-diretriz-de-inclusao-e-naodiscriminacao-com-base-na-identidade-de-genero/>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. *COI anuncia o programa dos Jogos Olímpicos Paris 2024*. 07 dez. 2020. Disponível em: < <https://www.cob.org.br/pt/galerias/noticias/coi-anuncia-o-programa-dos-jogos-olimpicos-paris-2024/>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

COELHO, Juliana Affonso Gomes. Voleibol: um espaço híbrido de sociabilidade esportiva. In: TOLEDO, Luiz Henrique; COSTA, Carlos Eduardo (org.). *Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009, pp. 75-94.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?. *Comunicação ao colóquio internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains*, Université Paris Diderot, 28 mar, 2014.

COLOM, S. F. Las ilustraciones del cuerpo femenino em el Tratado de ginecología de Miquel A. Fargas Roca (1910). *Dynamis*, v. 33, n. 1, 2013, pp 139 – 168.

CONNEL, Robert . An Iron Man: The Body and Some Contradictions of Hegemonic Masculinity. In: MESSNER, Michael A.; SABO, Donald F. (Eds). *Sport, Men and Gender Order*. Champaign, Ill: *Human Kinetics*, 1990, pp. 83-96.

COSTA, J.C. A construção cultural da diferença entre os sexos. *Sexualidade, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 1995.

\_\_\_\_\_. *Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapia*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CRELIER, Cátia Malachias Silva, et al. Mulher negra, esporte e mídia: resistência do quilombo ao pódio. *REDE-A*. v. 6, n.1, jan.-jun. 2016. pp. 46 – 58. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20180425061532id\\_/http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=4revistaafroamericanas4&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=4670&path%5B%5D=pdf\\_66](https://web.archive.org/web/20180425061532id_/http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=4revistaafroamericanas4&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=4670&path%5B%5D=pdf_66)>. Acesso em 20 fev. 2022.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002, pp. 171-188 .

\_\_\_\_\_. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*. 1993. Traduzido por Carol Correia. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contras-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CURITIBANA conquista título internacional na patinação no gelo. 26/07/2022. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitibana-conquista-titulo-internacional-na-patinacao-no-gelo/64764>>. Acesso em: nov. 2023.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, v.9 n.1, 2008, pp. 67-85.

DEFRAITZ, A. *The Changing Role of Women in the Olympic Games*. Trabalho apresentado na 37ª Sessão Internacional para Jovens Participantes - IOA Report, Ancient Olympia, 1997.

DEVIDE, Fabiano Pries. História das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos. In: \_\_\_\_\_. *Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos*. Ijuí: Da Unijuí, 2005. pp. 79- 127.

DINIZ, Thais Carvalho. Rodrigo foi o alicerce para a Tiffany nascer", diz 1ª trans da Superliga. UOL, São Paulo 08/12/2017 12h48. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/12/08/rodrigo-foi-o-alicerce-para-a-tiffany-nascer-diz-1-trans-da-superliga.html>. Acesso em : jun. 2023.

DUARTE, André. Foucault e a Governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno In: BRANCO, Guilherme Castelo Branco; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs). *Foucault: Filosofia & Política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DUARTE, E.; SANTOS, T.P. Adaptação e inclusão. In: DUARTE, E.; LIMA, S.M.T. *Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. pp.93-99.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. As relações entre os sexos no esporte. *Estudos Feministas*, v. 2, p. 321-348, 1997.

DW. Fifa diz que está revendo regras para transgêneros. DW, 21 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/fifa-segue-outras-entidades-e-vai-rever-regras-para-transg%C3%AAneros/a-62209892>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ELSAS, Louis J. et al. Gender verification of female athletes. *Genetic in Medicine*, v. 2, n. 4, July/August, 2000, pp. 249-254.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difusão Editorial, 1992.

ESPORTE ESPETACULAR. Envolvida em polêmica, Tiffany desabafa: “Força de uma mulher”- Jogadora transgênero do Bauru afirma que não leva vantagem por ter nascido homem. Adversárias e grandes nomes do esporte comentam a situação. *GE*. Rio de Janeiro, 14/01/2018 10h53. Disponível em: <https://ge.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/envolvida-em-polemica-tiffany-desabafa-forca-de-uma-mulher.ghtml>. Acesso em jul. 2023.

EPSTEIN, D. How much do sex differences matter in sports? *The Washington Post*, Washington, 7 fev. 2014. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/opinions/how->

much-do-sex-differences-matter-in-sports/2014/02/07/563b86a4-8ed9-11e3-b227-12a45d109e03\_story.html>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ESTADÃO conteúdo. Inclusão de provas mistas garante paridade entre homens e mulheres em Paris-2024. *ISTOÉ*. Esporte, 08 dez. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/inclusao-de-provas-mistas-garante-paridade-entre-homens-e-mulheres-em-paris-2024/>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. CAS nega apelo de Semenya e atleta terá de medicar-se para competir como mulher. *ISTOÉ*. Esporte, 01 maio 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/cas-nega-apelo-de-semenya-e-atleta-tera-de-medicar-se-para-competir-como-mulher/>>. Acesso em: 22 fev 2021.

FALKINGHAM, Katie. Tóquio 2020: quais são os novos esportes da Olimpíada. *BBC Sports*. 19 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-57889404>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FANTÁSTICO. Entidade de direitos humanos pede o fim dos testes de gênero no esporte. *Globoplay*. 31 jan. 2021. Disponível em: <[globoplay.globo.com/v/9227119/](http://globoplay.globo.com/v/9227119/)>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FARIAS, Claudia Maria. Superando barreiras e Superando barreiras e preconceitos: trajetórias, preconceitos: trajetórias, preconceitos: trajetórias, narrativas e memórias de atletas narrativas e memórias de atletas negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19 n. 3, set-dez /2011, pp. 911-929. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mytYQc3RQ4Kcq4PGLCpFp4q/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FASTING, Kari. El Género como perspectiva importante en el estudio de la sociología del deporte. *Apuntes Unisport Andalucía*. n.256, 1992, pp. 51-60.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the Body*. New York : Basic Books, 2000.

FINA. *Policy On Eligibility For The Men's And Women's Competiton Categories*. Lausanne, 2022.

FIRMINO, Carolina Bortoleto; VENTUR, Mauro de Souza. A evolução histórica da participação feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna e a inclusão das mulheres no esporte de competição. *Triade*, Sorocaba, v. 5, n. 10, p. 247-260, dez. 2017.

FODDY, Bennett; SAVULESCU, Julian. Time to Re-evaluate Gender Segregation in Athletics? *British Journal of Sports Medicine*, v.45 n. 15, 201, pp. 1184–1188.

FOUCAULT, Michel *Segurança, território e população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

FRANCE PRESSE. 'Esporte é para todas as pessoas': a polêmica em torno da primeira atleta transgênero a competir nas Olimpíadas . *G1*. Mundo. Disponível em : <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/02/esporte-e-para-todas-as-pessoas-a-polemica-em-torno-da-primeira-atleta-transgenero-a-competir-nas-olimpiadas.ghtml>> . Acesso em : 02 ago 2021.

G1. Chefe da Olimpíada de Tóquio renuncia. 12 fev 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/12/chefe-da-olimpiada-de-toquio-renuncia.ghtml>>. Acesso em: 12 fev 2021.

\_\_\_\_\_. Olimpíada de Tóquio 2021: o ultraje na China após pergunta sexista a uma campeã olímpica. Por BBC News. 07 ago 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/07/olimpiada-de-toquio-2021-o-ultra-je-na-china-apos-pergunta-sexista-a-uma-campea-olimpica.ghtml>>. Acesso em: 08 ago 2021.

GARCIA, Alessandro Barreta. *Educação grega e os Jogos Olímpicos: Período Clássico, Helenístico e Romano*. Jundiaí: Paço Editorial, 2012.

GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Resignificações no Esporte através da performance de Tiffany Abreu. *E-legis*, Brasília, DF, Número Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte, nov. 2018, pp. 24 – 44.

GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GAZETA DO POVO. *COI: regras sobre atletas transgêneros no esporte devem ser estabelecidas pelas federações*. Vida e cidadania. Ideologia de gênero. 16 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/coi-regras-sobre-atletas-transgeneros-no-esporte-devem-ser-estabelecidas-pelas-federacoes/>>. Acesso em 17 fev. 2022.

GAZETA DO POVO. Ciclismo e natação publicam novas regras sobre atletas trans em competições. *Gazeta do Povo*, 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/ciclismo-mundial-restringe-participacao-de-atletas-trans-em-competicoes/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

GE. Federação Internacional de Natação pretende criar "categoria aberta" para atletas transgêneros- Presidente da Fina afirma que medida passa pela necessidade de inclusão de todos os atletas em competições de elite mundial. *GE*. Budapeste, 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://ge.globo.com/natacao/noticia/2022/06/19/federacao-internacional-de-natacao-pretende-criar-categoria-aberta-para-atletas-transgeneros.ghtml>>. Acesso em 09 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Ativista do esporte feminino dará nome a uma das arenas das Olimpíadas de Paris 2024. São Paulo. 30 jul. 2020. Disponível em: <<https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/ativista-do-esporte-feminino-dara-nome-a-uma-das-arenas-das-olimpiadas-de-paris-2024.ghtml>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Lia Thomas se torna 1ª trans campeã universitária nos EUA, e rivais se recusam a dividir o pódio - Nadadora faz história na NCAA, mas entrega de medalhas é marcada por polêmica. *GE*. Atlanta, 21 mar.2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/natacao/noticia/2022/03/21/lia-thomas-se-torna-1a-trans-campea-universitaria-nos-eua-e-rivais-se-recusam-a-dividir-o-podio.ghtml>. Acesso em 07 jul. 2022.

GHADIRI, S.; DAVEL, E. Do sólido ao fluido: contradição organizacional e paradoxo na reconstrução de identidade. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 5, n. 1, jan./jun. 2006, p. 9.

GLEAVES, John; LEHRBACH, Tim. Beyond Fairness: The Ethics of Inclusion for Transgender and Intersex Athletes. *Journal of the Philosophy of Sport*, v. 43 n. 2, 2016, pp. 311–326

GLOBO ESPORTE. Sheilla gera mal-estar após comentário sobre transexual: "Imagina se vira onda?"GloboEsporte.com, Rio de Janeiro, 20/01/2018. Disponível em: <https://ge.globo.com/volei/noticia/sheilla-gera-mal-estar-apos-comentario-sobre-tiffany-imagina-se-vira-onda.ghtml>. Acesso em: out. 2023.

\_\_\_\_\_. Ana Paula critica liberação de trans na Superliga – não é preconceito é fisiologia - Ex-jogadora usou as redes sociais para discordar da decisão da CBV e afirmar que outras atletas também não acham justo uma transexual jogar no torneio feminino, 19 dez. 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/ana-paula-critica-liberacao-detran-na-superliga-nao-e-preconceito-e-fisiologia.ghtml>>. Acesso em: out. 2023.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: Entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a prática*. v. 18 n. 1, p. 85-100, jan. – jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Histórias das mulheres no esporte: o gênero como categoria analítica. *CBCE*, [s/d].

\_\_\_\_\_. Mulheres em movimento: imagens femininas na Revista Educação Physica. *Educação e Realidade*. v. 25 n. 2, jul./dez., 2000, pp. 76 -94.

\_\_\_\_\_. Mulher e esporte no Brasil: Entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática*, v.8, n. 1, jun, 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/botel/Downloads/PENSARAPRATICAmulhereseesporte.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. *Movimento*, v.13, n. 2, mai./ago. 2007, pp.171-196.

\_\_\_\_\_. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. *Cadernos de Formação RBCE*. Campinas, p. 71-83, mar. 2010, pp. 71-83.

\_\_\_\_\_. Mulheres no esporte. Dimensão Olímpica, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kPtpDXaaBNA>. Acesso em: mar. 2020.

GOMES JR, Jamis. Apesar de polêmica do gênero, Érika Coimbra quase desistiu do vôlei por outro motivo. 20 set. 2023. Disponível em: <<https://www.esportelandia.com.br/volei/erika-coimbra-desistiu->



HERRERA, Silvia. Alice Milliat, “mãe” do esporte feminino - Ela lutou muito para incluir as mulheres nas competições olímpicas. *Estadão*. 10 maio 2020. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/blogs/corrida-para-todos/alice-milliat-mae-do-esporte-feminino/>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. Eles estão nos perseguindo do esporte. Violações dos direitos humanos em testes de sexo de atletas de elite. 1 dez 2020. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2020/12/04/theyre-chasing-us-away-sport/human-rights-violations-sex-testing-elite-women#9383>>. Acesso em: 12 maio 2021.

IAAF. *IAAF Eligibility Regulations for the Female Classification (Athletes With Differences of Sex Development)*. Monaco. 23 abril 2018, pp. 1-22.

IAAF. *Regulamentos da IAAF que regem a elegibilidade de mulheres com hiperandrogenismo para participarem em competições para mulheres*. 1 maio 2011. (versão em português)

IOC. *Quadro de Justiça, Inclusão e Não Discriminação com Base na Identidade de Gênero e Variações de Sexo*. 16 nov. 2021. Disponível em: <[https://stillmed.olympics.com/media/Documents/News/2021/11/IOC-Framework-Fairness-Inclusion-Non-discrimination-2021.pdf?\\_ga=2.22284603.1009810591.1637090029-304788356.1637090029](https://stillmed.olympics.com/media/Documents/News/2021/11/IOC-Framework-Fairness-Inclusion-Non-discrimination-2021.pdf?_ga=2.22284603.1009810591.1637090029-304788356.1637090029)>. Acesso em 17 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. *Statement of the Stockholm consensus on sex reassignment in sports*. Sch. 12 nov. 2003.

\_\_\_\_\_. *IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism November 2015*, Lausanne, Switzerland, 2015, pp. 1-3.

INGLE, S. IOC delays new transgender guidelines after scientists fail to agree. *The Guardian*, Londres, 24 set. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2019/sep/24/ioc-delays-new-transgender-guidelines-2020-olympics>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

KANE, M. J. Resistance/transformation of the Oppositional Binary: Exposing Sport as a Continuum. *Journal of Sport and Social Issues* v.19 n. 2, 1995, pp. 191–218.

KAUR, Navdeep et al.. Buccal Barr bodies: Accuracy and reliability in sex determination. *Saudi Journal of Dental and Oral Research*, v. 2, 2017, pp.168-173.

KARKAZIS, Katrina et al. Out of Bounds? A Critique of the New Policies on Hyperandrogenism in Elite. *The American Journal of Bioethics*. v. 12 n. 7, 2012. p. 3-16.

KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). *Qualitative research in health care*. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

KNOX, Taryn; ANDERSON, Lynley C.; HEATHER, Alison. 2019. Transwomen in Elite Sport: Scientific and Ethical Considerations. *Journal of Medical Ethics*, v.45 n.6, 2019, pp. 395–403.

KOGA, Gabriele. Brasileira é campeã mundial de patinação artística na Colômbia - Maria Joaquina foi destaque na competição e é uma das promessas do esporte no Brasil. *CNN BRASIL*. São Paulo. 24/09/2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/brasileira-e-campea-mundial-de-patinacao-artistica-na-colombia/>>. Acesso em: nov. 2023.

LACQUER, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LANCELOTTI, S. *Olimpíadas 100 anos: história completa dos jogos*. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

LEMOS, Walter Bernardino Lemos; PEREIRA, Sandro. Misoginia: a Cultura Grega e a Figura Feminina. *Teologia e Espiritualidade*. Curitiba v. 6 n. 11 jun. 2019, pp. 97-112.

LESSA, Patrícia; VOTRE, Sebastião Josué. Carteira rosa: a tecnofabricação dos corpos sexuados nos testes de feminilidade na olimpíada de 1968. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 35, n. 2, abr./jun. 2013, pp. 263-279.

LISBOA. Rubens. Números mostram que Tiffany pontua menos e oscila mais do que suas rivais. *UOL*. São Paulo. 05 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/volei/ultimas-noticias/2019/04/05/numeros-mostram-que-tiffany-pontua-menos-e-oscila-mais-do-que-suas-rivais.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

LOLAND, Sigmund. 2000. The Logic of Progress and the Art of Moderation in Competitive Sports. In: TÄNNSJÖ, Torjörn; TAMBURRINI, Claudio. *Values in Sport: Elitism, Nationalism, Gender Equality and the Scientific Manufacture of Winners*, London: Routledge, 2000 pp. 30–56.

LOPES, Maria José Ferreira. De Pandora a Eva: fontes antigas da misoginia ocidental. *Revista Diacrítica*, Braga, Portugal, v. 26, n. 2, 2012. Disponível em: <[https://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0807-89672012000200028?script=sci\\_arttext&pid=S0807-89672012000200028](https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672012000200028?script=sci_arttext&pid=S0807-89672012000200028)>. Acesso em 29 jul. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LUTZ, Peter L. *The Rise of Experimental Biology: An Illustrated History*. Boca Raton: Humana Press, 2002.

MACENA, Fabiana. Madames, mademoiselles, melindrosas: representações femininas na revista Fon-Fon (1920-1930) Revista da História Contemporânea. Viçosa, UFV n. 2 maio/out.2008, pp. 1-6.

MARCHI JUNIOR, W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, M.W.; LUCENA, R.F. (Orgs.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002, pp.77-111.

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: STREY, M. N. *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. pp. 9-18.

MARQUES, R.F.R. *Esporte e qualidade de vida: reflexão sociológica* (2007). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARTÍNKOVÁ, Irena. Unisex sports: challenging the binary. *Journal of the Philosophy of Sport*. v. 47 n. 2, 2020, pp. 248-265.

MARTINS, Josiel. Virna apoia Tiffany na seleção feminina de vôlei: “Quem somos nós para julgar?” - Medalhista de bronze por duas vezes em Olimpíada, ex-jogadora defende critério técnico por convocação de atleta trans: “Vai ser uma força extraordinária”. Time é avaliado após ano aquém: “Período de transição”. 24 dez.2018. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/pi/noticia/virna-apoia-tiffany-na-selecao-feminina-de-volei-quem-somos-nos-para-julgar.ghtml>>. Acesso em: out. 2023.

MENDONÇA, Renata. *1ª trans na Superliga, Tiffany vê preconceito diminuir: ‘Tempestade passou’*, 28 jan. 2019. Disponível em: <<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/01/28/1a-trans-na-superliga-tiffany-ve-preconceito-diminuir-tempestade-passou/>>. Acesso: out. 2023.

METRÓPOLES. Nova modalidade e provas mistas garantem paridade de gênero nas Olimpíadas. Breakdance foi incluído como modalidade olímpica nessa segunda-feira (7/12) e etapas mistas de outros esportes aumentam presença de mulheres. 08 dez. 2020 Disponível em: <<https://www.metropoles.com/esportes/toquio-2020/nova-modalidade-e-provas-mistas-garantem-paridade-de-genero-nas-olimpiadas.>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MIRAGAYA, Ana; DACOSTA, Lamartine. Olympic entrepreneurs; Alice Milliat: the first woman Olympic entrepreneur. In: MORAGAS, M. et. al. *Seminars Spain-Brazil University and Olympic Studies*. Barcelona: Universidad Autònoma de Barcelona, 2006. Disponível em: <[http://www.sportsinbrazil.com.br/livros/olympi\\_%20entrepreneurs.pdf](http://www.sportsinbrazil.com.br/livros/olympi_%20entrepreneurs.pdf)>. Acesso em 24 fev. 2022.

MOHAN, Megha. Olimpíada de Tóquio 2021: a proposta radical de cientista e atleta trans para incluir transgêneros no esporte ‘de forma justa’. *BBC*. 2 ago 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58059046>>. Acesso em: 07 ago 2021.

MORGAN, D. L. *Focus group as qualitative research*. London: Sage, 1997.

NASH, Jennifer C. Rethinking intersectionality. *Feminist Review*, vol. 89, 2008, pp. 1-15. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1057/fr.2008.4>>. Acesso em 01 jul 2022.

NEWBOULD, Melanie Joy 2016. What Do We Do about Women Athletes with Testes? *Journal of Medical Ethics*, v.. 42 n. 4, 2016, pp. 256–259.

OLIMPIÁDA todo dia. Conheça a História de Maria Joaquina - promessa da patinação do gelo do Brasil. *Uol*. 16 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2023/03/31/maria-joaquina-patinacao.htm?cmpid>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=77mlebB1diE>> . Acesso em: out. 2023.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo H. L.; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. *Rev. Brasileira Ciência e Mov.* v. 16 n. 2, 2008, pp. 117 – 125.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. *Saltando obstáculos: a mulher no espetáculo esportivo*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2016.

OTEMPO Sports. Ex-jogadora de vôlei, Érika Coimbra condena ataques a boxeadora argelina na Olimpíada. A ex-jogadora também teve o seu sexo questionado nas Olimpíadas de Sydney, na Austrália, em 2000. 06 ago.2024. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/sports/olimpiada/olimpiada-2024/2024/8/6/ex-jogadora-de-volei--erika-coimbra-condena-ataques-a-boxeadora->>>. Acesso em : 20 set. 2024.

PACIOREK, M.J. Esportes adaptados. In: WINNICK, J.P. *Educação física e esportes adaptados*. Barueri: Manole, 2004. pp.37-52.

PALAVRA CRUZADA. Érika Coimbra: ex-jogadora de vôlei, 25 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IqEXSmlmqBM>>. Acesso em 27 jul. 2023.

PAIS, Sérgio. *Longe das polêmicas, Dani Lins chega ao Sesi-Bauru com planos de voltar à seleção*, 07 maio 2019. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/longe-das-polemicas-dani-lins-chega-ao-sesi-bauru-com-planos-de-voltar-a-selecao.ghml>>. Acesso em: nov. 2020.

PASSOS, Adriano Martins Rodrigues dos. *Fêmea ou Mulher? Por uma genealogia da segregação nos Jogos Olímpicos da Era Moderna*. Trabalho financiado pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2017, pp. 1-20.

PATTON, M. Q. *Qualitative evaluation and research methods*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage; 1990.

PIEPER, Lindsay Parks. *Sex Testing: Gender Policing in Women's Sports*. Urbana: University of Illinois Press, 2016.

PFISTER, G.; BANDY, S.J. Gender and Sport. In: GIULIANOTTI, Richard. *Routledge Handbook of the Sociology of Sport*. London, 2016.

PFISTER, G. Cultural Confrontations: German Turnen, Swedish Gymnastics and English Sport. *European Diversity in Physical Activities from a Historical Perspective, Culture Sport Society*, n. 6, 2003, pp. 61-91.

PIGOZZI, Fabio. Joint position statement of the International Federation of Sports Medicine (FIMS) and European Federation of Sports Medicine Associations (EFSMA) on the IOC framework on fairness, inclusion and non-discrimination based on gender identity and sex variations. *BMJ Open Sp Ex Med.* n. 8, 20 feb. 2022, pp. 1-6.

PINHEIRO, Chloé. “Minha filha trans me fez entender que cada pessoa é única” - Conheça a história da família de Cleber e Gustavo, pais de três crianças, entre elas a menina trans Maria Joaquina, de 12 anos, 12 jul. 2020, 16h00. Disponível em: <<https://bebe.abril.com.br/familia/minha-filha-trans-me-fez-entender-que-cada-pessoa-e-unica/mobile#:~:text=A%20Maria%20conseguiu%20se%20entender,caixinhas%20pr%C3%A9%20destabelecidas%20pela%20sociedade>>. Acesso em nov. 2023.

PIRES, Bárbara. As políticas e produções de sexo/gênero no esporte: um olhar sobre o hiperandrogenismo às vésperas das Olimpíadas Rio 2016. *Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos*, 2015

PIZZOL, S. J. S. Combinação de grupos focais e análise discriminante: um método para tipificação de sistemas de produção agropecuária. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, D.F.,v. 42, n. 3, 2004, pp. 451-468.

PRADO, Demétrio Vecchioli do. Maria Joaquina migra para o gelo e entra na rota olímpica de 2026.23/05/2022 13h00. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2022/05/23/maria-joaquina-migra-para-o-gelo-e-entra-na-rota-olimpica-de-2026.htm#:~:text=Neste%20m%C3%AAs%20a%20garota%20de,de%202026%2C%20n%20aquele%20mesmo%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: nov. 2023.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *Esporte-espetáculo e futebol-empresa*. 1998. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. A metamorfose dos Jogos Olímpicos (1896-1996). Texto integrante dos *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 set 2004. Cd-rom.

PUSSETTI, Chiara. Nós, pós-humanos: da gênese à liberdade. *Interface*. Botucatu. 2021, pp. 1-16.

RIOS, Roger Raupp. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Homossexualidade. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 3, n. 2, mar., 2012, p. 288-298.

REDAÇÃO GE. *Tandara volta a criticar presença de mulheres trans no vôlei feminino* - Campeã olímpica afirma respeitar decisão da CBV de liberar participação de mulheres trans, mas ressalta: "Eu acredito de verdade que não seja justo", Osasco, 15/10/2021. Disponível em: <<https://ge.globo.com/volei/noticia/tandara-volta-a-criticar-presenca-de-mulheres-trans-no-volei-feminino.ghtml>>. Acesso em: out. 2023.

\_\_\_\_\_. *As estrelas de Paris: mulheres ganham 12 das 20 medalhas e os três ouros do Brasil nas Olimpíadas* - Brasileiras foram as grandes protagonistas do país nos Jogos Olímpicos, mostrando o poder do esporte feminino e seu crescimento desde o primeiro ouro em Atlanta 1996, Paris, 10/08/2024. Disponível em: <<https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2024/08/10/as-estrelas-de-paris-mulheres-ganham>>

12-das-20-medalhas-e-os-tres-ouros-do-brasil-nas-olimpiadas.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2024.

RIAL, Carmen S.; GROSSI, Miriam P. Género, raza y violencia en las Olimpíadas de Río. *El País*. 22 ago. 2016. Disponível em: <[https://elpais.com/elpais/2016/08/22/contrapuntos/1471884340\\_147188.html](https://elpais.com/elpais/2016/08/22/contrapuntos/1471884340_147188.html)>. Acesso em: 10 jun. 2022.

RIBEIRO, Marcos. *Quem pode jogar?* Documentário. roteiro e entrevista Helena Lara Resende. 76 minutos. TV imaginária Produções. GNT, 2019.

RISOLA NETO, Antônio. Uma proposta de preparação para equipes jovens de voleibol feminino. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. 2003.

RITCHIE, Ian. Sex tested, gender ferified. Controlling female sexuality in the age of containment. *Sport History Review. Human Kinetics*, Califórnia, v.34, n.1, 2003, pp.80-98

RITCHIE, Robert; REYNARD, John; LEWIS, Tom. Intersex and the Olympic Games. *Journal of the Royal Society of Medicine*, v. 101, n. 8, August, 2008, pp. 395-399.

ROHDEN, F. A construção da diferença sexual na medicina. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 19, supl. 2, 2003, pp. 201-212.

RODRIGUES, M. O. *Mudança (de sexo) no desporto*. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. Mundo contemporâneo: corpo em metamorfose, 2004. Disponível em: <[http://www.comunica.unisinos.br/semiotica/nisia\\_semiotica/conteudos/corpo.htm](http://www.comunica.unisinos.br/semiotica/nisia_semiotica/conteudos/corpo.htm)>. Acesso em 10 dez. 2021.

RUBIO, Katia; SIMÕES, Antônio Carlos. De espectadores a protagonistas a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Rev. Bras. Mov.* ano V, n. 11, 1999.

RUBIO, Katia. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, v.2, n.16, 2002, pp.130-43.

\_\_\_\_\_. Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional. *Revista USP*, São Paulo, v.10, jan./fev./mar 2016, pp. 21-28.

\_\_\_\_\_. Processos migratórios e deslocamentos: Caminhos que levaram atletas de modalidades coletivas aos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992. *Olimpianos –Journal of Olympic Studies*. v. 1 n. 1 2017, pp. 53-67. Disponível em: <<http://olimpianos.com.br/journal/index.php/Olimpianos/article/view/7/9>>. Acesso em 21 dez. 2022.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. O dispositivo de (bio) medicalização, as neurociências & o currículo na produção de corpos medicalizados na escola contemporânea. In: PARAÍSO,

Marlucy Alves; VILELA, Rita Amélia; SALES, Shirlei Rezende (Orgs.). *Desafios contemporâneos sobre currículo e escola básica*. Curitiba: CRV, v. 1, 2012, pp. 181-204.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, v. 20 n. 2 jul./dez, 1995.

SENATORE, V. Paraolímpicos do futuro. In: CONDE, A.J.M.; SOUZA SOBRINHO, P.A.; SENATORE, V. *Introdução ao movimento paraolímpico: manual de orientação para professores de Educação Física*. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. Disponível em: <<http://www.informacao.srv.br/cpb/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SERQUEIRA, M. Hiperandrogenismo: IAAF defende o seu regulamento face ao apelo de boicote da Associação Médica Mundial. *Revista Atletismo*, Lisboa, 9 maio 2019. Disponível em: <<https://revistaatletismo.com/hiperandrogenismo-iaaf-defende-o-seu-regulamento-face-aopelo-de-boicote-da-associacao-medica-mundial/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SILVA, André Vítor Brandão da. Corpos dissonantes: sobre a emergência de uma pedagogia intercultural “Queer/Cuir/Cu”. *Revista Com Sertões*. Juazeiro, v.7, n.1, jul.-dez. 2019.

SILVA, Maria Cecília de Paula. Mulher, Jogos Olímpicos e Memória Nacional: o caso de Piedade Coutinho. In: TAVARES, Otávio; DA COSTA, Lamartine Pereira. *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1999, pp. 140-153.

SILVA, Paula; BOTELHO-GOMES, Paula; QUEIRÓZ, Paula. As actividades físicas e desportivas têm sexo? O género no desporto. *Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física*. Portugal. Universidade do Porto - Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, 2017, pp. 53 – 63. Disponível em: <<file:///C:/Users/botel/Documents/Doutorado/Projeto%20de%20Doutorado/Projetos%20de%20Doutorado/Para%20mar%C3%A7o.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2022.

SILVEIRA, Viviane Teixeira. *Tecnologias e a mulher atleta: novas possibilidades de corpos e sexualidades no esporte contemporâneo*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

SILVEIRA, Viviane Teixeira; VAZ, Alexandre Fernandez. Doping e controle de feminilidade no esporte. *Cadernos Pagu*, n. 42, jan-jun 2014, pp. 447-475.

SIMÕES, Rui Marques. Rodrigo virou Tiffany, o ícone transexual que agita o voleibol - Antigo jogador do Esmoriz mudou de sexo e passou a competir na liga feminina, mas a sua alegada vantagem física causa polémica, 22/02/ 2017. Disponível em: <<https://www.dn.pt/desporto/rodrigo-virou-tiffany-o-icone-transexual-que-agita-o-voleibol-5683123.html>>. Acesso em: jun. 2023.

SOARES, Carmen L. *As roupas nas práticas corporais e esportivas: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940)*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, J. S. S.; KNIJNIK, J. D. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. *Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v. 21, n. 1, jan. 2007, p. 35-48. Disponível em: <http://nepaids.vitis.uspnet.usp.br/wp-content/uploads/2010/04/MULHERINVISIVEL.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

STREY, M. N. A mulher, seu trabalho, sua família e seus conflitos. In: STREY, M. N. (Org.). *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. pp. 60-75.

TANAKA, O.; MELO, C. Reflexões sobre a avaliação em serviços de saúde e a adoção das abordagens qualitativa e quantitativa. In: BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. (Org.). *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 121-136.

THE YOGYAKARTA PRINCIPLES PLUS 10. Additional principles and state obligations on the application of international human rights law in relation to sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics to complement the Yogyakarta principles, 10 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.lgbti-era.org/one-stop-shop/yogyakarta-principles-plus-10>>. Acesso em 21 jan. 2022.

THIBAUT, V. et al. Women and Men in Sport Performance: The Gender Gap has not Evolved since 1983. *Journal of sports science & medicine*, v. 9, p. 214-223, 1º jun. 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3761733/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

THOMAS, R.; DAVIES, A. Gender and New Public Management: Reconstituting Academic Subjectivities. *Gender, Work and Organization*, v.9 n. 4, aug. 2002, pp. 372-397.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcedor, torcedores: memórias do jogo e do anti-jogo*. Palestra na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 01 março 2012.

TORRI, Danielle. *Educação do corpo: técnica e estética no esporte paraolímpico*. Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, abr. 2019, 216 p.

UOL. FOLHA DE SÃO PAULO. *Ex-atleta Seiko Hashimoto é a nova chefe da organização dos Jogos de Tóquio*. 18 fev. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2021/02/seiko-hashimoto-ex-atleta-olimpica-e-escolhida-nova-presidente-dos-jogos-de-toquio.shtml>>. Acesso em 01 mar. 2021.

UOL. *COI adia de novo e diretrizes para transgêneros no esporte fica para 2022*. 29 set. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/olimpiadas/ultimas-noticias/2021/09/20/coi-adia-de-novo-e-diretrizes-para-transgeneros-no-esporte-fica-para-2022.html>>. Acesso em 08 fev. 2022.

VASCONCELOS, Caê. *O pioneirismo involuntário de Tiffany, a primeira jogadora trans do vôlei brasileiro*. 29/12/2021. Disponível em: <<https://ponte.org/o-pioneirismo-involuntario-de-tiffany-a-primeira-jogadora-trans-do-volei-brasileiro/>>. Acesso em: set. 2023.

VECCHIOLLI, Demétrio. Semenya perde último recurso contra limite de testosterona. *Olhar Olímpico*. Uol. 08 set. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico>>.

olimpico/2020/09/08/semenya-perde-ultimo-recurso-contralimite-de-testosterona.htm?>. Acesso em: 15 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Vôlei permite 1 atleta trans por seleção. E, na prática, dificulta inclusão. *Olhar Olímpico*. 17/11/2020 12h00. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2020/11/17/volei-cria-regras-que-dificultam-chegada-de-mulheres-trans-as-selecoes.htm>>. Acesso em: ago 2023.

\_\_\_\_\_. OLHAR OLÍMPICO. Maria Joaquina migra para o gelo e entra na rota olímpica de 2026. OPINIÃO. 23 maio 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2022/05/23/maria-joaquina-migra-para-o-gelo-e-entra-na-rota-olimpica-de-2026.htm>>. Acesso em: nov. 2023.

VICENTE-PEDRAZ, Miguel; BROZAS-POLO, María Paz. Sexo y género en la contienda identitaria del deporte. Propuesta de un debate sobre la competición deportiva multigénero. Facultad de Ciencias de la Actividad Física y del Deporte. Universidad de León. Murcia. CCD 35. Año 13 v. 12, 2017, pp. 101-110. Disponível em: <<https://ccd.ucam.edu/index.php/revista/article/view/881/392>>. Acesso em 10 mar 2022.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As Múltiplas Faces da Homossexualidade na obra freudiana. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza. V. IX n. 2 jun. 2009, pp. 487-525.

VINHAS, Silvia. Érika Coimbra - Histórias de Sucesso e superação no vôlei feminino brasileiro pod Chegar com Silvia Vinhas, 4 mar. 2024. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=O\\_3irWeGWsM](https://www.youtube.com/watch?v=O_3irWeGWsM)>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CBV, VÔLEI BRASIL. *Superliga Temporada 2024/2025*. Disponível em: <<https://cbv.com.br/superliga/estatisticas>>. Acesso em 17 dez 2024.

WARREN, Patrícia Nell. Tamara e Irina Press - Ascenso y declive de las pruebas de verificación de sexo. In: *El Vestuario de Color Rosa - Semblanzas de deportistas gays, lesbianas, transexuales y bisexuales*. Editorial EGALES, Madrid, p. 163-181, 2007.

WADDINGTON, I. A história recente do uso de drogas nos esportes: a caminho de uma compreensão sociológica. In: GEBARA, A.; PILATTI, L.A. (Orgs.). *Ensaio sobre história e sociologia nos esportes*. Jundiaí: Fontoura, 2006. pp.13-43.

WANDERLEY, Marjorie. Quem Cuida da Criança Transgênera? - Gustavo Uchoa e Maria Joaquina. *1ª Semana Acadêmica de Psicologia da Estácio Curitiba, que ocorreu de forma remota de 19 a 23 de outubro de 2020*. Universidade Estácio de Sá. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Obwq10KreAE>>. Acesso em: jul. 2024.

WEBVOLEI. *Osasco confirma Tiffany e chegada de Amanda*. São 11 nomes já anunciados pelo Osasco/São Cristóvão Saúde para 2023/2024. 20 jun. 2023. Disponível em: <<https://webvolei.com.br/osasco-confirma-tiffany-e-chegada-de-amanda/>>. Acesso em 15 jul. 2023.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WOLFF, Débora Christina Brant. *Política de gênero em competições esportivas*. Monografia - Bacharelado Direito - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS UniCEUB, Brasília, DF, 2020, 53 fls.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (WHO). Gênero e direitos humanos. Definindo saúde sexual. *Relatório de uma consulta técnica sobre saúde sexual*. 28-31 de janeiro de 2002, Genebra. Disponível em: <[https://www.who.int/reproductivehealth/topics/gender\\_rights/sexual\\_health/en/#](https://www.who.int/reproductivehealth/topics/gender_rights/sexual_health/en/#)>. Acesso em: 01 maio 2021.

ZALCMAN, Fernanda. O pioneirismo de Tiffany e o que diz a ciência. *Vôlei. Olimpíada todo o dia*. 28 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.olimpiadatododia.com.br/volei/247268-o-pioneirismo-de-tiffany-e-o-que-diz-a-ciencia/>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

## ANEXO A - ROTEIROS DE ENTREVISTA:

- *ATLETAS DISSONANTES*

- Minha apresentação, vinculação acadêmica, tese
- Pedido de autorização para utilização do nome das atletas na pesquisa
- Pedido de autorização para a filmagem para análise posterior

Iniciar com pedido de apresentação das atletas

1º. Bloco – Perguntas relativas ao desporto

- 1) A descoberta desse esporte.
- 2) A decisão de se tornar atleta.
- 3) O caminho para o esporte de alto rendimento. Dificuldade. Incentivos.

2º. Bloco – Em relação ao grupo/equipe

- 1) Como é a sua relação com sua equipe / grupo?
- 2) Na sua equipe, as atletas buscam incentivar e apoiar umas às outras?

3º. Bloco – Por ser atleta em dissonância:

- 1) Em que momento você se descobriu uma pessoa diferente?
- 2) O que significou se descobrir diferente?
- 3) Você se sente diferente em relação às demais atletas?
- 4) Há ganhos, de que natureza? Há perdas, de que natureza?
- 5) O que significa hoje se sentir / se saber diferente?
- 6) Qual o peso do esporte na sua realidade?
- 7) Como seria para você ter que abrir mão do esporte de rendimento?

4º. Da relação com clubes e entidades de gestão desportiva:

- 1) Você enfrenta ou enfrentou algum tipo de dificuldade com clubes por ser mulher trans/intersexual?
- 2) E em relação àqueles que administram o esporte que você pratica, você se sente apoiada? Como é o diálogo entre vocês?

3) Como você avalia as regras que estão em vigor hoje, em relação à sua participação no esporte de alto rendimento?

5°. Sobre a perspectiva inclusiva:

1) Você acha que o esporte olímpico/rendimento, pode ser inclusivo em relação a atletas trans/intersexuais?

2) Você acha que as organizações desportivas estão trabalhando corretamente no sentido da inclusão de atletas trans/intersexuais no esporte?

3) O que você acha que poderia ser feito?

4) O que não deveria ser feito?

\*Você gostaria de acrescentar alguma coisa sobre o que conversamos que eu não tenha te perguntado?

- *ATLETAS CONSONANTES*

- Minha apresentação, vinculação acadêmica, tese

- Pedido de autorização para utilização do nome das atletas na pesquisa

- Pedido de autorização para a filmagem para análise posterior

Iniciar com pedido de apresentação das atletas

1°. Bloco – Perguntas relativas ao desporto

1) A descoberta desse esporte.

2) A decisão de se tornar atleta.

3) O caminho para o esporte de alto rendimento. Dificuldades. Incentivos.

2°. Bloco – Em relação ao grupo/equipe

1) Como é a sua relação com sua equipe/grupo?

2) Na sua equipe, as atletas buscam incentivar e apoiar umas às outras?

3) Se já participou [ou participa] de algum grupo em que haja atleta(s) trans ou intersexuais.

3º. Bloco – A relação com atletas dissonantes:

- 1) Existe em seu grupo atletas em dissonância de gênero? Você acha que lidaria bem se existisse no seu grupo atletas em dissonância de gênero?
- 2) Você acha que há ou haveria ganhos? Há ou haveria perdas? De que natureza?

4º. Da relação com clubes e entidades de gestão desportiva:

- 2) E em relação àqueles que administram o esporte que você pratica, você se sente apoiada? Como é a interlocução entre você e os órgãos de gestão?
- 3) Vc conhece as regras de participação de pessoas dissonantes no esporte de alto rendimento?

5º. Sobre a perspectiva inclusiva:

- 1) Você acha que o esporte olímpico/rendimento, pode ser inclusivo em relação a atletas trans/intersexuais? Você é a favor da inclusão?
- 2) Como seria a relação de jogar com ou jogar contra uma atleta dissonante
- 3) Você acha que as organizações desportivas estão trabalhando corretamente no sentido da inclusão de atletas trans/intersexuais no esporte?
- 4) O que você acha que poderia ser feito?
- 5) O que não deveria ser feito?